

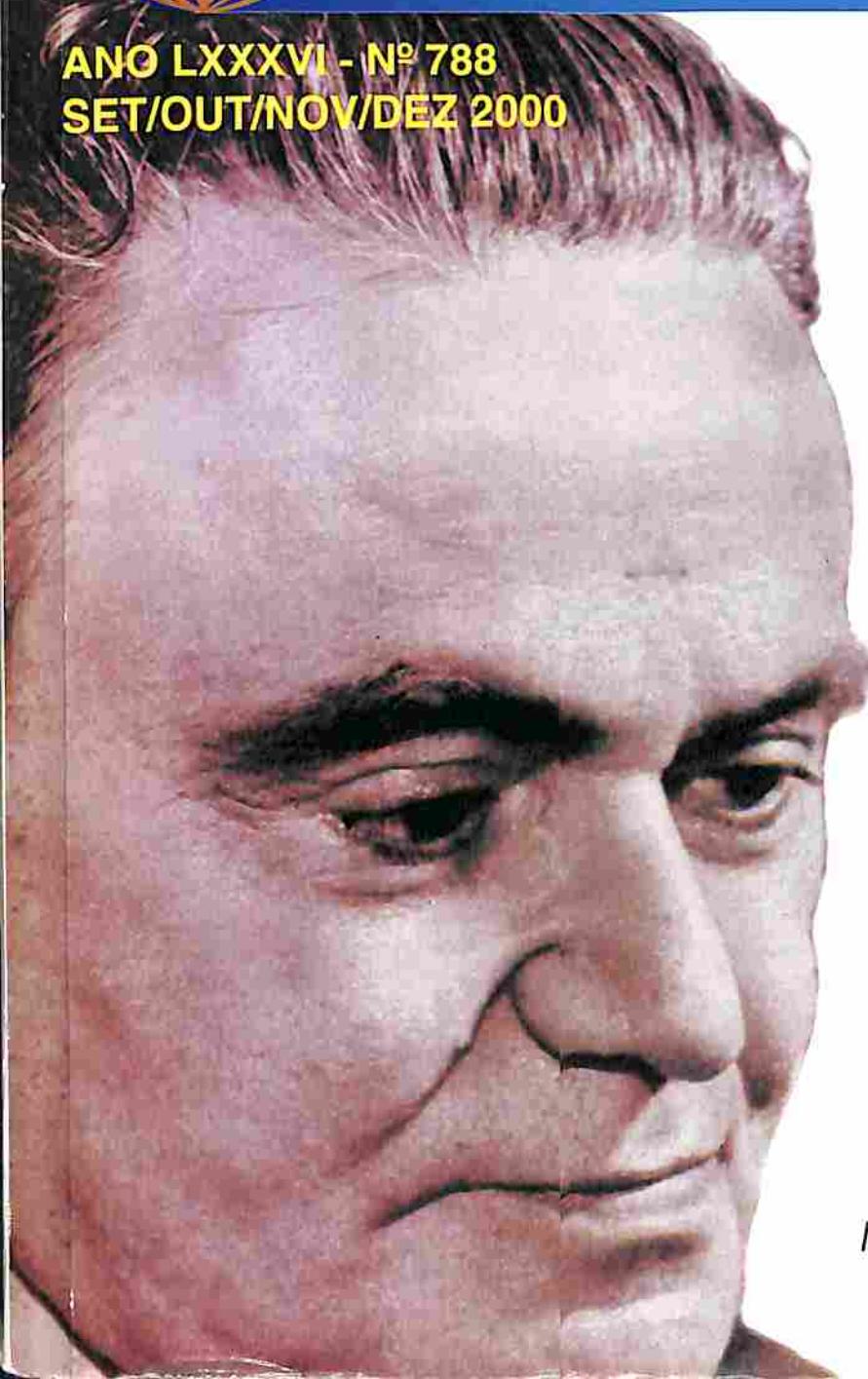
ISSN 0011-7641



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXVI - Nº 788
SET/OUT/NOV/DEZ 2000



**Castello
Branco**
Editorial

**Amazônia:
500 Anos
de Cobiça**
*Jorge Calvário
dos Santos*

**A Guerra
do Paraguai
em Números**
Nylson Reis Boiteux



Biblioteca do Exército

Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu-



324463

290637

v.86, n.788, set./dez. 2000 BFD

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.

Editorial

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

Nosso editorial reproduz – parcialmente, com retoques ocasionais e a concordância do autor – o texto do artigo *Castello Branco: Militar e Estadista*, do General Carlos de Meira Mattos, publicado na *Folha de S. Paulo* do dia 10.09.00. Melhor do que qualquer outro que a nossa redação pudesse produzir, ele expressa a homenagem de *A Defesa Nacional* ao personagem-tema da primeira capa, ao ensejo do centenário do seu nascimento.

A 20 de setembro, diz o artigo, o ex-Presidente Castello Branco, se vivo fosse, estaria completando cem anos. Recordá-lo é reviver episódios marcantes da nossa História. E prossegue:

Castello Branco foi um militar-estadista, ou estadista-militar, como quiserem.

O militar destacou-se na paz como maior estrategista e tático de sua época, militando brilhantemente na cátedra de nossas Escolas Superior de Guerra e de Comando e Estado-Maior do Exército, onde formou a liderança das Forças Armadas dos anos 40, 50 e 60.

Na guerra, foi chefe competente da Seção de Operações de nossa Força Expedicionária, a FEB, que atuou no teatro de operações do Mediterrâneo, ao lado de tropas norte-americanas, francesas, inglesas, australianas, indianas, sul-africanas e polonesas livres, e retornou ao Brasil coberta de glórias.

De sua atuação na Segunda Guerra Mundial (1939-45) temos os atestados dos generais Mark Clark e Cristemberg e de nosso Comandante da FEB, Marechal Mascarenhas de Moraes, que assim o sintetizou: "Modelo e guia de chefe e de oficial de estado-maior."

Como estadista, não foi menor a sua projeção nacional e internacional. Seu espírito democrático e legalista, reconheceu-o o jurista liberal Milton Campos, ao destacar a sua "irresistível vocação para a lei".

Castello Branco foi alçado ao poder na crista montante e revolucionária do movimento de 31 de março de 1964, sobre o qual o mesmo Milton Campos disse: ... "as revoluções, no seu dinamismo próprio, forçam caminhos e impõem soluções que nem sempre são as das expectativas anteriores. Daí a necessidade de se comporem, em meio ao tumulto, os quadros da normalidade renovada e de abrir o leito por onde deverão correr, em curso tranquilo, as águas antes revoltas". E reconhece, nosso notável jurista, que o Presidente Castello Branco, "em meio ao tumulto revolucionário dos radicais", exerceu o poder com moderação, buscando sempre a legitimação política de seus atos.

Roberto Campos, delineando o perfil do ex-presidente, destaca-lhe os traços de estadista notável e legalista incomprendido e realça a sua coragem e a sua firmeza na tomada de decisões contestatórias.

Mario Henrique Simonsen ressaltou que o saneamento econômico realizado nos três anos de governo de Castello Branco permitiram o extraordinário salto da economia brasileira: ... "em 1964, éramos a 48ª economia do mundo; 20 anos depois, em 1984, já nos tínhamos elevado ao 8º lugar".

O acadêmico e historiador Luiz Viana Filho, no seu livro O Governo Castello Branco, assim o analisa: ... "difícilmente haverá personalidade mais rica e mais completa que a do Presidente Castello Branco, que aliava a energia do chefe à visão do estadista. Era dos que tinham autoridade inata, embora tenha bebido o leite humano da bondade".

O historiador norte-americano John Foster Dulles Jr. escreveu dois livros sobre a vida do nosso ex-presidente. Numa tentativa de resumir o seu pensamento, de um deles extraímos o seguinte trecho: "Castello Branco recusava-se a omitir-se de qualquer tipo de responsabilidade, mesmo as mais desagradáveis. Tomava as decisões mais graves e as enfrentava."

O General Vernon Walters, no seu livro Silent Missions, traduzido em vários idiomas, diz: "Presidente Castello Branco foi o homem mais extraordinário que conheci, no decurso de uma longa carreira profissional."

Aqui alinhamos, conclui o autor, algumas opiniões de valor intelectual e ético, buscando relembrar aquele cearense de Messejana que governou o Brasil de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967 e, quatro meses após deixar a Presidência, faleceu vítima de um trágico desastre de aviação.

Sumário

EDITORIAL	01
O BRASIL E SUA ESTRATÉGIA <i>Carlos de Meira Mattos</i>	04
EUROPA: ENCRUZILHADA GEOPOLÍTICA <i>Therezinha de Castro</i>	10
O MITO DE SALVADOR FORTALEZA FORTE <i>Mário Mendonça de Oliveira</i>	24
REQUISIÇÕES – PROPOSTA DE UMA NOVA LEI <i>Jorge de Souza Viana</i>	32
A GUERRA DO PARAGUAI EM NÚMEROS <i>Nylson Reis Boiteux</i>	44
TIAR: NASCIMENTO, VIDA E MORTE <i>L. P. Macedo Carvalho</i>	62
ENTRE A BOMBACHA E A CAMISA NEGRA <i>João Fábio Bertonha</i>	70
A EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA NA IDADE MÉDIA <i>Nilson Vieira Ferreira de Mello</i>	86
AMAZÔNIA: QUINHENTOS ANOS DE COBIÇA <i>Jorge Calvário dos Santos</i>	98
O ARMAMENTO DAS FORTIFICAÇÕES COLONIAIS, DO DESCOBRIMENTO À ÉPOCA POMBALINA <i>Sérgio Paulo Muniz Costa</i>	120
O IHGB E A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO <i>Arno Webling</i>	128
O EXÉRCITO PORTUGUÊS EM PERNAMBUCO E A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE COLONIAL, SÉCULOS XVII E XVIII <i>Kalina Vanderley Paiva da Silva</i>	132
OS REFLEXOS DA APLICAÇÃO DA LEI 9.299, DE 07.08.96, EM CONFRONTO COM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO <i>Angelo Fernando Farcionlli</i>	141
COMENTÁRIOS	
Caxias e a Doutrina Militar Terrestre Brasileira <i>Claudio Moreira Bento</i>	150
Amazônia, Mídia e Desinformação <i>Osmar José de Barros Ribeiro</i>	153
O Estado-Nação <i>Manuel Cambeses Júnior</i>	156
INFORMAÇÕES	
Cientistas Americanos e Europeus Desmitificam Teses Falsas Sobre a Amazônia <i>Carlos de Meira Mattos</i>	158
Gilberto Freyre: Um Século <i>Antonio Loulé</i>	159
Everardo Adolfo Backeuser: Esforço Biográfico e Pensamento Científico <i>Manoel Soriano Neto</i>	161
DESTAQUES DA IMPRENSA	164

O Brasil e sua Estratégia

Carlos de Meira Mattos*

Palestra proferida pelo autor, no Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, no dia 20 de julho de 2000.

CONCEITOS DOUTRINÁRIOS

O primeiro livro de Estratégia de que se tem notícia é de autoria do General chinês Sun Tzu, escrito por volta do ano 500 a.C. e só divulgado, no Ocidente, após a sua tradução pelo Padre francês Amiot, no ano de 1724 ou 1727.

No Ocidente, a obra sobre Estratégia de maior divulgação e estudo foi o livro do General prussiano Clausewitz, *Da Guerra*, editado por sua esposa após a sua morte, em 1831. O livro de Clausewitz, desde sua divulgação até hoje, é utilizado pelos estudiosos como verdadeiro manual de Estratégia Militar.

Seria ocioso repetir que os princípios da Estratégia Militar, principalmente após a Primeira Grande Guerra (1914-18), foram apropriados pela sociedade civil e aplicados em suas múltiplas atividades públicas e empresariais. Por isso se justifica estudá-los nos meios civis, tanto quanto no âmbito castrense.

Os princípios e a práxis da Estratégia nasceram da necessidade dos primeiros generais da antigüidade que, antes de travarem armas com o inimigo, eram obrigados, intuitivamente, a fazer uma avaliação da força presumível do inimigo, do objetivo a conquistar e de sua própria força. Dessa necessidade intuitiva, que tiveram, por exemplo, Hamurabi, general e rei da Babilônia, Alexan-

dre, general greco-macedônio, grande conquistador de territórios e de reinos, Ciro, imperador e general da Pérsia, surgiu o que depois foi racionalizado, metodizado e chamado de planejamento estratégico.

Feita a avaliação, tratou-se, para esses generais da antigüidade, de decidir como conduzir a batalha: se fossem mais fortes, sua opção natural seria pelo emprego da massa sobre o centro das forças adversárias; se fossem mais fracos, procurariam uma tática de engodo (uma ação enganosa, fugidia, de ganhar tempo, de investidas de surpresa nos flancos e nos pontos vulneráveis do adversário). Encontramos aí as origens remotas das hoje estudadas Formas de Ação Estratégica: a Estratégia de

* General-de-Divisão.

Ação Direta e a Estratégia de Ação Indireta.

A Manobra Estratégica de Ação Direta, preconizada pelo prussiano Clausewitz, defende, como melhor forma, concentrar a maioria de suas forças numa ação de choque fulminante contra o centro das forças inimigas, a fim de destruí-las. A Manobra de Ação Indireta, ensinada por Sun Tzu, que teve como seus seguidores contemporâneos o chinês Mao Tze Tung e o inglês Lidell Hart, indica que, segundo o original de Sun Tzu, *na paz como na guerra, a melhor Estratégia é conquistar o país ou as forças inimigas intactas, e não destruí-las; a batalha deve ser vencida muito mais pelo engodo do que pelo choque.*

Essas duas visões de Manobra Estratégica dominaram, soberanas, a inteligência dos estudiosos da matéria até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando surgiu a arma atômica. O perigo apocalítico que representou uma guerra nuclear inspirou o General francês André Beaufre a formular uma Estratégia de Contenção. A esta deu o nome de Estratégia de Dissuasão, *Deterrence*, em

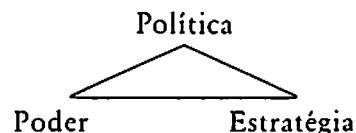
inglês, que pode ser assim conceituada: *evitar o confronto bélico nuclear, apresentando um grau de ameaça de represália nuclear que o possível agressor não esteja disposto a correr o risco de enfrentar. Em outras palavras, oferecer, sem apelo, a certeza da destruição recíproca.*

A Estratégia de Dissuasão Nuclear, adotada por Washington e por Moscou, evitou o confronto bélico, mas provocou a escalada de armas e arsenais nucleares.

Hoje, a Estratégia de Dissuasão passou a ser adotada pelas nações mais fracas, ameaçadas pelo poder dos grandes que pretendem, por meio dos organismos internacionais que dominam, impor sua vontade, à revelia da soberania nacional. Defendem-se oferecendo um grau de ameaça de represália militar que o possível agressor não possa ou não esteja disposto a pagar. Assim, a Estratégia da Dissuasão figura como a terceira forma de Ação Estratégica.

Segundo os modernos pensadores políticos, na prática, três valores são inseparáveis: Política, Poder e Estratégia. Constituem um triângulo indis-

solúvel de causa e efeito recíprocos.



Realmente, não se pode ter uma política (conquistar um objetivo) sem se ter poder para investir (poder material, ou psicológico, ou ambos), sem se ter uma estratégia que oriente a aplicação inteligente do poder para a conquista do objetivo da política.

A Estratégia para o Brasil, de que vamos tratar em seguida, será fiel a esse conceito de inter-relação triangular. Analisaremos a nossa Estratégia, fiéis à nossa Política e ao nosso Poder.

UMA ESTRATÉGIA PARA O BRASIL

Vimos que a Estratégia é uma decorrência da Política. Qual, então, o Objetivo Fundamental da Política Brasileira? Na nossa opinião é vitalizar o potencial humano e geográfico do país, a fim de construir uma das nações mais prósperas e respeitadas do mundo.

Esse objetivo, extraímos do pensamento geopolítico, histórico e moderno

de nossos mais respeitados historiadores e estadistas.

Já nos albores da Descoberta, em 1578, o historiador português Gabriel Soares de Sousa, de passagem pelo Brasil, deslumbrado pelo impacto da grandeza e riqueza geográfica, assim marcou a sua impressão no livro, *In Tratado Descriptivo do Brasil - Proemio:*

Está capaz para se edificar nelle hum grande Império, o qual com pouca despeza destes reynos se fará tão soberano, que será hum dos Estados do Mundo.

Essa linha de pensamento (vislumbrada pelo historiador português do século XVI), de que o Brasil possui as condições geográficas e humanas para vir a se tornar uma das grandes nações do planeta, vem sendo uma constante na mente e na avaliação dos melhores pensadores, no perpassar de nossa História: Pombal, Alexandre Gusmão, José Bonifácio, Rio Branco, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Cassiano Ricardo. Entre os nossos geopolíticos – Mário Travassos, Backheuser, Golbery, Therezinha de Castro – todos reconheceram essa possibilidade de grandeza, ao alcance do Estado brasileiro.

Não se trata de um sonho de patriotas, mas de uma avaliação baseada em valores geográficos e demográficos analisados numa perspectiva científica.

Renomados pensadores políticos estrangeiros também já se manifestaram sobre a nossa possibilidade de grandeza política, entre os quais destacamos Stefan Zweig, Ray Cline, Henry Kissinger.

Não se trata, portanto, de um sonho utópico, repetimos, mas de avaliação baseada na prospecção científica de valores mensuráveis.

Qual a Estratégia para alcançarmos o Objetivo Político Fundamental acima exposto? Qual a Grande Estratégia (como diria Lidell Hart) para chegarmos a ser *hum dos Estados do Mundo?*

Nossa posição geográfica no planeta já traçou as linhas mestras dessa Estratégia. Uma larga fachada oceânica no Atlântico e uma extensíssima fronteira terrestre com dez Estados vizinhos. Nossa espaço geográfico cobre, praticamente, a metade da América do Sul. Somos o quarto país do mundo em extensão territorial contínua. O quinto em população.

Nossa Estratégia, se quisermos ser politicamente grandes, indica-nos a necessidade de explorar e de defender todas as perspectivas favoráveis que nos oferecem a testada marítima e de explorar e defender as potencialidades da imensa massa continental.

Para alcançarmos, em termos expressivos, essas duas

Nossa Estratégia, se quisermos ser politicamente grandes, indica-nos a necessidade de explorar e de defender todas as perspectivas favoráveis que nos oferecem a testada marítima e de explorar e defender as potencialidades da imensa massa continental.

metas estratégicas básicas – a exploração intensiva de nosso potencial marítimo e de nosso potencial continental – é imprescindível termos como prioridade política um eficiente Plano de Desenvolvimento Econômico e Social. Com 2/3 do território praticamente inexploreados, abrigando riquezas potenciais incalculáveis, somente com um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social dinâmico e eficiente seremos capazes de transformar essas poten-

cialidades em Poder. Um exemplo para nós são os Estados Unidos. Com território continental de superfície equivalente à nossa, por meio do desenvolvimento de todo o seu espaço geográfico, dele hauriu riquezas para se tornar a maior potência política do mundo atual.

Somente o Desenvolvimento Econômico e Social, incorporando riquezas do solo e formando capital humano capaz de operá-las, nos levará ao encontro de nosso Objetivo Político Fundamental.

Os estadistas e geopolíticos do passado, visando a orientar a nossa Política para esse objetivo, traçaram, como prioridades estratégicas:

- a integração do Território;
- a interiorização dos transportes e das comunicações;
- o povoamento do interior;
- a ampliação e fortalecimento de uma posição marítima no Atlântico Sul;
- o suporte à criação de uma indústria aeronáutica nacional e à expansão do transporte aéreo;
- o atendimento das necessidades de educação, saúde, saneamento e habitação;

• as relações internacionais abertas, com prioridade para o Ocidente cristão democrático, em especial para o pan-americanismo e sem restrições políticas na esfera comercial; e

• defesa das fronteiras marítima, terrestre e aérea e garantia da segurança externa, interna e da ordem pública.

Essas prioridades estratégicas são metas a longo prazo, a serem realizadas por etapas. Considero-as, ainda, inteiramente válidas na perspectiva de hoje; porém, a conjuntura política e tecnológica, internacional e interna, nos aconselha a uma revisão não nas grandes metas estratégicas antes apontadas, mas nos projetos, planos e prioridades delas decorrentes.

Nossos governos, desde a República, produziram numerosa legislação e abundantes projetos, planos e programas de ação, gerais e setoriais, visando a alcançar parte dessas metas estratégicas; mas sua realização, a não ser com raríssimas exceções, tem ficado inacabada ou foi abandonada. Por quê? Vemos duas razões capitais: descontinuidade de vontade política e fraqueza de poder econômico.

Tivemos grandes projetos e programas de desenvolvimento tais como, entre outros, o Plano SALTE, o Plano SUDENE, o Projeto de Integração Nacional (PIN), o Plano de Viação Nacional de 1973, o Plano Pólo-amazônico, todos inacabados, com muitas obras abandonadas.

Somente a continuidade de um robusto Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, executado com vontade política inquebrantável, nos proporcionará os meios anímicos e materiais para prosseguir com êxito na busca das grandes metas estratégicas, visando à conquista, para o Brasil, de um lugar entre as grandes nações do mundo.

Um exemplo bastante convincente do que a Nação pode esperar de um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social realizado com vontade política firme e continuidade administrativa durante 20 anos nos é oferecido pelo saudoso economista Mário Simonsen, em artigo publicado na revista *Exame* (abril de 1997). Revela Simonsen que, em 20 anos de esforço continuado do Plano de Desenvolvimento, de 1964 a 1984, a economia brasilei-

ra deu um salto extraordinário e apresentou os seguintes índices de crescimento: passamos da 48^a para a 8^a economia do mundo; passamos de uma exportação de 1,5 bilhão para 27 bilhões de dólares; conseguimos o crescimento médio de 6,6% ao ano.

Hoje, a promessa mais otimista é a da elevação da taxa de crescimento para 3% ao ano. Perdemos o ritmo a partir de 1985, faltou continuidade administrativa, faltou vontade política, faltou dinheiro.

As grandes metas estratégicas, o ajustamento dos projetos, planos, programas e prioridades mais prementes, estão contidas, em parte, no programa *Avança, Brasil*, de 1998, que tem os projetos a serem realizados em quatro anos. Esse programa, na parte de infra-estrutura, selecionou 12 Eixos de Integração e Desenvolvimento, para serem tratados prioritariamente. O critério na escolha dos eixos foi a integração regional e a interação externa.

Os eixos prioritários escolhidos foram: Eixo saída Norte para o Caribe – rodovia 174; Eixo saída para o Atlântico Norte – hidrovia Madeira-Amazônicas; Eixo Araguaia – To-

cantins, ferrovias Norte-Sul e Carajás; Eixo Costeiro do Nordeste; Eixo Rio S. Francisco; Eixo Transnordeste; Eixo Oeste; Eixo Centro-Leste; Eixo S. Paulo; Eixo Costeiro Sul; Eixo Franja Fronteira e Eixo Hidrovia Paraguai-Paraná.

Os Eixos prioritários foram escolhidos segundo os critérios de integração regional e de interação externa, marítima e terrestre. Realizadas essas proposições do programa *Avança, Brasil*, não há dúvida, temos dado um impulso no rumo da realização de nossas grandes metas estratégicas; mas muito ainda restará por fazer, para alcançarmos o Objetivo Político Fundamental a que almejamos chegar até o fim do primeiro quarto do século que se avizinha.

Vamos destacar, tendo em vista o momento conjuntural que estamos vivendo, alguns projetos merecedores de atenção especial.

Uma meta estratégica que, nos parece, acha-se esboçada nos planos e programas apresentados mas que desejamos explicitá-la. Trata-se da Integração Sul-Americana.

Julgamos que a nossa Política e a nossa Diplomá-

cia devem empenhar-se a fundo, neste quarto de século, na busca da integração política e econômica da América do Sul. Parte do caminho já foi percorrido por meio do Pacto Pan-Amazonico, de 1978, e do MERCOSUL. Vemos, como etapas seguintes, a vitalização econômica do Pacto Pan-Amazonico, transformando-o num MERCONORTE e, em seguida, a sua ampliação, abrangendo todos os países deste subcontinente.

Esse esforço diplomático hercúleo integraria as duas grandes vertentes da América do Sul, do Atlântico e do Pacífico, e responderia ao grande apelo integracionista que marca a tendência internacional moderna.

Outro caso conjuntural a exigir um especial cuidado estratégico é a *questão amazônica*. Precisamos desarmar a intensa campanha de propaganda internacional sobre os perigos ambientais resultantes da devastação da hiléia amazônica e de nossa incapacidade para preservá-la. Essa propaganda alimenta o perverso conceito internacionalista de área do interesse da humanidade, o que ameaça os nossos direitos

soberanos. A defesa da nossa Amazônia exige uma adequada estratégia que atenda à sua preservação e a uma convincente estratégia de ocupação e de dissuasão militar, capaz de desencorajar tentativas de aventuras grupais ou mesmo políticas estrangeiras.

O Plano de Desenvolvimento Nacional, em plena execução durante a década de 1970, previa e realizou parte substancial de um vigoroso programa energético, destinado a assegurar o nosso crescimento e respeito internacional por meio da utilização sobera-

na de todas nossas fontes de energia. Pressões internacionais levaram governos posteriores a se comprometerem a renunciar a plenitude do uso da energia nuclear e, também, a aceitar uma exagerada reserva de terras dos índios. Esses dois recuos devem ser corrigidos, se nos quisermos manter fiéis à conquista de nosso Objetivo Político Fundamental.

Concluímos, reafirmando a nossa fé na possibilidade de o Brasil vir a formar entre as grandes nações do mundo, desde que suas elites políticas se mos-

trem capazes de realizar um Plano Estratégico de Desenvolvimento de suas imensas potencialidades geográficas e humanas. Hoje, muito mais do que no passado, a obra de transformação estrutural do território e da educação do povo está extremamente facilitada pelos recursos da engenharia moderna e pelos instrumentos de comunicação e de informação à disposição do homem-operativo. A missão, a grande missão de nos fazer grandes, não deve escapar das mãos dessa geração de brasileiros. ☺

“Não corrigir nossas faltas é o mesmo que cometer novos erros.”

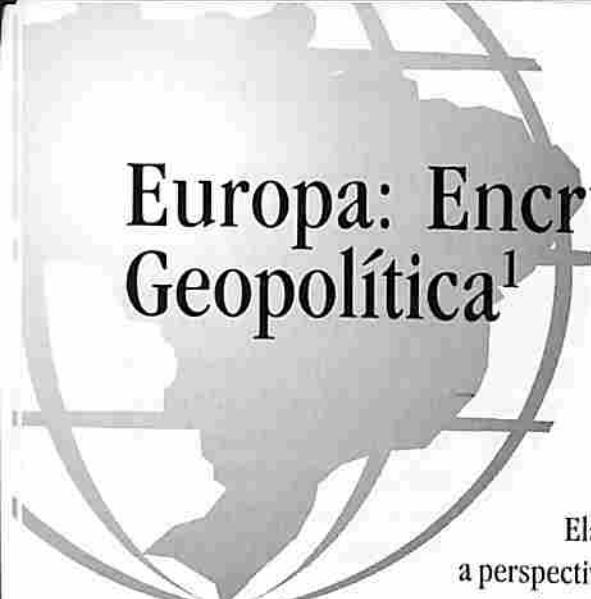
Confucio

“Não se atinge a maturidade de uma Nação sem vencer dificuldades de toda a ordem.”

Marquês de Maricá

“Em todo lugar, lembrar-se da Pátria.”

José Bonifácio



Europa: Encruzilhada Geopolítica¹

Therezinha de Castro*

Elaborado em novembro de 1999, o artigo examina a perspectiva geopolítica da Europa nessa oportunidade, em função do fim da Guerra Fria e seus desdobramentos.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética ocupava 495.000km do território europeu com uma população avaliada em cerca de 25 milhões de habitantes.

Em 1946, em discurso feito no Westminster College em Fulton, Estados Unidos, Winston Churchill destaca essa situação, ao afirmar: *De Settin no Báltico até Trieste no Adriático, uma cortina de ferro desceu através do continente.*

Na realidade, as grandes linhas recortadas de fronteiras impostas pelos tratados assinados entre 1919 e 1921 haviam frag-

mentado a tal ponto a Europa Central e Oriental, que justificariam a necessidade de uma espécie de ferrolho na região. Como a área em questão tornava a URSS comunista vulnerável diante de uma Europa Ocidental capitalista, o Kremlin aí se impôs, satelitizando os países ainda durante a Segunda Guerra Mundial, dando-lhe o devido arremate nos primeiros anos após o seu término.

A Cortina de Ferro, batizada pelo estadista inglês, era, na realidade, uma faixa estratégica estendendo-se do Mar Báltico ao Mar Negro que começara a se for-

mar, ainda em 1939, pelo Acordo Germano-Soviético - os nazistas, invadindo a Polônia, ficavam com o oeste, contando com a cônivência dos comunistas, que recebiam o leste.

Em 1940, em nova partilha entre os dois países totalitários, Berlim concedia a Moscou o direito de anexar três Estados bálticos - Estônia, Letônia e Lituânia - bem como o setor fronteiriço da Finlândia - a Carélia, desde Viborg² até Petsamo, o único porto finlandês no Ártico.

Com a derrota da Alemanha, em 1945, os russos anexavam a Prússia Oriental, transformando Königsberg

* Professora. Do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

² De onde eram deslocados cerca de meio milhão de pessoas, para melhor segurança da cidade russa de Leningrado, hoje novamente São Petersburgo.

em Kalinigrado, firmando o domínio comunista no Báltico.

Impunham sua hegemonia em toda a Polônia, a quem entregavam a Prússia Ocidental, bem como a Silesia e Pomerânia alemãs, transformando-a num satélite soviético.

Com a Alemanha Oriental ocupada pelos russos, a Polônia ficava cercada pelas tropas soviéticas, a tal ponto que o governo de Varsóvia não teve outra saída que a de permitir a permanência do Exército Vermelho no país.

A implantação do satelitismo na Tchecoslováquia, libertada pelos russos no final da Segunda Guerra Mundial, se concretizaria através de um golpe de Estado em 1948. Já então estava em curso a satelitização da Hungria de forma gradual, que culminaria em 1949. Para melhor controlar o governo de Budapeste, a União Soviética anexava a Rutênia, subtraída da Tchecoslováquia, passando a ter fronteira com a Hungria.

Restava para o Kremlin a geoestratégia do Danúbio. Esse rio nasce no setor oriental da Alemanha, já em poder dos russos e, com

seus 2.800km, é a mais importante rota natural da Europa do leste. Desemboca no Mar Negro, o acidente geográfico mais importante da Rumânia, desde 1947 na órbita soviética e já amputada da Bukovina e Bessarábia.

Estava vitorioso o objetivo do Kremlin da formação de uma barreira defensiva do Báltico ao Mar Negro, a *Cortina de Ferro*, que deslocava a fronteira soviética a 250km de Varsóvia, Budapest e Bucarest, três anos após o término da Segunda Guerra Mundial.

ORIGEM DA OTAN

Para alertar que a Europa Ocidental estava a postos e que não iria tolerar mais anexações e satelitizações no continente, na tribuna da Assembléia Geral da ONU, em 28 de setembro de 1948, Paul Henri Spaak, então ministro das Relações Exteriores da Bélgica, dava o recado a Vichinski, Chefe da delegação russa. Textualmente, dizia: *Sem querer entrar no mérito de qualquer regime político, nós afirmamos que, após havermos lutado contra o fascismo e o nazismo, re-*

solvemos não nos submeter a qualquer doutrina autoritária ou totalitária.

Falava no plural, em nome dos aliados do Tratado de Bruxelas, firmado, em março de 1948, por seu país, a Bélgica, e pela Inglaterra, França, Holanda e Luxemburgo. Era uma aliança defensiva de cinco países da Europa Ocidental que, livres do expansionismo alemão, continuavam na presença de grandes forças militares russas, sustentadas por exércitos satélites controlados pelo Kremlin.

É fato, porém, que os cinco aliados de Bruxelas não eram suficientemente fortes para enfrentar o Kremlin, e não contavam com os Estados Unidos voltados, desde 1947, para o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), cujo objetivo era o de afastar o comunismo dos países americanos. Muito embora, em 1948, quando bloqueada a Berlim Ocidental pelos russos, os Estados Unidos, ao lado da Inglaterra, tivessem abastecido por ponte aérea, durante onze meses, dois milhões e meio de berlinenses de carvão e gêneros de primeira necessidade.

Seguindo-se ao bloqueio de Berlim,³ a ameaça soviética contra a Finlândia e Noruega levaria os Estados Unidos a se ligarem aos cinco aliados de Bruxelas.

A OTAN não era um supergoverno, mas uma comunidade onde todos os membros eram Estados soberanos. Nascia para fazer frente ao bloco comunista liderado pela URSS e, no dia 4 de abril de 1949, Truman declarava ao Congresso: *Estou certo de que a resolução dos países livres da Europa de se protegerem a si próprios será acompanhada de uma resolução igual, da nossa parte, de os ajudarmos a assim procederem.*

Iniciava-se a primeira das três etapas seguidas para a formação da OTAN, quando, estudados planos para a defesa da Europa, Washington se convenceu da vulnerabilidade dos cinco aliados de Bruxelas. Na segunda etapa, decididas as principais características da futura OTAN, a Inglaterra e os Estados Unidos entraram em contato para a de-

fesa da bacia do Atlântico Norte, enquanto a terceira etapa se ateve à geoestratégia de incluir zonas periféricas em relação ao núcleo central; daí a entrada do Canadá, Islândia, Noruega e Dinamarca, no norte, e Itália e Portugal,⁴ no sul.

Quatro anos depois do término da Segunda Guerra Mundial, no dia 4 de abril de 1949, os ministros das Relações Exteriores de doze países (dez europeus e dois americanos) se reuniram nos Estados Unidos para fundarem a Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Passando de aliança a comunidade, a OTAN nascia de um reflexo coletivo de defesa, evocando a *herança comum e civilização como referência étnica*, a expressão mundo atlântico se imporia como concepção geopolítica. Por outro lado, reforçava o ponto sétimo da Carta do Atlântico, preconizando que só com a paz se iria permitir a toda a *humanidade atravessar os mares e oceanos sem limitações*.

A OTAN tem, pois, suas raízes na Carta do Atlântico, quando o inimigo expansionista ainda era o nazismo, e o *grande cisma*, usando o termo de Raymond Aron, não havia ocorrido.

No transcurso da primeira quinzena de agosto de 1941, Franklin Delano Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, e Winston Churchill, primeiro-ministro da Inglaterra, se encontraram em repetidas conferências em pleno Atlântico, a bordo do cruzador estadunidense *Augusta* e do encouraçado inglês *Príncipe de Gales*. Dois problemas eram então primordiais – a ajuda dos Estados Unidos à Inglaterra e a de ambos os países à União Soviética.

Os oito pontos da Carta do Atlântico, firmada em 14 de agosto de 1941, procuravam estipular princípios comuns para as políticas nacionais de seus respectivos países, sobre os quais se alicerçavam as esperanças em prol de um mundo melhor.

³ O bloqueio de Berlim durou 323 dias e, em 11 de abril de 1948, os Estados Unidos já estavam preocupados em garantir a segurança do Atlântico Norte. Assim, no dia 11 de julho, por 64 votos contra 4, o Senado permitia que os Estados Unidos entrassem no sistema de aliança dos signatários de Bruxelas, com os quais, no mês seguinte, junto com o Canadá, Washington dava o primeiro passo.

⁴ Portugal, por não ser uma democracia pluralista do tipo ocidental, teve sua entrada contestada pela França, mas contou com o apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra, pela importância que davam aos Açores como ponte aérea para o sul da Europa.

E, para que esse mundo melhor viesse a se implantar, determinavam os três primeiros pontos que a Inglaterra e os Estados Unidos não almejavam nenhuma ampliação territorial; que ambos países respeitariam o direito de todos os povos de escolher sua forma de governo; e que os dois signatários não acatariam nenhuma anexação territorial que estivesse de acordo com os desejos livremente expressados pelos povos interessados.

Na Conferência de Moscou (outubro de 1943), em plena guerra contra o nazismo, na prática, não havia mais aliados, tal a discordância entre Churchill e Stalin.

O expansionismo russo dera origem à formação do AMGOT, anagrama de *Allied Military Government of Occupied Territory*, constituído por funcionários ingleses e estadunidenses. Como a finalidade do AMGOT era a de manter a ordem e administração nos países ocupados, essa organização seria considerada, pelos comunistas, como a *Santa Aliança contra o Socialismo*.

De nada adiantaria o AMGOT nem a própria

ONU, nascida em 26 de junho de 1948. O golpe de Praga, em fevereiro de 1948, sovietizando a Tchecoslováquia, provocaria a ruptura oficial entre o leste e o oeste, detonando a Guerra Fria.

Observe-se que o século XX seria a centúria das organizações internacionais, com a Liga das Nações e culminando com a Organização das Nações Unidas, ambas, como a OTAN, consequentes de conflitos europeus, continente definido por Montesquieu como uma Europa que não passa de uma nação composta de várias.

De um lado está a OTAN, o mal necessário para uma Europa que se procura compor sob uma mesma bandeira azul de estrelas amarelas. Uma bandeira que não consegue conter nacionalismos, muitos dos quais latentes, arraigados num continente que viveu sempre em guerras potencializadas, sobretudo, nos dois conflitos mundiais, de 1914 e de 1939. Diante dessa OTAN dirigida pelos Estados Unidos, um estrangeiro convencional para o continente, procura impor-se à guerra-santa da *Unidade Européia*, sonho de Haushofer - a conjugação

ção de espaço vital. Aí se impõe a encruzilhada da geopolítica européia, ainda bafejada pela extrema direita que o nazismo consa-

O século XX seria a centúria das organizações internacionais, com a Liga das Nações e culminando com a Organização das Nações Unidas, ambas, como a OTAN, consequentes de conflitos europeus, continente definido por Montesquieu como uma Europa que não passa de uma nação composta de várias.

grou, traduzida na superioridade étnica atual do sentimento contra os estrangeiros que Rufin classifica de *novos-bárbaros*. Continente bem longe de ser homogêneo, a Europa tem várias velocidades dentro de uma geometria variável sempre às voltas com problemas comunitários.

FRONTEIRAS DE TENSÃO

Tanto a Geografia Política tradicional quanto a Geopolítica consideram, como fronteiras de tensão, aquelas nas quais se enfrentam os interesses políticos, estratégicos e econômicos das nações. Conflitos fronteiriços ocorreram em todos os continentes, mas a

Europa talvez seja dos mais ricos em exemplos, tendo-se iniciado lá os dois grandes conflitos mundiais. Em consequência, após cinco décadas sob a proteção do Pentágono, a Europa, sem a ameaça, mas ainda com a presença da Rússia e a disfarçada hegemonia da Alemanha, reunificada em 1990, mas ainda não unificada, ainda precisa da OTAN. Essa mesma OTAN que teve por base uma Europa livre da guerra nazista, mas atrelada à geopolítica do confronto da Guerra Fria com a URSS.

Essa mesma Europa que, a despeito da implosão da URSS (1990), ainda se mantém com suas fronteiras políticas bastante fluidas. Donde a OTAN se haver transformado num acordo militar com base numa opção geopolítica, fixando-se em objetivos geoestratégicos, objetivos e opção que a levam a mostrar o reverso da medalha - reverso da medalha que se estende desde o Mar Negro/Tirreno até o Báltico, onde a antiga URSS adquiriu por tratados ou ocupação militar cerca de 500.000km² de territórios.

É verdade que, no Báltico, já estão independentes a Estônia, a Letônia e a Lituânia, mas lá está, em compasso de espera, a Prússia, o núcleo geoistórico da Alemanha, dividida entre a Polônia e a Rússia. Aí, os poloneses deram à Dantzing, alemã, o nome de Gdansk, enquanto os russos chamam a Königsberg, alemã, de Kaliningrado. É ainda incerto o futuro da Carélia, retirada de Suomi, o nome em finlandês da Finlândia, que perdeu para a Rússia 11% de seu espaço político, ou seja, 45.688km².

A Alemanha perdeu, após a Primeira Guerra Mundial, importantes territórios para a França, a Polônia e a Bélgica, países logo invadidos ao iniciar-se, em 1939, o segundo conflito. Ao perder a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha não só seria dividida como sofreria retificações em suas fronteiras. Coube à França a anexação do Sarre,⁵ sob o ponto de vista econômico (moeda e aduanas). O objetivo dos franceses não era meramente o de obter reparações de guerra e, sim, o de compe-

tir contra a potencialidade do Ruhr. Voltando também para o domínio francês a Alsácia-Lorena.

Com a Bélgica ficavam Malmedy e Eupen, enquanto Elten e Sittard eram entregues à Holanda. Já a Polônia, além da Prússia Ocidental, obtinha os territórios no leste da linha do Oder-Neisse, ou seja, a Pomerânia e a Silésia.

A amputação desses territórios é fator de conflitos latentes. Em consequência, a Alemanha reunificada, mas ainda não unificada, deverá suportar ainda por muito tempo que as suas Stettin e Breslau se mantenham com os nomes poloneses de Szczecin e Wrocław? Por sua vez, se a Polônia perder territórios no Ocidente para a Alemanha, não há de querer de volta o que era seu, mas retirado pela Rússia, onde estão Vilna, Brest-Litovsk e Lwow?

Continuam os conflitos latentes, pois, para fazer fronteira com o seu então satélite Hungria, a URSS tomou a Rutênia da antiga Tchecoslováquia, sendo que hoje esse espaço poderia estar englobado na República Eslovaca.

Enquanto a República Tcheca reivindica Teschen (Czezin), que continua em

⁵ Em janeiro de 1957, esse território era reintegrado à Alemanha.

poder da Polônia, a Alemanha reclama os Sudetos (Sudeten), incorporados por Hitler, em 1938, como território etnicamente alemão. Com a aprovação da Conferência de Potsdam (julho de 1945), a Tchecoslováquia expulsou daí a quase totalidade alemã: em condições dramáticas, 10% dos retirantes seriam mortos no caminho, sendo os demais acolhidos na Baviera.

A Bessarábia, retirada da Rumânia pelo Tratado de Paris, de 1947, diminuiu consideravelmente o litoral rumeno no Mar Negro. Nesse setor de fronteiras de tensão, a interiorizada Bucovina, ocupada pelos russos em 1944 e definitivamente anexada em 1947, poderá, junto com a Bessarábia, vir a ser reivindicada pela Rumânia, que disputa parte da Transilvânia com a Hungria e trecho da Dobrudja com a Bulgária.

Eis, pois, o vasto setor da Cortina de Ferro que se desfez em 1991, em compasso de espera, com suas fronteiras fluidas traçadas como meiros expedientes da História.

PONTOS NEVRÁLGICOS

Sem limites definidos, centro de ação do Império

Bizantino, que aí manteve o credo cristão ortodoxo, e do Império Otomano, o propagador do islamismo, os Balcãs, significando, em turco, montanhas, constituem, para o Ocidente, uma Europa contaminada pelo Oriente.

Os Balcãs seriam integrados ao Império Otomano, fechando o Oriente das especiarias aos cristãos. Instalando sua capital em Constantinopla (antiga Bizâncio), em 1453, os turcos otomanos cercavam o Mediterrâneo desde a Síria até a Argélia e, avançando para o norte, chegaram a atacar Viena (1529).

Sempre alvo das potências européias, o *homem doente da Europa*, tal como Nicolau I, czar da Rússia, definia o Império Otomano, este iria sobreviver até a Primeira Guerra Mundial, quando se aliou ao nazismo alemão. Assim, os Balcãs iriam ser libertados pelas armas aliadas (1912-13), enquanto o Armistício de Mudros (1918) marcava o início do fim do Império dos Sultões.

Alvo de nacionalismos e ambições, em 1922 era proclamada a República, com Mustafá Kemal criando a ocidentalizada Turquia

Moderna, detentora das duas margens dos geoestratégicos Estreitos de Dardanelos e Bósforo que a Rússia, desde meados do século XIX, ambicionava - Rússia que chegava ao Mar Negro com a sua Cortina de Ferro, mas sem atingir o Mediterrâneo com a Iugoslávia eurocomunista e a Albânia sinocomunista.

Em 1981, morria Joseph Broz Tito, o sustentáculo da Iugoslávia que, *mero expediente da História*, passava pelo fenômeno típico da transição prost-comunista. Era a metamorfose do comunismo em nacionalismo sob a direção de Slobodan Milosevic - dinâmica geopolítica que se estenderia até 1991, quando se imporia o novo nacionalismo, com o desmoronar da Cortina de Ferro e a substituição da URSS pela CEI (Comunidade dos Estados Independentes), atualmente a provisória Federação Russa.

Impunha-se a política Gorbatchev, com a Rússia pretendendo transformar-se numa nação européia, querendo participar de um espaço europeu de paz e liberdade, tema, aliás, da *Casa Comum* ou União Europeia, política que deixaria no

EUROPA: ENCRUZILHADA GEOPOLÍTICA



ar a indagação: Desaparecido o Eixo Leste/Oeste do confronto entre Kremlin e Pentágono, aceitarão os principais centros geopolíticos europeus uma união com a Rússia?

A despeito de já ter passado uma década, a política Gorbaciov ainda não colheu frutos, já que tanto a União Européia (UE) quanto a OTAN estão bem mais voltadas para a antiga *Cortina de Ferro* e Península Balcânica, onde o ponto central é a desfeita Iugoslávia.⁶

A implosão da Iugoslávia se seguiu à independência da Eslovênia e Croácia, da Macedônia, dirigindo-se a onda secessionista para a Bósnia-Herzegovina⁷ e Kosovo, podendo alastrar-se para a Voivodina e, até, Montenegro, restando, no espaço da antiga Iugoslávia, a Sérvia sufocada e transformada num espelho sem vídro. Daí a frase de Henri Kissinger de que *o mundo de 1990 exige uma nova definição do que seja interesse vital, estratégico, bem como moral.*

A definição de Kissinger se aplica à Cortina de Ferro, hoje com o Leste Europeu sofrendo as mazelas da transição, quer na insegurança humana quanto na incerteza econômica.

Observando-se que, nesses países do Leste Europeu, ao conquistarem a liberdade de expressão e o direito de voto, se viram às voltas com dificuldades, ante a transformação política, já que as idéias totalitárias não desaparecem com tanta facilidade e nem se traduz facilmente em riqueza e investimentos estrangeiros.

Quando a Rússia implodiu, toda a economia integrada do COMECOM desmoronou.⁸ O planejamento soviético centralizado levava cada área a se especializar num determinado produto. As vendas, antes garantidas pelo planejamento centralizado, não foram mais possíveis, aumentando o desemprego e fazendo, na mesma proporção, a renda cair.

O tipo de ajuda que o Plano Marshall ofereceu

para levantar a Europa Ocidental do pós-guerra não foi feito nos países do Leste Europeu. Daí a caracterizada *transição de ferro* contrastando com a de *veludo* ocorrida na Polônia, República Tcheca e Hungria que, contando com a Alemanha, o vizinho rico, levou-as a serem admitidas na OTAN e se candidatarem à UE, o *novo muro* que precisam derrubar.

Derrubando os limites da Guerra Fria, ao admitir, em 12 de março de 1999, os três países ex-integrantes da Cortina de Ferro, a OTAN dava um passo histórico que preocupava a Rússia. Em artigo escrito para o *Los Angeles Times*, no mesmo dia da admissão, Gorbaciov ressaltava a gravidade do mal-estar russo, comparando ter sido o fato tão humilhante para a Rússia quanto o Tratado de Versalhes o foi para a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial. Para o líder mentor da *perestroika* (abertura) e *glasnost* (transparência), parece haver no Ocidente *uma meta secreta de obter vantagem*.

⁶ A integração com o Leste Europeu vem-se fazendo, gradativamente, tanto no contexto da UE quanto da OTAN, com a admissão da Polônia, República Tcheca e Hungria, enquanto, ainda em 1991, a Eslovênia e Croácia católicas, desligando-se da Sérvia (simpática à Rússia ortodoxa), se encaminharam para a independência reconhecida, no ano seguinte, pela UE.

⁷ E, no entanto, seguindo sua política ocidentalista, a Rússia contribuiu para as forças multinacionais nesse duplo país cristão-muçulmano.

⁸ Em 28 de junho de 1991, o COMECOM era dissolvido.

gens geopolíticas em detrimento da Rússia.

A Rússia tendo, tanto na OTAN quanto na UE, as portas fechadas para o seu ingresso, transformou-se num país politicamente instável, de onde o capital foge, agravando ainda mais o fato de a elite econômica ter-se apoderado dos recursos estatais sem repassar os lucros ao governo. Daí ser sobremodo utópico o *Ato Fundador sobre as Relações, a Cooperação e Seguranças Mútua entre a OTAN e a Federação Russa*, publicado em Paris, em 27 de maio de 1997.

Com a liquidação do Pacto de Varsóvia, em 1º de julho de 1991, e o fim da União Européia, em 25 de dezembro do mesmo ano, desfazia-se o Eixo Leste/Oeste do confronto caracterizado pela Guerra Fria. Especifica o Ato Fundador que a Rússia *fez profundas reduções nas suas Forças Armadas, retirando-as numa escala sem precedentes, dos países da Europa Central e Oriental e dos países bálticos e retirou todas as suas armas para o seu próprio território*. Em con-

trapartida, assinala o mesmo Ato Fundador que a OTAN *reviu sua doutrina estratégica para ter em conta o novo ambiente de segurança na Europa*. Afirma ter reduzido radicalmente as suas forças convencionais e nucleares, mas continua a adaptá-las. Continua afirmando o referido documento que, embora a OTAN e a Rússia não se considerem adversárias, a Aliança Atlântica continuará a alargar suas funções políticas, encarregando-se de novas missões de manutenção de paz e de gestão de crises em apoio das Nações Unidas (ONU) e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Em 24 de abril de 1999, os 19 países da OTAN⁹ assinavam um documento estabelecendo novo conceito estratégico da aliança que, praticamente, se transformava numa espécie de polícia regional, pois além da defesa coletiva terá papel de gestão em crises que venham a ocorrer na zona euroatlântica, justificando-se, com isso, a intervenção no Kosovo.

Como nem todos os países europeus integram a OTAN, foi aprovada uma declaração reconhecendo o crescente papel da UE na

A Rússia tendo, tanto na OTAN quanto na UE, as portas fechadas para o seu ingresso, transformou-se num país politicamente instável, de onde o capital foge, agravando ainda mais o fato de a elite econômica ter-se apoderado dos recursos estatais sem repassar os lucros ao governo.

defesa e segurança do continente, bem como o seu direito de aprovar ação militar onde a aliança do Atlântico Norte não estiver engajada.

Enquanto a megapotência da América se firma na Europa, a Rússia se mostra em refluxo. A demografia eslava continua a se estagnar em face do dinamismo dos povos muçulmanos da Ásia Central, onde seu mundo euroasiático, como uma banquisa caída em mares quentes, se fragmenta.

A Ucrânia e o Bielarus procuram abrigo no seio da Europa, enquanto no Cáucaso estouraram conflitos étnicos, como o da Chechênia-

⁹ Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Holanda, Hungria, Inglaterra, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Portugal, República Tcheca e Turquia.

Ingusétia, tudo acontecendo no momento em que tanto a Rússia quanto a OTAN adotam, entre outros pontos, pelo Ato Fundador de 1997, o compromisso da *prevenção de conflitos e resolução de litígios por meios pacíficos, em conformidade com os princípios da ONU e OSCE*.

Sem ter o seu aval para entrar na OTAN, a Rússia, como prêmio de consolação, faz parte do Conselho Conjunto Permanente, *um mecanismo para consultas, coordenação e, na medida do possível, quando adequado, para decisões conjuntas e para ações conjuntas que digam respeito a questões de segurança de interesse comum*. Trata-se de um órgão de consulta, mas *as consultas não abrangem assuntos internos da OTAN, dos Estados membros da OTAN ou Rússia*. Assim, a OTAN bombardeou a Sérvia, fazendo a Rússia o mesmo com a Chechênia,¹⁰ pois as disposições desse Ato Fundador *não dão, nem à OTAN nem à Rússia, de qualquer maneira que seja, um direito*

de veto sobre as ações de outra parte, nem violam ou restringem os direitos da OTAN ou da Rússia de tomar decisões ou de atuar de forma independente.

No momento, a Rússia de um lado e a OTAN do outro nos leva a refletir sobre o *Memorandum Monet* divulgado há quase meio século, em 3 de maio de 1950.¹¹ *A Europa não existe. Ela nada mais é do que a soma de soberanias reunidas em conselhos que criaram uma entidade. É necessário que surja uma Europa que se manifeste por si própria como também a opinião estadunidense, para que ela tenha confiança em seu próprio futuro.*

Em consequência, observa-se nos dias de hoje que a Europa não domina mais o mundo e que, em crise, não é senão um dos pólos do sistema internacional, onde as noções de supremacia, de equilíbrio e de acordo são produtos de uma época de transição, na qual alguns Estados-nações se vêem como entidades soberanas dotadas de uma missão.

CONCLUSÃO

Numa Europa em crise, o *Transição 1999*, relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) divulgado em julho do referido ano, destaca que não há muito o que comemorar nos dez anos da queda do muro de Berlim e conclui que miséria, desemprego, criminalidade, doença, estagnação econômica tornaram penosa para a maioria a passagem do sistema autoritário para o democrático.

Diferindo do processo pacífico do Leste Europeu, o Exército sérvio, para evitar a implosão da Iugoslávia, tentou reprimir a independência da Eslovênia e da Croácia, sem o conseguir. Isso porque, na primeira, o aval da UE, reconhecendo o fato como consumado, veio poucos meses depois; na segunda, o processo foi mais difícil, exigindo o cessar-fogo da ONU (1º de janeiro de 1992), seguido do imediato reconhecimento por parte da UE. A independência desses dois países cristãos inte-

¹⁰ Reprovando a OTAN, em março de 1999, de bombardear a Iugoslávia, a acusadora Rússia passava, em outubro do mesmo ano, a acusada, ao agir do mesmo modo com a Chechênia. Ironicamente, Moscou assimilou a lição de dois mestres - a de Milosevic para os objetivos perseguidos, a da OTAN pelo método empregado.

¹¹ Transcrito por *Le Monde* (9 de maio de 1970) e *Defarges in Relations Internationales - Questions Regionales*. Volume 1.

ressava, em muito, à Áustria e à Hungria, sem litorais, para a obtenção de passagem bem mais segura para o Mediterrâneo.

Já a Guerra da Bósnia (1992-95) foi bem mais sangrenta. Aí, devidamente autorizada pela ONU, foram realizados bombardeios localizados pela OTAN. Em dezembro de 1995, era assinado o *Acordo de Dayton*, criando a Federação da Bósnia (muçulmano-croata) e a República Sérvia da Bósnia, ainda supervisionadas por tropas da ONU.

Submetida a sanções internacionais desde a Guerra da Bósnia, a Sérvia regredia territorial e economicamente. Daí o governo de Belgrado haver intensificado sua ação no Kosovo, recusando um acordo para manter a autonomia dessa província, de retirar suas tropas da área e de aceitar no local a presença de forças da OTAN. Prosseguia com a expulsão maciça da população albanesa, agindo contra o ELK (Exército de Libertação do Kosovo), que tentava a independência dessa província com 90% de islâmicos.

Não vendo acatadas suas advertências, a OTAN iniciava o bombardeio da

Sérvia (24 de março de 1999). O Conselho de Segurança da ONU, teoricamente responsável pela paz e segurança internacionais, não foi consultado, sabendo os Estados Unidos que a ação seria vetada pela China e pela Rússia. Esse grave precedente mostraria que a ação da OTAN, longe de ser humanitária, foi bem mais ofensiva contra um estado soberano, após o exercício de diplomacia coercitiva.

A OTAN colocava a ONU em posição marginal, dada a clareza de sua Carta, quando diz que o uso da força só é permitido contra qualquer ataque direto ou sob autorização expressa do Conselho de Segurança - destaque ainda para a agravante, já que o tratado que criou a OTAN determina que a referida organização militar deve seguir as normas da ONU.

A política da intervenção pela Santa Aliança (união das potências europeias), ineficaz para sufocar o nacionalismo na América e na própria Europa no século XIX, era, sobremodo, ressuscitada no final do século XX. Procurando salvaguardar a credibilidade da aliança mili-

tar, o ataque da OTAN à Sérvia poria fim a qualquer convivência multiétnica nos Bálcãs, observando-se que, diante das tropas de ocupação da OTAN, às quais depois se juntaram as da ONU, os sérvios, de agressores, passaram a ser atacados pelos retornados albaneses-kosovares, também direcionando o seu alvo contra os ciganos.

Por outro lado, a ação da OTAN nesse indefinido espaço euroasiático para salvaguarda do interesse comunitário da UE acabou por atingir dois países da própria aliança militar do Atlântico Norte - a Grécia e a Turquia.

A Grécia, já membro da UE, de religião cristã ortodoxa como a Sérvia, sendo a essa mais simpática, saaria perdedora, ficando ainda geoestrategicamente vulnerável, cercada pelo Kosovo, Albânia e Macedônia, onde é ativa a população muçulmana.

A Turquia, desde 1993 apoiando de modo incondicional a guerrilha albanesa-kosovar, saía vitoriosa. Aspirando entrar na EU, sabendo bem que recuperou seu posicionamento na aliança militar atlântica, minimizado, sobremodo, com o

fim da Guerra Fria. À semelhança da Inglaterra, a Turquia despreza a ação comunitária da Europa, pelo fato de serem as duas aliadas incondicionais dos Estados Unidos. A primeira, no flanco ocidental, é reacionária na UE ao rejeitar o *euro*, a moeda única que quer fazer frente ao dólar. A segunda, no flanco oriental, que vem batendo, sem ser atendida, na porta da UE, passa a acreditar que, pelo menos a médio prazo, o governo de Washington tudo fará para vê-la integrada ao bloco econômico europeu.

Perdeu a Rússia, empurrada ainda mais da Europa, de quem se quer aproximar, por ver a sua aliada Sérvia sufocada, perdedora de todos os conflitos secessionistas. Saía a Rússia desmoralizada perante a OTAN com a derrota dos *irmãos eslavos cristãos ortodoxos*, depois que seu negociador Victor Chernomirdin foi obrigado a aceitar o plano de cessar fogo que pouco difere das exigências iniciais feitas à Sérvia pela Aliança Militar do Atlântico Norte.

A questão da Sérvia destaca ainda a união em crise entre os membros da OTAN, sabendo-se que os *dois falsoes* da Aliança, Estados

Unidos e Inglaterra, defenderam a continuidade dos ataques, quando outros dirigentes europeus titubeavam diante da demora dos bombardeios, causando a morte de civis.

Consta também que o Pentágono tem privado seus aliados da OTAN sobre detalhes em certas missões de combate à Iugoslávia. Isso para assegurar o estrito controle sobre todos os ataques com mísseis de cruzeiro e bombardeios guiados com radares e guardar segredos táticos e estratégicos que possam ameaçar a vida de seus pilotos.

A ação da OTAN marginalizou a ONU, que só entrou no jogo quando se fez necessária uma saída diplomática, concluindo-se que a força internacional, o KFOR, sob tutela da ONU, entrou em Kosovo como suporte logístico da OTAN, para restabelecer uma estabilidade ainda muito longe de ser alcançada. Isso porque interferências em lutas étnicas, na maioria das vezes, só prolongam os conflitos sem trazer a paz.

Finalmente, a região balcânica, já autodenominada de Sudeste Europeu, terá de ser recuperada da década perdida. Tudo irá

depender do *Pacto de Estabilidade do Sudeste da Europa*, região que conta com uma população estimada em 52,8 milhões de pessoas, com dívidas externas chegando a US\$ 54,98 bilhões.

Firmado em 30 de julho de 1999, em Sarajevo, esse pacto destina-se a estabelecer a democracia na região, economias prósperas de mercado, sociedades pluralistas abertas, nas quais sejam respeitados os direitos humanos, incluindo o das minorias nacionais. Procurará ainda o pacto facilitar a integração dos países balcânicos que o desejarem, nas estruturas euroatlânticas, significando uma ampliação da OTAN.

País castigado por 11 semanas de bombardeios, a Sérvia não irá receber a ajuda humanitária, mesmo com a Rússia advertindo que 10 milhões de pessoas enfrentarão grandes dificuldades no inverno. A Sérvia terá de ficar isolada, enquanto Milosevic estiver no poder. O problema será o de encontrar quem o substitua a contento, visto que os poucos que contam com força popular não pensam muito diferente.

A realidade é que, apesar de a população estar, sobremodo, aliviada com o fim dos ataques, a derrota com a perda do Kosovo,¹² considerado o sítio histórico sagrado da Sérvia, deixou ferido o orgulho nacional e arranhada a sua soberania.

Tudo é reflexo de uma Europa que se encontra numa encruzilhada geopolítica. Continente dividido e subdividido em pequenas nações com fronteiras muitas das quais inviáveis, inserido num contexto de maior espaço territorial que é a UE. Pequenas nações que sobrevivem, segundo Ives Gandra, *não como uma confederação de países soberanos, mas como uma federação de nações autônomas subordinadas a poderes comuns*. Assim, na encruzilhada geopolítica europeia, o Parlamento de Bruxelas e o Conselho do Atlântico Norte são os poderes comuns, cujas decisões ou deliberações, em suas respectivas áreas de competência, terminam prevalecendo sobre a dos órgãos locais de idêntica atuação que estão a servi-

ço de autênticos governos paroquiais.

Conclui-se ainda que a Europa, que se encontra em autêntica encruzilhada geopolítica, é uma península do Velho Mundo marcado por tensões. E assim, nem mesmo no Tratado de Roma (1957), o termo *europeu* era oficialmente definido. Em consequência, o Tratado de Maastricht (1992), no artigo 8º, ao instituir a cidadania, se limita a confirmar que é *cidadão da União qualquer pessoa que tenha nacionalidade de um país membro*, continuando, no título VII (artigo O) das disposições finais, que *qualquer Estado europeu pode pedir para se tornar membro da União*. A complexidade do texto desse tratado se justifica, pelo compromisso que unia 12 países de políticas divergentes, vivendo num incerto contexto europeu e, até mesmo, internacional.

A encruzilhada geopolítica induzia o Conselho Europeu de Lisboa (1992) a justificar que o termo *europeu combina elementos geográficos, históricos e culturais que, juntos, contribuem para União Euro-*

péia, cujos contornos serão construídos com o tempo. Contornos cujo núcleo foi uma Europa Ocidental, habituada à solidez do conceito de Antigo Continente, que hoje se vão alargando ou querem alargar-se com a entrada de Estados recentes, como a Croácia e Eslovênia, por exemplo, e que se querem resguardar de antigos, como a Rússia, que é européia aquém dos Urais.

Antes da implosão da URSS, havia pleno exercício do *poder dissuasório* para a manutenção da paz, e a ordem internacional se baseava no equilíbrio entre as superpotências pelo Pentágono e pelo Kremlin.

Finda a Guerra Fria, com certa carga ideológica, George Bush criava a expressão *nova ordem mundial*. A Carta da ONU que defendia a segurança das nações era suplantada pela *segurança dos povos* e o conceito de soberania para uns poucos nos levava a viver num mundo supranacional ou transnacional, com a prevalência muito clara do governo de Washington, impondo-se, pois, a encruzilhada geopolítica da Europa

¹² Foi nos arredores de Pristina, a capital da província, que se travou, em 15 de junho de 1389, a Batalha do Kosovo, onde morreram, no confronto, o Rei sérvio Lazar e o Sultão turco Murad.

conseguindo certa unidade econômica soerguida pelo Plano Marshall, mas carecendo da unidade política, tendo de aceitar os Estados Unidos na posição confortável de *nação-guia*, num

contexto que chega, por vezes, a ignorar a própria ONU, onde todas as nações são ditas iguais, mas que, na realidade, revela serem umas mais bem iguais do que as outras.

E é nesse modelo em crise da ONU que os países terão uma séria questão para repensar: Devem os direitos humanos ter precedência sobre a soberania dos Estados? ☺

BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond. *Le Grand Schisme*. Paris, 1948.
- _____. *Paz e Guerra entre as Nações*. Editora Universidade de Brasília, 1962.
- BOYD, Andrew. *Atlas de Política Mundial*. Editorial Ibéria S. A. Barcelona.
- CHAUMONT, Charles. *L'ONU*. Presses Universitaires de France. Paris, 1959.
- DEFARGES, Philippe Moreau. *La Politique Internationale*. Hachette. Paris, 1990.
- _____. *Relations Internationales - Questions Regionales*. Editions du Seuil. Paris, 1993.
- DELMAS, Claude. *L'OTAN (Organization du Traité de l'Atlantique-Nord)*. Presses Universitaires de France. Paris, 1960.
- _____. *Le Monde Atlantique*. Presses Universitaires de France. Paris, 1958.
- GANDRA, Ives da Silva Martins. *O Desafio Mundial*. Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval - Simpósio O Labirinto Político-Estratégico Mundial: os Rumos Brasileiros. Rio (6, 7 e 8 de maio de 1992).
- PARMENTIER, Giillaume. *Le Retour de l'Histoire (Stratégie et Relations Internationales Pendant et Après)*.
- PORTUGAL na NATO. *Nação e Defesa nº 89. Primavera de 1999. 2ª Série*. Instituto da Defesa Nacional. Lisboa.
- RENOUVIN, Pierre et Duroselle, Jean Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. Disusão Européia do Livro. São Paulo, 1967.
- SPAAK, Paul Henri. *Pourquoi l'OTAN*. Paris, 1959.
- ZORGBIBE, Charles. *Le Relations Internationales*. Presses Universitaires de France. Paris.

*“Não se atinge a maturidade
de uma Nação sem vencer dificuldades
de toda a ordem.”*

Marquês de Maricá

O Mito de Salvador *Fortaleza Forte*

Mário Mendonça de Oliveira*

Justificando o título, o autor apresenta um esboço histórico da construção inacabada do sistema de defesa português em Salvador.

Não seria demais falar de um mito da cidade fortaleza forte que foi Salvador. Realmente, a cidade, nos primórdios da sua fundação, desfrutava de razoável condição de defesa, uma vez que a ameaça imediata era a do silvícola, que não podia opor ao colonizador mais que a ação das suas armas rudimentares, mesmo que hâbeis arqueiros, conhecedores do terreno e homens de invulgar coragem. Para isso, o precário muro de taipa de pilão, com sabor de defesa medieval, que foi erguido, ainda sob a orientação do mestre Luiz Dias, segundo traçados gerais vindos do Reino, respondia adequadamente à

sua função. O problema é que a cidade cresceu de maneira acelerada, como esclarecem os cronistas, dentre eles Gabriel Soares, e a cobiça crescente de outros povos europeus fez da costa brasileira palco das correrias de corsários, aventureiros e contrabandistas e, mais tarde, de empresas de maior escala, que tornaram a Cidade do Salvador, *Cabeça do Brasil*, um local desejado.

Essa metrópole era, porém, ao contrário do que apregoaram alguns historiadores louvaminheiros, muito vulnerável aos ataques externos de exércitos modernos e bem organizados da época, detentores de artilharia, *arma infernal* que,

a partir do século XVI, já detinha razoável eficiência. Nesse sentido, Gabriel Soares, em 1587, já demonstrava a sua preocupação a respeito da nossa vulnerabilidade, ao afirmar: *Não parece despropósito dizer neste lugar que tem el-Rei nosso senhor obrigação de com muita instância mandar "acudir ao desamparo em que esta cidade está"* (grifo nosso), *mandando-a cercar de muros e fortificar como convém ao seu serviço e à segurança dos moradores dela...*¹

O crescimento vertiginoso e desordenado da Cidade do Salvador (continua ainda em nossos dias), especialmente a partir do século XVII, criou dificuldades na edificação de um perímetro fortificado seguro, dentro dos postulados da

* Historiador.

¹ SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Lisboa. Alfa, 1989, p. 85.

antipoliorcética, ou, como diziam os antigos engenheiros militares, dentro das *máximas* que as escolas *modernas* de fortificação estabeleciam, especialmente as escolas italiana, holandesa e francesa. No caso da Baía de Todos os Santos, os problemas multiplicavam-se porque, sendo uma das maiores baías do planeta (*que podia abrigar todas as esquadras do mundo*), a abertura da sua barra não permitia qualquer cerceamento ao acesso de naus inimigas, que poderiam passar, ao largo, sem serem hostilizadas pela artilharia. Além do mais, Portugal nunca foi um país rico, e a Fazenda Real abria suas portas muito parcimoniosamente para fazer investimentos por aqui, em vista dos problemas que tinha com as possessões e colônias da África e da Ásia, cujo investimento era muitas vezes maior que o retorno, situação agravada pelo seu tradicional endividamento com países europeus. Assim, o desenvolvimento das nossas fortificações ficava a depender principalmente das *imposições*

locais sobre os vinhos, o óleo das baleias, ou outros produtos de comércio, cujo ingresso de recursos não era compatível com as necessidades de uma fortificação em larga escala, como a cidade exigia.

A preocupação com a vulnerabilidade da nossa cidade não é uma simples *impressão* que se pode deduzir da leitura de documentos antigos. Ela é explicitada, com toda clareza, especialmente nos escritos dos especialistas do assunto, os militares, particularmente os engenheiros militares que por aqui estiveram, trabalharam ou viveram. Assim, no alvorecer do século XVII, o Sargento-Mor e Capitão da Costa do Brasil, Diogo de Campos Moreno, referiu-se no seu relatório: *A sidade do Salvador pode ser lugar muy forte e ben guardado os navios q'nelle estiveren fazendose o q'sua mag.^c tem mandado o anno de seis sentos e seis (1606) pelas plantas q fes o engenheiro fran. de frias e confirmou e emendou tiburtio espanochi engenheiro mor despanha...²* Ou seja, *pode ser, e não era*. Para

que chegasse a ser, seria mister que se executasse o plano do Engenheiro Francisco Frias, com a aprovação e ajustes feitos pelo famoso Tibúrcio Spanocchi, engenheiro-mor da Espanha, cuja Coroa se encontrava unificada, naquele momento, com a de Portugal.

Em vista de não ter sido concluída a fortificação da cidade é que os holandeses nela entraram com a maior facilidade, em 1624. Estes, ao se assenhorearem da praça, trataram de fortificá-la, porque, como bons especialistas, consideravam-na desprotegida para lhes garantir a defesa. Fizeram fortés de terra na ermida de S. Pedro e no atual Outeiro do Barbalho, organizaram posições defensivas no Santo Antônio Além do Carmo, barraram o Rio das Trípas criando o *dique pequeno*, que veio a ser chamado, posteriormente, *dique dos holandeses*, e outras defesas mais.

O período que sucedeu à invasão e à restauração da Cidade do Salvador mostrou que era importantíssimo fortificar a nossa cidade e o Morro de S. Paulo,

² ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Relatório de Diogo de Campos Moreno - 1609 - Coleção de Plantas, Mapas e Outros Documentos Iconográficos. Documento 68 (Maço 599).

chave da defesa das *Três Vilas*, antiga designação dos documentos reais para Cairu, Boipeba e Camamu, consideradas, textualmente, como os *celeiros* que abasteciam Salvador, sem os quais seria impossível manter esta praça. A demonstração cabal da fragilidade do nosso sistema defensivo, com a tomada da cidade pelos batavos, fez com que, mesmo envolvido com as guerras da Restauração e com as dificuldades financeiras do pós-guerra, o Governo português decidisse melhorá-lo, investindo alguma coisa da fazenda real mas, principalmente, criando *imposições*. Na cidade, algumas defesas foram restauradas e/ou receberam melhorias e teve início a construção do Forte de S. Marcelo, cuja obra se arrastou por longos anos.

Todavia, o relatório anônimo³ datando provavelmente de 1671 ou 1672, mesmo que não fizesse um

comentário das defesas como um todo, não tinha observações muito lisonjeiras em relação às fortalezas relacionadas.

Somente no fim do século XVII, por meio do Capitão Engenheiro João Coutinho, que veio de Pernambuco, por determinação da Corte, tentou-se fazer um plano em larga escala para defender a cidade, que encontrou desprotegida. Afirmava ele: *Na Bahia não tem o pouco imposto algum p.^a as fortificações, sendo q he a Praça do Brazil, q mais careçe dellas, porq sendo húa bahia aberta, em q se não pode por nenhum caminho impedir a entrada do inimigo, e o poder lançar g.^{ta} em terra no Reconcavo, nem sequer até a Cidade está capaz de se defender. E agora q se intenta fortificala, co'muita razão deve o povo concorrer p.^a isto, pois tanto lhe importa a sua conservação.⁴* O projeto de

Coutinho jamais foi executado, salvo algumas partes, de modo que Bernardo Ravasco Vieira, irmão do Padre Antônio Vieira, que foi Secretário de Estado por muitos e muitos anos, levantava em seu *Discurso* a seguinte reflexão: *Morreu o Engenheyro, despoz o Gov.^{or} Mathias da Cunha, tudo ficou no mesmo ser athé hoje, e só crescerão as ruynas, e nellas os Arvoredos⁵* (grifos nossos).

O apagar das luzes do século XVII caracterizou-se pela polêmica sobre se a *Cabeça do Brasil* deveria ter fortificações de pedra e cal ou de *torrão*, leia-se, de terra. No fundo, reaparecia o velho dilema de bajular o soberano, poupando a sua fazenda, sempre avara e/ou sem recursos e, de outra parte, fazer fortificações adequadas e duradouras. Enquanto se discutia, nada se fazia, a não ser arrotar bravatas inconseqüentes como as

³ Biblioteca da Direcção da Arma de Engenharia (Portugal). Papéis Militares, v.1, nº 1.608. O primeiro documento é a relação de receita e despesa de manutenção da praça da Bahia (nº 90). No segundo documento está uma relação de artilharia e soldados das fortificações de Salvador e do Recôncavo, feita por solicitação de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, 1^a Visconde de Barbacena, que governou de 1671 a 1675 (nº 91), e o terceiro documento é a *Memória dos Fortes q ha Nesta Praça da B.^a e o seu reconcavo, capitaens q os ocupão e soldos q vençem* (nº 92). Embora não esteja datado, temos uma idéia aproximada em virtude de ter sido solicitado pelo Visconde de Barbacena. Há possibilidades de que tenha sido elaborado pelo Capitão Engenheiro Antônio Correia Pinto, destacado nesta época para Salvador.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino. Ms. 245 (Bahia) - Registro de Cartas Régias (1675-95), fl. 123.

⁵ Código de cópias de documentos do Conselho Ultramarino do Arquivo de Évora - Na fl. 285 tem inicio o discurso feito por Bernardo Vieira Ravasco, irmão do Padre Antônio Vieira. Cota: CV/1-17, fl. 293.

de Câmara Coutinho,⁶ parafraseando Platão: *As verdadeiras muralhas haveriam de ser os peitos dos soldados...*⁷ Ora, o Mestre-de-Campo Miguel Pereira definiria, alguns anos depois, de maneira bem categórica, a situação dessas tropas, como veremos em citação posterior.

Vem o século XVIII, as ameaças de invasões continuam, e a Coroa de Portugal resolve, mais uma vez, fazer um sistema fortificado digno para a capital portuguesa das Américas. Logo no início deste século, em 1709, o Tenente de Mestre-de-Campo Miguel Pereira da Costa é mandado para a Bahia. Era ele uma das maiores patentes que veio com destino de aqui servir, um engenheiro experimentado nas campanhas do Alentejo, como combatente e como fortificador. Ao lado do tremendo choque cultural que o deixou perplexo diante dos costumes da nova sociedade e saudoso do seu Alentejo, assaltado por aquele *transoceanismo*, no dizer do Mestre Capistrano,

manifestou o seu desespero por encontrar uma cidade completamente despreparada e sem defesas para fazer face a um eventual inimigo. A um certo Padre Mestre, certamente um jesuíta, seu antigo professor, dizia em carta datada de 18 de junho de 1710: ...está tudo aqui no maior desamparo, a praça aberta, e exposta a q.¹ q.¹ invazão, o q m.¹⁰ destes morad.¹¹ não considerão, pella aversão q tem a se fortificarem, dizd.¹² ser impraticavel o vir cá o inim.¹³ q.^{do} já o experimen-taram no tempo q os Hollandezes ocuparão esta praça, e he rediculo o dizerem se não poderá aqui conser-var, pois não considerão a perda das part.¹⁴, a q terá el Rey na falta de tão import.¹⁵ frota, e o q será necssr.¹⁶ sahir de Portugal p.¹⁷ expul-sar este inim.¹⁸; e q.¹⁹ ao impraticavel pella aspereza dos bosques, ou estreteza dos pasos, seria assim se nelles houvesse quem o impedisse, mas na tal occa-zião os poucos brancos cui-darão em transportar o precioso a p.¹¹ segura, os

negros em procurar a libe-
rda-de, q.¹⁰ mais q sem venser
aquellas difilculd.¹¹ tem o
inim.¹² aqui perto da cid.¹³ p.¹⁴
onde fasa dezembarque sem
oposição (...). No relatório
preliminar que fez, que ele
mesmo intitulou *Extracto
da fortificação desta Praça
da Bahia estado em q se
acha, remédio de q neççita*
(sic), diz textualmente: ...es-
tas obras com q esta praça
se acha p.¹⁵ sua defensa, e
“todas em miseravel es-ta-do”(grifo nosso) por q sen-
do tão pequenos, q não tem
a capacid.¹⁶ nececr. p.¹⁷ o
ouzo (sic) da artelhr.¹⁸, pois
sendo neçecario fazer fogo
violento em poucos tiros
ficará em capas de laborar (,)
tem o seo pavim.¹⁹ ou ex-
planada em termo de não
poder rodar qualquer pessa,
e necessitando tudo de
promo remedio.²⁰

Quando se fala em Mi-guel Pereira da Costa, é mis-
ter, sempre, prestar-lhe as
honras de que foi merece-
dor. Ele, que muitos anos
por aqui viveu e que aqui
parece ter falecido, cessado
o choque inicial que se ob-
serva na sua primeira corres-

⁶ Governador-Geral de 1690 a 1694.

⁷ Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1950, v. 89: Consultas do Conselho Ultramarino - Bahia 1673-94.

⁸ Relatório de Miguel Pereira da Costa. Documentos Avulsos da Biblioteca da Ajuda. Cota: 54-IX-8 - n^o 60. Número de catálogo: 1.814(60). Gráfia original.

pondência com o Reino, passou a amar esta terra. Seguiu sempre trabalhando nas edificações do sistema fortificado do Morro de S. Paulo e da Cidade do Salvador, apoiado pelo então Capitão Engenheiro Nicolau Abreu de Carvalho.⁹ Especialmente as obras do Morro de S. Paulo, que ele julgava, com muito acerto, serem de grande importância estratégica, vieram trazer muitos dissabores a este competente e íntegro engenheiro, quando o peso dos anos já não lhe permitia assimilar com facilidade esses revéses. Essas contrariedades, possivelmente, levaram esse homem de brio à loucura e à morte. Um certo provedor-mor, o Desembargador Pedro de Freitas Tavares Pinto, resolveu acusá-lo perante o Rei de irregularidades nas obras do morro, por não lhe ter dado parte de obras de cortinas que ligavam ao Forte Velho.¹⁰ Em sua defesa, além do companheiro e

colega Nicolau Abreu de Carvalho, vem o próprio Vice-Rei, o Conde de Sabugosa, informando: *Foy tão desordenada a paixão com que sempre procedeo o Dez.^{or} Pedro de Fraytas Tavares Pinto, servindo de Provedor mor da fazenda, a respeito do M.^c de Campo Engenheiro Miguel Pereyra da Costa, que cuydou por todos quantos meyos podia escoagitar (sic) a malevolencia em desluzir a sua grande capacidade, e aquelle honrado procedimento, desinteresse, e exacção com que se asignalou e distingui no serviço de V. Mag.^c com notoria satisfação das suas obrigaçoens, de sorte que moralmente me persuado que foi a total cauza de passar a sua melancolia, a doudisse (sic), e desta á morte. Contra-argumentando as invectivas, chega a ser duro ao dizer o Vice-Rei: A esta escandalzoza preposição dezejava eu responder como era justo, porem a modestia,*

e a veneração com que devo fallar na prezença de V. Mag.^c me impossibilita...¹¹

O reconhecimento, por parte da Coroa portuguesa, da fragilidade das defesas de importantes cidades brasileiras como Salvador, Recife e Rio de Janeiro¹² fez com que o monarca de Portugal desse a patente de brigadeiro a João Massé - tido por muitos como francês de nação mas que, na verdade, era inglês - para vir ao Brasil, na qualidade de experto da castramentação, para melhorar as defesas destas praças e de outras vizinhas. Em Salvador, contou ele com a colaboração de engenheiros locais, que já conheciam a realidade do terreno, como o nosso Mestre-de-Campo Miguel Pereira da Costa e o Capitão Gaspar de Abreu, este último lente da Aula de Arquitetura Militar da Bahia, criada em 1713.¹³ Como sempre, do majestoso projeto de fortificações proposto para Salvador,

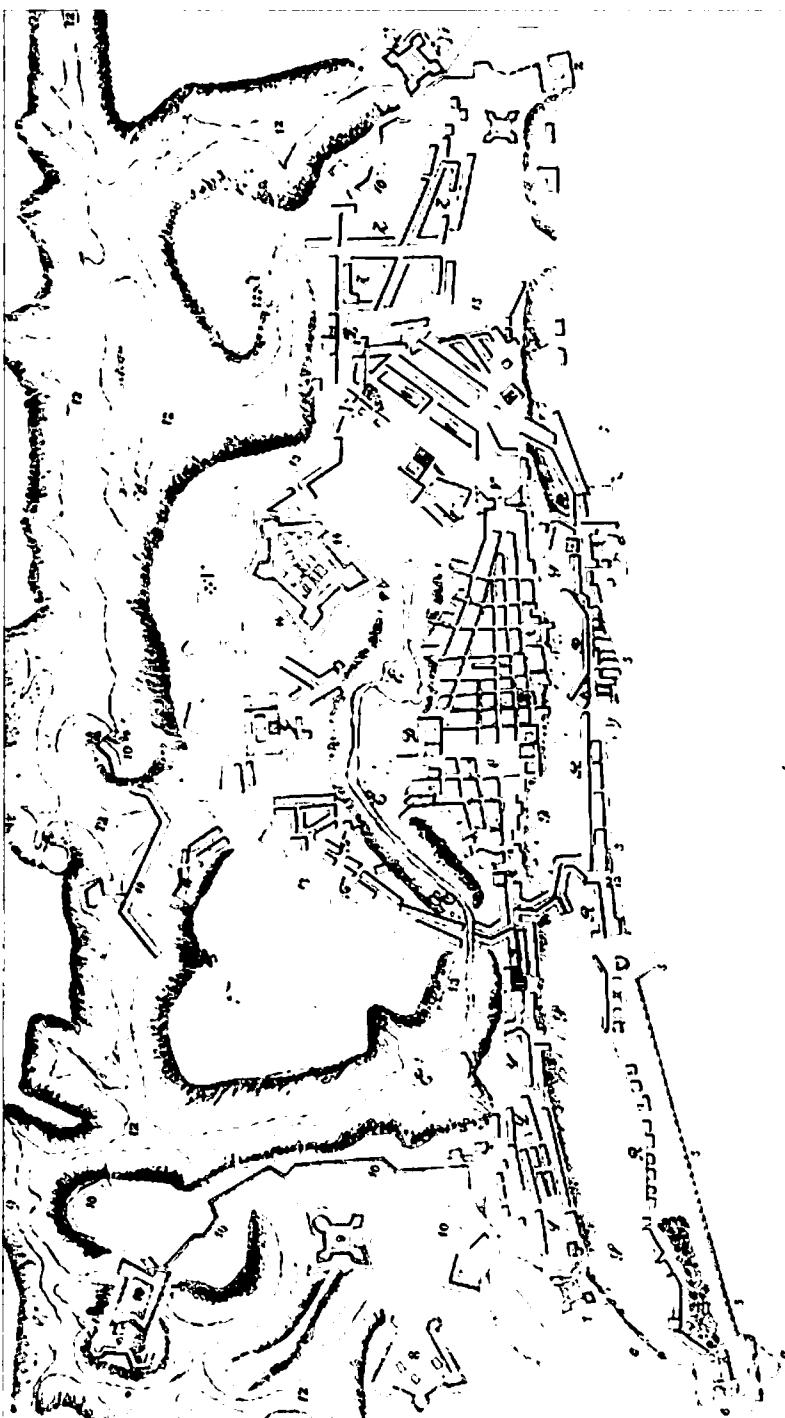
⁹ Este engenheiro, que serviu muitos anos na praça de Salvador, teve muitos filhos baianos, alguns militares, até que a falta de visão lhe impediu de exercer a sua profissão, vindo também a morrer nesta cidade. Veio para cá em 1723 para substituir Gaspar de Abreu, que tinha falecido em 1721.

¹⁰ Baluarte de quatro planos de fogo, que hoje se encontra a meio caminho entre o Forte da Ponta do Facho (com invocação de S. João Batista) e o Portaló.

¹¹ A.H.U., Avulsos, Caixa 49, nº 46.

¹² Acabava de ser invadida em 1711 pelos franceses.

¹³ A primeira Aula Militar da Bahia foi criada por Carta Régia de 1699 e o primeiro lente oficial foi o Sargento-Mor Antônio Roiz Ribeiro, que aqui chegou no início do século XVIII. Aula funcionando por determinação do governo local, na Bahia, sob a regência de José Paes Estevens já foi assinalada desde 1696.



Projeto de fortificação para a Cidade do Salvador, como representado nas Cartas Soteropolitanas de Vilena, que ele declara ser uma cópia do projeto do Brigadeiro Massé de 1716. Uma das cópias deste projeto encontra-se no Arquivo Militar do Exército (RJ), BA-006.

cujos originais foram perdidos, mas dos quais restaram-nos cópias,¹⁴ pouca coisa foi realmente executada, ficando a defesa do nosso presídio para depois. O mesmo aconteceu com outras cidades.

A mudança da capital para o Rio de Janeiro liquidou, literalmente, com a possibilidade de Salvador vir a ser fortificada adequadamente. Ao se apagarem as luzes do século XVIII, o bom baiano Domingos Alves Branco Muniz Barreto, ainda como capitão de infantaria do Regimento de Estremoz, depois brigadeiro sob o Império, é quem retrata a situação das nossas defesas com a contundente afirmativa do seu relatório:¹⁵ *Sendo vastíssimos os domínios q' a Nação Portuguesa possue no Brasil, não só se tem abuzado inteiramente da riqueza, q' liberalm.^c lhes offerece, mas q' pouco, ou nada se tem cuidado em segurala, na defeza dos portos, q' igualmente permitem húa navegação sem limite. A razão deste disconerto tem*

diversas origens, q' todas se podião ter precavido, se os planos offerecidos por aquelles q'sabem o que convem á sua Nação achassem o remédio ou algúia disposição para se adoptarem, ainda em tempo, q' se podiam remediar os errados detalhes dos primeiros, que forão encarregados de levantar as Povoaçãoens naquelle Novo Mundo, que só olharam a sua natural cobiça deixando tudo o mais com diformidade. Não é, pois, de admirar que este conceituado oficial, que continua a sua peroração neste tom, tenha passado algum tempo em desgraça, malgrado o seu prestígio, estando nas primeiras fileiras daqueles que optaram por um Brasil independente. Diz o Mestre Silva Campos que Muniz Barreto era maragogipano, mas a sua fé de ofício e outros documentos dizem outra coisa, ou seja, que ele nasceu em Salvador.¹⁶ O seu relatório sobre a nossa defesa é também bastante claro: ...*Cidade da Bahia, lugar onde fui gerado...*¹⁷

O cronista-mor de Salvador, do fim do século XVIII, Luiz dos Santos Vilhena, ainda que não fosse um especialista das fortificações, como ele mesmo confessa, ao abrir o capítulo que delas trata, cerca de reservas o seu discurso ao escrever: *E por isso, seguro de que as minhas cartas não passarão da tua mão; eu sem dúvida deixara de obedecer-te, por não me expor à crítica de que me ouvisse tratar de um assunto tão alheio à minha profissão como seja a fortificação desta cidade, e sua guarnição.*

Parece, entretanto, que se procurou informar, de quem de direito, sobre a nossa situação, mostrando levantamentos cadastrais dos propugnáculos ainda existentes na sua época, alguns deles cópias de desenhos do Sargento-Mor José Antônio Caldas. Isso, porém, não o eximiu de cometer alguns equívocos. Continuava ele na sua modéstia: *Eu, meu amigo, ignoro a maior parte dos termos de fortificações, e tática; pelo que será*

¹⁴ Uma delas é uma iconografia guardada no Arquivo do Exército, no Rio de Janeiro, e outra foi reproduzida por Luiz dos Santos Vilhena, nas suas *Cartas Soteropolitanas*.

¹⁵ Biblioteca e Arquivo Municipal do Porto - Manuscrito 686 (Brasil). *Observações sobre a Fortificação da Cidade da Bahia*, p. 1.

¹⁶ AHU. Catálogo de Castro e Almeida, nº 16.266, 16.282 e outros.

¹⁷ Biblioteca e Arquivo Municipal do Porto. Doc. cit. p. 2.

*impossível, que deste meu atrevimento não saia um monstro tal, que ninguém possa definir; tu, porém, mandas; e eu me vejo preciso dito a obedecer-te.*¹⁸

O último grande estudo sobre a estratégia de defesa e as fortificações de Salvador, levado a efeito no fim do período colonial, é o relatório conhecido como *Relatório Galeão*.¹⁹ Na realidade, o então Brigadeiro José Gonçalves Galeão não foi autor exclusivo do documento. Foram signatários dele o Coronel Engenheiro Manoel Rodrigues Teixeira, o Tenente-Coronel de Artilharia José Francisco de Souza e Almeida, o Capitão Engenheiro Joaquim Vieira da Silva Pires e o 1º-Tenente Engenheiro João da Silva Leal. Este último, autor dos desenhos que ilustravam o texto e que são conhecidos sobejamente pelos pesquisadores da matéria. Embora Galeão tivesse ocupado a regência da Aula Militar, após a morte do Sargento-Mor José Antônio Caldas, em 1782, a sua maior competência não eram as artes do desenho, mas a artilha-

ria. Percebe-se que o texto contém observações marcatrizes sobre o emprego da *ars tormentaria* na defesa de Salvador. Velhos ensinamentos do Cavaleiro De Ville e Vauban foram invocados no documento, bem assim discutidos ensinamentos mais atuais de Trincano e Montalembert, envolvendo a famosa polêmica das casamatas para artilharia.

No relatório preliminar de Galeão, datado de 15 de setembro de 1809, é colocado em destaque o problema crônico da guarnição paga da cidade do Salvador, naquela época contando com dois regimentos de linha com 1.275 soldados *comprehendendo o numero de doentes no Hospital, invalidos e recrutas e, mesmo convocando todos os habitantes aptos a pegar em armas, ainda era um numero muito diminuto para a defesa de toda a marinha.* Previa o documento um efetivo mínimo de 7.176 homens, para defender a nossa cidade nos primórdios do século XIX.

Dito isto, fica a pergunta: Onde estariam as defe-

sas formidáveis de que falam muitos escritores? Somente o ufanismo, que não tem cabimento no método do estudo da História, ou o desconhecimento do método de fortificar das grandes escolas, que pontificaram nos séculos XVII e XVIII, podem conduzir a uma tal conclusão.

Isso não quer dizer, entretanto, que as fortificações remanescentes de Salvador, esses artefatos de inequívoco valor cultural, dos quais temos que lamentar enormes perdas, não tenham enorme significado para nós. Os nossos velhos propugnáculos, muitos deles não passando de fortins e redutos, alguns injuriados, mas recebendo atualmente das pessoas cultas a atenção que merecem, são marcos da nossa História militar e civil. Explicam, com a maior clareza, as relações entre Portugal e sua Colônia e a evolução urbana da nossa cidade. São referências na paisagem urbana, imprescindíveis na caracterização da imagem muito peculiar desta Salvador de 450 anos. ☈

¹⁸ VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia no Século XVIII* (Cartas Soteropolitanas). Salvador: Itapuã, 1969. Notas e comentários de Braz do Amaral.

¹⁹ Apud. ACCIOLI, Coronel Inácio - AMARAL, Braz do. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. Comentários de Braz do Amaral. Salvador, 1919, v. IV.

Requisições – Proposta de uma Nova Lei

Jorge de Souza Viana*

Após caracterizar o ato requisitório, diferenciando-o do confisco e da desapropriação, o autor, considerando que as requisições civis ou administrativas (aqueles voltadas para atender às situações de calamidade pública, perigo público iminente ou ameaça de paralisação das atividades da população a cargo de entidades de previdência e assistência social) já estão bem regulamentadas, ocupa-se da montagem de uma proposta de lei que regulamente as requisições militares (as realizadas para o resguardo da segurança interna e a manutenção da soberania nacional).

Segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho,¹ *requisição* é um ato do Poder Público pelo qual este se apossa de um bem particular, para dele usar como bem entender, em caso de necessidade imperiosa e instantânea, mediante indenização posterior. Difere do *confisco*, exatamente por prever indenização, e da *desapropriação*, por nem sempre resultar na transferência do bem para o patrimônio público (após o uso, se for o caso, pode

ser devolvido) e por ser a *posteriori* a indenização.

A Constituição brasileira, promulgada em 1988 e vigente nos dias de hoje, em seu Artigo 22, inciso III, admite as requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra, e diz que a legislação sobre o assunto é da competência privativa da União.

Por ser uma ingerência de força do Poder Público sobre um bem particular por motivos de defesa da sociedade, a própria Constituição, no capítulo *Dos Direitos*

Individuais e Coletivos, em seu Art. 5º, inciso XXV, a prevê no que tange ao direito de propriedade, com o seguinte texto: *No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.*

A simples existência da figura da requisição na Constituição não basta para a sua execução de maneira adequada e sem distorções, em face da complexidade do assunto.

É necessária uma lei específica que regule o que pode ser requisitado, quan-

* Tenente-Coronel de Cavalaria e Estado-Maior.

¹ *Comentários à Constituição Brasileira*, São Paulo, Saraiva, 1986, p. 88.

do pode ser feita, como, quem pode, como proteger o direito do indivíduo atingido por ela e quais as penas que sofre o indivíduo que deixa de cumprir ou o administrador que exorbite de suas prerrogativas no cumprimento da lei.

O último texto legal que tratou do assunto foi o Decreto-Lei 4.812, de 8 de outubro de 1942, complementado pelo Decreto-Lei 5.275, de 24 de fevereiro de 1943, editados durante a Segunda Guerra Mundial. O primeiro foi revogado pelo Decreto-Lei 8.090, de 15 de outubro de 1945, que, apesar de o Decreto-Lei 8.158, de 3 de novembro de 1945, ter tornado insubsistente este último, isso não revitalizou o Decreto 4.812, como está expresso no Ofício-Parecer 22, de 11 de junho de 1964, publicado no Diário Oficial da União nº 5.395, de 22 de junho de 1964. Portanto, esse assunto necessita de nova lei para regulamentá-lo.²

REQUISIÇÃO CIVIL E MILITAR

A Constituição, no item que trata do assunto, prevê

a existência de requisições civis e militares.

Segundo o Professor Hely Lopes Meirelles,³ ambas possuem fundamentos e conceitos jurídicos idênticos, diferindo nos objetivos. A civil visa a evitar danos à vida, à saúde e aos bens da coletividade; a militar, ao resguardo da segurança interna e à manutenção da Soberania Nacional. As duas são cabíveis tanto em tempo de paz quanto na guerra, independentemente de qualquer regulamentação legal, desde que se apresente uma situação real de perigo iminente (inundação, incêndio, sonegação de gêneros de primeira necessidade, conflito armado ou comção intestina).

Ainda, segundo ele:

A requisição civil ou administrativa de serviços em tempo de paz, como instrumento de intervenção no domínio econômico, de competência exclusiva da União, é autorizada pela Lei Delegada 4, de 26 de setembro de 1962, regulamentada pelo Decreto 51.644-A, de 26 de novembro de 1962.

A requisição, também em tempo de paz, de bens

ou serviços essenciais ao abastecimento da população é facultada pelo Decreto-Lei 2, de 14 de janeiro de 1966, regulamentado pelo Decreto 57.844 de 18 de fevereiro de 1966. Em ambos os casos, a efetivação das medidas requisitórias caberiam à Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

Observe-se que, quanto à requisição de serviços, não existem óbices constitucionais; mas, no tocante à de bens, a atividade da SUNAB está condicionada à existência do perigo público iminente, como ocorre, por exemplo, com a sonegação de gêneros alimentícios de primeira necessidade (leite, carne, etc.) que, comprometendo a subsistência da população, põe em risco a saúde e até mesmo a vida, podendo ainda ser causa e origem de sublevações e conflitos armados que afetem a segurança interna. Não havendo perigo público iminente, não se legitima a requisição de bens, razão pela qual a Lei Delegada 4/62 apenas admite a sua compra ou desapropriação, quando necessárias ao atendimento de seus objetivos.

² Os documentos citados neste parágrafo estão transcritos no anexo 1 ao presente trabalho.

³ Direito Administrativo Brasileiro (1988).

A Lei 6.439, de 1º de setembro de 1977, autoriza requisições em caso de calamidade pública, perigo público iminente ou ameaça de paralisação das atividades de interesse da população, a cargo de entidades da Previdência e Assistência Social.

As requisições civis, como vimos, já estão bem regulamentadas; portanto, a lei que proporemos, ao final do trabalho, abordará as requisições militares, isto é, as realizadas para o resguardo da segurança interna e a manutenção da Soberania Nacional.

O QUE REQUISITAR

O que pode ser requisitado, isto é, o *objeto* razão da requisição, será o primeiro aspecto que a lei deverá abordar.

As requisições militares visam a prover os elementos de defesa do País dos meios necessários para que eles possam cumprir a sua missão, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra. Portanto, podemos induzir que o objeto das requisições seriam materiais de uso militar ou similares e materiais utilizados para a vida e a proteção das populações civis residentes nas

áreas envolvidas pelas situações acima citadas.

Quem está sujeito a sofrer um processo de requisição

Principalmente depois do desencadeamento dos processos de privatização por parte do Governo brasileiro, onde diversas firmas de interesse da defesa nacional passaram para o domínio acionário de estrangeiros, deve constar na lei a ser proposta, que estão sujeitos a sofrer processos de requisições militares: brasileiros natos e naturalizados, residentes ou não em território nacional; estrangeiros naturais de países com que o Brasil possui relações diplomáticas, residentes em território nacional; firmas nacionais; firmas estrangeiras com domicílio em território nacional.

Materiais de uso militar ou similares que poderão ser requisitados

Serão: armamentos e munições; meios de transportes, terrestres, marítimos e aéreos, tanto de pessoal quanto de materiais e equipamentos; terminais de transportes com seus equipamentos; equipamentos e oficinas de manutenção de máquinas e meios

de transportes aéreos, marítimos e terrestres; equipamentos de telecomunicações e informática; equipamentos de estacionamento, acantilamento e bivaques; combustíveis e lubrificantes necessários à operação dos equipamentos militares; gêneros alimentícios necessários à alimentação das forças militares; instalações para o depósito de suprimentos; equipamentos e instalações de saúde; medicamentos; material de construção civil e equipamentos de engenharia para a construção ou reparação de vias ou instalações necessárias às operações militares.

Dependendo das circunstâncias, como falta de pessoal especializado ou local de emprego fora de zona de envolvimento direto nas operações militares, no processo de requisição poderá ser incluído o acompanhamento do pessoal necessário à operação dos equipamentos requisitados.

Materiais necessários à vida e à proteção das populações civis envolvidas na área de conflito que poderão ser requisitados

Entre eles: gêneros alimentícios; meios de transportes terrestres, marítimos

e aéreos, tanto de pessoal quanto de materiais e equipamentos; combustíveis e lubrificantes necessários à manutenção dos serviços públicos essenciais, como, transporte, eletricidade, água e esgotos etc.; equipamentos e meios de engenharia e construção necessários para que a defesa civil possa manter em funcionamento e reparar instalações e vias de transportes essenciais à vida das populações, ou construir abrigos contra ataques aéreos; equipamentos e instalações de saúde; medicamentos.

Dependendo das circunstâncias, no processo de requisição poderá ser incluído o acompanhamento do pessoal necessário à operação dos equipamentos requisitados.

Requisição de mão-de-obra civil

Em determinadas circunstâncias, poderão ser requisitados os trabalhos de civis para a execução de obras de manutenção ou reparo de instalações ou vias de transporte e construção de abrigos contra ataques aéreos, desde que essas atividades não ponham em risco a vida de-

les. Exceção feita para a situação em que seja imprescindível para as operações de guerra esses serviços e não exista mão-de-obra militar disponível.

Requisição de Estabelecimentos Fabris

A lei deverá prever, caso não seja possível a utilização de outro processo de obtenção dos materiais de emprego militar necessários às operações, a requisição de instalações fabris para a fabricação deles, de maneira exclusiva, por aproveitamento ou transformação das linhas de montagem.

Precedência das requisições

Em todas as circunstâncias, a precedência da requisição será para as forças militares em operações, tendo em vista que, sem meios, elas não poderão cumprir suas missões, cabendo à população civil o sacrifício do racionamento, até que cesse a situação de emergência que obrigou a realização das requisições.

Porém, esse sacrifício deve ser pesado a tal ponto que não leve a população a correr riscos de vida ou de

doenças por falta de alimentação ou meios de saúde, porque, em última instância, as operações militares se desenvolvem em prol dela.

Portanto, é necessário definir alguns parâmetros até onde pode ir o processo de requisição. Assim, não deverão ser requisitados os gêneros alimentícios necessários à alimentação durante trinta dias da família atingida pelo processo. Caso a residência de uma família seja requisitada para fins militares, deverá ser definida uma área mínima para a vida privada dessa família, ou o requisitante deverá providenciar outra residência para ela.

QUANDO REQUISITAR

Considerações iniciais

A requisição é uma ação de força, com a finalidade de permitir ao Poder Público obter um recurso, de imediato, disponível no setor privado, necessário para fazer face a uma situação de iminente perigo ou estado de guerra.

Por ser um ato de força contra o direito de um indivíduo, apesar de justificado pelas circunstâncias, deve ser utilizada apenas

REQUISIÇÕES – PROPOSTA DE UMA NOVA LEI

quando outros meios não forem possíveis. Se couber a obtenção pelos sistemas de suprimento oficiais, ou pelo sistema de aquisição, estes deverão ser utilizados. Ela não deverá ser utilizada como medida de economia.

Quando requisitar

As requisições que estão sendo objeto deste trabalho são as requisições militares. Para que elas sejam desencadeadas, há necessidade de se definir, legalmente, uma situação de iminente perigo onde as Forças Armadas serão empregadas, ou o estado de guerra.

Prevê, nossa Constituição, no seu Art. 21:

Compete à União:

II - declarar a guerra e celebrar a paz;

V - decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.

Estado de sítio - Situação de ameaça da ordem pública ou paz social por grave ou iminente instabilidade institucional, generalizada em todo o território nacional.⁴

Estado de defesa - Situação de ameaça à ordem pública e à paz social onde

a área atingida é restrita geograficamente e determinada. As comoções são localizadas, mas põem em risco as estruturas estabelecidas pelo Estado e pela própria sociedade.⁴

Intervenção federal - O

Art. 34 da Constituição Federal prescreve: "A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I. manter a integridade nacional;

II. repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da federação em outra;

III. pôr termo a grave comprometimento da ordem pública."

Em princípio, o estado de sítio, o estado de defesa, a intervenção federal, para atender aos incisos I, II, III do Art. 34, e o estado de guerra seriam as situações em que, devido a um perigo iminente, as Forças Armadas seriam empregadas para o restabelecimento da ordem pública, da paz social e da manutenção da soberania nacional.

Portanto, para a montagem da nossa proposta de lei das requisições, defini-

mos que, para a sua execução, há necessidade de um decreto presidencial instituindo um dos seguintes estados: de defesa, de sítio, de intervenção federal por motivos dos incisos I, II ou III, ou de guerra.

Período de vigência da lei

A vigência da lei deverá cessar quando o Governo federal publicar um decreto cancelando o estado que permitiu sua aplicação.

Para efeito de indenizações a serem pagas devido à aplicação da lei, algumas situações poderão perdurar após a vigência dela; porém, não se poderá processar nenhuma requisição a partir daquele momento.

QUEM PODE REQUISITAR

As requisições militares são da competência exclusiva da União, por meio de suas Forças Armadas, a quem cabe levantar as necessidades de defesa, verificar o existente nos estoques do Governo, verificar o que é possível adquirir e, só depois, definir o que será necessário requisitar para cumprir a missão recebida.

⁴ Price Waterhouse - A Constituição do Brasil de 1988 comparada com a de 1967 e comentada.

A quem cabe requisitar

Quando da decretação do estado de sítio, de defesa, de intervenção federal ou de guerra, a Expressão Militar do Poder Nacional passa a ter preponderância sobre as demais, uma vez que caberá a ela o restabelecimento da ordem, da paz social ou a manutenção da soberania nacional. Por conseguinte, o Ministério da Defesa, como órgão máximo dessa Expressão do Poder, passará a se organizar para comandar as operações militares.

A atividade de requisição é uma atividade típica de suprimento de itens para as Forças Armadas em situação de extrema urgência e, por conseguinte, uma atividade de interesse militar. Esta deverá ficar sob o controle dos órgãos militares. O Ministério da Defesa é o órgão maior das Forças Armadas, cabendo a ele a responsabilidade pelas requisições militares nas situações previstas na lei.

Para operacionalizar essas ações, será organizada, no Ministério da Defesa, uma *Comissão de Requisições*, composta por membros de todas as forças singulares envolvidas nas operações e dos ministérios civis que se fizerem necessários.

Essa *Comissão* terá como atribuições: definir o que requisitar; controlar os processos de requisição e os de indenização decorrentes dos processos requisitórios.

Delegação de competência para requisitar

Tendo em vista o tamanho do nosso País e a rapidez com que devem ser desencadeados os processos requisitórios, deverá ser prevista, na lei, a possibilidade de o ministro da Defesa delegar, até o nível comandante de Unidade da Força Terrestre, da Marinha ou Esquadrão de Aviação, poderes para requisitar, determinando, nessa delegação, que os processos requisitórios executados sejam imediatamente informados à *Comissão de Requisições* para posteriores provisões legais, como homologação e previsão de indenizações futuras.

Requisições para atender às necessidades de Defesa Civil na área de ocorrência de Operações Militares

A Defesa Civil nessas áreas está diretamente subordinada a um Comando Militar, a quem cabe definir essas necessidades de

requisição, executá-las e comunicá-las à *Comissão de Requisições* do Comando das Operações.

Portanto, o processo de requisição será realizado pelo Ministério da Defesa ou por membro das Forças Armadas que receba delegação para tal.

Requisição de Estabelecimentos Fabris

Deverá ser da competência do Ministério da Indústria e do Comércio a requisição de estabelecimentos fabris para a fabricação, de maneira exclusiva, de material de emprego militar.

Entretanto, a orientação para a realização dessas requisições deverá partir do Ministério da Defesa, tendo em vista que são de seu interesse, permanecendo a cargo da *Comissão de Requisições* o controle do processamento delas.

COMO DEVE SER FEITA A REQUISIÇÃO

A requisição é passível de indenização, caso a propriedade requisitada sofra dano ou seja o material danificado, consumido ou destruído.

Os serviços executados por ação requisitória também

são passíveis de indenização, porque implicam desgaste dos indivíduos ou custos das firmas envolvidas.

Processo requisitório

Essas indenizações são devidas pela União, a quem cabe requisitar. Para que ela possa reconhecer essas dívidas, são necessários documentos legais que as comprovem. Por isso, as requisições deverão seguir alguns procedimentos burocráticos importantes para o reconhecimento de futuras dívidas, a seguir descritos:

- O requisitante, na presença de duas testemunhas, oficiará ao proprietário as razões da requisição, o que está sendo requisitado, o prazo de utilização do que for requisitado e as condições de devolução, se for o caso. Nesse ofício, deverá constar o documento legal que delegou poderes ao requisitante para a realização das requisições.

- Os materiais e instalações requisitados deverão ser relacionados em três vias, onde deverão constar suas designações, quantidades e valores estimados, de acordo com os preços utilizados no local. Essas relações deverão ser assinadas, em cada pági-

na, pelo requisitante e pelo proprietário, localizadas e datadas. Abaixo da assinatura deverá estar, bem legível, o nome e a função dos dois. (Caso o proprietário deseje abrir mão de qualquer indenização futura, isso deverá estar expresso no final da relação, datada e assinada pelo próprio e duas testemunhas.) Uma via desse documento deverá ficar com o proprietário do material, outra via ficará de posse do requisitante e uma outra será remetida para a *Comissão de Requisições* do Ministério da Defesa, para homologação.

Obtenção das indenizações a que têm direito os proprietários dos bens requisitados

Deverão estar explícitos na lei os seguintes procedimentos:

- Os proprietários atingidos pela ação requisitória, após a devolução dos materiais requisitados, ou após trinta dias a partir do ato da requisição, para os materiais não passíveis de devolução, poderão encaminhar requerimento à *Comissão de Requisições*, anexando cópia das relações entregues quando da requisição e solicitando as indenizações que julgar cabíveis.

- A comissão analisará o requerimento e oficiará ao proprietário sua decisão sobre o valor a ser indenizado e como se processará essa indenização.

- Caso o proprietário não concorde com a análise da Comissão, deverá entrar com uma ação no Ministério Público contra a União, para o julgamento das alegações por ele apresentadas.

- O Ministério da Fazenda, por portaria, definirá o valor das indenizações a serem pagas e regulamentará os processos indenizatórios.

- Deverá ser escolhido o Distrito Federal como foro competente para o estudo dos processos indenizatórios movidos contra a União, oriundos de requisições militares.

PENALIDADES A SEREM PREVISTAS PARA IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE REQUISIÇÕES

A requisição é um ato de força do Poder Público sobre o indivíduo, numa situação de extrema urgência, para obter um meio necessário a ações de defesa do Estado. Por sua natureza impositiva, implica a cessão do bem, independentemente de consentimento. O in-

divíduo que sofre essa ação é um nacional cabe ao Estado proteger seus direitos. Portanto, a autoridade requisitante deverá observar os seguintes aspectos, passíveis de contestação jurídica, se feitos de maneira irregular: estar esta autoridade investida de poder para realizar a requisição; estar o processo requisitório dentro das formalidades legais; o material requisitado estar idêntico ao especificado no documento que o relacionou; a situação do momento justificar a requisição.

Também, quanto ao andamento das ações indenizatórias, os encarregados de analisar essas ações deverão preocupar-se em não retardar suas conclusões.

Deverão ser previstas penalidades para a ocorrência dessas irregularidades.

Quanto ao indivíduo que sofre o processo de requisições, algumas penalidades deverão também ser previstas nos seguintes casos: forjar relação de requisições para obter indenizações fraudulentas; recusar-se a entregar material ou executar serviço requisitado; esconder a posse de material objeto de possível requisição; realizar movimento contra a realização das requisições.

Como as requisições militares são da esfera das atividades militares, as irregularidades referentes a elas deverão, caso classificadas como crime, ser julgadas pela Justiça Militar.

Em princípio, como as requisições são feitas em situação de iminente perigo público ou de guerra, as irregularidades cometidas durante a sua execução devem ser consideradas crimes graves contra a Segurança Nacional.

Proponho as seguintes penas:

Ao militar ou civil que realizar requisições militares sem estar legalmente amparado para tal - três a seis anos de prisão.

A autoridade requisitante que cometer as seguintes infrações:

- *Forjar requisição para obter indenização para si ou para outrem - três a seis anos de prisão. Se militar, será automaticamente exonerado do cargo que ocupa. Se civil, será demitido.*

- *Aceitar o recebimento de materiais requisitados em quantidades diferentes das especificadas no documento que os relacionam - dois a quatro anos de prisão. Se militar, será automaticamente exonerado do cargo que ocupa. Se civil, será demitido.*

Quanto ao indivíduo que sofre o processo requisitório:

- *Recusar-se a entregar o material ou a prestar o serviço requisitado - quatro a oito anos de prisão. O material que iria ser requisitado será confiscado.*

- *Forjar relação de requisições para obter indenizações fraudulentas - três a seis anos de prisão.*

- *Esconder a posse de material objeto de possível requisição - confisco do material e pena de um a dois anos de prisão.*

- *Realizar movimento contra a realização das requisições - pena de 6 meses a 1 ano de prisão.*

As irregularidades quanto ao andamento dos processos requisitórios deverão ser enquadradas como transgressão das normas disciplinares e não como crime, devendo ser enquadradas nos regulamentos disciplinares da administração federal.

CONCLUSÃO

Para concluir o trabalho proposto, apresentamos, no Anexo 1, a visão do autor de uma nova Lei de Requisições como um projeto possível de ser encaminhado ao Congresso Nacional. ☺

REQUISIÇÕES – PROPOSTA DE UMA NOVA LEI

BIBLIOGRAFIA

Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988.

Código Penal Militar de 1969.

MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*, São Paulo, 1998.

PINTO FERREIRA. *Comentários à Constituição Brasileira* (volume 2).

WATERHOUSE, Price. *A Constituição do Brasil de 1988 comparada com a de 1967 e comentada*.

SARAIVA. *Comentários à Constituição Brasileira*, São Paulo, 1986.

Anexo 1

LEI DE REQUISIÇÕES (uma proposta)

CAPÍTULO I

Art. 1º As requisições militares realizadas pelo Poder Público, com a finalidade de fazer face a uma situação de iminente perigo ou de estado de guerra, seguirão os dispositivos da presente lei.

Art. 2º Somente poderão ser executadas ações requisitórias no período de vigência dos seguintes decretos governamentais que caracterizam a necessidade de ações para superar situações de perigo iminente:

a. estado de defesa, abrangendo uma área do território nacional;

b. estado de sítio;

c. intervenção federal em estado(s) - membro (s) ou no Distrito Federal por motivos dos incisos I, II , III do Art. 34 da Constituição federal;

d. estado de guerra.

Art. 3º Estão sujeitos a cooperarem com o restabelecimento da paz, da ordem social ou da soberania nacional, pela cessão de bens e serviços pelo processo requisitório:

a. brasileiros natos ou naturalizados, residentes ou não no território nacional;

b. estrangeiros naturais de países com que o Brasil possui relações diplomáticas, residentes em território nacional;

c. firmas de nacionais;

d. firmas de estrangeiros com domicílio no território nacional.

Parágrafo único. Tendo em vista os aspectos diplomáticos que envolvem requisições de bens e serviços de estrangeiros e de firmas estrangeiras sediadas em território nacional, elas só deverão ser desencadeadas em última circunstância, devendo ser priorizadas as requisições a nacionais e suas firmas.

Art. 4º Somente poderão ser realizadas requisições após esgotadas todas as outras possibilidades de obtenção dos recursos necessários (como suprimento pelo sistema público ou aquisição).

CAPÍTULO II — DOS BENS E SERVIÇOS SUJEITOS A REQUISIÇÕES

Art. 5º Estão sujeitos à requisição:

I. MATERIAIS DE USO MILITAR E SIMILARES:

a. armamentos e munições; meios de transportes terrestres, marítimos e aéreos, tanto de pessoal quanto de materiais e equipamentos;

b. terminais de transportes com seus equipamentos;

c. equipamentos e oficinas de manutenção de máquinas e meios de transportes aéreos, marítimos e terrestres;

- d. equipamentos de telecomunicações e informática;
- e. equipamentos de estacionamento, acantonamento e bivaques;
- f. combustíveis e lubrificantes necessários à operação dos equipamentos militares;
- g. gêneros alimentícios necessários à alimentação das forças militares;
- h. instalações para o depósito de suprimentos;
- i. equipamentos e instalações de saúde;
- j. medicamentos;
- l. material de construção civil e equipamentos de engenharia para a construção ou reparação de vias ou instalações necessárias às operações militares;
- m. outros materiais e equipamentos não listados aqui, mas julgados necessários pelo Comando das Forças Militares responsável pelas operações.

II. MATERIAIS NECESSÁRIOS À VIDA E À PROTEÇÃO DAS POPULAÇÕES CIVIS ENVOLVIDAS NA ÁREA DE CONFLITO:

- a. gêneros alimentícios;
- b. meios de transportes terrestres, marítimos e aéreos, tanto de pessoal quanto de materiais e equipamentos;
- c. combustíveis e lubrificantes necessários à manutenção dos serviços públicos essenciais, como, transporte, electricidade, água, esgoto etc.;
- d. equipamentos e meios de engenharia e construção necessários para que a Defesa Civil possa manter em funcionamento e reparar instalações e vias de transportes essenciais à vida das populações, ou construir abrigos contra ataques aéreos;
- e. equipamentos e instalações de saúde;
- f. medicamentos.

III. RESIDÊNCIAS, PRÉDIOS E ÁREAS DE PARTICULARS

Caso não exista prédio público numa área, e for imprescindível a instalação de uma unidade militar no local, poderá ser requisitada uma residência, prédio ou terreno para este fim, sendo assegurado, ao dono, local privado para a vida da família ou a transferência para outra residência por conta do requisitante.

IV. MÃO-DE-OBRA CIVIL

Poderão ser requisitados os trabalhos de civis para a execução de obras de manutenção ou reparo de instalações ou vias de transporte e construção de abrigos contra ataques aéreos, desde que essas atividades não ponham em risco a vida deles. Exceção feita para a situação em que seja imprescindível para as operações de guerra esses serviços e não exista mão-de-obra militar disponível.

V. ESTABELECIMENTOS FABRIS

Poderão ser requisitadas instalações fabris para a fabricação dos materiais necessários às operações militares, de maneira exclusiva, por aproveitamento ou transformação das linhas de montagem.

Art. 6º Dependendo das circunstâncias, como falta de pessoal especializado ou local de emprego fora da zona de envolvimento direto nas operações militares, no processo de requisição poderá ser incluído o acompanhamento do pessoal necessário à operação dos equipamentos requisitados.

Art. 7º Em todas as circunstâncias, a precedência da requisição será para as Forças Militares em operações, tendo em vista que, sem meios, elas não poderão cumprir as suas missões.

CAPÍTULO III — DAS ISENÇÕES

Art. 8º Não serão requisitados:

- a. os gêneros alimentícios necessários à alimentação, durante 30 dias, da família atingida pelo processo;
- b. os serviços de jovens menores de 14 anos e crianças de ambos os sexos, de mulheres grávidas e de maiores de 55 anos;
- c. os serviços de deficientes físicos e de doentes;
- d. instalações de asilos e orfanatos.

CAPÍTULO IV — DO EXERCÍCIO DO PODER DE REQUISITAR

Art. 9º As requisições militares são da competência exclusiva da União, através de suas Forças Armadas, a quem cabe levantar as necessidades de defesa, verificar o existente nos estoques do Governo, verificar o que é possível adquirir e só depois definir o que será necessário requisitar para cumprir a missão recebida.

Art. 10º São da responsabilidade do Ministro da Defesa as requisições necessárias para o cumprimento das missões militares recebidas. Para isso será organizado, no ministério, uma Comissão de Requisições com membros de todas as forças singulares envolvidas nas operações e dos ministérios civis que se fizerem necessários.

Art. 11º Essa Comissão de Requisição terá como atribuições:

a. Definir os bens, as instalações, os serviços e as instalações fabris a serem requisitados para atendimento às necessidades das forças singulares envolvidas nas operações e da população civil residente nas áreas envolvidas nas operações militares.

b. Homologar requisições realizadas por integrantes das Forças Armadas que receberam delegações para tal.

c. Analisar os requerimentos de indenizações a ela remetidos, definindo, para o interessado, após entendimento com os órgãos econômicos do Governo, os valores das indenizações e como seriam processadas.

Art. 12º Será atribuição do ministro da Indústria e do Comércio, por orientação do Ministério da Defesa, realizar a requisição de estabelecimentos fabris.

Art. 13º O ministro da Defesa, tendo em vista razões de urgência, poderá delegar, até o nível Comandante de Unidade da Força Terrestre, de Unidade da Marinha ou de Esquadrão de Aviação, poderes para requisitar, determinando, nesta delegação, que os processos requisitórios executados sejam imediatamente informados à Comissão de Requisições para posteriores providências legais.

Art. 14º A Comissão de Requisição terá sobrevida à vigência do decreto que instituiu o estado de defesa, de sítio, de intervenção ou de guerra, para que possa terminar a análise dos requerimentos de indenizações, ficando diretamente subordinada ao Ministério da Defesa.

CAPÍTULO V — O PROCESSO REQUISITÓRIO

Art. 15º As autoridades requisitantes deverão proceder da seguinte forma, quando da execução das requisições, para salvaguardar o interesse da Administração Pública e dos indivíduos que tiverem bens ou serviços requisitados:

a. Na presença de duas testemunhas, oficiar ao proprietário as razões da requisição, o que está sendo requisitado, o prazo de utilização do que for requisitado e as condições de devolução, se for o caso. Neste ofício deverá constar o documento legal que delegou poderes para a realização das requisições.

b. Relacionar os materiais, instalações e serviços requisitados, em três vias, constando as designações dos bens ou serviços, quantidades e valores estimados de acordo com os preços utilizados no local. Estas relações deverão ser assinadas, em cada página, pelo requisitante e pelo proprietário, localizadas e datadas. Abaixo da assinatura, deverá estar, bem legível, o nome e a função dos dois. (Caso o proprietário deseje abrir mão de qualquer indenização futura, isto deverá estar expresso no final da relação, datado e assinado por ele e por duas testemunhas.) Uma via desse documento será entregue ao proprietário do material, outra via ficará de

posse do requisitante e a outra será remetida para a Comissão de Requisições do Ministério da Defesa para homologação.

Art. 16º Os proprietários atingidos pela ação requisitória, após a devolução dos materiais requisitados, ou após trinta dias decorridos a partir do ato da requisição, para os materiais não passíveis de devolução, deverão encaminhar requerimento à Comissão de Requisições, anexando cópia das relações entregues quando da requisição e solicitando as indenizações que julgar cabíveis.

Art. 17º A Comissão analisará o requerimento e oficiará ao proprietário sua decisão sobre o valor a ser indenizado e como se processará esta indenização.

Art. 18º Caso o proprietário não concorde com a análise da Comissão, deverá entrar com uma ação no Ministério Público, contra a União, para o julgamento das alegações por ele apresentadas.

Art. 19º Fica definido o Distrito Federal como foro competente para o julgamento das ações previstas no artigo anterior.

CAPÍTULO VI — DAS PENALIDADES

Art. 20º Em princípio, como as requisições são feitas em situação de iminente perigo público ou de guerra, as irregularidades cometidas durante a sua execução serão consideradas crimes graves contra a Segurança Nacional e julgadas pela Justiça Militar.

Art. 21º O militar ou civil que realizar requisições militares sem estar legalmente amparado para tal será passível da pena de três a seis anos de prisão.

Art. 22º A autoridade requisitante que forjar requisição para obter indenização para si ou para outrem, se militar, será automaticamente exonerado do cargo ocupa; se civil, será demitido, sendo passível da pena de três a seis anos de prisão.

Art. 23º A autoridade requisitante que aceitar o recebimento de materiais requisitados em quantidades diferentes das especificadas no documento que os relaciona, se militar, será automaticamente exonerado do cargo que ocupa; se civil, será demitido, sendo passível da pena de dois a quatro anos de prisão.

Art. 24º O indivíduo que sofre processo requisitório e que recusar entregar o material ou prestar o serviço requisitado terá o material confiscado e será passível da pena de quatro a oito anos de prisão.

Art. 25º O indivíduo que sofre processo requisitório e que forjar relação de requisições para obter indenizações fraudulentas será passível de pena de três a seis anos de prisão.

Art. 26º O indivíduo que sofre processo requisitório e que esconder a posse de material objeto de possível requisição terá o material confiscado e estará sujeito a pena de um a dois anos de prisão.

Art. 27º O indivíduo que sofre processo requisitório e que realizar movimento contra a efetivação das requisições será passível da pena de seis meses a um ano de prisão.

CAPÍTULO VII — DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28º Caberá ao Ministério da Fazenda, por meio de portaria, definir os parâmetros para os cálculos das indenizações decorrentes de requisições e regulamentar o processo de pagamento dessas indenizações.

Art. 29º Caberá ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas, desde o tempo de paz, por meio dos seus setores de mobilização, realizar levantamentos junto aos setores da indústria, comércio e serviços nacionais, com a finalidade de verificar as potencialidades existentes para a execução de ações, com vistas a solucionar situações como as definidas como razão desta lei de requisições.

Art. 30º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Brasília, DF, em de .

A Guerra do Paraguai em Números

Nylson Reis Boiteux*

O artigo reúne dados sobre a Guerra do Paraguai, conflito que, ainda hoje, é o mais expressivo referencial da história do Exército brasileiro.

O Exército brasileiro, depois da vitória contra Rosas, ficaria estagnado, por culpa da política dominante (1852).

Entendiam os dirigentes daquela época que ao País bastava a argúcia de sua diplomacia para resolver as questões internacionais, esquecidos de que não há diplomacia sem força. O canhão sempre foi e será a *última ratio regis*, o único argumento convincente quando se esgotam todas as soluções pacíficas.

Na ordem internacional, a melhor prova de senates e inteligência ainda é amparar as boas intenções com as melhores armas, dizia o Barão do Rio Branco

que, em outra oportunidade, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada no Itamaraty pelo Exército,¹ assim se expressou: *Diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo violência com violência.*

É bom lembrar que política internacional não se faz com sentimentalismos e sim com a força derivada de interesses imediatos ou mediatos que cumpre salvaguardar. Os fortes são fortes porque levaram longos anos de trabalho sistemático e bem orientado para se

tornarem fortes. Uma nação que se preza, que tenha um mínimo de orgulho próprio, não pode incomodar as demais porque esteja dando atenção à sua defesa nacional. Ela está apenas cumprindo um elementar dever de sobrevivência, além de procurar fazer-se respeitar no cenário internacional.

Pois bem, o bravo Exército que levou nas suas fileiras, para a invasão do Uruguai, em 1851, 16 mil homens teve aos poucos seu efetivo diminuído de tal modo que, na intervenção no Uruguai, em 1864, pôde apenas concentrar, em Piraí-Grande, 4.500 homens para apoiar o *ultimatum* de Saraiva. Mais tarde, esse efetivo se elevou, com incríveis esforços, a 7 mil homens, quase desprovido,

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

¹ 10 de novembro de 1906.

porém, de todo o material que lhe era indispensável.

Esse estado de coisas durou criminosamente, mesmo depois que o deputado geral por Mato Grosso, Antônio Correia do Couto, alertou o Governo dos preparativos militares do Paraguai.

Era um exército pequeno, levando-se em consideração as necessidades de um país de território imenso e fronteiras sempre agitadas pelo espírito belicoso de vizinhos, particularmente ao sul, onde lutas intestinas afetavam, em muito, os interesses do Brasil, pela intranqüilidade permanente que geravam.

Acrescia, ademais, a situação financeira, de um lado, e a necessidade de não desviar os jovens da atividade agrícola e industrial, de outro, obrigando o Governo à contenção de gastos e limitação de efetivos. Some-se a isso o desinteresse dos políticos, *que não tinham gosto das coisas militares*.

O pouco que havia do Exército estava disseminado pelas províncias, envolvido pela política e fazendo-se instrumento da politicagem, em pequenos destacamentos, sem coesão e sem instrução.

Os arsenais se achavam desprovidos de tudo: fardamento, armamento, munição e material de campanha. Tudo teve de ser improvisado com os recursos que iam sendo postos, sem método nem ritmo certo, à disposição dos comandos, muitos deles elementos novos, desconhecidos de nossas tropas. Foi até preciso fazer regulamentos de instrução no decorrer da campanha e no próprio teatro de operações.

Mesmo assim, ao final da guerra, vencemos, a despeito da encarniçada resistência do inimigo, do clima, do terreno e do desaparelhamento geral que enfrentamos nesse grande embate, graças à notável abnegação dos soldados e do patriotismo excepcional dos oficiais e sargentos.

Seja como for, foi considerável o esforço nacional, como veremos a seguir.

ORGANIZAÇÃO PARA A CAMPANHA – OS CHEFES

O efetivo do Exército, quando o Brasil teve de entrar em guerra com a República do Paraguai, estava distribuído conforme o Quadro nº 1.

Desse efetivo, 13.131 homens se achavam no Estado Oriental e 13.925 na Província do Rio Grande do Sul.

Declarada a guerra, o Governo brasileiro teve de reorganizar o Exército e o fez, no início das operações, extinguindo os Corpos fixos ou de guarnição, criando mais nove batalhões de Infantaria, um de Artilharia a Pé, cinco Corpos de Caçadores a Cavalo e o Corpo de Estado-Maior de Artilharia, reduzindo os quadros dos Corpos de Estado-Maior de 1^a Classe e o de Engenheiros, bem como reduzindo a três os Corpos de Cavalaria.

Mas era impossível enfrentar o adversário com tão escassos efetivos em pessoal. Não havendo reservas organizadas, o Governo, pelo Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, teve de criar os Corpos de Voluntários da Pátria para atender às necessidades da guerra. Tais Corpos apenas dispunham de bravura e de patriotismo, de que deram sobejas provas no transcorrer da grande luta, mas não tinham coesão, instrução nem treinamento, conseguindo, a princípio, apenas aumentar o

A GUERRA DO PARAGUAI EM NÚMEROS

	Oficiais	Praças
Estado-Maior-General	28	
Corpo de Engenheiros	120	
Estado-Maior de 1 ^a Classe	79	
Estado-Maior de 2 ^a Classe	109	
Corpo de Saúde ²	196	
Repartição Eclesiástica	38	
Artilharia ³	220	3.156
Cavalaria	239	1.864
Infantaria	810	10.352
Voluntários da Pátria	145	3.132
Guarda Nacional destacada	186	14.619
Agregados	<u>2</u>	<u>278</u>
Soma	<u>2.188</u>	<u>33.501</u>
		2.188
Total		35.689

Quadro nº 1: O efetivo do Exército, quando o Brasil teve de entrar em guerra com a República do Paraguai

número de soldados e as dificuldades de comando.

Não havendo reservas organizadas, o Governo, pelo Decreto no 3.371, de 7 de janeiro de 1865, teve de criar os Corpos de Voluntários da Pátria para atender às necessidades da guerra. Tais corpos apenas dispunham de bravura e de patriotismo, de que deram sobrejas provas no transcorrer da grande luta, mas não tinham coesão, instrução nem treinamento, conseguindo, a princípio, apenas aumentar o número de soldados e as dificuldades de comando.

² Incluindo enfermeiros

³ Incluindo Batalhão de Engenheiros

Em abril de 1866, o Exército dispunha, no Brasil, de 5.499 homens de 1^a linha (oficiais e praças), 2.940 dos Corpos de Voluntários da Pátria e 12.662 da Guarda Nacional, perfazendo 21.101 homens, enquanto o Exército de operações estava assim formado: 1^o Corpo - 2.164 oficiais e 30.914 soldados, no total de 33.078 homens; 2^o Corpo - 1.180 oficiais e 14.216 soldados, no total de 15.396 homens. Ao todo, 69.575 homens.

Em princípios de 1867, esse efetivo era de 19.932 homens no Brasil (abril) e 31.175 no Paraguai (janeiro).

Intensificadas as provisões de caráter militar, de acordo com as contingências, o Exército de operações no Paraguai assim ficou formado, em dezembro de 1867:

- Comandante: Marechal Duque de Caxias
- Quartel-General do Comandante-em-Chefe (acampamento em Tuyu-Cué).

Estado-Maior - Chefe, Coronel Fonseca Costa, três secretários, dois assistentes, seis ajudantes de campo, sete oficiais às ordens e dois amanuenses.

Piquete da guarda do Comando - um oficial, um sargento e 30 praças.

Repartição do Deputado do Quartel-Mestre-General - Deputado, Tenente-Coronel J. Carlos de Carvalho, chefe da Comissão de Engenheiros.

Comissão de Engenheiros.
Batalhão de Engenheiros.

Corpo de Transporte (8^a Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional).

Parque-geral de reserva.

Depósito de forragens.

Repartição dos telégrafos.

Polícia dos acampamentos.

Repartição de Saúde.

Repartição da Fazenda (Intendência, Repartição Fiscal, Pagadoria Militar).

Correio do Exército.

Tipografia do Exército.

Junta Militar de Justiça (acampamento em Tuyuty).

• *1^a Corpo de Exército* (Acampamento em Tayi - *Comandante*: Marechal-de-Campo Alexandre Gomes d'Argollo Ferrão).

Estado-Maior: 5 oficiais do EM pessoal, 1 Ajudante-General e 1 Quartel-Mestre-General.

Apoio: Engenharia, Artilharia e Saúde.

1^a Divisão de Cavalaria - *Comandante*: Brigadeiro João Manoel Menna Barreto.

7^a Brigada (Acampamento em Potreiro Ovelha) - Comandante: Coronel M. de Oliveira Bueno.

2^a Brigada - *Comandante*: Coronel J. Francisco Jardim. Infantaria da 2^a Brigada - Comandante: Coronel Domingos Rodrigues Seixas.

4^a Brigada - *Comandante*: Coronel Salustiano Jeronymo dos Reis.

• *2^a Corpo de Exército* (Acampamento de Tuyuty) - *Comandante*: Tenente-General Visconde de Porto Alegre.

Estado-Maior: um secretário, dois ajudantes-de-campo e dois oficiais às ordens.

Chefe da ambulância do Quartel-General.

Deputado do Quartel-Mestre-General (chefe da Comissão de Engenheiros), assistente, adjuntos e escrivários.

Comissão de Engenheiros.
Repartição de Saúde, enfermaria central e do Passo da Pátria.

Repartição eclesiástica.
Dois auditores de guerra.

Dois encarregados da polícia do campo.

Um encarregado da estação topográfica de Tuyuty, um da do Passo da Pátria e outro da do Potreiro Pires.

Depósito do Passo da Pátria, em Itapiru.

Seção da Repartição Fiscal.
Seção da Pagadoria Militar.

2^a Brigada de Artilharia - *Comandante*: Coronel Hilário A. Gurjão.

3^a Divisão de Cavalaria - *Comandante*: Brigadeiro José Luiz Menna Barreto.

3^a Brigada - *Comandante*: Coronel Vasco Alves Pereira.

6^a Brigada - *Comandante*: Coronel Astrogildo Pereira da Costa.

3^a Divisão de Infantaria - *Comandante*: Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho.

9^a Brigada - *Comandante*: Tenente-Coronel Antônio Augusto de Barros Vasconcelos.

10^a Brigada - *Comandante*: Tenente-Coronel Antônio da Silva Paranhos.

11^a Brigada - *Comandante*: Tenente-Coronel Fernando Machado de Souza.

4^a Divisão de Cavalaria (Acampamento de Aguapehy) - *Comandante*: Brigadeiro José Gomes Portinho.

3^a Brigada - *Comandante*: Coronel A. Mascarenhas Júnior.

9^a Brigada - *Comandante*: Coronel F. Ignácio Ferreira.

A GUERRA DO PARAGUAI EM NÚMEROS

• 3º Corpo de Exército e de Vanguarda (Acampamento em Tuyu-Cué) - Comandante: Tenente-General Barão do Herval.

Quartel-General: um secretário, dois ajudantes de ordens, quatro oficiais às ordens, deputado do ajudante-general (oficial às ordens; assistente, adjunto e escriturários), deputados do quartel-mestre-general (assistente, adjunto e escriturários), chefe da seção de engenheiros, auditor de guerra, comandante do esquadrão de transporte. Corpo Provisório de Atiradores⁴.

Brigada de Artilharia - Comandante: Coronel Emílio Mallet.

5ª Divisão de Cavalaria - Comandante: Brigadeiro Victorino José Carneiro Monteiro.

9ª Brigada- Comandante: Coronel Severino R. de Almeida.

10ª Brigada - Comandante: Coronel Severino R. de Almeida.

1ª Divisão de Infantaria - Comandante: Coronel D. José Balthazar da Silveira.

1ª Brigada - Comandante: Tenente-Coronel João do Rego Barros Falcão.

2ª Brigada - Destacada em Tayi, com o 1º Corpo do Exército.

2ª Divisão de Infantaria - Comandante: Brigadeiro Jacintho Machado Bittencourt.

4ª Brigada - Destacada em Tayi, com o 1º Corpo do Exército.

9ª Brigada - Comandante: M. C. Wanderley Lins.

3ª Divisão de Infantaria - Comandante: Brigadeiro José Auto da Silva Guimarães.

3ª Brigada - Comandante: Tenente-Coronel Luiz J. Pereira de Carvalho.

5ª Brigada - Comandante: Coronel Francisco Pinheiro Guimarães.

4ª Divisão de Infantaria - Comandante: Brigadeiro Carlos Resin.

6ª Brigada - Comandante: Coronel Carlos B. de Oliveira Nery.

7ª Brigada - Comandante: Coronel J. R. Coelho Kelly.

8ª Brigada - Comandante: Coronel H. S. da Silva Pedra.

2ª Divisão de Cavalaria (Acampamento de São Solano) - Comandante: Brigadeiro Barão do Triunfo.

3ª Brigada - Comandante: Coronel J. Niederauer Sobrinho.

4ª Brigada - Comandante: Coronel G. Gonçalves da Silva.

6ª Divisão de Cavalaria - Comandante: Coronel Antônio Fernandes Lima.

7ª Brigada - Comandante: Coronel Bento Martins de Menezes.

8ª Brigada - Comandante: Coronel Tristão de Araújo Nóbrega.

Além dessas tropas, havia ainda, no acampamento do Chaco, em dezembro de 1867, uma brigada, comandada pelo Coronel Hilário Gurjão e formada pelo 12º Corpo Provisório de Cavalaria, 16º Batalhão de Infantaria, 44º Corpo de Voluntários e um contingente de Artilharia.

Estavam no Paraguai, em janeiro de 1868: 133 oficiais de corpos especiais, 3.202 artilheiros, 8.599 cavaleiros, 29.357 infantes, 677 homens do Batalhão de Engenheiros e 849 do Corpo de Transporte, que totalizavam 42.817 homens, além de 762 praças no Chaco, 200 fuzileiros navais e uma Divisão de Cavalaria com 1.040 homens, em Aguapehy.

Os três Corpos de Exército em operações no

⁴ Em 1868, tomou a denominação de 15º Corpo de Infantaria, ao ser incluído no quadro do Exército.

Paraguai dispunham, em março de 1868, dos efetivos constantes do quadro abaixo:

	Homens
Corpos Especiais	632
Artilharia.....	2.595
Cavalaria	6.653
Infantaria	<u>21.563</u>
Total	31.443

Desse efetivo, 5.005 homens pertenciam ao 1º Corpo; 10.776 ao 2º, 15.186 ao 3º, e 476 aos Corpos Especiais.

Entretanto, as necessidades de ordem militar exigiram várias modificações na organização do Exército durante a campanha, sendo que a mais notável foi a de 6 de janeiro de 1869, após as perdas do mês anterior.

O Marquês de Caxias reduziu os Corpos de Exército a dois, ficando o 3º reunido ao 1º, que continuou comandado pelo Tenente-General Manoel Luiz Osório, e o 2º continuou sob o comando do Marechal-de-Campo Alexandre Gomes de Argollo Ferrão.

O 1º Corpo ficou composto da 3ª e 5ª Divisões de Cavalaria e 2ª Divisão de Cavalaria (antiga 3ª) e o 2º Corpo da 1ª e 2ª Divisões de

Cavalaria e 1ª Divisão de Infantaria.

Os demais corpos de Infantaria ficaram sob o co-

mando do Coronel Antônio da Silva Paranhos, reunidos à Divisão Oriental e sob as ordens imediatas do General D. Henrique Castro. Bata-

lhão de Engenheiros, Corpo de Pontoneiros, Corpo de Transporte e Brigada de Artilharia, ficaram sob o comando direto do comandante-em-chefe, e foram extintas as comissões de engenheiros nos Corpos de Exército, sendo criada uma junto ao Comando-em-Chefe.

Em 25 de novembro do mesmo ano, o Comando-em-Chefe modificou essa organização, atendendo às contingências da situação. Foi extinta a denominação de Corpos de Exército, sendo nomeado o Marechal-de-Campo Victorino Monteiro para comandar as forças existentes ao norte, menos aquelas em operações no distrito de Curuguaty, enquanto estivessem às ordens do Conde d'Eu.

O Brigadeiro José Antônio Corrêa da Câmara permaneceu no comando das

Forças do distrito de Curuguaty e o Brigadeiro José Gomes Portinho, no das do Alto Paraná.

A natureza especial das operações que se teriam de realizar na cordilheira ditara essa conduta ao Marquês de Caxias, cuja alta competência e excepcional patriotismo sempre conseguiram atenuar toda a interminável série de falhas e deficiências da organização militar brasileira, vencendo sempre formidáveis reações do terrível adversário.

Daí por diante, os efetivos foram declinando até atingir-se, em 1875, 14.161 homens em armas.

Terminada a guerra, o Governo ficara de posse de preciosos ensinamentos de ordem militar, e mesmo política, mas não quis aproveitar a experiência duramente adquirida, li-

Terminada a guerra, o Governo ficara de posse de preciosos ensinamentos de ordem militar, e mesmo política, mas não quis aproveitar a experiência duramente adquirida, limitando-se a providências, frouxamente executadas, e a pequenas alterações de ordem relativamente secundária.

mitando-se a providências, frouxamente executadas, e a pequenas alterações de ordem relativamente secundária.

A GUERRA DO PARAGUAI EM NÚMEROS

A Lei de 30 de junho de 1869, que fixou as forças para 1869-70, autorizou o Governo a admitir, no primeiro posto de oficial do Exército, os oficiais e praças dos Corpos de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional que tivessem prestado dois de bons serviços em campanha e a transferir de armas os oficiais do Exército que

na guerra houvessem revelado aptidão para arma diferente da sua, desde que tivessem as habilitações exigidas pelas leis em vigor.

Quanto à reforma compulsória, foi ela tentada, pela primeira vez, durante a guerra, em 1869, e, quanto ao recrutamento para as fileiras, o ministro da Guerra procurou, em 1866, adaptar o sis-

tema francês de serviço obrigatório, com as modificações decorrentes da diversidade de meio.

Debalde, vários de seus sucessores tentaram resolver o mesmo problema, convencidos todos da impossibilidade de continuar o Brasil na contingência do recrutamento forçado, sistema condenável sob todos os aspectos.

OS NÚMEROS DA CAMPANHA

Força Mobilizada pelo Império – 1865 a 1870

O quadro nº 2 apresenta a força mobilizada por província e os índices porcentuais correspondentes às suas respectivas populações.

Províncias	População em 1872	Força mobilizada	Índices %	Observações
Alagoas	348.009	2.656	0,6	Deste total,
Amazonas	57.610	724	1	estiveram
Bahia	1.379.616	15.297	1,1	no teatro
Ceará	721.686	5.648	0,7	de operações
Corte	274.972	11.467	4	83.941
Espírito Santo	82.137	966	1,1	homens;
Goiás	160.395	542	0,3	o restante
Maranhão	360.640	4.536	1,2	ficou como
Mato Grosso	60.417	3.298	5	Guarda
Minas Gerais	2.102.689	6.784	0,3	Territorial
Pará	275.237	3.827	1,4	
Paraíba	376.226	2.454	0,5	
Paraná	126.722	2.022	1	
Pernambuco	841.539	7.136	0,9	
Piauí	211.822	2.705	1,3	
Rio de Janeiro	819.604	7.861	1	
R. G. do Norte	233.979	1.311	0,5	
R. G. do Sul	446.962	33.803	7	
Sta. Catarina	159.802	1.537	1	
São Paulo	837.354	6.504	0,7	
Sergipe	234.643	2.254	0,1	
	10.112.061	123.434		

Quadro nº 2: Força mobilizada pelo Império – 1865 a 1870

Forças no Teatro de Operações por Províncias

- ALAGOAS - 20 Voluntários da Pátria
- AMAZONAS - Contingentes de Voluntários da Pátria, Bateria de Artilharia.
- BAHIA - 3^a, 10^a, 14^a, 15^a, 23^a, 29^a, 24^a, 40^a, 41^a, 43^a, 46^a, 53^a, 54^a e 59^a V. P., e 8^a e 10^a Batalhões de Infantaria Ligeira.
- CEARÁ - 26^a Voluntários da Pátria e 14^a Batalhão de Infantaria Ligeira.
- CORTE - 1^a, 2^a, 4^a, 9^a, 31^a, 32^a e 38^a Voluntários da Pátria, 1^a Batalhão de Infantaria Ligeira e 1^a Bateria de Artilharia a Pé.
- ESPÍRITO SANTO - Contingente de Voluntários da Pátria.
- GOIÁS - 20^a Batalhão de Infantaria Ligeira; Esquadrão de Cavalaria.
- MARANHÃO - 22^a, 36^a e 37^a Voluntários da Pátria e 5^a Batalhões de Infantaria Ligeira.
- MATO GROSSO - 50^a Voluntários da Pátria, 19^a e 20^a Batalhões de Infantaria Ligeira, 2^a Bateria de Artilharia a Pé, 1^a, 2^a, 3^a, 5^a, 6^a e 8^a Batalhões de Infantaria da Guarda Na-

cional e Esquadrão de Cavalaria.

- MINAS GERAIS - 17^a, 18^a e 27^a Voluntários da Pátria e 21^a Batalhão de Infantaria.

• PARÁ - 13^a e 34^a Voluntários da Pátria, 11^a Batalhão de Infantaria Ligeira e 3^a Bateria de Artilharia a Pé.

- PARAÍBA - 21^a e 47^a Voluntários da Pátria.

• PERNAMBUCO - 11^a, 21^a, 25^a, 30^a, 44^a, 51^a, 52^a e 56^a Voluntários da Pátria, 2^a, 7^a e 9^a Batalhão de Infantaria Ligeira e 4^a Bateria de Artilharia a Pé.

• PIAUÍ - 39^a e 55^a Voluntários da Pátria.

• RIO DE JANEIRO - 5^a, 6^a, 8^a e 12^a Voluntários da Pátria e 4^a Batalhão de Infantaria Ligeira.

• RIO GRANDE DO NORTE - 28^a Voluntários da Pátria.

• RIO GRANDE DO SUL - 33^a, 35^a, 48^a e 49^a Voluntários da Pátria, 3^a, 6^a e 13^a Batalhões de Infantaria Ligeira, 1^a e 18^a Batalhões de Infantaria da Guarda Nacional, 2^a e 3^a R. Cia. de Cavalaria Ligeira, 1^a, 2^a e 3^a R.

Cia. de Cavalaria Ligeira, 1^a, 2^a, 3^a, 4^a e 5^a Caçadores a Cavalo, 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a, 13^a, 14^a, 15^a, 16^a, 17^a, 18^a,

19^a, 20^a, 21^a, 22^a, 23^a, 24^a, 25^a, 26^a, 27^a, 28^a, 29^a Regimentos de Cavalaria da Guarda Nacional e 1^a Regimento de Artilharia a Cavalo.

• SANTA CATARINA - 12^a Batalhão de Infantaria Ligeira.

• SÃO PAULO - 7^a, 42^a e 45^a Voluntários da Pátria, Batalhão de Infantaria Ligeira, Batalhão de Infantaria de Polícia e Cia. de Cavalaria Ligeira.

• SERGIPE - 19^a Voluntários da Pátria.

Essa é a tropa que seguiu para o teatro de operações com os três Corpos de Exército organizados pelo Império. Além desses contingentes, as províncias tinham, em armas, vários Corpos para a manutenção da ordem interna e outros casos de emergência. O Rio Grande do Sul, por exemplo, mobilizou além dos Corpos supramencionados mais 20 unidades de Cavalaria da Guarda Nacional com a denominação de *Corpos Provisórios de Cavalaria*.

Ao findar a guerra, muitos Corpos estavam com a primitiva numeração alterada pelas constantes transferências ou fusões.

Hierarquia e vencimentos no Exército e na Marinha (Quadros nº 3 e 4)

Marechal-de-Exército	750\$000
Tenente-General	570\$000
Marechal-de-Campo	370\$000
Brigadeiro	304\$000
Coronel	240\$000
Tenente-Coronel	216\$000
Major	134\$000
Capitão	90\$000
Tenente	62\$000
Alferes	56\$000

Quadro nº 3 – Hierarquia e vencimentos no Exército

Almirante	600\$000
Vice-Almirante	400\$000
Chefe-de-Esquadra	300\$000
Chefe-de-Divisão	240\$000
Capitão-de-Mar-e-Guerra	168\$000
Capitão-de-Fragata	144\$000
Capitão-Tenente	120\$000
Primeiro-Tenente	72\$000
Segundo-Tenente	60\$000

Quadro nº 4 – Hierarquia e vencimentos na Marinha

Observações: Diária do almirante-em-chefe: 5\$000. Em campanha, soldados e oficiais percebiam, além desses vencimentos, o terço do soldo, isto é, o terço de campanha. Os oficiais que exerciam funções superiores ao seu posto tinham gratificação especial. A libra valia, então, de 10\$ a 13\$000.

Ração de Campanha

Em 1867, a ração de campanha era a seguinte: Carne, 280g; Farinha, 140g; Erva ou café, 80g; Açúcar, 70g; Bo-

lacha, 90g; Sal, 90g; Fumo, 60g; Sabão, 15g; Papel, 10g.

Forragem (Quadro nº 5)

Animais	Argolados			Em Operações	
	Milho	Alfafa	Pasto	Milho	Alfafa
Cavalos de oficiais	8	8	8	9	8
Cavalos de praças	6	6	9	9	6
Animais de carga	6	6	9	9	6
Animais de tração	6	8	8	9	8

Quadro nº 5 – Forragem

Observações – Unidade libra, isto é, 459g. Duas vezes por semana, cada animal recebia uma libra de milho com duas de alfafa ou quatro de farelo. De três em três dias, cada animal recebia duas onças de sal (1 onça = 23,35g.)

Movimento Hospitalar em Campanha – (Quadro nº 6)

	Existem	Baixas		Altas		
		Entradas	Total	Curados	Falecidos	Evacuados
1868	53.406	53.406	40.440	5.204	5.220
1869	25.615	25.615	25.275	2.290	3.441

Quadro nº 6 – Movimento Hospitalar em Campanha.

Baixas durante a Campanha – (Quadro nº 7)

	Oficiais	Praças
Mortos	466	3.966
Feridos	1.280	17.317
Extraviados	31	950
Total		24.010 ⁽¹⁾

Quadro nº 7 – Baixas durante a Campanha.

(1) Do 4º trimestre de 1867 ao 4º trimestre de 1868, o número de mortes, com porcentuais em vítimas de ferimentos e do cólera, foi o expresso no quadro abaixo:

	Mortos	Ferimentos (%)	Vítimas do cólera (%)
4º trimestre de 1867	2.455	23,2	65,2
1º trimestre de 1868	1.708	9,8	52,5
2º trimestre de 1868	1.128	7,6	56,7
3º trimestre de 1868	1.042	14,9	50,1
4º trimestre de 1868	1.326	9,0	44,0

Armamento⁵

Canhões de bronze, raiados, <i>La Hitte</i> , calibre 4	39
Canhões de bronze, raiados, <i>La Hitte</i> , calibre 6	18
Canhões de bronze, raiados, <i>La Hitte</i> , calibre 12	36
Canhões de bronze, espanhóis, calibre 4	9
Canhões de bronze, raiados, <i>Whitworth</i> , calibre 32	25
Canhões de bronze, raiados, <i>Whitworth</i> , calibre 12	3
Canhões de bronze, raiados, <i>Whitworth</i> , calibre 2	4
Morteiros, calibre 6	4
Morteiros, calibre 8	10

⁵ Empregado pelo Exército Brasileiro, de 1864 a 1870.

A GUERRA DO PARAGUAI EM NÚMEROS

Morteiros, calibre 10	1
Canhão de bronze, montanha, raiado, calibre 4	42
Canhão de bronze, campanha, raiado, calibre 4	9
Canhão-obus, calibre 42	6
Canhão-obus, calibre 4½	12
Canhão-obus, calibre 5½	2
Morteiro, 15 centímetros	(*)
Espingarda raiada, <i>Minié</i> , 14,8	19.749
Espingarda, raiada, <i>Minié</i> , 14,6, <i>Enfield</i>	4.320
Espingarda, raiada, <i>Robert's</i> , 14,6	880
Espingarda, raiada, <i>Dreyse</i>	372
Carabina, raiada, <i>Minié</i> , 14,8	27.900
Carabina, raiada, <i>Minié</i> , 14,6	3.484
Clavina, raiada, <i>Minié</i> , 14,8	996
Clavina, raiada, 14,6	463
Clavina, raiada, <i>Spencer</i> , 12,65	2.702
Mosquetão, raiado, <i>Minié</i> , 14,66	582
Pistolas, raiadas, <i>Minié</i> , 14,8	5.857
Revólveres	1.250
(*) Omitido	

Consumo de munição e equipamento

Armas portáteis, 72.000.000; Projéteis de artilharia, 600.000

O equipamento do soldado consistia de: mochila com correia; cantil com

correia; marmita; correia para capote; bornal para mantimentos e barraca para duas praças.

Durante a campanha foram fornecidas 89.893

barracas de duas praças, 11.187 barracas de quatro praças, 1.091 barracas de oficiais e outras barracas maiores (oito de 16 praças).

Munição fabricada no Brasil

Fuzil <i>Minié</i> , 14,8	9.800.000
Fuzil <i>Minié</i> , 14,66 <i>Enfield</i>	22.100.000
Fuzil <i>Dreyse</i> , agulha	1.360.000
Fuzil <i>Adarme</i> , 17	160.000
Fuzil <i>Robert's</i> , 14,66	3.547.500
Carabina <i>Minié</i> , 14,8	3.855.000
Carabina <i>Minié</i> , 14,66 <i>Enfield</i>	20.570.000
Carabina <i>Adarme</i> de 12	206.000
Carabina <i>Spencer</i> , 12,65	2.880.000
Mosquetão <i>Minié</i> , 14,8	2.886.000

Mosquetão <i>Minié</i> , 14,66 Enfield	280.000
Clavina <i>Spencer</i> , 12,65	1.740.000
Adarme de 12, pistola	200.000
Pistola <i>Minié</i> , 14,8	2.266.000
Pistola de 14,66	88.000
Revólveres de 12	1.800
Total geral	72.000.000
 • Artilharia:	
<i>Whitworth</i> de 12	237.000
<i>La Hitte</i> , brasileiro, de 4	70.000
<i>La Hitte</i> de 12	24.850
<i>La Hitte</i> , brasileiro, de 6	22.400
<i>La Hitte</i> de 12	18.218
<i>Whitworth</i> , de 32	26.538
Total geral	399.006
 • Armas Portáteis:	
Chumbo, calibre 32	200.000
 • Bombas:	
De 15 centímetros	5.423
De 18 polegadas	5.995
De 10 polegadas	1.449
 • Lanternetas:	
<i>La Hitte</i> de 4	31.028
<i>La Hitte</i> de 6	4.550
<i>La Hitte</i> de 12	4.248
<i>Whitworth</i> de 32	4.669
4 1/2 polegadas	2.050
Total de projéteis de artilharia	600.000

Troféus⁶

• Bocas-de-fogo	
- Bronze:	
Canhões raiados	30
Canhões lisos	75
Canhões-obuses	16

⁶ Conquistados pelo Império.

A GUERRA DO PARAGUAI EM NÚMEROS

Canhões lisos	2
Canhões-obuses	3
- Ferro:	
Caronadas (canhão curto e de pouca espessura)	4
Obuses	56
Morteiros	6
Canhões raiados	15
Morteiro	1
• Viaturas:	
Armões	24
Carros de manchego	2
Estrados de reparo	3
Forja de campanha	1
Plataforma	1
Reparos	111
Rodas	181
• Munições	
Balas	1.339
Bombas	7.812
Granadas	3.855
Pirâmides	8
Shrapneis	21
Lanternetas de couro	43
Lanternetas de folha	23
Cartuchos	161
Espoletas de tempo	1.125
Foguetes	2
• Armas portáteis	
Arma de caça	4
Bacamarte de Bronze	3
Bacamarte de ferro	2
Carabina	402
Clavina	342
Espinarda de pederneira	2.311
Espinarda de percussão	5.692
Pistolas	153
Baionetas	4.012
Espadas	269

Sabres	7
Lanças encabadas (lanças colocadas no cabo)	477
Lanças sem cabo	139
Fogueteiras	7
Torpedos	4

Forças de ocupação

De acordo com o artigo nº 20 do Tratado da Paz, o Brasil deixou, no território do Paraguai, forças de terra e mar.

As forças terrestres, que ali ficaram em 1871, constavam de uma divisão, às ordens do Brigadeiro Auto Guimarães, depois Barão de Jaguarão, cuja organização era: QG; 1^a Bda. 4^a Bateria de Artilharia a Pé, 2^a Regimento de Cavalaria Ligeira, 7^a e 17^a Batalhões de Infantaria Ligeira) e 2^a Bda. (8^a, 10^a, 15^a, 16^a Batalhões de Infantaria Ligeira).

O total atingia 3.772 homens. Em 1872, o efetivo era de 2.870 - o 7^a Batalhão de Infantaria Ligeira havia se recolhido à sua sede.

Em junho de 1873, houve um movimento revolucionário no Paraguai; os rebeldes foram vencidos.

Em fevereiro de 1874, estalou outro movimento armado, conseguindo assehnorear-se do poder.

Em 22 de junho de 1876, a última força brasileira de ocupação deixou o território paraguaio.

A Divisão Naval de ocupação, às ordens do Chefe-de-Esquadra Francisco Pereira Pinto, depois Barão de Ivinheima, ficou constituída dos seguintes vasos: *Tamandaré, Lamego, Chuí, Taquari, Fernandes Vieira, Onze de Junho, Araguai e Itajaí*, mais dez lanchas.

A repatriação do Exército Brasileiro fez-se por terra e água. Recolheram-se por terra ao Rio Grande do Sul quase todos os corpos de cavalaria - 9^a, 12^a, 22^a e 26^a Regimentos de Cavalaria da Guarda Nacional, sob o comando do Coronel Bueno, e 6^a, 7^a, 8^a, 10^a, 11^a, 13^a, 14^a, 16^a, 18^a, 19^a, 21^a, 23^a e 24^a Regimentos de Cavalaria da Guarda Nacional, às ordens do Brigadeiro José Luiz. Por água, via Montevidéu, embarcaram os seguintes corpos: para o Rio Grande do Sul, 3^a, 4^a, 6^a, 12^a, 13^a Batalhões de Infantaria Ligeira, 4^a, 5^a Caçadores a Cavalo, 3^a Regimento de Cavalaria Ligeira, 1^a Regimento de Artilharia a Cavalo; para a Corte, 1^a, 2^a, 9^a, 11^a, 14^a Batalhões de Infantaria Ligeira, 1^a, 3^a Baterias de Artilharia a Pé, Batalhão de Engenharia; para diversos destinos, Voluntários da Pátria - 17^a, 23^a, 26^a, 27^a, 30^a, 31^a, 33^a, 35^a, 36^a, 37^a, 40^a, 41^a, 42^a, 44^a, 46^a, 50^a e 54^a. Esses corpos já não obedeciam mais à primeira numeração, uns foram reorganizados com companhias de outros e alguns foram dissolvidos, etc.⁷

Orçamentos – (Receita e defesa)⁸

Casa Imperial, mensalidade	90.000\$000 ⁹
----------------------------------	--------------------------

⁷ Dados apoiados nos Relatórios do Ministério da Guerra e na edição de 18/11/1934 do *Jornal do Commercio*.

⁸ Exercício de 1865-66.

⁹ Dotação anual, 1.080 contos.

A GUERRA DO PARAGUAI EM NÚMEROS

Orçamento da Marinha	7.600:000\$000
Orçamento do Exército	14.012:914\$872
Receita do Império	56.000:000\$000
Despesa	56.588:823\$246

Situação econômica do Império – Produção agrícola¹⁰

- Comércio:

Importação	131.594:000\$000
Exportação	141.068:000\$000

- Produção Agrícola

Aguardente (canadas: 2,66 l)	2.176.461
Açúcar (arrobas)	7.298.485
Algodão (arrobas)	1.683.625
Cabelo e crina (arrobas)	38.342
Cacau (arrobas)	292.844
Café (arrobas)	10.807.137
Couros (arrobas)	1.419.413
Fumo (arrobas)	645.925
Borracha (arrobas)	286.630
Mate (arrobas)	637.988

- Produção industrial inexpressiva¹¹

A Dívida de Guerra

De acordo com o artigo 3º do Tratado de Paz com o Brasil foram nomeadas comissões para avaliar a dívida pública e particular que o Paraguai indenizaria. O montante da dívida pública foi o seguinte¹²:

Ministério da Justiça, 412:328\$577; Ministério da Marinha, 89.014:249\$060; Ministério da Guerra, 306.214:424\$519 e Ministério da Fazenda, 216.270:948\$503, total de 611.911:950\$659.

A dívida a particulares ascendeu ao total de

27.831:349\$303, atribuída a 805 processos.¹³

Em 16 de agosto de 1899, os deputados Barbosa Lima, Henrique Vaz, M. da Silva, E. Berredo, Diogo Fortuna, A. Mariense, Galeão Carvalhal, Amorim Figueira, Marçal Escobar e Pinto da Rocha apresentaram um projeto

¹⁰ Exercício de 1864-65.

¹¹ Não obstante o esforço de Mauá, de outros capitalistas nacionais e estrangeiros e do Império, estudos compulsados mostram claramente que de 1885 a 1914 foi o período de criação da indústria brasileira: cerca de 65% do capital foram empregados nessa fase.

¹² Relatório do ministro da Fazenda de 1877.

¹³ Relatório do ministro do Exterior de 1882.

de lei anulando a dívida do Paraguai. A maioria rejeitou o projeto.

Os positivistas, tendo à frente o Sr. Teixeira Mendes, fizeram, nessa ocasião e depois, uma forte campanha no sentido de se perdoar a dívida.

Nada, porém, se conseguiu naquela oportunidade.

O Paraguai não resgatou os títulos dessas dívidas, que foram perdoadas no Governo Getúlio Vargas, em maio de 1943, como medida de confraternização necessária aos dois povos, dentro do espírito da política de boa vizinhança, então em vigor.

CONCLUSÃO

Ao longo deste ensaio, tentamos ressaltar, em linhas muito gerais, a situação do Exército nacional ao irromper a Guerra do Paraguai, o ambiente político da época, a organização das forças para a campanha e os seus respectivos chefes. A seguir, com mais detalhes, procuramos levantar, em números, nossa participação no sangrento conflito, desde a mobilização inicial até chegarmos às forças de ocupação que ficaram no Paraguai após o término da contenda. Elementos do

quadro econômico-financeiro do País também foram objeto de apreciação, com a finalidade de caracterizar o esforço de guerra nacional.

Em síntese, são pontos a repisar e a comentar:

- A Guerra do Paraguai encontrou o Exército despreparado, tanto em efetivos quanto em material. Muito embora se tenham levantado vozes de civis e militares advertindo o País sobre esse estado de coisas, o Brasil não estava em condições de fazer frente ao seu adversário, que por longos anos se havia preparado para a campanha, dispondo de um efetivo inicial considerável.

- Concorria para agravar a nossa crítica situação o espírito dos políticos da época, cuja grande maioria não tinha o devido apreço pelos assuntos militares, opondo-se, muitas vezes, a que se fizesse, quando se tratava das Forças Armadas, um trabalho patriótico, sistemático e continuado.

- Apesar de ser improvisado com os recursos que estavam sendo postos, sem método nem ritmo certo, à disposição, nosso Exército conseguiu sair vencedor, mais pela notável abnegação e pelo patriotismo excepcio-

nal dos oficiais e praças, que supriram, com seu ardor, as gritantes falhas materiais.

- Na impossibilidade de enfrentar o adversário com tão escassos efetivos e não havendo reservas organizadas, o Governo, pelo Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, teve de criar os Corpos de Voluntários da Pátria, que tanto e tão grandiosos feitos realizaram durante a campanha, com bravura e patriotismo, não obstante sua deficiente formação militar.

- Iniciamos a campanha com três Corpos de Exército, num total de 31.443 homens. Desse efetivo, 3.005 homens pertenciam ao 1º Corpo; 10.776, ao 2º Corpo; 15.186, ao 3º Corpo e 476, aos Corpos Especiais.

- As necessidades de ordem militar determinaram uma nova organização para o combate, em 6 de janeiro de 1869, após as perdas do mês anterior. O Marquês de Caxias reduziu os Corpos de Exército a dois. O 3º ficou reunido ao 1º, que continuou comandando pelo Tenente-General Manoel Luiz Osório, da mesma forma que o 2º comandado pelo Marechal-de-Campo Alexandre Gomes de Argollo Ferrão. Outras modificações surgiram em face das contingências do con-

A GUERRA DO PARAGUAI EM NÚMEROS

flito, particularmente em 25 de novembro, para atender às operações de natureza especial na cordilheira;

• Foi tentada, durante a campanha, a adoção do sistema francês do serviço militar obrigatório, com as modificações decorrentes da diversidade do meio, nada se tendo conseguido.

• No que concerne à força mobilizada pelo Império, o quadro que a espelha evidencia que foram três as províncias que mais contribuíram proporcionalmente para a formação dos efetivos: Rio Grande do Sul (7%), Mato Grosso (5%), e Corte (4%).

• Os vencimentos eram compatíveis, graças à complementação do terço de campanha. O pessoal do Exército percebia, em alguns postos, remuneração maior que na Marinha. Difícil é saber a razão exata dessa diferença, já que os riscos e esforços da campanha se equivaliam.

• A ração de campanha era parcimoniosa. Os recursos locais foram amplamente utilizados para a complementação alimentar da tropa. É de se notar a falta de legumes, hortaliças, frutas, massa, ovos, feijão, leite etc. Pode-se afirmar, em vista disso, que, considerando-se

os padrões atuais, o balançoamento alimentar era precário para as necessidades de uma tropa em campanha.

• No que se refere à forragem, também a tabela alimentar era deficiente. Todavia a utilização do verdejado das pastagens locais compensava, em parte, o desequilíbrio da ração.

• O movimento hospitalar em campanha nos evidencia que o ano de 1868 apresentou o maior efetivo em campanha, daí a razão de 53.406 homens terem sido hospitalizados ou recebido atendimento médico em combate. É bom ressaltar que 138 mil homens foi o máximo que o Exército colocou em armas durante a guerra. Portanto, quase 38,7% do Exército em operações (53.406 homens) foram, de alguma forma, atendidos pelo Serviço de Saúde. Desse total tivemos em relação ao efetivo entrado como baixas: curados, 40.440 (8,8%); falecidos, 5.204 (9,7%) e evadidos, 5.220 (9,7%);

• A mortalidade durante a campanha chama a atenção para as perdas relativas ao cólera, muito maiores do que os ferimentos recebidos pelo pessoal, considerando o período apre-

sentado, que é uma amostragem significativa de toda a guerra. Isso nos leva a concluir que as condições de clima hostil, águas impróprias para o consumo, regiões inóspitas que a nossa tropa enfrentou no teatro de operações do Paraguai foram os maiores responsáveis pela mortalidade. Acresce, ademais, que a deficiência da alimentação e as emanações pestilentas dos pântanos corriam para dizimar não só homens como animais.

• O armamento utilizado pelo Exército não era homogêneo, bastando observar que tivemos canhões *La Hitte*, *Whitworth*, espingardas *Minié*, *Robert's*, *Dreyse* e clavina *Spencer*, o que dificultou a logística do municiamento. O equipamento era sumário, sofrendo a tropa falta de agasalhos para enfrentar o rigoroso inverno no teatro de operações.

• A fabricação de munição no Brasil exigiu grandes esforços do pessoal habilitado. Considerando-se a situação do País e os meios existentes, foi realmente extraordinário esse esforço de guerra. Mesmo assim, houve importação, durante a campanha, de munição e armamento. As espingardas dos tipos *Minié* e *Enfield* foram ad-

quiridas na Bélgica e na Inglaterra, mesmo havendo fabricação nacional.

- Como se observa no quadro referente à situação econômica do Império, nosso país era de economia primária, exportando tão-somente produtos agrícolas, não figurando na pauta de exportação nada manufaturado ou industrializado. Havia desequilíbrio nas contas nacionais; já a despesa era superior à receita. Na balança comercial o saldo nos era favorável.

- A dívida de guerra foi elevada. O Paraguai nunca nos resgatou os títulos dessa dívida, que foi perdoadas no Governo Getúlio

Vargas (maio de 1943), como medida de confraternização entre os dois países.

- A conquista dos troféus pelo Império teve apenas o valor moral da vitória. O conjunto de armas tomadas ao inimigo não reflete o poderoso arsenal utilizado pelo Paraguai na contenda e já longamente acumulado para o uso na guerra.

- A campanha do Paraguai trouxe consigo três grandes problemas para os quais o Império não estava devidamente preparado: a desmobilização (amparo aos ex-combatentes); a pensão militar (montepio) para as viúvas dos combatentes e os órfãos dos militares caídos no cumpri-

mento do dever. Com o decorrer do tempo foi-lhes sendo dada legislação adequada, mas fragmentada e incompleta. Muitos problemas se arrastaram longamente. Como iniciativa feliz, é justo assinalar a que concerne aos órfãos, amparados pela criação do Colégio Militar do Rio de Janeiro, instituído pelo Conselheiro Tomás Coelho.

- As forças em operações, com pessoal oriundo de todas as províncias, adquiriu o *caráter nacional* e do *povo em armas* com a efetiva participação dos Voluntários da Pátria.

O Exército Brasileiro fez honra às Forças Armadas e estas honraram o Brasil. ☐

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Pedro Cordelino F. - *História Militar - Volume II* - Departamento de Imprensa Nacional - Rio - RJ - 1952.
- CERQUEIRA, Dionísio - *Reminiscências da Campanha do Paraguai - (1865-70)* - Edição Especial - Biblioteca do Exército Editora - Rio - RJ - 1980.
- DUARTE, Paulo de Queiroz - *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (Coleção)* - Biblioteca do Exército Editora - Rio - RJ - 1982.
- JORNAL DO COMMERCIO - Rio - RJ - Edição de 18 de novembro de 1934.
- LIMA, Oliveira - *O Império Brasileiro (1822-89)* - Coleção Temas Brasileiros - Volume 58 - Editora Universidade de Brasília - Brasília - DF - 1986.
- MADUREIRA, A. de Sena - *Guerra do Paraguai* - Coleção Temas Brasileiros - Volume 22 - Editora Universidade de Brasília - Brasília - DF - 1982.
- MAGALHÃES, João Batista - *A Evolução Militar do Brasil* - Biblioteca do Exército Editora - Rio - RJ - 1998.
- MINISTÉRIO DO EXTERIOR - Relatório de 1882.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA - Relatório de 1877.
- MINISTÉRIO DA GUERRA - Relatórios de 1865-70
- VAL, Nilo - *Formação do Exército Brasileiro e Sua Evolução no Séc. XIX* - Notas mimeografadas - sem data. Nesse trabalho o leitor encontrará as organizações dos Corpos, Divisões e Brigadas detalhadamente apresentadas.

TIAR: Nascimento, Vida e Morte

L. P. Macedo Carvalho*

O título expressa o conteúdo do texto: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, os propósitos idealistas de sua criação, a realidade da sua vigência e a sua condição atual.

ANTECEDENTES

A ideia de proteger o continente americano manifesta-se, pela primeira vez, no Art. 21 do Tratado de Madri, firmado entre Espanha e Portugal, em 1750. Diante dos conflitos herdados do Velho Mundo, Alexandre de Gusmão - o Pai da Diplomacia Brasileira - estabeleceu que se deveria manter a paz na América, mesmo que as duas Coroas estivessem em guerra na Europa.

Metternich, com ampla visão política, no Congresso de Viena (1815), pressentiu que o liberalis-

mo e o nacionalismo crescentes na Europa e na América ameaçavam o absolutismo das metrópoles, provocando a fragmentação e a independência das colônias de ultramar. A sobrevivência do Novo Mundo exigia sua união para contrapor-se ao fantasma das intervenções européias da *Santa Aliança dos Povos* que nunca se concretizou. A Inglaterra, vivendo o apogeu da Revolução Industrial e necessitando de matérias-primas e mercados para seus produtos, não via com bons olhos a independência política das colônias ibero-americanas, depen-

dentes economicamente das potências de então.

Em 6 de outubro de 1815, Simón Bolívar divulgou um documento visionário, em Kingston, mais conhecido como a *Carta da Jamaica*, no qual propunha fazer dos países ibero-americanos um todo politicamente solidário e militarmente unido para a segurança coletiva, sob a égide da Inglaterra. Com a ajuda dos ingleses, argumentava que se poderia libertar a metade do mundo e colocar o universo em estado de equilíbrio. Visualizava e inspirava, o *Libertador*, a abertura do Canal de Panamá e a atual

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do IGHMB.

política dos EUA, herdada do Reino Unido.**

Logo a seguir (1817), Thomas Jefferson, expressando seus pioneiros sentimentos pan-americanistas a LaFayette, declarava: *Nossa primeira máxima fundamental deve ser a de jamais nos envolvermos nas disputas européias; e a segunda, de jamais consentir que a Europa se intrometa nos negócios cisatlânticos.*

Dois anos depois (1819), o Brasil sugeria a criação de uma *Liga Americana* advogando que para se defender das forças da Europa basta-lhe a aliança dos seus vizinhos do sul e do norte.

Em Instruções de 31 de maio de 1822, o Governo brasileiro recomendava ao seu representante diplomático junto às Províncias

Unidas do Rio da Prata e do Paraguai mostrar as *utilidades incalculáveis que podem resultar de fazer, aqueles governos, uma confederação ou tratado ofensivo e defensivo com o Brasil para se oporem, junto a outros governos da América, aos cerebrinos manejos da política européia.*

No ano de 1823, George Canning, Primeiro-Ministro da Inglaterra, temendo que a restauração do absolutismo na Espanha, com Fernando VII, apoiado pela França no Congresso de Verona, provocasse repressão ao movimento emancipador da América espanhola, propôs uma ação conjunta anglo-estadunidense, em virtude da possibilidade de intervenção européia. John Quincy Adams, Secre-

tário de Estado dos EUA, julgou que, se o continente ibero-americano era um potencial mercado para a Inglaterra, deveria sê-lo também para os Estados Unidos, em processo de desenvolvimento. Assim, convenceu o Presidente James Monroe ser a ocasião propícia para os EUA afirmarem independentemente o seu poder no continente americano. Dessa forma, nasceu a *Doutrina Monroe* por intermédio da Mensagem Anual ao Congresso que, sumariamente, fixava a base do pseudo pan-americanismo - *a América para os americanos*. Com o passar do tempo, a marcha para o oeste, a aquisição do Alasca, a pretendida fusão com o Canadá e a incorporação dos antigos territóri-

** Trechos de carta de Simón Bolívar ao Capitão (inglês) Maling, transcritos de *Canning e a Independência da América Latina*, de C. Petrie:

Entre todos os países, os da América do Sul são, talvez, os menos preparados para o governo republicano. Sua povoação é formada de índios e negros, que são mais ignorantes que a raça vil dos espanhóis, da qual acabamos de emancipar-nos.

Um país representado e governado por tal gente cairá fatalmente na ruína.

Devemos procurar auxílio na Inglaterra; não temos outro recurso.

E vós não só podeis contar com o meu consentimento como vos rogo comunicar nossa conversação ao governo de Sua Majestade, em qualquer forma que vos pareça mais adequada, seja ou não oficial.

Podeis dizer que, em princípios gerais, jamais fui inimigo das monarquias, que acredito que a Monarquia é essencial para a respeitabilidade e bem-estar das nações novas e, por isso, se partir uma proposição do Gabinete britânico para o estabelecimento de um governo regular, isto é, de uma monarquia ou de várias monarquias no Novo Mundo, encontrará em mim um rígido defensor de seus propósitos, perfeitamente disposto a sustentar o soberano que a Inglaterra se propuser a colocar e apoiar sobre o trono.

Em carta de 6 de outubro de 1815 publicada em Kingston, Bolívar acrescentou:

Os britânicos poderão adquirir em pagamento de sua ajuda as províncias do Panamá e Nicarágua, formando com esses países o centro do comércio do mundo, por meio de canais que, conjugando os dois grandes oceanos, encurtariam as grandes distâncias e fariam permanentes a vigilância e o controle da Inglaterra sobre o comércio do mundo.

os espanhóis pelos EUA gerariam desconfiança e se meariam fragilidade no monroísmo.

Como resposta à *Doutrina Monroe*, Simón Bolívar promoveu o *Congresso do Panamá* (1826), com a finalidade de determinar os princípios de segurança coletiva e de solidariedade regional (unidade continental) pela criação de um sistema interamericano para firmar um *Tratado de União Perpétua, Liga e Confederação* – precursor da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Liga das Nações e da ONU. O almejado tratado resultante do *Congresso do Panamá* foi ratificado apenas pela Grã-Colômbia (Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela), por causa das suspeitas dos outros países americanos, em face das intenções veladas de unificação dos países de língua espanhola sob o manto protetor da Inglaterra para escapar ao domínio dos EUA. Isso contribuiu para o fracionamento das colônias espanholas em diversas repúblicas de arraigados sentimentos nacionalistas.

Em 1833, embora a *Doutrina Monroe* já estivesse em vigor, os EUA não tomaram qualquer atitude quando os

ingleses expulsaram a pequena guarnição argentina das ilhas Malvinas.

O fracasso do Congresso do Panamá impediu que as idéias de solidariedade continental se materializassem antes de 1889, quando teve lugar a I Conferência Internacional dos Estados Americanos, em Washington, da qual resultou a fundação da União Internacional das Repúblicas Americanas.

Na IV Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Buenos Aires (1910), surgiu a União das Repúblicas Pan-Americanas, cuja sede se manteve na capital dos EUA.

A despeito dos progressos alcançados no campo da solidariedade continental pelos tratados para evitar conflitos nas Américas, arrimados nos princípios de arbitragem e conciliação, e de que *nenhum estado tem o direito de intervir nos negócios e interesses de outro* (*VII Conferência dos Estados Americanos, Montevidéu, Uruguai, 1933*), o cenário mundial motivou a convocação da *Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz*, em 1936, na capital argentina. Naque-

la oportunidade, chegou-se à primeira *Declaração de Solidariedade e Cooperação*, ao se adotar o princípio de consulta para solução pacífica de controvérsias, no caso de ameaça externa à paz no continente.

Na VIII Conferência dos Estados Americanos, de Lima (1938), em meio às incertezas que pairavam sobre o mundo, foi proclamada a unidade do hemisfério ocidental às vésperas da Guerra Mundial e instituída a Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores para traçar uma estratégia continental. A primeira ocorreu no Panamá (1939), logo após a deflagração da Segunda Guerra Mundial, onde se delimitou, como medida de proteção, uma área oceânica em torno do continente americano contra atos hostis de qualquer beligerante não-americano. Na segunda, realizada em Havana (1940), após a queda da França, reafirmou-se a solidariedade ante possíveis ataques contra qualquer estado americano (*Declaração de Assistência Recíproca em Cooperação Defensiva*). A terceira, efetuada no Rio de Janeiro (1942), em decorrência do ataque japonês à Pearl Harbor, criou, pela resolução XXXIX,

a Junta Interamericana de Defesa (JID - Washington, D.C., EUA), com o propósito de estudar e recomendar medidas necessárias à defesa do continente durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1945, depois da guerra, a Conferência Interamericana sobre Problemas de Guerra e de Paz, na Cidade do México, pela resolução XVIII da *Ata de Chapultepec*, considerou a necessidade de se dispor de um organismo permanente para cuidar da defesa coletiva continental.

A Conferência Internacional para a Manutenção da Paz e da Segurança Continental, promovida no Rio de Janeiro em 1947, tornou permanentes as decisões temporárias da *Ata de Chapultepec* para a defesa hemisférica, instituindo o *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (TIAR - 2 de setembro de 1947).

A XIX Conferência Internacional dos Estados Americanos, de Bogotá (1968), mudou o nome de União das Repúblicas Pan-Americanas para Organização dos Estados Americanos (OEA) e aprovou a carta da organização que, em

seu capítulo XII, instituiu o Comitê Consultivo de Defesa, a fim de tratar dos problemas de colaboração militar provenientes da aplicação dos tratados de segurança coletiva. Tal comitê nunca foi constituído, consagrando a JID como organismo responsável pelo planejamento da defesa continental.

O TRATADO

O TIAR resultou da *Ata de Chapultepec* como nova feição geoestratégica do monroísmo no confronto Leste-Oeste da Guerra Fria. O Tratado definiu, nos seus vinte e seis artigos, as principais obrigações dos signatários, em caso de agressão armada ou não contra um estado americano, as condições e os processos para requerer ajuda hemisférica frente a ameaças, uma zona de segurança em torno do continente, de pólo a pólo, por meio de coordenadas geográficas, e criou ainda um órgão de consulta. Uma característica singular do TIAR é que foi o primeiro instrumento de defesa coletiva respaldado no Art. 51 da Carta da ONU, feito em nome dos povos americanos e

não dos governos signatários, como de costume.

A zona de segurança definida no Art. 4º, no princípio, tinha como ponto de referência, ao norte, o Alasca e a Groenlândia, excluindo, no sul, as áreas reivindicadas pela Argentina nos arquipélagos subantárticos e na Antártida (Declaração do Panamá de 3 de outubro de 1939). Com a posterior ampliação da área demarcada, esta estendeu-se ao pólo Sul, englobando o território antártido e perdendo a Groenlândia (ilha dinamarquesa) para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para resguardar suas pretensões, a Argentina formulou uma declaração, que consta das atas finais da Conferência, não reconhecendo, ao longo das águas correspondentes ao seu território, a existência de colônias ou possessões europeias e direitos sobre as ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich, além das terras do setor antártido argentino. Equador, Honduras e Nicarágua, por ocasião da assinatura do tratado, impuseram também reservas quanto a problemas de demarcação de fronteiras.

Apesar de o Art. 6º reconhecer, tacitamente, a agressão não armada ou qualquer conflito extracontinental ou intercontinental, inexiste acordo quanto à agressão encoberta, subsistindo vazios doutrinários e interpretativos aferrados à idéia de ataque armado convencional.

O Art. 7º regula as medidas para solucionar os conflitos entre os estados americanos, preconizadas no artigo seguinte.

O tratado preconiza que o órgão supremo de consulta é a Reunião de Ministros das Relações Exteriores e que as decisões são tomadas pelo voto de dois terços dos estados signatários e ratificadores do texto, sem permitir vetos (Art. 18). Apenas às partes envolvidas, no caso de conflitos entre estados americanos, a votação é vedada.

Nenhum estado será obrigado a empregar a força armada, sem seu consentimento, prescreve o Art. 20.

O TIAR tem duração indefinida (Art. 25), mas libera, a qualquer momento, os estados que não desejem manter a solidariedade continental, permanecendo em aberto para adesões.

Não se registraram obstáculos na implementação

do tratado, por ter sido elaborado gradualmente, ao longo de dez anos, desde 1936.

Em síntese, o TIAR expressava o sentimento comum de inviolabilidade do patrimônio continental e objetivava, sobretudo, a defesa mútua ante agressão externa e atos de agressão interna ou de estado não-americano. A defesa mútua contra agressão externa, de início, era motivada pelas ameaças do *Eixo* às Américas, durante a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, pela expansão do comunismo exportado, então, da URSS, da China e de Cuba. A agressão interna constante do texto original visava nitidamente à Argentina, devido a suas tendências pró-*Eixo*, no período de 1939 a 1945.

APLICAÇÕES E NÃO APLICAÇÕES

Em dezembro de 1948, a Costa Rica pôs em aplicação o TIAR, apoiada no Art. 6º, denunciando ter tido o território invadido por tropas provenientes da Nicarágua. A Nicarágua negou sua participação na invasão efetuada pela *Legião do Caribe*, constituída de

estrangeiros. A questão ficou solucionada com o compromisso de a Nicarágua vigiar as fronteiras com a Costa Rica.

A segunda solicitação teve lugar no primeiro mestre de 1948, por suspeitar, o Haiti, que São Domingos permitira conspiração em seu território contra o Governo haitiano; o caso foi resolvido pacificamente.

Até a implantação do comunismo em Cuba (1960), os problemas verificados na zona de segurança do TIAR resumiram-se em litígios fronteiriços ou de soberania contestada, da América Central à Antártica, sendo dirimidos, quase todos, por negociações diplomáticas.

Na crise dos mísseis de Cuba (1962), os EUA invocaram o TIAR, havendo todos os seus aliados continentais apoiado o acordo firmado entre os governos de Moscou e Washington, que proibia a introdução de armas ofensivas no território cubano, mas não fazia restrições ao avanço do movimento comunista internacional nas Américas.

Em 1965, temerosos da expansão comunista na República Dominicana, os EUA praticaram uma inter-

venção unilateral que levou, *a posteriori*, à convocação da X Reunião de Consultas, a fim de referendar o fato consumado e organizar a Força Interamericana de Paz (FIP) para impedir a transformação da crise em guerra civil. A FIP, constituída de tropas do Brasil, Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos, Honduras e Paraguai, sob o comando de um general brasileiro, restabeleceu a ordem na República Dominicana depois de mais de 16 meses de atuação, sendo em seguida desativada.

No ano de 1969, foi convocada a XIII Reunião de Consultas, com o propósito de solucionar um conflito armado entre El Salvador e Honduras.

Em 1971, a XIV Reunião de Consultas resolveu a disputa entre o Equador e os EUA, referente à extensão de mar territorial e jurisdição de pesca.

A XVIII Reunião de Consultas (1978) teve como tema a guerra civil na Nicarágua e debateu a situação criada entre esta e a Costa Rica, sem chegar a solução alguma. A vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua (1980) foi aceita pelos países membros da OEA, sem apelação

ao TIAR. Ainda em 1978, a Argentina e o Chile chegaram à mobilização militar por causa da tensão atingida pelo controle do Canal de Beagle, tendo sido o litígio sanado por arbitragem internacional do papa, favoravelmente ao Chile.

No ano seguinte, o conflito entre o Equador e o Peru foi resolvido com um cessar-fogo na zona conflagrada pela XIX Reunião de Consultas.

A XX Reunião de Consultas (1982), em consequência do conflito das Malvinas entre a Argentina e o Reino Unido, assinala o fim do TIAR, dado os EUA apoiarem os ingleses em detrimento de um estado americano.

Em 1983, sentindo-se ameaçados pela *cubanização* do Caribe na área do Canal do Panamá - considerada sua quarta fronteira - com a construção de um aeródromo para MIGs em Granada, os EUA acionaram a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), instituída em 1981, prescindindo do TIAR para intervir pela sexagésima vez na região caribenha.

No ano de 1989, os EUA invadem o Panamá para capturar o General Manuel

Antônio Noriega, acusado de envolvimento crescente com o narcotráfico e a lavagem de dinheiro, não sendo acionado o TIAR.

Em 1994, forças dos EUA desembarcaram no

A XX Reunião de Consultas (1982), em consequência do conflito das Malvinas entre a Argentina e o Reino Unido, assinala o fim do TIAR, dado os EUA apoiarem os ingleses em detrimento de um estado americano.

Haiti para recolocar no poder o Presidente Jean-Bertrand Aristide, buscando depois o respaldo da ONU.

Recentemente, a velha contestação de limites fronteiriços entre o Equador e o Peru provocou um conflito armado na Cordilheira de Condor (região do Rio Cenepa). Graças à mediação da Argentina, do Chile, dos Estados Unidos e, principalmente, do Brasil (1998), manteve-se a paz na América do Sul, dando ganho de causa ao Peru, sem fazer uso do TIAR.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

A estratégia do sistema de defesa coletivo interame-

ricano assentava-se no real fortalecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA) em termos políticos e no consequente poder militar para dar resposta flexível às ameaças que se apresentassem.

Na verdade, a ajustagem do TIAR aos interesses de Washington jamais permitiu que funcionasse como instrumento de defesa coletivo. Com a criação da OTAN (1949), os interesses vitais dos Estados Unidos voltaram-se para as posições defensivas avançadas na Europa, relegando a segurança do continente americano a segundo plano. Daí os EUA terem optado por alianças bilaterais abaixo do Rio Grande, com acordos de assistência militar recíproca, que debilitaram estrategicamente o TIAR.

A segurança do continente americano depende do controle da navegação no Atlântico e no Pacífico, que, desprovida de um sistema defensivo bem estruturado, não oferece condições de ser mantida. Uma vez que os EUA se preocupam mais com a segurança das rotas transnacionais pelo Caribe, as outras ficaram expostas, comprometendo o TIAR.

A inoperância e a vulnerabilidade do TIAR podem ser aquilatadas pela proliferação das guerrilhas no passado, na América Central (El Salvador, Honduras e Guatemala), na América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai), apoiadas pela vitória das revoluções castrista e sandinista, em Cuba e na Nicarágua. Tais movimentos revolucionários, de inspiração marxista-leninista ou maoísta, foram contidos não pela aplicação do TIAR, mas por divergências ideológicas no seu âmbito e pela ação enérgica dos governos conservadores.

O TIAR, ainda que não fosse revogado por conveniências políticas, recebeu uma pá de cal no desfecho do conflito das Malvinas, em razão do apoio ostensivo e marcante dos EUA ao Reino Unido.

Nos seus mais de cinqüenta anos de existência, os EUA só recorreram efetivamente ao TIAR em duas oportunidades - a crise dos mísseis em Cuba (1962) e a da República Dominicana (1965) - para defender seus interesses vitais e justificar uma intervenção unilateral na área.

A História mostra que os interesses vitais e as relações bilaterais sempre tiveram maior importância para os EUA do que a se-

Na verdade, a ajustagem do TIAR aos interesses de Washington jamais permitiu que funcionasse como instrumento de defesa coletiva. Com a criação da OTAN (1949), os interesses vitais dos Estados Unidos voltaram-se para as posições defensivas avançadas na Europa, relegando a segurança do continente americano a segundo plano.

gurança continental, ao longo dos anos de vigência do TIAR.

O enfraquecimento da ONU coloca em risco os princípios basilares de paz e harmonia mundial e, por conseguinte, do TIAR, cujo descrédito aumenta mais ainda com o advento da hegemonia global norte-americana atestada na proposta feita na XXIX Assembléia-Geral dos Estados Americanos do início de junho de 1999, na Guatemala, para aceitar a intervenção não definida em conflitos internos em países americanos por um grupo de outras nações do continente. Agravando esse qua-

dro, a concessão do *status* de aliado extra-OTAN dos EUA à Argentina, que lhe garante apoio militar norte-americano, caso seja agredida por um país não participante da OTAN, contradiz o TIAR.

Hoje, com a globalização, a união interamericana revela-se um todo debilitado por motivos intrínsecos, e o TIAR, um inexpressivo instrumento

de segurança coletiva. A sua história retrata um pacto geoestratégico nortimorato que atingiu seu clímax durante a Guerra Fria, vindo a perder-se por si mesmo, ao pé da letra, porque o monroísmo perdeu a importância de *anel marítimo* para a defesa da América do Norte.

Os sonhados dividendos da paz decorrentes da queda do Muro de Berlim

trouxeram a idéia de redução do poder militar das nações ibero-americanas e de transformação das forças armadas em guardas nacionais ou milícias, enfraquecendo a segurança cooperativa continental.

Talvez a fragmentação da Colômbia com nefastos reflexos nas vizinhanças faça ressuscitar, ou sepultar definitivamente, o moribundo TIAR. ☺

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Therezinha de. *O Ser e o Não Ser do TIAR. A Defesa Nacional*, nº 724, abril/maio de 1986, Rio de Janeiro.
- OEA, Secretariado-Geral. *A OEA e a Evolução do Sistema Interamericano*. Washington, D. C., EUA, 1988.
- PETRIE, C. *Canning e a Independência da América Latina*.
- SOUZA DOCA, Emílio Fernandes de. *Dia Pan-Americano*. Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 14 de abril de 1949, Rio de Janeiro, Brasil.
- UNIÃO PAN-AMERICANA. *O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*. Washington, D. C., EUA, 1965.



*Seja assinante
da BIBLIEX
e receba sempre
bons livros*

Entre a Bombacha e a Camisa Negra:

Notas sobre a ação do fascismo italiano e do integralismo no Rio Grande do Sul¹

João Fábio Bertonha*

O artigo aborda a ação do fascismo italiano no Rio Grande do Sul entre 1922 e 1942, procurando compreender o processo pelo qual ele se inseriu na vida da região colonial italiana e o grau de resposta dessa comunidade aos apelos do regime de Mussolini. As relações do fascismo com a estrutura da Igreja Católica na região e com o Integralismo são especialmente enfocadas. (Matéria reproduzida de *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXIV, dezembro de 1998.)

Desde o início de suas atividades, o Partido Fascista (e, depois, o Governo Fascista) procurou transferir seus ideais para seus concidadãos residentes no exterior. Nesse sentido foi feito todo um esforço para manter viva a italianidade entre os imigrantes e seus descendentes e inculcar a ideologia fascista entre eles, de forma a manter os laços entre as comunidades itali-

anas espalhadas pelo mundo e a sua matriz.

Esse esforço atingiu todos os países de imigração italiana e o Brasil não fugiu à regra.² Desde 1923, de fato, começaram os esforços fascistas para cativar os italianos e seus descendentes residentes no país. Foi principalmente a partir de 1928, porém, com a chegada dos cônsules fascistas ao Brasil, que os esforços foram redobrados, com to-

dos os meios sendo empregados na tarefa de cativar os imigrantes.

E que meios seriam esses?³ Na realidade, o fascismo se serviu de duas vias principais para a busca do consenso no seio da comunidade italiana. De um lado, procurou-se fazer uma penetração direta nessa comunidade, por meio da expansão da rede consular e da implantação de órgãos fascistas propriamente di-

* Doutor em História Social/UNICAMP.

¹ Selecionado pelo PADECIME.

² Para os objetivos da ação do fascismo italiano entre as coletividades italianas do exterior em geral e, especialmente, para o Brasil, ver Bertonha (1997a e 1997b).

³ Um verdadeiro manancial de informações sobre a ação fascista no Brasil pode ser localizado em Trento (1989, pp. 267-404).

tos: os *fasci all'estero*, os *Dopolavoro* etc.

Ao mesmo tempo em que implantava seus instrumentos de propaganda e doutrinação no Brasil, o fascismo italiano ia agindo por outras vias no esforço supremo de conquistar as mentes e as almas dos italianos residentes no País. Nesse sentido, os consulados italianos foram agindo, no decorrer das décadas de 1920 e 1930, com a intenção de controlar todos os órgãos que davam vida à assim chamada *colônia italiana*. Escolas, jornais, associações, todos esses órgãos foram caindo, um após o outro, sobre o controle do fascismo, que os transformava em novos instrumentos para a difusão dos valores do regime.

Uma grande estrutura de propaganda foi então montada, a qual dedicou-se com vontade à tarefa de difundir a ideologia fascista no Brasil. Uma avaliação mais segura do sucesso dessa campanha entre italianos e entre brasileiros ainda está sendo desenvolvida, mas

não resta dúvida de que a ação do fascismo italiano em território nacional foi bastante apreciável, merecendo uma atenção maior da historiografia que, até agora, se dedicou apenas marginalmente ao tema.

Um grande trabalho de pesquisa sobre a ação do fascismo e do antifascismo italianos no Brasil está em vias de conclusão pelo autor, o qual espera, com este trabalho, dar uma contribuição relevante ao estudo do tema. À parte outras dificuldades, porém, o trabalho com essa temática esbarra, em termos brasileiros, numa dificuldade típica dos países continentais: a amplitude geográfica, com a consequente formação de um sem-número de realidades regionais.

Na verdade, a historiografia internacional sobre o tema já revelou como a absorção das variantes regionais dentro de cada país só enriquece a análise global. Isso ocorre, por exemplo, nas historiografias canadense e australiana, quando se discutem as especificidades

de Toronto e Quebec⁴ ou de New Walles e Queensland⁵ e, especialmente, na francesa, onde os estudos regionais sobre a questão do fascismo e os imigrantes italianos são extremamente ricos e numerosos.⁶

O caso que mais se aproxima do brasileiro, contudo, é o americano, onde as dimensões continentais do país (equivalentes às brasileiras) permitiram imensas variações entre comunidades italianas espalhadas em pontos diversos e com inserções sociais, étnicas e outras diferentes em cada contexto do território americano. Nesse sentido, é possível notar grandes diferenças, por exemplo, entre a esmagadora maioria dos italianos vivendo nas grandes cidades da costa leste como trabalhadores manuais (Bayor, 1978; Cannistraro, 1975; Nelli, 1970; Cicolella, 1986) e as comunidades menores, mais bem-sucedidas economicamente e, aparentemente, mais ligadas ao fascismo justamente por isso, da Califórnia e da costa oeste

⁴ Sobre Toronto, ver Harney (1981 e 1984) e Zucchi (1988). Sobre o Quebec, ver Perin (1981) e Ramirez (1988).

⁵ Ver Cresciani (1984); Meneghetti (1982) e O'Connor (1996).

⁶ A historiografia francesa produziu uma enormidade de trabalhos sobre a questão dos italianos e o fascismo nas mais diversas regiões do país. Particularmente interessantes são os trabalhos de Ralph Schor sobre a região dos Alpes marítimos franceses. Ver Schor (1984, 1986, 1988, 1988a e 1994).

em geral (Cinel, 1987; Gumina, 1978; Salvetti, 1982). Um estudo sistemático dos trabalhos monográficos sobre as diversas coletividades italianas espalhadas pelos Estados Unidos certamente levantaria outras particularidades regionais relevantes, como certos estudos (Mormino, 1986 e 1987) já indicam.

A situação brasileira é realmente semelhante à americana. De fato, a coletividade italiana no Brasil pode ser dividida, *grosso modo*, em três grandes blocos: pequenos agricultores vivendo no regime de pequena propriedade no sul do país; trabalhadores rurais e, cada vez mais urbanos, residentes no estado e, especialmente, na cidade de São Paulo, ao lado de uma elite industrial e de uma nascente classe média e um pequeno grupo de artesãos e comerciantes residindo nas grandes capitais do Norte e Nordeste e no Rio de Janeiro.

Esse texto procura fornecer subsídios para a aná-

lise do tema em um contexto particular: o sul do Brasil e, em particular, o Rio Grande do Sul. Uma análise aprofundada sobre a questão seria impossível, pois implicaria uma pesquisa bem maior nas fontes locais, o que é inviável para o autor. Ainda assim, entendemos que o conjunto de informações aqui apresentadas pode estimular pesquisas locais de maior fôlego que certamente irão ampliar nosso conhecimento sobre o tema. É nesse sentido que esse artigo foi escrito.

O PARANÁ E SANTA CATARINA

Os estados do Sul eram a segunda maior concentração de italianos no território brasileiro depois da de São Paulo. No Paraná, por exemplo, existiam cerca de 50 mil italianos e descendentes por volta de 1942,⁷ e sabemos que as agências consulares, os *fasci all'estero* e os *Dopolavoro*, distribuíam material de propaganda

a italianos e brasileiros,⁸ e até um busto de Mussolini foi inaugurado em Curitiba em 1938.⁹

É num relatório de 1935,¹⁰ contudo, que podemos determinar melhor o que ocorria em Curitiba e em outras áreas italianas do estado. Nesse sentido, o Consulado italiano mantiinha, em seu sistema de propaganda, três eixos-chave:

- Italianos: cursos na *Dante*, comemorações e reuniões do fascio, folhetos e jornais.

- Descendentes de italianos: cursos de italiano na *Dante*, na universidade e no colégio das irmãs do Sagrado Coração de Jesus, curso de ginástica e filmes, bailes, passeios etc.

- Brasileiros: cursos de italiano e conferências literárias e políticas na universidade; curso de italiano no Centro de Cultura Feminina de Curitiba e no colégio das irmãs do Sagrado Coração de Jesus, rubrica italiana nos *Diários*, rádio italiana.

⁷ National Archives at College Park (NACP)/Records of the Office of War Information, RG 208, 208/350/71/12/34, Box 437, relatório *Strategic Survey of South Brazil*, de 11.08.1942, p. 2.

⁸ Vide Archivio Centrale dello Stato/Ministero della Cultura Popolare, Divisione Generale di Propaganda (ACS/MinCULPop, DGP), b. 272, f. 10, sotof. 3, p. *Propaganda Italiana a Curitiba*, diversos documentos e Idem, b. 273, f. 10, sotof. 5, p. *Fascio a Curitiba*, diversos documentos.

⁹ Vide ACS/MinCULPop, DGP, b. 273, f. 10, sotof. 6, p. *Manifestazioni Varie - Brasile*, Appunto MinCULPop de 10.05.1938.

¹⁰ ACS/MinCULPop, DGP, b. 272, f. 10, sotof. 3, p. *Propaganda Italiana a Curitiba*, relatório Consulado de Curitiba, 25.06.1936.

Há também informações sobre antifascistas isolados em pequenas cidades do interior do estado, de forte resistência contra os fascistas na *Società Dante Alighieri* de Ponta Grossa em 1929-31 (Trento, 1989, p. 332) e ainda em 1937,¹¹ e preocupações fascistas com um aguerrido núcleo antifascista no Paraná chefiado por Francesco Stobbia, em 1928.¹² Fragmentos de uma realidade que uma boa pesquisa de história local poderia desvendar por completo.

Sobre Santa Catarina, onde os cerca de 10 mil italianos e descendentes eram grandemente minoritários frente aos alemães e aos teuto-brasileiros, temos notícias de pelo menos três sociedades italianas funcionando no estado em 1927 (*Fratellanza italiana* em Florianópolis; *San Marco* em Nova Veneza e a *Dante Alighieri* de Porto União, essa última antifascista),¹³

de dificuldades para a chegada dos filmes italianos em Florianópolis¹⁴ e de alguma distribuição de material de propaganda, para brasileiros e italianos, no estado pelos organismos diplomáticos italianos, o que não é tão relevante.

Felizmente, porém, dispomos do relatório do Vice-Cônsul de Florianópolis, Guido Zecchin, enviado ao *Ministero degli Affari Esteri* em 31.05.1935¹⁵ e que contém preciosas informações sobre os italianos de Santa Catarina, documento este que convém apresentar em detalhes.

Segundo Zecchin, os italianos de Santa Catarina viviam quase todos na zona rural como pequenos proprietários, sendo de pouca cultura e instrução e com ligações apenas sentimentais com a Itália. A segunda geração já se sentia brasileira, mas com algum sentimento filo-italiano, en-

quanto a terceira geração só se identificava com o Brasil.¹⁶ A difusão cultural italiana seria nula, enquanto as associações e escolas seriam quase inexistentes.

O autor se queixava amargamente das dificuldades para difundir o fascismo entre essa colônia de camponeses e onde não havia uma classe dirigente italiana ligada à Pátria, que pudesse apoiar esse esforço como em São Paulo. No máximo, o que havia era um ou outro advogado ou industrial (como o doutor Caruso, de Urussanga, que sempre apoiava o fascismo local) e os sacerdotes que, com medo das autoridades eclesiásticas brasileiras, pouco faziam, sempre segundo Zecchin, para difundir a italianidade, o que era totalmente insuficiente.

Existiam quatro fasci all'estero no estado (Urussanga, Nova Veneza, Laguna e Maleiro), que teriam

¹¹ Archivio Centrale dello Stato/Casellario Politico Centrale (ACS/CPC), b. 1050, p.134833, (*Capra, Giuseppe*), Telexpresso do MAE de 12.06.1937.

¹² Ver Archivio Centrale dello Stato/Ministero dell'Interno, Divisione Generale di Pubblica Sicurezza (ACS/MinInt, DGPS), Divisione Affari Generali e riservati, 1927, b. 190, p. *Movimento Antifascista - Brasile 1928*, Informe Consulado de Curitiba, 07.02.1928.

¹³ ASMAE/MinCulPop, b. 67,p. *Italica*, diversos documentos.

¹⁴ ACS/MinCulPop, DGP, b. 272, f. 10, sotof. 3, *Propaganda Italiana a Curitiba*, informe Consulado de Curitiba, 18.02.1935.

¹⁵ Idem. p. *Collettività Italiana nello Stato di Santa Catarina*.

¹⁶ O fato de a colônia italiana ter-se formado mais cedo no Sul do País que em São Paulo, por exemplo, indica que essa possibilidade de no Sul do País termos de lidar não apenas com os italianos e seus filhos, mas também com seus netos, é bastante real.

sido fundados por idealistas e absorvido certo número de inscritos. Numa colônia rural (onde os colonos falavam dialeto e recebiam notícias fragmentárias da Itália) e sem pessoas de mais cultura para cuidar dos *fasci all'estero*, contudo, a difusão do fascismo era virtualmente impossível, o que desagradava visivelmente a Zecchin, que sugeriu medidas para tentar corrigir o problema.

Ele também fazia referência ao integralismo, ressaltando como muitos filhos e netos de italianos a ele se dirigiam, o que parece indicar como a propaganda italiana, apesar de não conseguir atrair os italianos em massa para o fascismo, gerou uma certa simpatia geral e difusa por ele e parece ter tido algum papel na boa imagem do integralismo entre os filhos e netos dos colonos italianos. A força de questões tipicamente locais (e não relacionadas diretamente com a etnia), como os conflitos *planalto x litoral* e *elite luso-brasileira x imigrantes* (Gertz, 1987, cap. 4),

nessa atração dos filhos de italianos de Santa Catarina pelo integralismo não pode, porém, ser esquecida, o que novamente revela que as propostas de René Gertz (1987) de que há mais elementos a serem considerados nas relações dos filhos dos imigrantes alemães e italianos com o integralismo além da etnia são realmente válidas.

O RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul era, dada a imensa coletividade italiana, lugar privilegiado para a propaganda fascista. De fato, apesar de nada indicar, na documentação consultada, que houvesse, como quer Giron (1994, pp. 140-141), um plano efetivo de conquista da região pela Itália, não resta dúvida de que, após São Paulo, era no Rio Grande do Sul que estava o ponto focal da atividade fascista italiana no Brasil, o que indica a necessidade de investigarmos com mais cuidado o caso gaúcho.

A rede de propaganda fascista no Rio Grande do

Sul tinha como centro, obviamente, Porto Alegre, mas se estendia também ao interior do estado. Aparentemente, ainda no final da década de 1920, a estrutura fascista estava pouco organizada no estado, a ponto de italianos de convicção fascista escreverem ao *Ministero degli Affari Esteri* se queixando da pouca difusão da ideologia fascista no Rio Grande do Sul e da mediocridade dos *fasci all'estero* locais.¹⁷ Também a difusão deles era pequena na década de 1920, começando com uma seção em Caxias em 1923 (Giron, 1994: 84) e outra em Porto Alegre em 1926¹⁸ e atingindo apenas três localidades (Porto Alegre, Caxias e Pelotas) em 1927 (Ministério, 1928). Foi necessário esperar até o meio da década de 1930 para que os *fasci all'estero* atingissem sete cidades (Caxias, Porto Alegre, Pelotas, Uruguaiana, Rio Grande, Garibaldi e Bento Gonçalves – Gagliardetti, 1934, p. 9).

O real desenvolvimento da atividade fascista no estado só começou, de fato,

¹⁷ Archivio Storico Ministero degli Affari Esteri (ASMAE)/Affari Politici 1919-1930 (Brasile), b. 905, p. 1642, carta de Enrico Biasotti, fins de 1927.

¹⁸ Public Record Office, Foreign Office (PRO, FO) 371/11967, A 2932, relatório *Brazil - Annual Report 1926* de 1927.

a partir da chegada do Cônsul Manfredo Chiostri em Porto Alegre, em 1926. A esse diplomata teriam sido atribuídos, pelo Governo italiano, *poderes absolutos para erradicar o velho espírito existente e expor as idéias do novo regime* e ele agiu a contento para difundir a ideologia do regime e controlar a vida dos italianos presentes no estado.¹⁹

Em 1929, Chiostri foi substituído pelo Cônsul Mario Carli, o qual conseguiu grandes trunfos no seu trabalho de conversão da comunidade italiana do Rio Grande do Sul e, especialmente, da de Porto Alegre. Dentre esses, podemos citar a criação de um periódico fascista (*La Nuova Italia*),²⁰ o subsídio para a tradução de obras italianas para o português, o aumento das atividades culturais e de ensino (também pela cooptação da seção da *Società Dante Alighieri* da capital²¹), a criação de um clube esportivo (*Campo Sportivo Italo Balbo*) em

Porto Alegre e de colônias de férias no litoral (o *Campeggio Mussolini*) para socializar fascisticamente as crianças e jovens italianos locais etc.

Carli também teria conseguido, sempre segundo a documentação americana, reorganizar as escolas italianas da capital e do interior e fascistizá-las, substituir os agentes consulares no interior do Rio Grande do Sul por fascistas e ampliar as atividades culturais e de ensino do italiano voltadas aos brasileiros. As associações não teriam aceitado submeter-se totalmente ao consulado, mas sua dependência financeira a ele teria garantido sua adesão ao consenso fascista.

O cônsul que seguiu Carli, Guglielmo Barbarisi, era um velho diplomata de carreira e, sob sua fraca direção, grande parte da atividade fascista cessou. O cônsul que chegou em 1937, Magno Santovicenzo, tentou reativar essa máquina clandestinamente e pro-

curou reforçar (sem êxito, aparentemente) a propaganda dirigida aos brasileiros,²² mas seus esforços foram dificultados, segundo a documentação americana de 1939, pelas leis nacionalistas brasileiras de 1938.

Tal esforço fascista, como se percebe, era concentrado em Porto Alegre. Ele também se dirigiu, porém, ao interior do estado, como o disseminar da rede dos *fasci all' estero* e dos *Dopolavoro* e a conquista de escolas e de associações como a *Società di Mutuo Soccorso* de Caxias do Sul (*Histórias*, 1988, pp. 26-27) e a manutenção de um nível inédito de atividades culturais e recreativas promovidas pelo Governo de Roma na região colonial italiana do interior do estado (Giron, 1994, pp. 110-112) podem comprovar.

Determinar em que grau os italianos do Rio Grande do Sul foram atingidos pela propaganda fascista é tarefa que requer alguns cuidados metodológicos

¹⁹ Quando não mencionadas de forma diversa, as informações a seguir vêm de Arquivo Diplomático Americano (ADA), Rolo 4/380, código 832.00F, relatório *Italian Activities in Brazil*, de 06.02.1939, fotograma 19, pp. 63-80.

²⁰ Sobre esse jornal, que durou vários anos, ver ACS/MinCulPop, DGP, b. 272, f. 10, sotof. 2, p. *La Staffetta Rio-Grandense di Garibaldi*, informe Consulado Italiano de Porto Alegre, 06.06.1934.

²¹ ACS/MinCulPop, DGP, b. 272, f. 10, sotof. 2, p. *La Dante Alighieri in Brasile*, diversos documentos.

²² Ver ACS/MinCulPop, DGP, b. 273, f. 10, sotof. 5, p. *Diffusione del Libro Italiano nel Rio Grande do Sul*, diversos documentos de 1937 e b. 278, f. 14, sotof. 1, p. *Brasile - Propaganda Italiana*, relatório do Consulado de Porto Alegre de 24.08.1938.

capazes de absorver a multiplicidade de grupos e divisões entre os imigrantes italianos. De fato, fica evidente, a partir dos trabalhos de Loraine Giron (1986 e 1994), como, apesar de o grau de diferenciação social entre os italianos do Rio Grande do Sul (e, especialmente, os do interior do estado) ser muito menor que entre os de São Paulo, também a zona colonial gaúcha desde cedo se organizou em classes e era impossível que tal evolução não se refletisse na apreciação dessas pessoas ao fascismo.

Nesse sentido, a autora é explícita ao identificar uma fortíssima penetração do fascismo italiano entre a assim chamada burguesia regional (que formava a base dos *fasci all'estero* e que, na definição de Giron, incluiria não apenas os industriais, mas também os comerciantes e os profissionais liberais), enquanto as classes médias (pequenos industriais, comerciantes e artesãos) se teriam tornado integralistas e os (poucos) operários teriam recusado a mensagem de ambos os movimentos.

Essa proposta de Giron parece refletir a realidade e se aproxima de nossas reflexões sobre São Paulo e o resto do País, as quais também identificam na burguesia e nas classes médias o grande público fascista. Ainda assim, sua análise apresenta diversos problemas, como a falta de uma definição mais precisa dos limites entre a *burguesia regional* e as *classes médias* e um enfoque rigidamente marxista ao tentar explicar o porquê de a burguesia regional aderir ao fascismo, o que a leva a reduzir todas as motivações desse grupo a *interesses econômicos*. Tal posicionamento também a faz considerar a ação fascista como algo não relacionado à luta social da região, o que não é 100% correto, pois a matriz fascista italiana vinha, sem dúvida, da realidade italiana, mas era vivida e reelaborada no contexto local, o que, dentro de certos limites, a incorporava à vida política e social da região. Os contatos dos fascistas locais com partidos gaúchos como o Partido Republicano Liberal

(Giron, 1994, pp. 114-115) apenas confirmam isso.

O principal problema das teses de Giron, porém, é que elas não conseguem estabelecer uma explicação razoável para a dicotomia *burguesia regional = fascista; classes médias = integralistas* que ela identificou, limitando-se a análises classistas rigidíssimas, de difícil comprovação empírica, que deixam o leitor na dúvida se ela realmente se deu e, em caso afirmativo, sobre o porquê.

Parece fundamental, antes de mais nada, verificar se essa divisão entre os movimentos fascista italiano e integralista era tão rígida como propõe Giron, o que não parece provável. De fato, temos alguns indícios de colaboração entre fascistas italianos e integralistas no Rio Grande do Sul²³ e a própria Giron (1994, pp. 95-96 e 108) identifica momentos de ação mútua e de relações de base entre eles, o que flexibiliza um pouco a questão e nos permite perceber a fluidez e a ambigüidade de lealdades (fascista e integralista; brasi-

²³ Ver ADA, rolo 2/380, código 832,00, relatório *Integralism, Fascism and Nazism in Rio Grande do Sul and Santa Catarina* do Consulado americano de Porto Alegre ao Departamento de Estado, de 09.09.1937, e os comentários deste. O consulado ressaltava, porém, que não havia um controle italiano ou alemão sobre a ação integralista e nem convergência total de opiniões e políticas, mas simpatia mútua e colaboração.

leiro e italiano) que parece haver vicejado no Rio Grande do Sul do período.

Na realidade, a elite italiana local se manteve relativamente afastada da Ação Integralista, não por incompatibilidade com a ideologia do movimento, mas para não comprometer a sua relação com a elite tradicional gaúcha. Do mesmo modo, as classes médias da zona colonial italiana apreciavam positivamente o fascismo italiano e só não aderiram a ele por precisarem de um veículo próprio de expressão (o integralismo) que superasse os limites oferecidos pelo antigo sistema político do estado (Bandalise, 1992). Não havia, assim, grandes problemas em ser militante fascista e simpatizante do integralismo ou vice-versa. De qualquer modo, um bom estudo local seria interessante para verificar exatamente as ligações e as atividades conjuntas dos fascistas com os integralistas na zona colonial italiana.

Ainda que identifiquemos, porém, que realmen-

te havia divisões de classe e interesses econômicos diversos entre os que apoiam o fascismo italiano, o integralismo ou mesmo o antifascismo (o que parece perfeitamente possível), parece fundamental não nos limitarmos a esquemas marxistas excessivamente rígidos que não incluem fatores além classe, como as diferenças geracionais e de nível de educação, as problemáticas locais e outros, de forma a podermos ter uma visão mais ampla da situação.

Nesse sentido, não só parece ser muito provável, como mencionado, que a divisão entre fascistas e integralistas na região colonial italiana não tenha sido tão forte como se imagina, como a causa dessa divisão parece estar muito mais nas lutas políticas locais (elite fascista e ligada à classe política dominante no estado x integralistas representando uma classe média de origem italiana desejosa de participação política²⁴⁾) que numa suposta *luta de classes* entre fascismo e integra-

lismo, como quer Corsetti (1986, p. 368).

É impressão do autor, porém, que não só a rede de propaganda e controle do fascismo foi muito menos disseminada no sul que, por exemplo, em São Paulo,²⁵ como a adesão formal aos órgãos fascistas foi realmente muito pequena no Rio Grande do Sul, limitando-se a alguns poucos membros da burguesia e das classes médias. As causas prováveis para esse fato são a deficiência material da rede de propaganda fascista (e à qual os cônsules e órgãos de propaganda italiana no Rio Grande do Sul nunca paravam de fazer referência) e a própria estrutura social da coletividade italiana no Rio Grande do Sul, onde a ausência dos grandes *capitães da indústria* e de uma classe média mais ampla como em São Paulo ou de uma colônia de comerciantes como as do Nordeste não poderia deixar de ter influência no desenvolvimento dos organismos fascistas.²⁶⁾

Nessa mesma linha de considerações, é visível que

²⁴⁾ Para uma excelente análise nesse sentido, ver Bandalise (1992, pp. 217-295).

²⁵⁾ Em 1934, por exemplo, havia apenas sete *fasci all'estero* no Rio Grande do Sul, contra dezenas em São Paulo. Ver Gagliardetti (1934).

²⁶⁾ Ver informação textual nesse sentido em ASMAE/Affari Politici 1931-45 (Brasile), b. 14, p. *Propaganda Culturale* 1937, f. 1, relatório do Consulado de Porto Alegre, 25.11.1937.

outro problema enfrentado pelo fascismo para angariar adeptos na zona colonial gaúcha era o caráter eminentemente rural dessa região. Esse não era, seguramente, um problema único e exclusivo do Rio Grande do Sul (pois a situação se repetia nas zonas rurais paulista e mineira), mas atingiu uma escala maior nessa região onde, segundo fontes fascistas, 80% dos italianos viviam no campo em 1928 (Ministério, 1928, p. 434).

O primeiro obstáculo para a conquista fascista era, obviamente, a dificuldade em se atingir a população rural com a propaganda fascista. Os órgãos fascistas gaúchos se queixavam continuamente, de fato, de como os jornais fascistas não atingiam as populações rurais²⁷ e de como era difícil implantar a rede de *fasci all'estero*, *Dopolavoros* etc. no interior do estado. Mesmo a conquista fascista das

associações italianas do estado, que teve grande sucesso nas áreas urbanas, pouco efeito podia ter entre as populações rurais, relativamente isoladas e ausentes da vida associativa.²⁸

Ao contrário da proposta de Giron de que o fascismo não teve grande interesse em envolver realmente os colonos rurais, pois seria dedicado exclusivamente à burguesia regional (Giron, 1994, pp. 114-116), acreditamos, a partir do exame da documentação italiana, que o fascismo fez o que pôde para atrair as populações rurais, só não conseguindo uma maior mobilização pelas características de vida dessas populações. O máximo que podemos nos aproximar das teses de Giron é aceitar que a população urbana e burguesa era a prioridade da propaganda fascista, o que não implica dizer que os fascistas jamais se dirigissem à população da zona rural.

Nesse sentido, é muito curioso notar que justamente os imigrantes que, no sentido comum, deveriam ser os fascistas mais exacerbados (por estarem mais isolados no campo e menos assimilados à cultura brasileira) eram, na verdade, os que menos se interessavam pelo fascismo, pois sua *pureza cultural* era mantida mais por inércia e menos por atos conscientes de defesa da italianidade, enquanto as camadas urbanas mais ricas e assimiladas eram as que aderiam mais fortemente ao fascismo.²⁹

Se a questão do ambiente rural teve mais importância no Rio Grande do Sul que em São Paulo, por exemplo, a questão demográfica teve importância similar. De fato, tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul, a coletividade italiana era, nas décadas de 1920 e 1930, cada vez mais dominada pelos filhos e netos de italianos,³⁰ e a substituição dos italianos natos

²⁷ ASMAE/MinCulPop, b. 289, p. *Annuario della Stampa e Risposte*, relatório da Embaixada do Rio de Janeiro, 09.05.1930

²⁸ Em 1925, por exemplo, havia 64 associações italianas no Rio Grande do Sul, mas só 16 na zona colonial. Ver Giron, 1994, pp. 46-49.

²⁹ Ver para observações análogas para os alemães, Gertz (1987, cap. 3) e Roche (1969, cap. 10).

³⁰ As estimativas do Governo americano eram de 95 mil italianos na região sul do Brasil (sendo oitenta mil no Rio Grande do Sul) entre 1939 e 1942, com um número de descendentes avaliado em trezentos mil em 1925 e algo em torno de trezentos a quinhentos mil em 1939. Thales de Azevedo (1975, cap. 2) e o Governo italiano (Ministério, 1928, pp. 464-465) também calculavam em trezentos mil os descendentes de italianos no Rio Grande do Sul em 1927. Para os dados americanos, ver ADA, Rolo 4/380, código 832.00F, relatório *Italian Activities in Brazil*, de 06.02.1939, fotograma 19, pp. 63-68 e NACP/Records of the Office of War Information, RG 208, 208/350/71/12/34, Box 437, relatório *Strategic Survey of South Brazil*, de 11.08.1942, seção III, parágrafo 17.

pelos brasileiros de origem italiana não podia deixar de ter efeitos no interesse da coletividade pelo fascismo, o que tanto a documentação italiana³¹ como a americana³² não cessavam de recordar, indicando como a questão do fascismo interessava muito mais aos italianos natos que aos filhos de italianos.

O movimento antifascista também sofria das mesmas dificuldades para se afirmar no contexto gaúcho. De fato, o antifascismo sempre foi, apesar da referência a antifascistas em Passo Fundo, Uruguaiana e outros lugares e da existência de grupos antifascistas italianos como o *Giacomo Matteotti* no final da década de 1920,³³ muito débil no Rio Grande do Sul,³⁴ e essa fraqueza é explicável, em boa parte,

pela mesma conjuntura demonstrada anteriormente: falta de um numeroso operariado de origem italiana (tradicionalmente - Bertonha, 1994 e 1994a - o grupo italiano mais sensível ao apelo antifascista) como em São Paulo para servir de base de massas,³⁵ falta total de recursos financeiros³⁶ e uma sociedade rural, dominada pelos descendentes de italianos, onde a questão do fascismo/antifascismo não era prioritária etc., o que também limitou as fileiras do antifascismo.

Outra conclusão a que podemos chegar pela documentação e bibliografia é que os imigrantes italianos recém-chegados (pós-Primeira Guerra Mundial) tinham muito mais interesse no fascismo e em aderir aos organismos fascistas que os

velhos imigrantes, situação que se aproxima do padrão registrado em São Paulo. O fato de esses imigrantes recentes serem muito poucos (em todo o Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul) também dificultava a tarefa fascista de recrutar adeptos para suas fileiras.

Nesse ponto, abre-se a questão dos *imigrantes tutelados*. Loraine Giron (1994, pp. 81-83) apresenta esses imigrantes como um grupo de profissionais de alta qualificação que teriam vindo da Itália para a região colonial gaúcha entre 1923 e 1929 com o objetivo de suprir as necessidades de mão-de-obra da colônia e, a nível subterrâneo, de ordenar e difundir o fascismo localmente.

A autora apresenta a idéia de que esses imigran-

³¹ Ver as observações nesse sentido em ASMAE/Affari Politici 1931-45 (Brasile), b. 14, p. *Propaganda Culturale* 1937, f. 1, relatório do Consulado de Porto Alegre, 25.11.1937.

³² ADA, Rolo 4/380, código 832.00F, relatório *Italian Activities in Brazil* de 6/2/1939, fotograma 19, pp. 63-68.

³³ Que tinha, porém, apenas 12 membros em 1926 e, não por acaso, ficava em Porto Alegre. Ver ACS/CPC, b. 2352, p. 31962 (*Gherardi, Enrico*), diversos documentos.

³⁴ Em 1928, por exemplo, relatórios do Consulado italiano de Curitiba expressavam a dificuldade dos antifascistas em fazer adeptos nas zonas rurais do sul, enquanto, em 1942, não só se registraram apenas, malgrado o momento favorável (Bertonha, 1997), 55 antifascistas no Rio Grande do Sul como apenas um antifascista (Renzo Rosa) foi receber o Conde Sforza em sua passagem por Porto Alegre em 1942. Ver ACS/CPC, b. 2188, p. 86826, f. 1, diversos documentos; Giron (1994, pp. 123-124) e ASMAE/Affari Politici 1931-45 (Brasile), b. 30, p. *Miscellanea - 1945*, carta de Renzo Rosa, 10.08.1944.

³⁵ Que havia alguns italianos no movimento operário gaúcho (e, especialmente, em Porto Alegre), é fato comprovado. Estavam muito longe, porém, do número e da representatividade dos operários italianos em São Paulo. Ver Borges, 1996.

³⁶ Os antifascistas não tiveram forças, aliás, para nem mesmo tentar atingir os italianos do campo com algum tipo de propaganda, o que foi feito, por exemplo, na

França, onde os antifascistas italianos criaram o jornal *L'Attesa* para se dirigirem aos camponeses italianos da Aquitânia. Ver Pistillo, 1995.

tes tutelados seguiam um plano geral coordenado e organizado por Roma (o que não é confirmado pelas fontes italianas) e que foram chave na difusão do fascismo nas organizações dos imigrantes, nas cooperativas agrícolas, na imprensa dos centros urbanos etc. Parece óbvio, de qualquer modo, que esses recém-chegados foram chave na difusão local do fascismo (ainda mais levando-se em conta suas posições de liderança e prestígio), mas seu pequeno número — uma ou duas centenas de pessoas, segundo a autora (Giron, 1994, pp. 81-90) — certamente não poderia fornecer uma base real de massas ao fascismo italiano no Rio Grande do Sul.

É mister ressaltar novamente, porém, que as dificuldades enfrentadas pelo fascismo para recrutar adeptos no Rio Grande do Sul, as quais foram superiores, pelas razões apresentadas, que as encontradas em São Paulo e em outros pontos do País, não significam que o fascismo não tivesse ne-

nhuma popularidade na região colonial italiana, muito pelo contrário.

Lorraine Giron vai demonstrar em vários momentos de seu livro, de fato, como uma simpatia generalizada pelo fascismo (não corporificada em adesão formal maciça) atingiu a coletividade italiana do Rio Grande do Sul como um todo, envolvendo igualmente as zonas urbana e rural e atingindo também os descendentes de italianos (Giron, 1994, pp. 83-84), no que se aproxima do padrão verificado em São Paulo.

É perfeitamente possível explicar essa popularidade pela questão do resgate do orgulho nacional desses colonos, especialmente na década de 1930,³⁷ a qual podia levar a grandes momentos de exaltação nacionalista — como a ocorrida em 1935-36, quando a colônia local comemorou festivamente a conquista da Abissínia (*Histórias*, 1988, pp. 26-27 e Giron, 1994, pp. 98-100), mas que não fornecia a base para a total fascistização dos colonos.³⁸ Questões como a

inédita atenção que o Governo de Roma passou a dedicar aos colonos (Giron, 1994, pp. 108-109) também certamente pesaram.

Na discussão desse tópico, porém, Giron propõe que a questão nacional não era tão importante para explicar essa simpatia pelo fascismo, pois o *amor à pátria e à nação não parecia ter força junto à comunidade regional, que deixara a Itália no período da organização do Reino, que reunira as pequenas nações que formavam a pátria dos imigrantes* (Giron, 1994, p. 15). Essa questão do relacionamento *identidade regional x identidade italiana* não é, sem dúvida, absurda, mas a própria autora demonstra (Giron, 1994, pp. 49-51) como, desde o final do século XIX, a coletividade italiana do Rio Grande do Sul parecia estar reelaborando sua identidade regional em favor de uma identidade italiana (ou, ao menos, de *italianos do Rio Grande do Sul*), o que significa que eles não eram — ainda mais se levarmos em

³⁷ Se o fascismo era relativamente desconhecido na região na década de 1930, a situação parece mudar radicalmente. Ver *Histórias* (1988, pp. 34-35).

³⁸ Ver a irritação dos diplomatas italianos com a *passividade* da colônia italiana gaúcha frente ao nacionalismo italiano e o fascismo, a qual só perdia força em *breves parênteses*, como a Guerra de 1935-36. Ver ASMAE/Affari Politici 1931-45 (Brasile), b. 14, p. *Propaganda Culturale* 1937, f. 1, relatório do Consulado de Porto Alegre. 25/11/1937.

conta que os laços culturais deles com a Itália ainda existiam, mesmo na década de 1930 —, sem dúvida, imunes ao apelo nacionalista do fascismo.

É uma realidade, contudo, que os italianos da zona colonial gaúcha tinham certas particularidades que merecem destaque. A primeira delas é a persistência de certos valores culturais (trabalho, disciplina, ordem, família) típicos dos imigrantes do norte da Itália (e, especialmente, do Vêneto), os quais podem ter facilitado a popularização do fascismo (Giron, 1986 e 1994, p. 15) e, especialmente, o fortíssimo papel da Igreja Católica na região.³⁹

Cumpre ressaltar, de fato, como a área de colonização italiana do Rio Grande do Sul era uma região especial, onde os colo-

nos vênetos e de outras regiões do norte da Itália de forte tradição católica puderam estabelecer-se de forma livre e estável e manter suas tradições religiosas. Essa é uma situação completamente diversa da de São Paulo e que permitiu uma imensa influência dos missionários e do clero italianos sobre a coletividade italiana da região.⁴⁰

De forma análoga ao ocorrido em São Paulo e em outras regiões do País, os missionários e os órgãos da Igreja Católica da zona de colonização italiana do Rio Grande do Sul apoiaram decididamente o fascismo, apoando suas campanhas, trabalhando na difusão de sua ideologia e intervindo com seu poder e influência nas disputas locais, sempre em benefício dos italianos ligados ao regime (Giron,

1994, pp. 91-92 e Brandalise, 1992, pp. 246-264). Também há registros de uso, pelos fascistas, das organizações católicas para tentar escapar das leis brasileiras do fim da década de 1930,⁴¹ de cartas de padres italianos em atuação em solo gaúcho, endeusando Mussolini e o fascismo⁴² etc. A imprensa católica local também apoiava o fascismo.⁴³ Parece óbvio, assim, a ligação do clero italiano com o fascismo no Rio Grande do Sul.

Esse relacionamento não implicava, certamente, uma submissão desse clero aos interesses dos fascistas locais,⁴⁴ mas a realidade é que o raciocínio feito pela esmagadora maioria dos missionários e do clero italiano, que relacionava catolicismo com italianidade,⁴⁵ se inseria como uma luva nos objetivos fascistas de

³⁹ Para uma análise geral da relação dos católicos, brasileiros e italianos, com o fascismo e o integralismo no Brasil, ver Bertonha (1998).

⁴⁰ Em São Paulo, a continua rotatividade dos agricultores nas fazendas, a resistência do clero local e dos fazendeiros e a heterogeneidade dos imigrantes impediram o surgimento de uma influência católica equivalente. Sobre isso, ver Rosoli (1980 e 1982); Azzi (1990); Favero (1989) e Costa (1987).

⁴¹ Ver ACS/MinCultPop, DGP, b. 277, f. 13, sotof. 1, p. *Corsi di Lingua e Letteratura Italiana*, informe do Consulado de Porto Alegre, 28.03.1939 sobre cursos de língua e literatura italianas ocorrendo na *Associação dos Professores Católicos* para fugir dos problemas com o Governo estadual.

⁴² ASMAE/Affari Politici 1919-30 (Brasile), b. 905, p. 1642, carta do Padre Luigi Strippoli ao *Duce*, 21.02.1928.

⁴³ Há registros sobre jornais católicos apoiando o fascismo nas regiões urbanas e também de filofascismo do importante jornal *La Staffetta Rio-Grandense*, que era dirigido pelos missionários italianos e muito popular entre os trabalhadores rurais. Ver ACS/MinCultPop, DGP, b. 272, f. 10, sotof. 2, p. *La Stafetta Rio-Grandense di Garibaldi*, informe do Consulado de Porto Alegre, de 06.06.1934, e *Histórias* (1988).

⁴⁴ Ver Rosoli (1980 e 1982). Para o caso específico da criação da Diocese de Caxias do Sul e as tentativas fascistas, rechaçadas pela Igreja, de interferência direta do Consulado italiano, ver Pinzetta (1995).

⁴⁵ Ver Rinaldi (1923). Ver também Franzina (1995, p. 230) e Pinzetta (1995).

manter a italianidade dos imigrantes e seus filhos residentes no Rio Grande do Sul, via reforço contínuo de seu catolicismo.⁴⁶

Sendo assim e dada também a imensa simpatia ideológica desses religiosos pelo fascismo italiano e pelo integralismo,⁴⁷ uma aliança era uma consequência inevitável que, se não levou a uma fascistização completa dos italianos do Rio Grande do Sul, via Igreja (pois esta se recusava a este papel), acabou conduzindo, dado o poder e a influência dela, especialmente entre a população rural, a uma maior preservação da cultura italiana entre essa população e à manutenção de uma forte

simpatia difusa com relação ao fascismo que pode ter superado, talvez, aquela registrada, por exemplo, em São Paulo.

De fato, a ausência quase completa de antifascistas na região colonial⁴⁸ e ação de forças imensamente poderosas (como a Igreja) inexistentes no resto do País em apoio ao fascismo podem ter feito a simpatia difusa dos italianos locais por ele ser ainda mais forte que no resto do País. Isso levou a um forte apoio dos italianos locais ao integralismo, que viam nele uma expressão local de um regime – o fascista italiano – que parecia promissor⁴⁹ e mereceria ser transplantado para o Brasil.

Que a popularidade do fascismo apoiou a difusão do integralismo e que as ligações entre ambos eram forte arma de propaganda local desse último são, portanto, ponto passivo. O fato de o integralismo ser um partido pelo qual os descendentes de italianos da região colonial podiam expressar-se como brasileiros, sem romper com a modernidade que vinha do país de seus ancestrais, também ajudou, sem dúvida (Brandalise, 1992), na sua popularização, restando apenas a questão das possíveis diferenças de densidade da conquista integralista entre as classes urbanas das cidades e os colonos rurais.⁵⁰

A ironia final desse processo foi detectada por

⁴⁶ Ver ACS/MinCulPop, DGP, b. 277, f. 13, sotof. 1, p. *Pubblicazioni*, informe do Consulado de Porto Alegre, 14.04.1938, e ASMAE/Affari Politici 1931-45 (Brasile), b. 14, p. *Missioni e Missionari - 1937*, informe da Embaixada italiana de 11.05.1937 e do Consulado de Porto Alegre de 24.07.1937.

⁴⁷ Ver Brandalise (1992, pp. 217-295).

⁴⁸ O único caso registrado é D. Luigi Salvetti, escalabriniano e acusado de antifascismo em 1927. Ver ACS/CPC, b. 4552, p. 2268 (*Salvetti, Luigi*).

⁴⁹ De fato, a própria Igreja Católica fazia um raciocínio desse tipo, apoiando a difusão na região colonial italiana tanto do fascismo italiano como do integralismo e enfatizando a ligação entre os dois movimentos. Ver Giron (1994, pp. 95-96) e Brandalise (1992, p. 244). Nesse sentido, o caso gaúcho parece aproximar-se muito do dos imigrantes rurais ultracatólicos italianos instalados no Espírito Santo, também fortemente influenciados pelo clero italiano local em direção a posicionamentos pró-fascismo e pró-integralismo. Ver Lazzaro (1992) e Banck (1978). A Ação Integralista também enfatizava, no Rio Grande do Sul, suas pontes com os fascismos europeus, o que não era, certamente, acidental. Ver Brandalise (1992, pp. 144-149).

⁵⁰ Carla Brandalise (1992) demonstra, como já visto, que as classes médias urbanas da zona colonial eram simpáticas ao fascismo, mas ferrenhamente integralistas, como forma de se diferenciarem da elite local e de se expressarem politicamente, enquanto, entre os colonos rurais, essa perspectiva de integração no contexto sociopolítico nacional por meio da AIB estava presente, mas em menor grau e associada a uma maior influência do clero e a uma maior valorização das ligações entre os dois movimentos. Ela indica (1992, pp. 289-290) que a penetração do integralismo foi muito forte também na zona rural, mas parece razoável acreditar que, dado o fascismo mais difuso dos colonos e o caráter mais urbano e de classe média do integralismo, a participação mais densa e efetiva no movimento tenha sido das classes médias urbanas das cidades da zona colonial, especialmente Caxias do Sul.

Giron (1994, pp. 129-137) quando ela afirma que o *Estado Novo* varguista perseguiu, após 1938, não os verdadeiros fascistas (os ricos burgueses), mas sim os pequenos proprietários rurais que eram só genericamente simpáticos ao fascismo. Não é de se excluir

a hipótese de que esse ataque vigoroso à comunidade italiana no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (desconhecido nos outros estados brasileiros - Corsetti, 1990) não tenha sido apenas um reflexo tardio das preocupações com os alemães e os

integralistas, mas também um efeito da ascensão política e social das *colônias* dentro da vida gaúcha (Gertz, 1988), o que apenas confirma a necessidade de estudos regionais para captar essas especificidades e a situação particular do Rio Grande do Sul. ☈

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- AZZI, Riolando. Fé e italianidade: a atuação dos escalabrinianos e dos salesianos junto aos imigrantes. In: DE BONI, Luís A. de (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre. Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, pp. 63-80, v. 2.
- BANCK, Geert Aret, Estratégias de sobrevivência em duas comunidades ítalo-capixabas. In: *Estudos em homenagem a Cecílio Abel de Almeida*. Vitoria. Fundação Cecílio Abel de Almeida, 1978, pp. 65-84.
- BERTONHA, João Fábio. La base sociale dell'antifascismo a São Paulo: un'analisi, 1923-30. In: BLENGINO, Vanni (org.). *La riscoperta delle Americhe. Lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina, 1870-1970*. Milano. Nicola Teti, 1994, pp. 390-399.
- _____. Entre burgueses e operários - a representatividade social do antifascismo socialista italiano - São Paulo, 1923-34. *História social*, Campinas, v. 1, nº 1, primeiro semestre 1994a, pp. 117-144.
- _____. Política em tempos de guerra: a tentativa de reconstrução do antifascismo italiano em São Paulo em 1942-43. *Revista de História*, São Paulo, USP, 137, 1997, pp. 43-63.
- _____. A migração internacional como fator de política externa: Os imigrantes italianos, a expansão imperialista e a política exterior da Itália, 1870-1943. *Contexto Internacional*, 1997a (no prelo).
- _____. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-43. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, nº 2, 1997b, pp. 106-130.
- _____. Entre a cruz e o fascio littorio: a Igreja Católica Brasileira, os missionários italianos e a questão do fascismo, 1922-43. *História e Perspectivas*, Uberlândia, 1998, (no prelo).
- BORGES, Stella. Os italianos e o movimento operário em Porto Alegre. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 22, nº 2, dez. 1996, pp. 129-156.
- BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Porto Alegre, UFRGS, 1992.
- CANNISTRARO, Philip. Fascism and Italian Americans in Detroit, 1933-35. *International Migration Review*, 9, 1975, pp. 29-40.
- CICCOLELLA, Erasmo. *Vibrant life, trenton's italian americans*. New York. Center for Migration Studies, 1986.
- CINEL, Dino. Dall'Italia a San Francisco. L'esperienza dell'emigrazione. In: *Euro-mericani - la popolazione di origine italiana negli Stati Uniti*. Torino. Fondazione Giovanni Agnelli, 1987, pp. 327-388.

ENTRE A BOMBACHA E A CAMISA NEGRA

- CORSETTI, Berenice. A reação do Estado Novo aos movimentos políticos da zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul. *História: ensino e pesquisa*, 2, 1986, pp. 33-54.
- _____. O crime de ser italiano: a repressão do Estado Novo. In: DE BONI, Luís A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre. Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, pp. 363-382, v. 2.
- COSTA, Rovilio. Il Contributto del clero italiano alla colonizzazione rio-grandense. In: *Scalabriniani tra vecchio e nuovo mondo*. Roma, Centro Studi Emigrazione, 1987, pp. 411 -429.
- CRESCIANI, Gianfranco. L'internamento degli italiani nella Nuova Galles Meridionale. In: CRESCIANI, Gianfranco. *L'Australia, gli australiani e la migrazione italiana*. Milano. Franco Angeli, 1984, pp. 81-102.
- FAVERO, Luigi. Los Scalabrinianos y los emigrantes italianos en Sudamerica. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, v. 4, nº 12, ago. 1989, pp. 231-256.
- FRANZINA, Emílio. *Gli italiani al Nuovo Mondo - l'emigrazione italiana in America, 1492-1942*. Milano: Mondadori, 1995.
- GAGLIARDETTI, Italiani nel mondo. Novara, 1934.
- GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil – germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1987.
- _____. Nazismo, fascismo, integralismo e o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 14, nº 1, 1988, pp. 21-30.
- GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do littorio - o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Parlenda, 1994.
- GUMINA, Deanna Paoli. *The italians of San Francisco, 1850/1930*. New York. Center for Migration Studies, 1978.
- HARNEY, Robert. Toronto's Little Italy 1885-45. In: *Little Italies in North America*, Toronto, 1981.
- _____. La Little Italy di Toronto, 1919-1945. In: *Dalla frontiera alle little Italies. Gli italiani in Canada*. Roma. Bonacci, 1984, pp. 237-260.
- HISTÓRIAS da Imprensa em Caxias do Sul. Caxias do Sul. Museu Municipal, 1988.
- LAZZARO, Antonio et al. *Lembranças camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante*. Vitória. Fundação Cecílio Abel de Almeida, 1992.
- MENEGHETTI, Diane. North Queensland antifascism and the Spanish Civil War. *Labour History*, nº 42, 1982, pp. 63-73.
- _____. L'internamento degli italiani nel Queensland Setentrionale. In: CRESCIANI, Gianfranco. *L'Australia, gli australiani e la migrazione italiana*. Milano. Franco Angeli, 1984, pp. 103-117.
- MINISTERO degli Affari Esteri. *Censimento degli italiani all'estero alla metà dell'anno 1927*. Roma, 1928.
- MORMINO, Gary. *Immigrants on the Hill: Italian Americans in St. Louis, 1882-1982*. Urbana, Chicago. Univ. of Illinois Press, 1986.
- POZZETTA, George. *The immigrant world of Ybor City - italians and their latin neighbors in Tampa, 1885-1985*. Chicago. University of Chicago Press, 1987.
- NELLI, Humbert. *The Italians in Chicago, 1880-1930 - A Study in Ethnic Mobility*. New York. Oxford University Press, 1970.
- O'CONNOR, Desmond. *No need to be afraid. Italians settlers in South Australia between 1939 and the Second World War*. Kent Town. Wakefield Press, 1996.
- PERIN, R. Conflits d'allegiance et d'identité: le propagande du consulat italien à Montréal dans les années trente. *Questions de Culture - Revue de l'Institut Québécois de Recherche sur la Culture*, v. 1, t. 2, 1981.
- PINZETTA, Alvaro Luiz. A criação da Diocese de Caxias do Sul (8/9/1934). In: DE BONI, Luis A. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre. Torino: EST/Fondazione Agnelli, 1995, v. 3, pp. 534-554.

- PISTILLO, Massimo. Coloquio Internazionale sulla presenza degli Italiani in Aquitania (Bordeaux, 12-13 Maggio 1995). *Studi Emigrazione*, v. 32, nº 19, 1995, pp. 538-543.
- RAMIREZ, Bruno. Ethnicity on Trial: the italians of Montreal and the Second World War. In: HILLMER, Norman (ed.). *On guard for thee: war, ethnicity and the canadian state. 1939-1945*. Ottawa. Ottawa University Press, 1988, pp. 71-84.
- RINALDI, P. Un nuovo e gravissimo pericolo per i nostri interessi nazionali in Brasile. *L'Emigrato Italiano in America*, v. 17, nº 3, jul./set. 1923, pp. 1-6.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande da Sul*. Porto Alegre. Globo, 1969., 2 v.
- ROSOLI, Gianfausto. Le organizzazioni cattoliche e gli emigrati italiani in Brasile. In: DE FELICE, Renzo. *L'emigrazione italiana in Brasile (1800-1978)*. Torino. Fondazione Giovanni Agnelli, 1980, pp. 191-233.
- _____. Chiesa ed emigrazione italiana in Brasile, 1880-1940. *Studi Emigrazione*, v. 19, nº 66, 1982, pp. 225-251.
- SCHOR, Ralph. Il fascismo italiano nelle Alpes, 1922-39. *Notiziario dell'Istituto Storico della Resistenza in Cuneo*, nº 26, dez. 1984, pp. 21-56.
- _____. L'image de l'italien dans la France de l'entre deux guerres. In: MILZA, Pierre (ed.). *Les italiens en France de 1914 à 1940*. Roma: Ecole Française de Rome, 1986, pp. 87-109. Collection de l'Ecole Française de Rome, 94.
- _____. 1986a, ibid., pp. 576-607.
- _____. Les italiens dans les Alpes Maritimes durant les années 30. In: TEMINE, Emile (ed.). *Gli italiani nella Francia del Sud ed in Corsica (1860-1980)*. Milano: Franco Angeli, 1988, pp. 231-238.
- _____. Les italiens dans les Alpes maritimes au cours des années 1930: portrait d'une communauté immigrée. In: *L'immigration en France dans les années 20*. Paris, CEDEI, 1988a, pp. 199-209.
- _____. L'image des italiens dans les Alpes Maritimes, 1938-46. In: MILZA, Pierre. PESCHANSKI, Denis. *Exils et migration - italiens et espagnols en France, 1938-45*. Paris. L'Harmattan, 1994, pp. 299-311.
- SALVETTI, Patrizia. La comunità italiana di San Francisco tra italianità e americanizzazione negli anni 30. *Studi Storici*, v. 19, nº 65, 1982, pp. 3-40.
- TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico - um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo. Instituto Italiano de Cultura/Nobel, 1989.
- ZUCCHI, John. *Italians in Toronto. Development of a national identity, 1875-1935*. Kingston/Toronto. McGill Queen's University Press, 1988.

“A escravidão é o estabelecimento de um direito que torna um homem dependente do outro, que é o senhor absoluto de sua vida e seus bens”.

Montesquieu

A Evolução da Arte da Guerra na Idade Média

Nilson Vieira Ferreira de Mello*

Reprodução de aula proferida, pelo autor,
no Curso de Pós-graduação em História Militar
da UNIRIO, dia 12 de julho de 2000.

AIdade Média, por convenção mera-mente didática, é o espaço de tempo compreendido entre a queda do Império Romano, em 476, e a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453. Trata-se, portanto, de um longo período histórico de dez séculos, simultaneamente considerado um tempo de obscurantismo e também de grande fermentação cultural.

Um historiador francês do século passado (Michelet, 1798-1874) chamou a Idade Média de *Noite de mil anos*. Com efeito, se a compararmos com os nossos dias, sem dúvida a consideraremos como uma época de obscurantismo e

muito sofrimento para a humanidade. Mas, se a compararmos com os tempos precedentes, veremos que ela não foi assim uma era tão negativa. Quanto ao obscurantismo cultural, basta lembrar que foi nela que se fundaram as grandes universidades europeias, como a de Paris, a de Salerno e a de Bolonha. No século XIII, o dominicano Alberto Magno (1200-1280) e Santo Tomás de Aquino (1225-1274) pontificaram na filosofia, enquanto na ciência destacava-se o frade franciscano Rogério Bacon (1222-1292) com seus trabalhos sobre mecânica, ótica e química. Nas letras, Dante (1265-1321), Petrarca (1304-1374)

e Boccacio (1313-1375) são nomes inesquecíveis, assim como não se pode esquecer a contribuição da Igreja na preservação do acervo clássico.

Porém, é na concepção do homem como ser dotado de atributos sagrados que mais se evidenciam as diferenças positivas da Idade Média cristã do passado politeísta. O mundo antigo viveu mergulhado na mitologia, incentivadora de vícios e crueldades. Os deuses exaltavam algumas virtudes; mas, por outro lado, consagravam taras as mais abjetas. Sátiro, faunos, Príapo e Baco tiveram seus altares e legiões de adoradores. O politeísmo, longe de inculcar nos espíritos a noção da

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior.

dignidade do homem, sacralizava suas fragilidades, como o ciúme, a inveja, a vingança e tantas outras. As graves deficiências morais da Antigüidade só eram superadas quando a guerra dava aos povos antigos um destino cívico, submetendo a existência individual ao interesse da coletividade. Era já uma idéia de pátria, que iria se sublimar nos exemplos de virtude cívica da República Romana e da Grécia ao tempo das guerras persas.

Todavia, se a brilhante civilização clássica legou-nos tantas obras de deslumbrante beleza, tanto materiais como espirituais, também nos deixou exemplos degradantes de crueldade e de aviltamento humano. A escravidão existiu por toda a Antigüidade, e os amores infames professados pelas mais eminentes figuras da Grécia e de Roma, como o homossexualismo, o adulterio e o incesto, são nódoas que mancham o brilho de uma era tão decantada.

Não obstante, o aspecto mais chocante dos tempos antigos é a crueldade. Ainda na fase áurea dos Antoninos havia o costume de se expor os filhos diante da porta de casa quando não se queria criá-

los, uma forma abjeta de infanticídio legal. Essa crueldade, que permeava toda a sociedade politeísta, tornava-se espetacular nos divertimentos de incrível ferocidade com que se apraziam os antigos. Os combates de gladiadores e o espetáculo de sadismo coletivo de feras estraçalhando e devorando homens inermes servem de marca de uma época de absoluto desprezo pela vida do ser humano.

Ao Cristianismo devemos a mudança dessa mentalidade, iniciada pela imolação do monge romano Telêmaco, canonizado pela Igreja por seu martírio e, que diante do imperador, desceu à arena e separou os gladiadores, sendo em seguida feito em pedaços pela multidão. Mas foi, sobretudo, pelo dogma da criação do homem à semelhança de Deus que a noção da dignidade humana tem prosperado.

É oportuno lembrar que a idéia de uma Idade Média como um tempo de transição entre a Antigüidade e a Idade Moderna aplica-se, sobretudo, à civilização ocidental. Nos mil anos medievais, na Índia e na China floresceram civiliza-

ções muito antigas e adiantadas, enquanto nas vastidões do interior asiático e na África, povos viviam ainda o estágio de tribos nômades.

DECADÊNCIA E QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO

No alvorecer do século IV, a civilização clássica evidenciava sinais de decadência. Roma, após conquistar praticamente todo o mundo então conhecido, mostrava-se enfatiada de poder. Suas legiões, instrumento fundamental de sua grandeza, vinham desde muito sendo degradadas, na mesma medida em que a sociedade civil se corrompia.

A cultura latina, diferentemente da grega, caracterizava-se por realizações concretas mais do que por idéias especulativas e de criatividade artística. Roma nutria-se de suas conquistas. O Império, o Estado, suas leis e a *pax romana*, apoiados no Exército, eram sua razão de ser.

Ora, esse exército, fator de sua glória, entrara num processo de decadência desde o século III, quando se acentuou a infiltração estrangeira em suas fileiras, iniciada ao tempo de César

A EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA NA IDADE MÉDIA

que, após conquistar a Gália, incorporou ao Exército uma legião gaulesa, a Legião Cotovia, e outros contingentes bárbaros, na maioria para integrar sua cavalaria. Mais tarde, no Baixo Império, a quase totalidade da cavalaria romana era constituída por soldados de origem bárbara.

Essa persistente infiltração assumiu gravidade quando as fronteiras ficaram entregues a contingentes desfalcados, majoritariamente constituídos de soldados estrangeiros. Constantino (306-337), que instituiu o Cristianismo como religião oficial do Estado, fundou Constantinopla preocupado com a defesa da fronteira do Danúbio e da Pérsia. Contradictoriamente, porém, diminuiu o efetivo das legiões para 1.500 homens em benefício de uma força de intervenção, denominada *comitatus*, que vencia soldo maior do que o percebido pelos legionários da fronteira, gerando ressentimentos. Juliano, cognominado o *Apóstata* porque repudiou o Cristianismo, admitiu francos ao serviço do Estado, designando-os *auxiliares perpetuos* e destinando-lhes terras no Baixo Reno.

Em Roma, a Guarda Pretoriana crescia em prestígio político, disputando com outras legiões o privilégio de fazer os imperadores. Como estes costumavam gratificar os soldados da legião que os apoiara com uma gratificação, o *donativus*, logo o processo de escolha do imperador tornou-se um rendoso negócio para os legionários, conspurcando a política e corrompendo o Exército.

Nesse quadro de decadência generalizada, intensificaram-se as pressões sobre as fronteiras do Império, motivadas pela atração natural que uma cultura mais avançada exerce sobre outra mais atrasada, e também pela migração de tribos bárbaras, vindas de leste, que empurravam as que já estavam estabelecidas na periferia. Assim, na segunda metade do século IV, romperam-se as fronteiras no Reno e no Danúbio, cujas águas congeladas permitiram fácil travessia: os godos derramaram-se pelo vale do Danúbio, atingindo os Balcãs, a Itália e a Espanha, enquanto os frances, ultrapassando o Reno, ocuparam a Gália e os anglos e saxões fixaram-se na Inglaterra.

Por seu turno, as forças do Islã, repelidas em Constantinopla após oito anos de lutas (668 a 675), durante as quais teve destaque o uso do *fogo grego* para conter os sitiantes, rumaram para o norte da África de onde passaram para a Espanha e o sudoeste da França.

Das estepes asiáticas, os hunos, povos de língua mongólica liderados por Átila, partindo dos territórios atuais da Hungria e da Transilvânia, irromperam pela Europa ocidental para serem detidos, já bem no interior do continente, na Batalha de Chalons (415). Com a morte do *Flagelo de Deus* pouco depois dessa batalha, os hunos foram forçados a retroceder para o Danúbio.

Obrigada a fazer face a tantas invasões e debilitada pelos desmandos internos, Roma afinal caiu diante do godo Odroarco, no ano de 476, marco convencionado como o do início da Idade Média.

O BARBARISMO

A Idade Média, do ponto de vista da evolução da arte militar, pode ser dividida em duas fases: a do Barbarismo e a do Feudalismo.

Passado o caos que se seguiu à queda do Império Romano do Ocidente, os bárbaros invasores foram paulatinamente abandonando seus hábitos tribais e nômades e absorvendo noções dos latinos, noções de organização estatal.

Vários reinos foram sendo formados, como o dos francos na Gália, dos anglos e saxões na Inglaterra, dos visigodos na Península Ibérica e dos ostrogodos na Itália.

Esses povos, todos de origem germânica, vinham de um passado tribal cuja organização social era bastante rudimentar. Os chefes da tribo eram eleitos pela comunidade e exerciam autoridade sobre todas as atividades, a mais importante das quais era a guerra. As terras eram de propriedade comum e distribuídas periódica e temporariamente aos membros da tribo, que as exploravam precariamente. A caça, por isso mesmo, era uma atividade necessária, pois contribuía para aperfeiçoar as armas e o treinamento para as guerras. Falavam diferentes dialetos germânicos que, aos poucos, foram incorporando expressões latinas. Psicologicamente, eram essencial-

mente belicosos. Suas crenças e suas lendas giravam em torno de atos de violência, que um ambiente rude e uma sobrevivência difícil estimulavam. Acreditavam que morrer lutando era uma forma de alcançar a vida eterna, crença que ainda mais lhes exaltava a natural agressividade.

Nessa sociedade guerreira, os indivíduos mais impetuosos tinham dificuldade de se manter dentro dos tênues limites estabelecidos pela organização social. Escolhiam então um líder em torno do qual se agrupavam para dar vazão ao seu irreprimível gosto pela ações agressivas. Esses grupos ficaram conhecidos por *bandas de guerra* e foram, a princípio, combatidos pelos responsáveis pela defesa do Império, até que estes perceberam que seria mais vantajoso colocá-los a seu serviço, inclusive na guarda das fronteiras.

O armamento desses povos bárbaros era acorde com seu espírito ofensivo. Desprezavam equipamentos defensivos, como couraças e capacetes, e usavam armas de grande poder de ferir, como espadas longas, cutelo, lança e uma espécie de dardo que, preso a

uma corda, podia ser recuperado, à semelhança de um arpão. A arma mais original era uma espécie de machado de cabo curto, usado pelos frances. Conhecida como *francisca*, podia ser usada na luta corpo a corpo e como arma de arremesso.

CARLOS MAGNO

Carlos Magno, rei dos francos de 768 a 814 (46 anos), representa o ponto de transição entre o barbarismo e o feudalismo. Dotado de vocação de estadista, recuperou a noção romana de Estado, fortalecendo o poder central e expandindo os limites de seu reino, transformando-o num grande Império. Inteligente, compreendeu a necessidade de se aliar à Igreja para realizar seu ambicioso plano de expansão. Quando o rei da Lombardia ameaçou os Estados pontifícios, Carlos Magno foi em socorro do Papa, ocupando não apenas aquele reino, mas todo o restante da Itália. Anexou, ainda, a Aquitânia, a Saxônia e, após 30 anos de lutas, a Baviera. Depois de haver alargado os limites do seu reino de forma extraordinária, teve de desistir da conquista da

Espanha, após o decantado episódio dos desfiladeiros de Roncevales, na qual a retaguarda do seu exército, comandada por Rolando, um dos seus lendários 12 pares, foi trucidada. No natal de 800, recebeu das mãos do Papa a coroa imperial com a qual ficava restaurado o Império do Ocidente, por uma ironia da História pelas mãos de um soberano de origem bárbara.

Do ponto vista militar, Carlos Magno foi, indubitablemente, o maior general da Idade Média. Suas famosas *Capitulares* estabeleceram regras para a organização do exército, serviço militar, justiça e disciplina e mobilização, assuntos que, se hoje nos são perfeitamente familiares, representavam, à época, inovações verdadeiramente revolucionárias, pois tiravam a atividade militar do empirismo para o planejamento refletido.

Como comandante de tropa em operações, sempre deu um cunho moderno aos seus objetivos, selecionados por critérios políticos com vistas à expansão do Estado, e não por intenções de lucro imediato, através da pilhagem. Aliás, esta estava formalmente proibi-

da, somente sendo permitido às suas tropas obterem água, lenha e verduras nas áreas em que operavam. Sua estratégia e sua tática não ficaram claramente registradas para os pôsteros. Todavia, pelo estudo de suas campanhas, induz-se que selecionava adequadamente seus objetivos estratégicos e usava expedientes tais como aliar-se ao Papa e respeitar as peculiaridades culturais dos países anexados. Distribuía sua forças nos teatros de operações com lucidez, regulava seus movimentos e concentrava esforços para obter a decisão.

Taticamente, estudava o dispositivo do inimigo para determinar a forma de atacá-lo e vencê-lo, e disto é prova suficiente o sucesso que obteve nas 54 campanhas que empreendeu.

O FEUDALISMO

Terminado o curto interregno de poder centralizado, proporcionado pelo Império de Carlos Magno, voltou a Europa a fragmentar-se em numerosos reinos, enquanto nova onda de invasões a assolavam.

Da Escandinávia saíram os *vikings* que, navegando nos seus esplêndidos barcos de proa alta (os *drakkar*), realizavam incursões pelo Mar Báltico, o Atlântico Norte e

Do ponto vista militar, Carlos Magno foi, indubitablemente, o maior general da Idade Média. Suas famosas Capitulares estabeleceram regras para a organização do exército, serviço militar, justiça e disciplina e mobilização, assuntos que, se hoje nos são perfeitamente familiares, representavam, à época, inovações verdadeiramente revolucionárias, pois tiravam a atividade militar do empirismo para o planejamento refletido.

o litoral da Mancha, a Sicília e o sul da Itália, tendo mesmo atingido a Islândia, a Groenlândia e, até, o continente americano. *Viking* na realidade, era o nome pelo qual os escandinavos designavam os seus reis ou chefes e que, por extensão, passou a designar todos os povos do norte. Na Inglaterra, chegaram a estabelecer uma monarquia (1016) e, penetrando pelos grandes rios da Rússia, fundaram uma colônia em Novogorod, bem no interior do país.

Essas incursões dos nórdicos eram violentas e bru-

tais, bem ao estilo bárbaro. A despeito dos esforços despendidos para reprimir-las, os *vikings* fixaram-se na França, na área que passou a ser chamada de Normandia, transformada pelo rei em ducado feudal sob sua suserania.

Por seu turno, os saracenos, impulsionados pelo expansionismo religioso do Corão, conquistaram o sul da Itália, a Sicília e a Sardenha, enquanto os magiares, a leste, penetravam na Germânia, de onde só saíram em 955.

Todas essas incursões, de povos que não professavam o Cristianismo, despertaram uma premente necessidade de defesa. Diante da ausência de um poder central forte, os senhores locais foram assumindo essa função de defesa, recebendo do rei, detentor nominal de todas as terras do reino, bens fundiários como recompensa, já que não havia um sistema fiscal capaz de gerar bens de outra natureza. Dessa maneira, todos os senhores medievais dos anos mil eram grandes proprietários de terra, fossem descendentes da nobreza carolíngia (nobreza de sangue), fossem de nobreza guerreira, isto é, adquirida

nas lutas em defesa do reino. De forma análoga, a Igreja expandiu muito as suas propriedades nas áreas rurais, pois suas abadias, transformadas em verdadeiras fortalezas, abrigavam os camponeses das imediações quando das incursões de não-cristãos. Em suma, duques, condes, barões e marqueses, juntamente com bispos e abades, acabaram por concentrar em suas mãos enorme somas de poder, inclusive funções nitidamente de governo como justiça e, obviamente, segurança.

Sinteticamente, pode-se dizer que a sociedade medieval estruturava-se em três ordens: a dos *oratores* a dos *bellatores* a dos *laboratores*, esses últimos desprezados, mas que deviam matar-se de trabalho para que os das outras duas ordens pudessem orar e guerrear.

O feudalismo, no seu sentido estrito, era o laço que unia, na sociedade medieval, o suserano a cada um dos seus vassalos e vice-versa. O feudo, inicialmente concedido *pela vida*, logo se tornou hereditário e os vassalos, por sua vez, o foram dividindo e passando para os seus filhos, aumentando assim, crescente-

mente, as relações suserano/vassalo. Uma consequência disso foi o empobrecimento de uma grande parte da sociedade medieval, cujos feudos foram se tornando menores toda vez que eram repartidos por herança. Esses senhores empobrecidos tornaram-se sensíveis a quaisquer aventuras que pudessem fortalecer-lhes a fazenda, como as Cruzadas, por exemplo, mas que afinal mostrou-se geradora de pobreza ainda em maior escala, como veremos adiante.

Os deveres dos vassalos resumiam-se ao *consilium* e ao *auxilium*, isto é, participar dos conselhos do suserano e prestar-lhe serviço militar. Por sua vez, o suserano devia ao seu vassalo proteção em quaisquer circunstâncias, na paz ou na guerra.

Os vassalos, termo proveniente da palavra céltica *gwas*, eram homens livres e seu dever maior em relação ao suserano era de natureza militar, fundado em juramento solene cuja quebra implicava em perjúrio, crime imperdoável, na época.

Esses senhores feudais acabaram por constituir uma confraria, a dos cavaleiros, e uma instituição de imensa influência, na Idade

de Média e muito além dela, a Cavalaria.

Ser cavaleiro era o desejo de todo jovem e implicava em severa preparação em artes marciais, como manejar armas e praticar equitação. O ceremonial de sagradação era impressionante. O candidato, na véspera, orava, jejuava, assistia missa e tomava a eucaristia, cortava os cabelos em sinal de obediência e vestia-se de branco. Passava a noite em vigília de armas e, no dia da cerimônia, envergava um manto vermelho, da cor do sangue que irá derramar pela religião e pelos princípios da Cavalaria, após o que ajoelhava-se diante do seu padrinho que lhe desferia no ombro a espadeirada, simbolizando a última injúria que receberia sem reagir. Em seguida, o padrinho entregava-lhe as esporas douradas e proferia as palavras rituais de sagradação: *Em nome de Deus, de S. Miguel e de S. Jorge, eu te faço cavaleiro. Sê denodado, bravo e fiel.* O novo cavaleiro jurava então... *derramar o sangue pela religião, pelo rei e pela pátria, e na defesa das mulheres, dos órfãos e dos oprimidos; obedecer aos superiores e ser como irmão para os*

iguais; não aceitar pressão de príncipe estrangeiro, nem faltar nunca à palavra dada, nem manchar os lábios com mentiras e calúnias.

Ligados por esse ritual, os cavaleiros, no seu conjunto, constituíam a Cavalaria, instituição que se assemelhava às sociedades herméticas e isotéricas. Essa instituição não pode ser confundida com a Arma de Cavalaria. Conquanto esta última tenha assimilado muito dos valores ideais da instituição feudal, a Arma existia, desde antes da Idade Média, como um ramo importante das forças combatentes. Muitos estudiosos situam o nascimento da Cavalaria como Arma na célebre Batalha de Canae (216 a.C.) quando Aníbal, comandante cartaginês, em absoluta inferioridade numérica (50 mil cartagineses contra 70 mil romanos), soube empregar magistralmente suas duas frações de combatentes montados, estas sob o comando de Asdrúbal e Mahabal, para infringir pesada derrota aos romanos de Varro (48 mil mortos e 13 mil prisioneiros do lado romano, contra apenas 6 mil baixas cartaginesas).

Aliás, o próprio termo *cavalaria*, segundo abaliza-

dos pesquisadores, teria derivado da palavra sânscrita *akva*, que designava as plataformas utilizadas pelos persas e macedônios para obter uma posição de dominância do guerreiro, no combate. Dario, no século IV a.C., e Alexandre, no século III da mesma era, empregaram largamente essas plataformas, bem como formações a cavalo na busca da dominância, potência de choque e mobilidade no combate. Outros são de opinião que *cavalaria* viria de *cava*, espécie de lança longa com que eram armados, na Antigüidade, os guerreiros que combatiam montados.

A IGREJA E AS CRUZADAS

A Igreja teve uma influência enorme na Idade Média, inclusive na arte militar. O Cristianismo abrandou a rudeza dos costumes, limitou de alguma forma os conflitos, inspirou as Cruzadas e criou as ordens monásticas militares.

A Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, por exemplo, teve uma influência tal que, até hoje, ainda dela encontramos vestígios. Criada na Terra Santa, seus cavaleiros, ao retornarem à

Germânia após o desaparecimento dos reinos cristãos do Oriente, de lá partiram, num esforço continuado a cavaleiro do Elba, até atingirem as margens do Lago Ladoga, no extremo norte da Rússia. Foram eles que derrotaram Tamerlão (Timer i Leng = Timer, o Coxo), diante de Breslau, no século XIII, e essa vitória teve consequência mais importante para a Europa, por impedir sua islamização pelos mongóis, do que, por exemplo, a Guerra dos Cem Anos, na verdade uma guerra civil entre europeus. Foram eles, ainda, que fundaram a Prússia, de enorme influência na evolução da arte da guerra, berço de grandes estudiosos de estratégia e de tática, como Frederico, o Grande, e Clausewitz.

O emblema da Ordem, uma cruz cujos braços se alargam nas extremidades, é o mesmo que vem sendo pintado nas viaturas, blindados e aviões alemães desde a Primeira Guerra Mundial e constitui a mais alta condecoração militar germânica, a Cruz de Ferro.

Os Cavaleiros Teutônicos, como os Hospitalares e os Templários, eram monges-soldados, que aliavam a

tenacidade religiosa com a impetuosidade guerreira.

As Cruzadas, série de expedições militares destinadas a libertar a Terra Santa do domínio muçulmano, ocorreram num período de dois séculos. Foram realizadas oito expedições, sem contar a organizada contra os hereges, a primeira das quais foi proclamada pelo Papa Urbano II, no Concílio de Clermont, em 1095. Inspiradas pela Igreja e não por qualquer outro poder temporal, tiveram um início triunfante, não tanto por atingirem seu objetivo, mas por terem provocado um dos mais assombrosos movimentos de massa que a História registra.

Após a morte do último imperador do Ocidente, Rômulo Augusto, a Igreja tornou-se o único poder efetivo em toda a Europa, até porque naqueles tempos de religiosidade exaltada acreditava-se que qualquer poder, para ser legítimo, tinha de receber a bênção canônica. Ela era a única fonte dos valores morais e espirituais, e seus membros, em particular frades e monges, pois que os padres seculares deixavam-se corromper pelos vícios do tempo, desenvolviam o pensamento intelec-

tual, preservavam a cultura clássica e a língua latina. Mas não se limitavam a isto; trabalhando a terra com as suas próprias mãos, davam exemplo aos camponeses e ensi-

Após a morte do último imperador do Ocidente, Rômulo Augusto, a Igreja tornou-se o único poder efetivo em toda a Europa, até porque naqueles tempos de religiosidade exaltada acreditava-se que qualquer poder, para ser legítimo, tinha de receber a bênção canônica.

navam-lhes técnicas agrícolas, de grande utilidade naquela sociedade medieval, essencialmente rural.

No campo moral, a Igreja tentou como pôde abrandar a grosseria e agressividade do homem medieval. Com maior ou menor sucesso, procurou acabar com as guerras, ou ao menos diminuí-las, entre os senhores feudais que, na ausência de um poder central repressor, compraziam-se em desafiar e combater seus vizinhos, alegando motivos fúteis. Instituiu as chamadas tréguas de Deus, dias ou períodos em que ficavam proibidas todas as atividades guerreiras; porém, nem sempre respeitadas. Dos púlpiti

tos, pregava respeito aos enfermos, aos velhos, à mulher e aos órfãos, preceitos que foram incorporados ao ideário da Cavalaria. Enfim, a própria instituição cavalheiresca é obra inspirada pela Igreja, tanto quanto as Cruzadas. Mas, nem tudo foi influência positiva da religião. Muito se poderia falar das tolices, credices e desvios de comportamento disseminados pela religião mal compreendida e pior ensinada. Para não nos alongarmos, basta citar o chamado *julgamento de Deus*. Essa rematada tolice consistia em submeter partes em litígio, fossem elas simples indivíduos ou coletividades, a provas tais como andar sobre brasas, ou baterem-se em torneios ou justas; enfim, qualquer façanha de consequências presumivelmente graves. Aquele ou aqueles que sofressem danos ou perecessem seriam os culpados, pois teriam sido julgados diretamente por Deus.

Não é possível deixar de acrescentar que a Igreja, como obra humana e, portanto, falível, praticou muitos outros deploráveis desvios do que pregou o Cristo, em nome de quem ela exerce seu ministério. As

Cruzadas, em particular a levantada contra os albigenenses, a própria instituição da Cavalaria e, mais do que tudo, a Inquisição serviram de pretexto para os mais sórdidos atos de crueldade, impiedade e desonestidade.

No final do século XIV, o sistema feudal atingira o ápice de uma crise, em grande parte motivada pelas Cruzadas. Muitos dos poucos cavaleiros que conseguiram retornar das sangrentas expedições à Terra Santa voltaram endividados e, para pagarem essas dívidas, alienavam bens de toda natureza, em particular patrimônio fundiário. Essa enorme transferência de rendas beneficiou comerciantes, banqueiros e agiotas, bem como a Igreja, que alargou, por essa forma, suas propriedades territoriais. O centralismo monárquico alcançou novo e vigoroso fortalecimento, permitindo, inclusive, a criação de exércitos reais constituídos permanentemente e por profissionais. No campo intelectual e artístico, esboçava-se já o despertar do Renascimento, em particular na Itália, onde Dante, ao fixar o italiano, ...la língua toscana in bocca romana, criava as condições para a posterior unificação da península.

Convém agora dizermos alguma coisa sobre Gêngis Cã e os mongóis. Esse povo asiático e seu grande líder do século XIII lograram conquistar um imenso império que se estendia do Extremo Oriente à Europa oriental. E o fizeram unicamente empregando judiciosamente sua extraordinária cavalaria. Foi o conjunto formado pelo cavaleiro nômade, habituado a viver sobre sua montaria, e o pequeno, ágil e resistente cavalo das estepes que constituíram esse eficiente binômio de combate. Gêngis Cã foi notável organizador dividindo seu exército em progressivas frações decimais cuja célula, de dez homens, apresentava enorme coesão, devido ao fato de esses combatentes jamais se separarem, senão pela morte.

A GUERRA DOS CEM ANOS (1337 – 1475)

Em 1340, o rei da Inglaterra Eduardo III, alegando direitos dinásticos como herdeiro direto da monarquia capetiana, proclamou-se rei da França. Era o início de uma longa disputa, que passou à História como a Guerra dos Cem Anos.

Na verdade, mais do que meros direitos dinásticos, estavam por trás da atitude de Eduardo, como de resto de todas as guerras, poderosos interesses políticos, econômicos e até psicológicos. O rei inglês queria ter a soberania plena sobre a Güiana e a Gasconha, partes que lhe restaram da Aquitânia que, cinco séculos antes, Eleonor levara para Henrique II, pelo casamento. O rei de França ainda detinha uma soberania maior, como suzerano, a chamada *superioritas et resortum*, segundo a qual os habitantes podiam recorrer a ele que decidia os conflitos em última instância. Como, quase sempre, suas decisões favoreciam os cidadãos em detrimento dos senhores ingleses, a situação era uma fonte constante de atritos. Economicamente, o outro lado da Mancha exercia uma permanente atração, pois eliminaria o isolamento parcial em que viviam os negociantes ingleses, particularmente os de lá.

A alegação de direitos sucessórios era, todavia, de suma importância, a fim de caracterizar a *guerra justa*, uma base jurídica indispensável para a requisição de ajudas feudais, para a ben-

ção da Igreja (*proteção de Deus*, cujo julgamento deveria manifestar-se no resultado das batalhas) e para dar direito ao butim, à prática da pilhagem e do resgate de prisioneiros, recompensa pelo risco de vida por uma causa justa.

Como a monarquia inglesa era aparentada da francesa, por suas origens sangüíneas e culturais comuns, alguns estudiosos consideram a Guerra dos Cem Anos uma verdadeira guerra civil. No início do conflito, a maioria dos quadros do Exército inglês era de ascendência francesa, descendentes de Guilherme, o *Conquistador*, Duque da Normandia, que, três séculos antes, conquistara a Inglaterra, derrotando o Rei Haroldo na Batalha de Hastings (1066). O idioma que falavam era composto de 70% de vocábulos franceses e, até hoje, a divisa da monarquia britânica está escrita em francês (*Dieu et mon droit*).

Essa guerra, longa de 137 anos e entrecortada de numerosas tréguas, dará o golpe final no feudalismo. Nela surgirá o emprego das armas de fogo, o declínio da Cavalaria como arma dominante no campo de batalha, o fortalecimento do poder central e da idéia de nacionalidade, os exércitos profissionais permanentes.

batalha, o fortalecimento do poder central e da idéia de nacionalidade, os exércitos profissionais permanentes. Foram tão grandes suas

Essa guerra, longa de 137 anos e entrecortada de numerosas tréguas, dará o golpe final no feudalismo. Nela surgirá o emprego das armas de fogo, o declínio da Cavalaria como arma dominante no campo de batalha, o fortalecimento do poder central e da idéia de nacionalidade, os exércitos profissionais permanentes.

repercussões que seu término assinala, praticamente, a fim da Idade Média. Entretanto, suas três principais batalhas (Crécy, Poitiers e Azincourt) foram tipicamente batalhas feudais, como mostrado nos tópicos a seguir.

• Crécy (1346)

No verão de 1346, as exércitos de Eduardo III e de Filipe VI operavam em território da França, no vale do Rio Somme e próximo ao litoral. O rei inglês informado de que Filipe VI reunira um poderoso exército para interceptá-lo, decidiu evitar o combate e

chegar a Calais, afastando-se de Paris. O Exército francês, em marcha forçada, procurou cortar a direção de marcha do inimigo, mas Eduardo, percebendo que seria alcançado, resolveu ocupar uma posição defensiva favorável numa pequena elevação, onde passou a noite. Os cavaleiros franceses, confiantes na vitória, escolhiam, enquanto marchavam, os prisioneiros mais rentáveis para a cobrança de resgate. Filipe VI, não tendo podido alcançar os ingleses em fim de jornada, resolveu fazer alto para passar a noite; porém, o fez muito distante da posição de Eduardo. Ao alvorecer do dia seguinte, o Exército francês teve de fazer uma longa marcha de aproximação para o combate, quase sempre sob chuva. O contato com o inimigo só foi estabelecido à tarde, com o Sol que declinava ofuscando a vista dos franceses. Por volta das 16h, Filipe lançou o ataque, com a tropa cansada, sem reconhecimento do terreno e do inimigo e de uma linha de partida desfavorável. Nesse momento, conselheiros ainda quiseram sustar a ação, recomendando a Filipe que deixasse para o dia seguин-

te o combate. O rei acatou o conselho e deu contrariedade, porém já era tarde. Das tropas francesas fazia parte um corpo de besteiros genoveses, cujas armas, pesadas e desconfortáveis para o transporte, haviam sido molhadas pela chuva, perdendo eficiência. Sem esperar que os cansados genoveses começassem a atirar sobre a posição inglesa, os impetuoso cavaleiros, montados e pesadamente encouraçados, lançaram-se ao ataque morro acima, atropelando os besteiros que, a essa altura, já iniciavam o retrairo. Enquanto isto, os arqueiros ingleses cobriam os atacantes com uma densa chuva de setas, aumentando a confusão. Os cavaleiros franceses, honrando os preceitos cavalheirescos, lançaram mais quinze ataques à posição inimiga, todos sem coordenação e que resultaram em mais perdas e mais confusão. Os cavaleiros ingleses, então, desceram a pé a elevação e, antecedidos pelos arqueiros e apoiados pelos lanceiros galeses, armados de facas, trucidaram os nobres franceses, inermes em suas pesadas armaduras quando desmontados de seus cavalos.

Crécy foi o túmulo de 1.200 cavaleiros, a flor da nobreza francesa, e um rude golpe na maneira feudal de fazer a guerra.

A vitória de Eduardo deve ser creditada a diversos fatores. Certamente, o Exército inglês estava melhor comandado, melhor organizado, mais treinado e mais disciplinado. O lado francês, como vimos, cometeu diversas falhas, antes e durante a batalha. A ambos não faltou ardor e bravura.

Contudo, um dos fatores que mais contribuíram para o resultado em favor dos ingleses foi uma inovação militar e que se tornaria a desgraça da França, nas duas outras batalhas capitais dessa guerra: Poitiers e Azincourt.

Refiro-me ao grande arco galês de 1,80m de comprimento e que, em mãos treinadas, podia lançar 12 flechas de 90cm a uma cадênciа de tiro de 12 por minuto, enquanto os besteiros do Exército francês só conseguiam lançar duas. Essa arma extraordinária podia alcançar 300m e espetar na sela a perna de um cavaleiro a 200m.

Foi ainda em Cr  cy que surgiu a artilharia de armas de fogo com a bombarda,

ancestral do canhão, que produzia mais efeitos pelo estrondo (daí o nome) do que pelo projétil que lançava, uma bala de ferro esférica, de diâmetro inferior ao calibre do tubo, o que resultava em imprecisão do tiro.

Foi nessa batalha que ocorreu um episódio que caracteriza dramaticamente a mentalidade do cavaleiro medieval. A Boêmia havia se aliado a Filipe VI contra os ingleses e seu Rei João, que havia ficado cego num torneio, estava presente em Crêcy. No auge da refrega, pediu aos seus cavaleiros que o levassem bem para o meio do *entrevero*. Doze deles ataram as rédeas de seus cavalos umas nas outras e, juntamente com o rei cego, foram para onde mais violento estava o combate. Os corpos do rei e de seus companheiros foram encontrados no dia seguinte, com os cavalos ainda atados uns aos outros.

• Poitiers e Azincourt

Não vamos comentar detalhadamente essas outras duas batalhas, nas quais os franceses repetiram quase os mesmos erros cometidos em Crêcy. Deixamos o estudo dos pormenores delas à curiosidade do leitor. Acrescentaremos apenas que, em Poitiers, a cavalaria francesa, julgando estar aproveitando a experiência dolorosamente colhida dez anos antes, apeou diante da cavalaria inglesa a cavalo, quando foi feito prisioneiro seu rei, João III, o *Bom*, pelo Príncipe de Gales, conhecido como o Cavaleiro Negro devido à cor da armadura que usava.

CONCLUSÕES.

A Idade Média, considerando-se sua longa duração e o fato de ser um período marcado por guerras e invasões, contribuiu pouco para a evolução da arte militar.

Embora a instituição da Cavalaria privilegiasse princípios morais, o materialismo impôs-se através da prática da cobrança de resgate de prisioneiros e da pilhagem, verdadeiros flagelos da tática.

O exército feudal, formado pela arregimentação temporária de senhores feudais, ciosos de sua posição e independência, era difícil, se não impossível, de mandar (exceção para os exércitos ingleses de Crêcy, Poitiers e Azincourt).

As deficiências do exército feudal conduziram à paulatina formação dos exércitos do rei, em bases mais regulares e profissionais (criação das Companhias de Ordenança, em 1445).

Com os erros cometidos pela Cavalaria na Guerra dos Cem Anos e com o aparecimento das armas de fogo, a Infantaria retoma seu papel preponderante no campo de batalha. ☈

“Quem não lê, não pensa, e quem não pensa será para sempre um servo.”

Paulo Francis

Amazônia: Quinhentos Anos de Cobiça

Jorge Calvário dos Santos*

O artigo ocupa-se de um tema que tem, em *A Defesa Nacional*, seu mais insistente divulgador. Ele representa mais uma contribuição a se juntar às fontes de pesquisa sobre a Amazônia, assunto cuja atualidade não se esgota.

Amazônia é conhecida por todos como região de fantásticos recursos naturais de toda ordem. Muito cobiçada e ainda pouco explorada, pelo seu extraordinário potencial a região cada vez mais se revela promissora para a efetiva solução de problemas que afligem o ser humano. Por esse potencial, e por seu posicionamento geopolítico, tem sido cobiçada há mais de quinhentos anos.

O INTERESSE É ANTIGO

Vicente Yáñez Pizón, em março de 1500, descobriu a foz de um imenso rio - a

boca del Rio Grande, o Mar Dulce, Tierras Nuestra Señora de la Consolación y del Rastro Hermoso, ou Santa María de la Mar Dulce.

Foram os espanhóis, por intermédio de Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdez, que colocaram a Amazônia no campo das cogitações universais. Valdez, em carta ao Cardeal Pedro Bembo, descreveu a façanha de Francisco de Orellana e deu a primeira notícia sobre a extensão do rio e o valor econômico da região. Foi Orellana quem percorreu o rio em sua maior extensão, vindo de Quito e alcançando o Atlântico, em 1541.

Orellana voltou à Amazônia em 1545. Queria conquistá-la em definitivo. Foi malsucedido. Anos mais tarde, outro espanhol, Pedro de Ursua, inicia expedição partindo do Peru em direção ao Atlântico. Nessa expedição Ursua perdeu a vida, alcançando, porém, o Atlântico.

Pelo Tratado de Tordesilhas a região enquadrava-se, em quase sua totalidade, na área reconhecida como pertencente à Espanha. Embora tivessem os espanhóis a glória das primeiras expedições descobridoras, foram os ingleses e os holandeses, pelo que a Amazônia já representava como império

* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

de matéria-prima cobiçada na Europa, que se lançaram ao negócio, com decisão e impetuosidade.

Holandeses e ingleses, partindo das Antilhas, chegaram à Venezuela e à Guiana, entre o Orinoco e o Oiapoque. Mais tarde, alcançaram o litoral entre o Oiapoque e o Amazonas, onde penetraram e lançaram as bases de uma área colonial. Nos primeiros anos limitaram-se a missões de reconhecimento. Várias expedições com esse objetivo foram realizadas. Walter Raleigh, um dos interessados na região, publicou uma obra onde apresentava a Guiana e a Amazônia como um mundo paradisíaco que faria a felicidade do gênero humano.

Em 1599, os holandeses penetraram o Amazonas e estabeleceram pequenas feitorias defendidas por posições armadas. Em 1600, os holandeses instalaram as feitorias de Orange e Nassau, na região do Xingu, bem dentro da bacia amazônica. Em 1611, os ingleses começaram a se estabelecer no delta do Amazonas, após uma experiência nas margens do Oiapoque. Em 1613, Robert Harcourt consegue, por carta patente da

Corte inglesa, *os territórios compreendidos entre o Amazonas e o Essequibo*. Em 1616, os holandeses se instalaram entre Gurupá e o Jenipapo, no baixo Amazonas, onde fundaram uma colônia e um forte. Por uma carta patente expedida em 5 de setembro de 1614, uma companhia inglesa foi criada; porém, posteriormente cancelada por Jaime I, após protesto de Felipe II. Irlandeses e ingleses aumentavam suas colônias. Em 1621, Bernardo O'Briain fundou um fortim no lugar denominado Cocodivae e realizou explorações a oeste. Em 1626, era constituída a Companhia da Guiana, com sede em Londres. Uma carta patente, expedida por Carlos I, autorizou-lhe a posse das terras e águas entre o Amazonas e o Essequibo. O projeto não foi adiante. A reação às atividades inglesas e holandesas aumentavam de intensidade. Em 1626, os holandeses, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, montavam, na altura de Gurupá, um forte. No Xingu tinham a feitoria de Mondiutuba e outra perto de Macapá. Em 1628, James Purcell lançou os fundamentos de um forte, deno-

minado Torrejo. Uma terceira companhia, incorporada por Thomas Howard, Conde de Berkshire, em 1632, pretendeu criar na Amazônia a grande base inicial do Império Britânico na América do Sul. A seu mando, foi estabelecida uma posição fortificada no local chamado Cunaú.

A cobiça britânica pela Amazônia não se manifestava apenas naquelas tentativas. Em 1630, Carlos I, diferindo de Jaime I quanto à questão, ignorando os protestos espanhóis, recebia um apelo de interessados na conquista definitiva da Amazônia. Programava-se, sob a proteção da armada inglesa e a intervenção direta da Coroa, a ocupação da região. Mas o vigor da reação dos luso-brasileiros foi desestimulante para seus projetos.

Desde 1580, Portugal e Espanha compunham uma monarquia unificada. Embora a reação se fizesse em nome de Espanha, contudo era um esforço dos portugueses e dos lusos-brasileiros. Os portugueses e seus descendentes enfrentavam o invasor com determinação e decisão. O esforço foi de tal ordem, que a cobiça começou a perder

intensidade, para encerrar-se de vez.

A reação portuguesa pode ser assim resumida:

1616 - Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas de Macedo atacaram um navio holandês que se aproximava do Forte do Presépio, afundando-o. Fundaram o Forte do Presépio, na boca do grande rio onde hoje se encontra a cidade de Belém, o braço melhor para a navegação.

1621 - Criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará como autêntica marca ao norte do Estado do Brasil.

1623 - Luís Aranha de Vasconcelos e Bento Machado Parente atacaram as povoações inglesas e holandesas localizadas ao longo do Amazonas. Destruíram os fortes e afundaram os navios.

1625 - Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque assaltaram posições holandesas e inglesas do Xingu, destruindo-as.

1629 - Pedro Teixeira e Pedro da Costa Favela tomaram o Forte de Torrego.

1631 - Jacome Raimundo e Noronha e Pedro da Costa Favela apoderaram-se do Forte North, no litoral

do Macapá. Feliciano Coelho destrói o Forte Cumaú.

1637 - Expedição de Pedro Teixeira, que chegou a Quito, nos Andes.

1639 - João Pereira Cáceres, comandante da praça forte do Gurupá, apoderou-se de um navio holandês que tentava desembarcar colonos.

1648 - Sebastião Lucena de Azevedo destruiu as fortificações holandesas dos lagos da região de Macapá.

Em 1644, projetava-se na Inglaterra uma tentativa final de estabelecer na Amazônia uma colônia bretã. Em vários portos era preparada a armada que deveria executar o programa expansionista. O embaixador de Portugal procurou, junto ao Parlamento, impedir que o projeto se tornasse realidade. Advertindo e ameaçando de represálias, em Portugal, aos comerciantes ingleses, conseguiu evitar que o projeto tivesse continuidade.

A soberania portuguesa era restaurada. A cobiça, porém, não cessou. D. João IV deferiu pedido de um grupo de católicos irlandeses, chefiados pelo Capitão Pedro Sveltman, que alegava perseguição por motivos religiosos, nas Antilhas. Os

irlandeses ocuparam as terras acima de Gurupá. Muitos foram os alertas quanto ao perigo, feitos a D. João IV. Graças à resistência que foi feita nos meios governamentais, o projeto irlandês não foi adiante. Encerra-se assim a primeira fase do interesse britânico pela Amazônia.

Os interesses franceses pela Amazônia começaram no século XVI. Até então esses interesses eram pelo litoral nordestino. Em 1605, Henrique IV outorgara, a Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, a concessão de terras situadas entre a Amazônia e a Ilha da Trindade. Em 1624, Daniel de La Touche teve assegurado o direito e a obrigação de efetuar a incorporação da Guiana.

Com a ascensão de Colbert a política colonial francesa tomaria forte impulso. As pretensões francesas atingiram a margem esquerda do Amazonas, e os estabelecimentos portugueses no Amapá foram destruídos. A reação logo se fez presente. Francisco de Sousa Fundão e João de Bittencourt Muniz derrotaram os franceses, ao tempo em que os portugueses construíram várias fortificações e mantiveram

constantes reconhecimentos geográficos.

Fundamental foi a política que os portugueses promoveram para manter em seu poder, sob sua soberania, o grande espaço amazônico que haviam descoberto, desbravaram e defendiam com tanta sagacidade e com tanta bravura. Fechando a Amazônia aos estrangeiros, que poderiam pôr em perigo a soberania que exerciam, os portugueses, por vários atos, nos séculos XVII e XVIII, demonstraram essa decisão firme.

Portugal, cioso da Amazônia, defendia-a, com a porta fechada, do apetite dos estrangeiros. Mantinha-se, desse modo, fiel a uma política realista, que lhe assegurava uma soberania mais ou menos tranquila.

Muitas foram as expedições com pretensões científicas nos séculos XVIII e XIX. Dentre as mais importantes estão:

Charles Marie de La Condamine (1771-74); Johann von Natterer (1829-35) Johann Batist von Spix (1820); Karl Friedereich Philipp von Martius (1820); Eduardo Poeping (1832); Alcide D'orbigny (1834); Robert Schomberg (1834-39); Richard Schomberg

(1840-44); Castelman (1843-47); Caetano Osculatti (1847); Adalberto da Prússia (1843); Tardy de Montravel (1846); Henry Walter Bates (1848-59); Alfred R. Wallace (1848-52); William Lewis Herdon e Lardner Gibbon (1851-52); Richard Spruce (1849-64); William Chandlers (1861-65); Luiz Agassiz (1865-66); James Orton (1867); Charles Frederic Hartt (1867); Franz Keller-Leuzinger (1865); José e Francisco Keller (1869); Orville Derby (1870); Eward D. Mathews (1873); Jules Crevaux (1876-79); Carl von Stein (1884); Elmano Stradelli (1889); Henry Coudre (1882-89); Olímpia Condreau (1882-1903); Levy Strauss, Curt Niuendajn, Paul de Coite, A. Metraux, Pierre Gourou, Pierce Deffontaines, Harolde Sioli, Wrnest Fittkan, H. Klinge e outros.

No decorrer do período colonial, a Amazônia permaneceria fechada aos estrangeiros. Tal medida visava a impedir o contrabando, a exploração de recursos naturais e também a instalação de fortés ou vilas por intrusos de outros países.

Com a Independência, e sem que houvesse ato ex-

presso no sentido de abrir a região ao estrangeiro, eles começaram a procurá-la. Os agentes consulares da França, Inglaterra e dos Estados

Portugal, cioso da Amazônia, defendia-a, com a porta fechada, do apetite dos estrangeiros. Mantinha-se, desse modo, fiel a uma política realista, que lhe assegurava uma soberania mais ou menos tranquila.

Unidos logo aí se instalaram. O interesse pela Amazônia estava claro. Nos Estados Unidos crescia a versão de que o Brasil cometia um crime contra os interesses da humanidade, com a política de restrições à navegação interna por barcos estrangeiros.

Os Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, passaram a advogar a abertura da Amazônia ao comércio, imigração e colonização. Com base no destino manifesto e a idéia de superioridade da raça anglo-saxônica, os norte-americanos advogavam a substituição das monarquias por repúblicas, a serem instaladas com sua ajuda. Por trás dessa política estava a predisposição expansionista norte-americana, que ambicio-

nava a América Central e a Amazônia. Na oportunidade, surgiram expedições científicas, que concorreram para esse fim.

No início de 1850, o Governo norte-americano iniciou um ambicioso projeto de levantamento.

Durante algum tempo, a campanha em favor da abertura do Amazonas, iniciada em 1850, foi dirigida por um oficial da Marinha norte-americana, o Tenente Matthew Fontaine Maury, Diretor do Observatório Naval. Artigos de jornais e documentos endereçados ao Governo norte-americano a respeito da Amazônia apresentavam a região como o paraíso das matérias-primas, área que aguardava as raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica e econômica. Por fim, aquele oficial defendeu a tese de que a Amazônia não poderia permanecer trancada à humanidade. Maury publicou na revista *Bow's Review* um artigo em que desenvolveu uma teoria segundo a qual o Golfo do México e a Amazônia faziam parte de um mesmo complexo geográfico e, consequentemente, o Amazonas seria uma extensão do Mississipi. Tam-

bém defendia a tese de que as comunicações entre o Pará e Nova York eram mais fáceis e curtas do que entre o Pará e o Rio de Janeiro e, por consequência, seria mais fácil governar as regiões banhadas pelo Amazonas, de Washington do que da capital do Império do Brasil.

Em 1850, o Governo norte-americano iniciou um levantamento que incluiu os territórios do Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Chile, através da exploração das bacias Plata e Amazônica.

O levantamento da bacia Amazônica foi realizado pelas expedições dos tenentes William Lewis Herndon e Laradener Gibbon, em 1851 e 1852. As expedições faziam parte dos planos de Maury, para a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional e à expansão norte-americana na Amazônia. Maury considerava que a livre navegação do Amazonas era necessária para o bem-estar e prosperidade dos Estados Unidos.

Paralelamente, o Governo norte-americano, através de Maury, iniciou campanha para forçar o Brasil a abrir o Rio Amazonas à navegação. Também nesse ano, o Secretário de Estado dos

Estados Unidos revelou a intenção do Departamento de Estado ao Secretário da Marinha, em correspondência que dizia *considerar medidas assegurando para cidadãos americanos a navegação do Amazonas e de seus tributários*. Para tanto, seria solicitada ao Governo brasileiro permissão para que uma corveta subisse o Amazonas. O Governo Imperial negou a permissão. Entretanto, a exploração dos rios Amazonas e Madeira foi realizada pelas expedições dos tenentes Herdon e Gibbon e que foram iniciadas no Peru e na Bolívia.

Os argumentos usados para justificar a abertura da navegação no Rio Amazonas eram o comércio, a necessidade de progresso, a elevação do Brasil ao nível dos países civilizados e, também, como um ato absolutamente necessário para o bem-estar dos Estados Unidos da América do Norte. Entretanto, a campanha para a abertura do Rio Amazonas colocava em questão o direito de soberania brasileira sobre a região e procurava demonstrar, pelos argumentos utilizados, a ascendência dos direitos norte-americanos para a incorporação da região aos Estados Unidos.

A campanha de difamação, iniciada devido a recusa do Governo em abrir o Rio Amazonas, levou D. Pedro II a convocar o Conselho de Estado, em 1^a de abril de 1854, sendo as pretensões norte-americanas prontamente rejeitadas. Em decorrência da decisão, foi viabilizada a criação de empresa brasileira de navegação no Amazonas pelo Visconde de Mauá. Não obstante, a Amazônia continuou a ser vista como solução para os norte-americanos, ainda que temporariamente esquecida por ocasião da guerra civil nos Estados Unidos.

A cobiça mais efetiva e direcionada começou, como vimos, no século XVI, quando os ingleses, os holandeses e os franceses tentaram possuí-la. Os interesses da humanidade sempre foram utilizados como argumento pelos que pretendiam dominá-la. Os norte-americanos, quando procuraram forçar o Brasil à abertura do rio ao comércio internacional, falavam a linguagem desse interesse coletivo.

A FALÁCIA DO DISCURSO AMBIENTAL

O ex-presidente norte-americano George Bush,

durante seu governo, exerceu fortes pressões quanto à questão da preservação do meio ambiente, chegando mesmo a interferir em assuntos internos brasileiros. Tal atitude foi demonstrada por sua intervenção junto ao Governo japonês, no sentido de impedir a suposta participação financeira do Japão na conclusão da rodovia BR-364, que liga o Acre ao porto peruano de Callao, tendo alegado que pretendia *evitar danos ao meio ambiente amazônico*.

No mês de janeiro, antes de tomar posse, Bush deu o sinal verde para a deflagração de uma surpreendente ofensiva de representantes do Congresso norte-americano, apoiada por uma maciça cobertura da imprensa internacional, com o intuito explícito de impor ao Brasil a mais recente inovação dos grupos financeiros que dirigem a campanha ecologista mundial: as trocas de títulos da dívida externa por projetos de conservação da natureza.

Essa conduta não é casual. Durante a campanha eleitoral, Bush assumiu inúmeros compromissos, tanto com os grupos conservacionistas quanto com a comunidade financeira de seu

país, com o propósito de a conciliar, por meio de trocas de *dívida por natureza*, os interesses de ambos. Sob esse aspecto, foram sistemáticas as nomeações do ex-Secretário do Tesouro, James Baker III, como o novo Secretário de Estado e a de William Reilb, diretor do *World Wildlife Fund* (WWF) e da *Conservation Fundation*, duas das maiores organizações ecológicas do mundo, para a Agência de Proteção Ambiental (EPA). Baker e Reilb foram os proponentes originais das trocas de dívida externa por projetos de conservação da natureza, já impostas aos governos da Bolívia, Equador e Costa Rica.

O Presidente George Bush não foi o primeiro mandatário norte-americano a manifestar interesse pela preservação ambiental da floresta Amazônica. Em 1902, o então Presidente Theodore Roosevelt, entusiasmado com o *rush* da borracha, participou ativamente do esforço de um consórcio internacional, o *Bolivian Syndicate of New York*, para apropriar-se da maior parte territorial do Acre, então objeto de litígio entre o Brasil e a Bolívia.

Em 1913, Henry Osborn, Diretor do Museu de História Natural de Nova York, juntamente com o *Smithsonian Institution*, do nascente movimento conservacionista dos Estados Unidos, e o Museu de História Natural fundaram o movimento eugenésico, o qual, como parte de sua política de *higiene racial*, propunha a esterilização forçada de inválidos e deficientes físicos e a restrição de indivíduos não-brancos ao país.

Em 1932, Osborn, juntamente com Averell Harriman, John D. Rockefeller e Andrew Carnegie, organizaram a Terceira Conferência Eugenésica Internacional em Nova York, na qual eleger-se para a presidência da Federação Internacional de Organizações Eugenésicas o Dr. Ernest Rudim - o mesmo que, mais tarde, escreveria as leis raciais de Adolf Hitler.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o despréstígio das idéias raciais, os grupos conservacionistas herdeiros da tradição de Roosevelt reagruparam-se ao redor da *International Union for the Conservation of Nature* (IUCN), com sede na Suíça, e de seu bra-

ço norte-americano, a *Conservation Foundation*, criada em 1948 - as quais tiveram, como principal patrocinador, Fairfild Osborn, filho de Henry Osborn.

Desde então, a linhamestra da atração da *Conservation Foundation* tem sido o patrimônio das mesmas políticas oligárquicas de controle dos recursos naturais e a limitação do crescimento da população não-branca, sob o disfarce da *proteção da natureza*. No governo Bush, tais políticas, que adquiriram *status oficial* a partir do governo Carter, alcançaram a sua culminância, com a nomeação do presidente da Fundação, William Reilly, para a Agência de Proteção Ambiental (EPA), dos Estados Unidos.

A UNESCO criou, em 1948, o Instituto International da Hileia Amazônica. Esse órgão, embora apresentado como de pesquisa científica, visava, entretanto, à ocupação da Amazônia pela principais nações europeias, com a eliminação do exercício da jurisdição territorial brasileira. O projeto constou do Acordo de Iquitos, tendo sido assinado pelo Brasil, dentre outros signatários. O Con-

gresso Nacional não ratificou o projeto do Instituto, que se constituiu em mais uma tentativa de intervenção estrangeira.

Na década de 1960, o *Hudson Institute* elaborou o Plano Mar Mediterrâneo Amazônico, que previa a construção de sete grandes lagos na Amazônia continental. Seu objetivo oficial era o de facilitar a navegação do Brasil com os outros países amazônicos. O Projeto não se efetivou, em face da reação nacional.

Em janeiro de 1989, o Brasil recebeu, coincidentemente, as visitas do Vice-Primeiro-Ministro da Holanda, Rudolf Koorte e de uma comissão de parlamentares dos Estados Unidos. Nessa oportunidade, recrudesceu uma campanha de pressões internacionais para impor ao País o esquema da troca de títulos da dívida externa brasileira por supostos projetos de conservação da natureza.

As propostas apresentadas, inicialmente rechaçadas pelas autoridades brasileiras, não estão inspiradas em preocupações ecológicas ou em intenção de solucionar o problema da dívida externa. Na realidade, as preocupações dos visi-

tantes pareciam as de lobistas a serviço de grandes grupos financeiros internacionais, que se beneficiariam enormemente com a adoção do esquema de troca da dívida externa por projetos ecológicos.

O interesse holandês na combinação dos problemas ecológicos com a questão da dívida externa foi ratificado pelo patrocínio de duas conferências internacionais sucessivas, em Haia, no mês de março. A primeira contou com a participação de dezesseis chefes de Estado, teve o objetivo de criar uma nova ordem ecológica internacional, baseada na cessão de *parcelas da soberania*, como exigido explicitamente pelos líderes franceses François Mitterrand e Rocard. A segunda conferência foi patrocinada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo *Nederlandische Middenstandsbank* (NMB). Contou com a participação do Secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, e do presidente do comitê de bancos credores, William Rhodes. Nessa conferência, foi examinado o Plano Brady, cuja adoção é particularmente atrativa para os interesses públicos e privados, por *oficializar* as

operações do mercado paralelo dos títulos da dívida externa e não devido a um muito nobre interesse pela natureza.

Como se pode deduzir, os líderes franceses Mitterrand e Rocard não cometem qualquer deslize diplomático, ao exigirem do Brasil, na conferência de Haia, a *renúncia a parcelas de soberania nacional*, para facilitar a solução de problemas do meio ambiente. Assim sendo, vemos que isso constitui um elemento fundamental da estratégia de poder.

Os trabalhos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como a Comissão Brundtland, representam a fase mais avançada do esquema de reorganização da ordem de poder mundial conciliada entre as elites político-financeiras do *establishment* ocidental e a cúpula da *Nomenklatura* soviética. Estas encontraram na proteção do meio ambiente mundial, um oportuno pretexto para a imposição de um sistema de soberanias limitadas, fundamental para o controle dos recursos naturais do planeta.

Esse esquema tem sido ostensivamente apoiado pelas principais lideranças da Internacional Socialista, como Willy Brandt, Mitterrand, Rocard e outros.

No prefácio do relatório da Comissão Brundtland, *Nosso Futuro Comum* (1987), a presidenta da Comissão, a Primeira-Ministra Social-Democrata da Noruega, Gro Harlem Brundtland, reconhece que seus trabalhos são a continuação daqueles iniciados pelas Comissões Brandt e Palme.

Em seus trabalhos, a Comissão Brundtland coordenou e incorporou as sugestões de centenas de organizações ecologistas. Nesse particular, ressalta o grande número de colaboradores do Brasil, detentor das maiores extensões de florestas equatoriais do planeta e alvo de campanhas ecológicas internacionais.

A limitação de soberania constitui um dos princípios fundamentais do relatório *Nosso Futuro Comum*. Textualmente: ... o conceito de soberania nacional foi basicamente alterado pela interdependência nos campos econômicos, ambiental e segurança. Os bens comuns a todos não podem ser geridos a partir

de um centro nacional: o Estado-Nação não basta quando se trata de lidar com ameaças a ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processos e mecanismos multinacionais.

O principal fundamento ideológico que orienta as conclusões do relatório da Comissão Brundtland é o conceito de *desenvolvimento sustentado*. A idéia, obsessivamente repetida ao longo de *Nosso Futuro Comum*, não constitui novidade. Ela representa uma retomada das teses do Clube de Roma, condicionando o desenvolvimento econômico e o crescimento demográfico a uma base *limitada* de recursos naturais.

A Comissão incorre, também, na mesma falácia divulgada pelo Clube de Roma, ao vincular diretamente as perspectivas do desenvolvimento sustentado à limitação do crescimento demográfico: *A cada ano, aumenta o número de seres humanos, mas permanece finita a quantidade de recursos naturais destinados ao sustento dessa população. ... Um aumento*

populacional excessivo faz com que os frutos do desenvolvimento sejam repartidos por um número cada vez maior de pessoas, não permitindo que, em muitos países em desenvolvimento, os padrões de vida se elevem: é imperativo reduzir as atuais taxas de aumento populacional a fim de se atingir o desenvolvimento sustentável.

Segundo a Comissão, a concretização de suas recomendações exigirá mudanças radicais nos atuais sistemas jurídico e financeiro internacionais, particularmente no que concerne à inclusão de *condicionalidades ecológicas*, na concessão de novos créditos aos países em desenvolvimento: *Seria mais fácil a transição para o desenvolvimento sustentável, se cada agência de assistência ao desenvolvimento e o FMI passasse a contar com um escritório de alto nível, com autoridade e recursos para garantir que todos os projetos, políticos e condições de empréstimos apoiem o desenvolvimento sustentável...*

Nesse contexto, a suspensão dos créditos do Banco Mundial aos grandes empreendimentos de infraestrutura energética, especi-

almente aos projetos hidrelétricos na bacia Amazônica, constitui já o início da concretização das diretrizes da Comissão Brundtland.

Para coordenar a implementação de todo o plano, a Comissão Brundtland sugere o reforço do papel de organizações não-governamentais, com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), e a criação de um *Tribunal Ambiental Mundial* e de um *sistema bancário internacional* para financiá-lo: projeto que se encontra em pleno andamento.

Segundo notícia veiculada pelo jornal londrino *Financial Times*, em 6 de maio de 1989, o tema de então recente reunião entre o Secretário de Estado James Baker III e o Chanceler soviético Eduard Shevardnadze foi o estabelecimento de um eixo de poder, leste-oeste.

Um dos temas centrais nas negociações para o estabelecimento de um domínio de poder mundial tem sido a implementação das recomendações da Comissão Brundtland.

O estabelecimento de um eixo de poder entre o leste e o oeste não é fruto da atualidade. Nas primeiras décadas do século, im-

portantes grupos financeiros da oligarquia ocidental participaram ativamente da ascensão dos bolcheviques ao poder, na Rússia. A intervenção foi apoiada por intelectuais britânicos ao redor de H. G. Wells, Julian Huxley (UNESCO, UICN, WWF), seu irmão, Bertrand Russel, e outros. Stalin interrompeu o processo. Após a sua morte, ressurge a idéia do condomínio mundial com as conferências de Pugwash, concebidas por Bertrand Russel e outros.

As reformas internas na União Soviética empreendidas pelo Kremlin constituem a contrapartida soviética para a sua participação nos acordos com a oligarquia ocidental, nos quais as questões ecológicas assumem um peso relevante. Isso ficou demonstrado no discurso de Mikhail Gorbatchov, na ONU, em 7 de dezembro de 1988, no qual enfatizou que os problemas do meio ambiente e a população transformam *problemas racionais ou regionais em problemas globais*.

A adesão soviética à agenda verde global foi explicada por Shevardnadze, também na ONU, em 27 de setembro de 1988: *Confrontadas com a ameaça de*

uma catástrofe ambiental, as linhas divisórias do mundo ideológico bipolar estão se desvanecendo. A biosfera não reconhece divisões em blocos, alianças ou sistemas (...) ninguém está em posição de edificar sua própria linha de defesa ambiental independente e isolada.

No mesmo discurso, o chanceler nomeia o que chama os *nossos aliados na batalha para conter o apocalipse ambiental*. Entre eles, encontram-se o crescente movimento mundial Greenpeace (...), cientistas ambientais e políticos, crescentemente convertidos em ambientalistas (...) evidenciado no recente apelo formulado pelo movimento Pugwash (...) o relatório *Nosso Futuro Comum*, preparado pela Comissão Brundtland... a experiência que atesta a possibilidade de remover crescimentos ociosos do corpo da terra.

Em 22 de fevereiro de 1989, o *Pravda* saudou a adesão da União Soviética à idéia da segurança ecológica do planeta ... Atualmente, mesmo no Brasil, onde o destino das reservas florestais da Amazônia era considerado assunto interno, ouvem-se vozes cada vez mais altas em apoio aos es-

forços coordenados no interesse de salvar estes pulmões do planeta.

Desse contexto resulta coerente o discurso do diretor do Programa Ambiental das Nações Unidas, Mustafá

As reformas internas na União Soviética empreendidas pelo Kremlin constituem a contrapartida soviética para a sua participação nos acordos com a oligarquia ocidental, nos quais as questões ecológicas assumem um peso relevante.

Tolba, lido em Brasília, em 30 de março de 1989, pelo representante soviético Genady Golubev, sugerindo ao Brasil a adesão ao esquema de troca de títulos da dívida por supostos projetos de conservação da natureza e ao conceito de limitação de soberania, ao qual o Brasil reagiu com atitudes severas.

O tema ecologia, impulsionado pelas oligarquias ocidentais e, cada vez mais, pela elite soviética, vem-se tornando o instrumento fundamental da estratégia de divisão do poder global, em substituição à Guerra Fria.

Isso ficou evidenciado, tanto pelos discursos dos

líderes soviéticos, na ONU, como por diversos estrategistas dos lados do Atlântico. É o caso do ex-embassador dos Estados Unidos na União Soviética, George Kennan, que se manifestou em artigo no jornal *The New York Times Magazine*, intitulado "Depois da Guerra Fria," reproduzido na edição de 11 de março de 1989 do jornal *O Estado de São Paulo*. *Há possibilidades ilimitadas de cooperação útil, mesmo entre governos tão diferentes em inspiração tradicional e ideológica como o americano e o soviético.*

Nesse mesmo artigo, o conhecido sovietólogo parafraseia os líderes soviéticos e endossa o sistema de soberanias limitadas, ao afirmar que *o meio ambiente não reconhece nenhuma fronteira nacional e, para se conseguir a máxima eficácia, os esforços nacionais devem ser suplementados pelos internacionais*. Esse fato está agora começando a ser amplamente reconhecido na Rússia tanto quanto aqui, e movimentos ambientalistas estão germinando em toda a União Soviética.

Em outro nível, a cooperação leste-oeste no campo

das questões do meio ambiente e recursos naturais vêm se dando desde a década de 1960, com a participação soviética na criação do Clube de Roma e, particularmente, nas atividades do Instituto Internacional de Análise de Sistemas (IIASA), sediado na Áustria. Em dezembro de 1987, o IIASA, a Universidade de Harvard e as Academias de Ciências da Suécia e da União Soviética reuniram-se para organizar o Projeto Internacional Geosfera-Biosfera (IGBP), em resposta direta às solicitações da Comissão Brundtland, para estabelecer *um sistema confiável de alerta antecipado de riscos e conflitos ambientais*.

Thomas Rosswall, Presidente da Academia Sueca de Ciências, declarou que *a interferência do homem no meio ambiente é maior ameaça ao futuro do planeta, só comparável a uma eventual guerra nuclear*.

Uma argumentação favorável às intervenções militares contra o sul foi sugerida com a chamada Iniciativa de Estocolmo, lançada por alguns chefes e ex-chefes de Estado, como Willy Brandt, Gro-Harlem Brundtland, Jimmy Carter e outros, sugerindo a ampliação das funções do Conselho de Segu-

rança da ONU, para incluir temas como a economia e a ecologia. Na mesma proposta, sugerem um *sistema de emergência global, composto de missões especiais e forças militares coletivas*, alegando que, *como, às vezes, medidas militares têm de ser tomadas, o poder do Comitê Militar e do Conselho de Segurança deve ser revisto*.

Cabe observar que, através do discurso da ecologia, um gigantesco empreendimento de lavagem cerebral vem sendo realizado no ensino, em todos os níveis, por meio de técnicas de persuasão psicológica. Esse empreendimento, conduz e alinha

Através do discurso da ecologia, um gigantesco empreendimento de lavagem cerebral vem sendo realizado no ensino, em todos os níveis, por meio de técnicas de persuasão psicológica. Esse empreendimento, conduz e alinha o imaginário coletivo ao entendimento de ecologia do modo que convém aos que, através dele, procuram impor um pensamento único.

o imaginário coletivo ao entendimento de ecologia do modo que convém aos que, através dele, procuram impor um pensamento único.

Como podemos ver, aperta-se o cerco ecológico ao Brasil. Com a tese de que os fins justificam os meios, todos os recursos têm sido usados no sentido de se apropriarem principalmente da energia, dos recursos minerais e da biodiversidade do Brasil.

A questão energética é muito séria, pois sem energia a nação não pode produzir ou desenvolver-se. Uma nação dependente em seu próprio território, naquilo que lhe é mais estratégico, não tem condições de manter sua soberania. Tende sim, a ser colonizada ou controlada por nações mais poderosas.

Para abastecer-se da maior parte dos minerais estratégicos que se consideram de valor crítico para seu potencial de guerra, os Estados Unidos dependem das fontes externas. A impetuosa necessidade de materiais estratégicos, imprescindíveis para salvaguardar o poder militar e nuclear dos Estados Unidos, está claramente vinculada à maciça compra de terras, na Amazônia brasileira. Segundo a revista *Time*, os capitalistas estrangeiros tinham comprado antes de 1967, a sete centavos o acre, uma super-

fície maior do que somam os estados de Connecticut, Rhode Island, Delaware, Massachusetts e New Hampshire.

O Informe da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI sobre a venda de terras (Brasília, 3 de junho de 1968) enumera os casos de venda de terras em vinte milhões de hectares, estendidos de maneira tão curiosa que, segundo a CPI, *formam um cordão para isolar a Amazônia do resto do Brasil*. O então Conselho de Segurança Nacional afirmara: *Causa suspeita o fato de que as áreas ocupadas, ou em vias de ocupação, por elementos estrangeiros, coincidem com regiões que estão sendo submetidas a campanhas de esterilização de mulheres brasileiras por estrangeiros.*

Em 1971, na reunião do Clube de Roma, em Montréal, no Canadá, Dennis Meadows apresentou seu livro intitulado *Os Limites do Crescimento* (Primeiro Informe do Clube de Roma). O livro examina os cinco fatores básicos que determinavam os limites do crescimento sobre a terra; são eles: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e

poluição ambiental. Considerava ainda duas características necessárias para sustentar o crescimento econômico e populacional do mundo. Seus ingredientes são as terras aráveis, a água fresca, os metais, as florestas, os oceanos, a paz, a estabilidade social, o emprego e o progresso tecnológico estável. Esse livro, tal como Malthus defendeu em 1798, sustenta a idéia do esgotamento dos recursos naturais devido ao excesso populacional.

Meadows apresenta um quadro no qual demonstra que a explosão demográfica e o crescimento econômico do mundo, continuados a longo prazo, resultariam catastróficos no próximo século.

Meadows previa que o envenenamento da atmosfera, como resultado da queima de combustíveis fósseis, a poluição das águas dos rios, lagos, mares e oceanos, pelo lançamento de efluentes químicos, e a degradação dos solos, devido à erosão e ao uso extenso de agentes químicos, levariam a humanidade a uma terrível escassez de alimentos, ressuscitando, assim, a velha tese malthusiana. Tal fatalidade poderia ser evitada. Para tanto,

Meadows sugeria a adoção de uma política de crescimento zero, com a pretensão de ser obtido um equilíbrio estável no mundo. As nações do chamado Terceiro Mundo questionaram duramente o modelo proposto. A riqueza dos países industrializados seria estratificada e a pobreza dos países não desenvolvidos seria eternizada.

A partir de 1972, como consequência direta da Conferência de Estocolmo, a comunidade científico-universitária, as lideranças políticas e comunitárias e os órgãos de comunicação de massa vêm-se preocupando com as crescentes pressões demográficas, econômicas, sociais e tecnológicas sobre os ecossistemas do nosso planeta. Uma inquietação não só pelos ecossistemas naturais, mas, também, pelos níveis do desequilíbrio e desigualdade entre os países altamente industrializados, em vias de desenvolvimento e os não desenvolvidos, gerando conflitos e tensões entre as minorias affluentes e as grandes massas desassistidas.

Em 1973, Mihajlo Mesarovic e Eduard Pestel, da Universidade de Hanover, preparam um novo mode-

lo, intitulado *Momento de Decisão* (Segundo Informe do Clube de Roma), que modifica o modelo proposto por Meadows. Esse modelo apresentou cenários alternativos com simulações de estratégias, permitindo ajustes condicionados às relações populações/alimentos e poluição/recursos naturais não renováveis. Ainda que menos contundente que o primeiro, o segundo informe provocava situações constrangedoras para o desenvolvimento dos países não desenvolvidos, porque dividia o mundo em regiões suscetíveis de maiores ou menores impactos ambientais.

O modelo *Bariloche*, chamado *Catástrofe ou Nova Sociedade*, criado em 1976 por Herrera e Scolnick, alertava que o quadro mundial se tornaria insustentável se fossem mantidas as tendências de aumento da concentração de renda em países avançados. A América Latina, tomada como exemplo, deveria multiplicar em 500% o seu crescimento no produto bruto até 1999, para que as grandes massas carentes pudessem ter asseguradas suas necessidades básicas.

O economista holandês Jan Timbergen apresentou

uma nova reformulação teórica do modelo citado, ao publicar, em 1976, o livro *Para uma Nova Ordem Internacional* (Terceiro Informe do Clube de Roma). Timbergen analisa os fatores determinantes dos desequilíbrios e do uso dos recursos naturais entre países desenvolvidos e não desenvolvidos.

Em 1979, em livro intitulado *O Problema do Homem Versus Mutações Feitas pelo Homem*, Aurélio Peccei enfatizou as possibilidades criativas do intelecto humano através do uso produtivo e inteligente dos recursos naturais. Para Peccei, uma nova condição humana na sociedade seria possível, pois, respeitando os valores ecológicos, a ação econômica através da ciência e da tecnologia, faria com que a natureza se tornasse mais produtiva a serviço da qualidade da vida humana.

Sob a presidência de Aurélio Peccei, em 1979, o Clube de Roma reuniu-se no Rio de Janeiro, para discutir os desafios da década de 1980. Importantes contribuições da reunião devem ser consideradas. Lester Brown, ao manifestar-se sobre a inter-relação econômi-

co-ecológica, destacou a dependência humana dos quatro sistemas biológicos interligados: agricultura, criatório, pesca e floresta. Brown alertou para o fato de que as novas fronteiras agrícolas nas florestas tropicais úmidas e densas deveriam ter uma destinação mais nobre que a pecuária extensiva. Para ele, nas próximas décadas, o mundo iria defrontar-se com duas grandes crises: a energética e a alimentícia. Celso Furtado, ao dissertar sobre aspectos polêmicos da confrontação entre países centrais e periféricos, salientou os grandes desafios a serem enfrentados: como estabelecer uma nova convivência mundial, sem as intervenções subjugadoras das nações líderes face à pobreza e à carência dos países pouco desenvolvidos? Como analisar o aparecimento de novos centros dominantes e primazias emergentes, surgindo como potências na Ásia, na América Latina e em outros continentes?

A questão ambiental não pode ser observada separadamente dos problemas econômicos, sociais e políticos. Reduzir a interpretação do universo a fatos e hipóteses meramente

ecológicos ou econômicos ou políticos é conduzir ao fracasso. O reducionismo, a generalização ou a simplificação constituem síndromes que conduzem a falsas ou errôneas conclusões, ou a meias-verdades.

É o que acontece, na maioria das vezes, com as pesquisas dos cientistas e dos ecólogos com relação à Amazônia. O estágio atual do conhecimento amazônico, já bastante adiantado, embora de modo fragmentado, exige de todos os cientistas um grande esforço e integração, no sentido de evitar que posições unilaterais ou dogmáticas venham a prevalecer sobre os fatos e as evidências que ainda serão verificadas e testadas. Infelizmente, é de fácil constatação que a Amazônia vem sendo vítima de uma série de generalizações, falácias, preconceitos, fantasias e delírios de destruição. Muitas delas formuladas sob o disfarce de salvação planetária, a serviço de interesses políticos, imperialistas, alienígenas ou entidades preocupadas em impedir a emergência e o aproveitamento do enorme potencial de nossa fronteira de recursos.

A Amazônia brasileira, nos últimos anos, passou a ser manchete e matéria de reportagens dos principais jornais e estações de televisão dos Estados Unidos e de todo o mundo.

Reduzir a interpretação do universo a fatos e hipóteses meramente ecológicos ou econômicos ou políticos é conduzir ao fracasso. O reducionismo, a generalização ou a simplificação constituem síndromes que conduzem a falsas ou errôneas conclusões, ou a meias-verdades.

Em 1987, no Capitólio, Washington D.C., uma comissão de senadores, dentre eles Albert Gore, atual Vice-Presidente dos Estados Unidos, com o apoio e advertência do Chefe do Instituto de Estudos Espaciais Goddard da NASA, emitiu um alerta quanto ao efeito estufa. Imediatamente foi levantada a hipótese de que as queimadas realizadas na Amazônia seriam as responsáveis pela emissão de dióxido de carbono (CO_2) em nível suficiente para provocar o degelo das camadas polares em algumas dezenas de anos.

Em 1988, senadores norte-americanos estiveram no

Acre e em Rondônia e ficaram decepcionados pois não viram o fogo das queimadas. A partir do alerta dos senadores, houve uma mobilização geral nos círculos intelectuais, científicos, políticos, diplomáticos, financeiros e centros geradores de opinião pública, no sentido de que era preciso salvar a Amazônia e sua floresta tropical úmida, em nome da salvação do planeta. Desse modo, velhas teses, hipóteses, meias-verdades, faláncias e também certas realidades e constatações a respeito da Amazônia foram projetadas a nível internacional, causando pânico, apreensão, solidariedade, manifestações de massa, vigílias cívicas, fórum de debates, sermões de missionários, movimentos de indigenistas, ecólogos, cientistas e doutores de todas as matizes, ideologias e idiossincrasias. As manifestações chegaram a um tal ponto de pressões e ameaças contra o Brasil, que o senador republicano, Bob Kasten, declarou textualmente: *Quando está em jogo o meio ambiente e especialmente o efeito estufa, as fronteiras nacionais são irrelevantes.* (A Crítica, 3/2/89).

O CONTROLE DOS RECURSOS MINERAIS

Muitos são os interesses sobre a Amazônia. Inúmeros são os argumentos utilizados para sustentar os interesses. O uso e a manipulação de meias-verdades é constante. Assim sendo a floresta Amazônica passou a ser o foco da atenção e da preocupação mundial, como:

- banco genético da biota universal, responsável pelo processo da evolução biológica sobre a terra;
- reguladora do ciclo hidrológico, responsável pela distribuição das chuvas e do regime fluvial das micro e macrobacias hidrográficas;
- fonte de calor para a manutenção da circulação atmosférica, que transporta para as regiões extratropicais a energia responsável pela estabilidade do clima terrestre;
- emissora de dióxido de carbono (CO₂), resultante das queimadas provenientes da devastação florestal, que seria responsável pelos desastres climáticos tais como: ondas de calor, inundações, seca, furacões, degelo das camadas polares etc.;
- guardiã e curadora da biodiversidade, graças à heterogeneidade de sua composição de flora e fauna, que abriga significativa parcela da biota universal;
- depositária de classes e variedades genéticas de alta resistência e produtividade que iriam servir à biotecnologia do século XXI, cabendo a nós o papel de preservá-la, em favor da humanidade, da ciência e da produção de alimentos do futuro;
- último refúgio de culturas tribais e primitivas, cujo valor antropológico não pode ser avaliado;
- fonte de recursos naturais, minerais e hídricos suficientes para projetar o Brasil como potência econômica mundial na vigência do terceiro milênio;
- penhor, hipoteca, anticrese e alienação fiduciária - as quatro garantias jurídicas reais para a dívida externa brasileira;
- base geopolítica do contencioso financeiro, industrial, agrícola, comercial e tecnológico gerado pela emergência do Brasil no cenário dos países desenvolvidos do primeiro mundo.

Como vemos, não podemos jamais esquecer as palavras de Samuel Benchimol: *A Amazônia tem valor, mas não tem preço.*

Os países hegemônicos necessitam, para que num futuro próximo possam sobreviver, mantendo os atuais níveis de conforto e de consumo, de recursos energéticos e minerais e, também, de biomassa de que não dispõem. Para suprir tal carência, as principais estruturas de poder mundial visam controlar, a nível mundial, as principais reservas de tais recursos, que lhes são indispensáveis à manutenção de suas superdimensionadas estruturas.

Esse controle está sendo alcançado através da redução da soberania dos países periféricos que aceitaram conduzir seu desenvolvimento segundo modelos que acarretam sua dependência. Esse processo ocorre principalmente com a colaboração e o comprometimento das estruturas de poder desses países.

Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Comissão Brundtland, propõem a imposição de um sistema de soberanias limitadas, fundamental para o controle dos recursos naturais do planeta.

Tendo como um dos princípios fundamentais

do relatório da Comissão Brundtland a limitação da soberania dos países periféricos. Textualmente:

... o conceito de soberania nacional foi basicamente alterado pela interdependência nos campos econômico, ambiental e segurança. Os bens comuns a todos não podem ser geridos a partir de um centro nacional: o Estado-Nação não basta quando se trata de lidar com ameaças a ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processos e mecanismos multinacionais.

Para alcançar o propósito de controlar os recursos naturais existentes no planeta, a estratégia adotada pelos países centrais exige que o crescimento populacional dos países em desenvolvimento seja controlado e que seu desenvolvimento científico, tecnológico e econômico seja inibido. A referida estratégia tem por base as seguintes premissas:

- deslocamento dos conflitos mundiais para o eixo norte-sul;
- estabelecimento de um sistema de soberanias limitadas sobre várias áreas

do planeta, sob os mais variados pretextos, como a preservação do meio ambiente, o combate ao narcotráfico, a proteção de minorias étnicas como as comunidades indígenas localizadas em regiões de seu interesse, como a Amazônia.

- imposição aos países em desenvolvimento de um apartheid tecnológico, para lhes restringir o acesso às tecnologias sensíveis ou duais;

- imposição de políticas econômicas que levam à recessão, à desindustrialização, que levam o país a tornar-se um entreposto de recursos naturais e mão-de-obra barata;

- desmantelamento das Forças Armadas dos países em desenvolvimento, particularmente o Brasil.

As Forças Armadas são imperativo da soberania nacional. Se forem suprimidas ou enfraquecidas nos países em desenvolvimento, esses estarão fragilizados, vulneráveis e possivelmente condenados.

As possíveis intervenções militares das grandes potências na região amazônica vislumbraram-se no desdobramento lógico do processo de reestruturação estratégica da OTAN e das

agências de inteligência estratégica e militar das potências hegemônicas, em preparação para os conflitos por recursos naturais do

As Forças Armadas são imperativo da soberania nacional. Se forem suprimidas ou enfraquecidas nos países em desenvolvimento, esses estarão fragilizados, vulneráveis e possivelmente condenados.

norte desenvolvido contra o sul não desenvolvido.

A necessidade de recursos energéticos e de minerais pelos países mais industrializados impôs alterações na maneira de extração e uso dos recursos naturais e, como consequência, no modo de convivência do homem com a natureza. Essas alterações provocaram efeitos sobre os controles que a estrutura de poder dos países industrializados vem exercendo sobre os recursos naturais não renováveis, principalmente aqueles localizados nos países do terceiro mundo.

Os países mais ricos e industrializados aceleraram o consumo de seus recursos naturais não renováveis, de modo a manter seu estílo de sociedade. Enquanto

isso, os países classificados como periféricos pelos mais ricos tiveram as suas reservas catalogadas como estoques para o futuro.

No Brasil, o processo de internacionalização do seu subsolo, a despeito dos interesses soberanos do País, vem seguindo um roteiro muito preocupante, sem similar em países de alguma respeitabilidade. É fato conhecido que a previsão de exaustão de alguns minerais, a crise do petróleo e medidas protecionistas adotadas pela quase totalidade dos países aguçaram a cobiça dos grupos transnacionais pelos minérios brasileiros.

Todas as discussões envolvendo organização social, ideologias políticas e sistemas econômicos existentes no mundo atual estão, na verdade, orientadas pelo conflito relativo à posse ou acesso aos bens naturais necessários ao homem.

Energia, matérias-primas, água potável e biodiversidade estão concentradas nos países não desenvolvidos e são, no entanto, esmagadoramente consumidas nos países desenvolvidos. Esse consumo é de tal ordem que já se fazem estimativas do esgotamen-

to das reservas conhecidas de algumas delas.

Estudo publicado pelo Clube de Roma, em 1974, intitulado *Reshaping the International Order* (Terceiro Informe do Clube de Roma), advoga que o exercício da soberania nacional sobre recursos naturais não era justo e que deveria evoluir para o de soberania funcional. Esse novo conceito preconiza que teriam direito aos recursos naturais as nações que deles necessitassem e não as nações em cujo território se encontrassem.

De forma clara e incisiva, a esse respeito, Henry Kissinger assim se manifestou: *Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos não renováveis do planeta, a um preço próximo do custo de relação de troca, pelo reajuste correspondente dos seus produtos de exportação. Para tanto, terão, os países industrializados, que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões e constraintos da consecução dos seus intentos.*

É preciso considerar a fantástica concentração de

recursos minerais no subsolo amazônico. A área lanomami talvez seja a maior província mineral do mundo. Evidentemente isso desperta a cobiça. E as missões religiosas na Amazônia? São mais de cinqüenta. Será que todas elas atuam exclusivamente com intenção de salvar as almas dos indígenas? Será que os indígenas de outras regiões do Brasil recebem o mesmo tratamento por parte de missões estrangeiras?

A esse respeito é importante conhecer o que pensa o *Christian Church World Council*, em suas *Diretrizes Brasil*, publicado em Genebra, em julho de 1981: *É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígenes para o seu desfrute pelas grandes civilizações europeias, cujas áreas estejam reduzidas a um limite crítico.*

Especial atenção merecem as recentes denúncias contidas em livro editado nos Estados Unidos da América: *Thy Will Be Done. The Conquest of the Amazon: Nelson Rockefeller and Evangelism in the Age of Oil*, escrito pelos jornalistas Gerald Colby e Charlotte Dennett e publicado pela

Harper Collins. O livro mostra como duas das mais poderosas famílias dos Estados Unidos, os Rockefeller e os Townsend, uniram esforços para penetrar na Amazônia. O livro se baseia em documentos colocados à disposição do público pela família Rockefeller, a respeito do seu mais famoso integrante, Nelson Rockefeller, que foi vice-presidente e responsável pelos assuntos interamericanos do Governo norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial. O livro mostra como Rockefeller construiu um império econômico na América Latina, com o auxílio da CIA (*Central Intelligence Agency*) e ajudou as missões religiosas de Townsend, recebendo delas informações sobre áreas potencialmente ricas em minérios e petróleo.

Além dos interesses dos países europeus e dos Estados Unidos na livre navegação dos rios amazônicos, o Japão traçou, na década de 1930, um plano de redistribuição da população mundial, através do qual a Amazônia receberia os excedentes populacionais do mundo.

Foram cinco as soberanias que se exerceram sobre as Américas durante mais

de três séculos - a portuguesa, a espanhola, a francesa, a inglesa e a holandesa. Uma política de Estado foi executada a duras penas. A ocupação do espaço fez-se com rapidez. Uma rede de estabelecimentos militares garantiu a manutenção da soberania. A esse respeito assim se manifestou Artur César Ferreira Reis:

A decisão de permanência da Amazônia no contexto territorial brasileiro não é uma decisão decorrente de impulsos emocionais, como afirmam os que fazem praça de seus comportamentos a serviço de interesses alienígenas, mas uma decisão que consulta o espírito da coletividade amazônica e constitui hoje, também, uma decisão brasileira, pois que a consciência nacional tomou forma definida nesse particular.

A integridade da nossa Amazônia, como legado do passado e como ação de suas gerações atuais, consequentemente, é tarefa a que ninguém pode fugir. Os projetos de sua absorção por outros povos ou organizações internacionais não podem deixar de merecer a nossa repulsa veemente.

A Amazônia conservará a sua fisionomia brasileira

e será o que todos almejamos. O valioso patrimônio conquistado pela audácia e bravura dos Pedro Teixeira, Antônio Raposo Tavares, Bento Maciel Parente, Plácido de Castro e outros ilustres brasileiros, incluído na fisiopolítica brasileira, contribuindo para a projeção mundial do Brasil, para o tornar tão respeitado, no âmbito das relações internacionais, quanto os outros. Seria perigoso para a nossa e para as novas gerações se, nesta altura, confessássemos incapacidade de guardar e desenvolver aquele fantástico patrimônio. Vale ressaltar que a unidade do Brasil depende da integridade da Amazônia.

A região amazônica brasileira é, inegavelmente, uma área de grande importância estratégica para o Brasil. Esse fato é devido fundamentalmente a uma série de realidades que compõem o quadro amazônico, entre as quais podemos destacar: extensa fronteira que possui com sete países, vazio demográfico, vasta extensão territorial, riquezas naturais (sobressaindo-se recursos minerais, recursos hídricos, recursos energéticos renováveis, biomassa, base genética da biota e

outras mais). Sua baixa densidade populacional e suas características fisiográficas facilitam a dinamização de uma economia recoletora, porém bastante significativa, que envolve índios, garimpeiros, exploração ilegal de riquezas e outros mais, que atrai os interesses internacionais.

Esses interesses têm atuado, principalmente, em nome da ecologia e dos que receberam a denominação de povos da floresta, mas o objetivo fundamental é o acesso às riquezas minerais estratégicas e energéticas, abundantes na região e em início de esgotamento nos países do hemisfério norte (Europa e América do Norte).

As riquezas, de toda ordem, existentes na Amazônia estão sendo ameaçadas, ostensiva ou sub-repticiamente, valendo-se da inoperância e do absenteísmo de muitos dos administradores da coisa pública e da traição e da fraude de outros.

Doloroso é verificar o estímulo à desnacionalização da Amazônia, de um modo ora aberto ora velado, partindo de organizações internacionais, sem a devida postura reativa pela nação brasileira.

Os bens que nos foram confiados, os inúmeros e valiosos recursos da Amazônia, poderão servir aos brasileiros e a toda a humanidade. Os países centrais, depois de destruírem, insanamente riquezas iguais, de que desfrutaram na Ásia, na Europa e na América do Norte, olham com incommensurável cobiça para aquela bacia de utilidades essenciais à vida moderna.

A Amazônia, gigantesca reserva deste sofrido país, corre o risco de ser desnacionalizada. Basta um pouco de interesse para se ver até onde o corte tenta penetrar no corpo do Brasil. Como já disse notável pesquisador amazônico, enquanto é tempo, podemos cicatrizar a ferida. Depois de partido, impossível será a recuperação. Os brasileiros devem ter sempre em mente as palavras de Osny Duarte Pereira: a *Amazônia exige a vigilância do Brasil*.

Em que pese esse operoso passado, acentuam-se, entretanto, as tendências para um inconsiderado internacionalismo, como estranha aspiração de uma atribuída maturidade nacional, levando os menos avisados a aceitar, como lou-

váveis iniciativas, a entrega dissimulada de nossas riquezas reais e potenciais, o devassamento de nossos mais recônditos sertões à curiosidade suspicaz de técnicos a serviço de estranhas potências, numa lamentável quão injusta afirmação de incapacidade, da qual, felizmente, é formal desmentido nosso passado bandeirante e, no campo das atividades técnicas, o acervo de realizações nacionais dos dois últimos séculos, nessa mesma Amazônia, ora em evidência, realizações em cujo histórico fulguram de par com grandes nomes da ciência mundial, as mais legítimas glórias da ciência e da técnica brasileira.

Como esquecer, uma vez que falamos da Amazônia, o considerável esforço das massas trabalhadoras que para lá afluíram e afluem, em espontâneas migrações, que ocupam e procuram desenvolver a região?

Como esquecer os sacrifícios daquelas centenas de milhares de heróicos patrícios, trabalhadores e técnicos, que deram à Amazônia o melhor de seus esforços pelo progresso e pela grandeza do Brasil? Como admitir a renúncia de tantos

bens acumulados pelo labor secular de gerações brasileiras, nessa verdadeira corrida ao colonialismo, que são as concessões territoriais ao estrangeiro.

O imperialismo político está sendo substituído pelo imperialismo econômico, já nos alertava Artur Bernardes. O colonialismo dá a vez ao neocolonialismo. As nações expansionistas viram que o domínio sobre povos de outra raça, outra língua, outra religião e outros costumes é odioso e desperta o orgulho pela Pátria, que o nacionalismo incita os ânimos à revolta e às reivindicações da liberdade. A experiência ensina aos povos fortes um outro caminho, que os leva, sem aqueles inconvenientes, à mesma finalidade: é o da dominação econômica, que na interdependência, prescinde do ataque de frente à soberania política. Os fortes passaram então a apossear-se das riquezas dos povos fracos, reduzindo-os à impotência e, pois, à submissão política. Vem, a propósito, a ponderação de Alexander Hamilton, no *Federalista*:

Não se perca de vista que é muito mais fácil receber esquadras estrangei-

ras nos nossos portos e exércitos estrangeiros no nosso território do que fazê-los sair. Quantas vezes não conquistaram, os romanos, nações de que se diziam aliados e protetores? Quantas inovações não fizeram nos governos dos povos de que se diziam amigos?

Estamos vivendo sem cuidados pela nossa conservação e expondo-nos a perigos exteriores. Não faltam, porém, displicentes que, não querendo se dar ao trabalho de meditar sobre esses assuntos, preferirão dizer que semelhantes perigos são supostos, hipotéticos, ilusórios.

Não pode haver dúvidas acerca do que representa a Amazônia nas suas possibilidades em matérias-primas, vegetais, animais, biomassa, minerais e hídricas.

O interesse sobre a Amazônia no exterior esconde propósitos políticos a que é preciso dar a devida atenção, pois significam perigo e exigem políticas e estratégias capazes de impedir que se transformem em realidade muito amarga para o Brasil.

A Amazônia é considerada como espaço aberto ideal para: a) receber excedentes populacionais,

de outras nações; b) produzir alimentos; c) fornecer matéria-prima vegetal, animal e mineral; d) garantir a reserva da base genética e de abastecimento de água potável tão escassa no mundo.

A defesa da Amazônia pelo Governo Imperial, com destacada atuação do Conselho de Estado, é um dos mais importantes episódios da história do Brasil.

A atuação do Conselho de Estado e do Governo Imperial deve servir de exemplo para os dirigentes brasileiros, neste início do século XXI, por colocarem os interesses nacionais brasileiros acima dos interesses de outras nações, garantindo, portanto, a soberania nacional, sem se intimidarem nem se entregarem a pretensões de alcançar níveis de países ditos civilizados.

Assim como o Conselho de Estado no Segundo Reinado, os brasileiros, em especial aqueles que são responsáveis pelo funcionamento do aparelho de Estado, devem acompanhar, com atenção, as manifestações sobre a Amazônia.

Os brasileiros não têm o direito de serem toma-

dos de surpresa, de serem ingênuos, de acreditar nas boas e fantásticas propostas com relação à Amazônia, pois que apenas ao Brasil compete decidir os destinos da região.

O cerco à Amazônia e também ao Pantanal, nesse momento em que se comemora os 500 anos, é crescentemente fortalecido. Decisões sobre a região são tomadas sem que o Brasil delas participe ou mesmo as aceite.

Faz-se importante notar o quadro jurídico que está sendo construído, de modo a cercar a Amazônia e construir uma jurisprudência que proporcione a legitimidade necessária aos interesses estrangeiros e retire do Brasil a soberania sobre a região.

Uma variada gama de estatutos é criada por iniciativa de nações que alegam ambições as riquezas da região. Dentre elas, citamos: direitos humanos e territoriais dos índios da Amazônia; fiscalização de incidentes por estrangeiros; reconhecimento de nações indígenas; preservação da riqueza ecológica para proteger o meio ambiente para o futuro da humanidade; eliminação

de fronteiras quando se trata de questões ambientais (dos países não industrializados); preservação da Amazônia para a humanidade; e muitos outros.

Faz-se importante notar o quadro jurídico que está sendo construído, de modo a cercar a Amazônia e construir uma jurisprudência que proporcione a legitimidade necessária aos interesses estrangeiros e retire do Brasil a soberania sobre a região.

No atual momento histórico a Amazônia corre sérios riscos. Riscos de ordem territorial e patrimonial. No que se refere ao patrimônio, aí incluso os recursos naturais de toda ordem, já se costuma questionar se o País tem autonomia para tomar decisões soberanas. Se não houver uma postura firme, como as que foram tomadas pelo Conselho de Estado, em algum tempo, a autonomia e a soberania sobre parte do território poderão deixar de existir. A perda de soberania sobre parte do território faz parte do desdobramento que se segue à perda da soberania sobre a dimensão patrimonial. ☐

BIBLIOGRAFIA

- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Planetarização e Moratória Ecológica*. Editora Universidade Paulista e Fundação Cultura. Centro de Recursos Educacionais.
- CARRASCO, Lorenzo Bazúa, *La ilustración y el neopaganismo ecológico contra el cristianismo*, Benenguelli - vol. 8, nº 1, quarto trimestre de 1994.
- _____. *Depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Internacionalização da Amazônia*, em 20 de agosto de 1991.
- _____. Diversos artigos publicados no jornal *Última Hora*, em abril, maio e junho de 1989.
- COLBY, Gerard & DENNET, Charlotte. Harper Collins. 1995.
- EUA. *Thy Will be Done. The Conquest of the Amazon: Nelson Rockefeller and Evangelism in the Age of Oil*. Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nossa Futuro Comum, Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- GARNER, Lydia Magalhães Nunes. 1998. "A Amazônia e a evolução da jurisprudência de soberania nacional: lei das gentes e das nações à lei internacional." In *Cadernos de Estudos Estratégicos*. Centro Brasileiro Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro.
- MEADOWS, D. H., et alii, *Limites do Crescimento*. Editora Perspectiva.
- MESAROVIC, Mihajlo e PESTEL, Eduard. *O Segundo Informe ao Clube de Roma*. Editora Agir.
- MINNICINO, Michael J. *Las satánicas reformas educativas, conspiración de la Nueva Era contra el cristianismo*. Benenguelli - vol. 9, nº 1, 1º trimestre de 1994.
- MATTOS, Adherbal de Meira Amazônia: *Pressões e Desenvolvimento*.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*.
- MONTEIRO, Raimundo Guarino, VANDELLI, Nelsimar de Moura. *Missões Religiosas na Amazônia*. Leitura Suplementar - Escola Superior de Guerra. 1995.
- Problemática da Amazônia*. Editora Casa do Estudante do Brasil.
- PEREIRA, Osny. *Desnacionalização da Amazônia*.
- REIS, Arthur Cézar Fereira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*.
- dos SANTOS, Jorge Calvario. *Interferência Cultural das Novas Ideologias*. Monografia - Escola Superior de Guerra. 1994.
- TINBERGEN, Jan (Coordenador), *Para uma Nova Ordem Internacional: 3º Informe ao Clube de Roma*. Editora Agir.

*"Sei que morro, mas o meu sangue e o
de meus companheiros servirão de protesto solene
contra a invasão do solo de minha Pátria."*

*Ten Antônio João, ao responder
o ultimato do inimigo*

O Armamento das Fortificações Coloniais, do Descobrimento à Época Pombalina

Sérgio Paulo Muniz Costa*

Reprodução de conferência proferida no Seminário *Fortificações Portuguesas no Brasil* realizado, em 25 de novembro de 1999, no Auditório da Reitoria da USP.

O estudo dos feitos militares na história do Brasil é uma tarefa complexa, só tornada possível através de uma coerência do legado histórico-cultural da Nação. Nesta quadra final do século, às vésperas dos quinhentos anos do Descobrimento, é possível enxergar uma coerência nos fatos que construíram a nossa história. Os fatos históricos seriam então como a imagem de um es-

pelho, através da qual a nacionalidade, despidas das conveniências políticas e intelectuais, veria a si própria como um corpo estruturado e amadurecido. Claro está que essa imagem não é plástica, mas sim intuída, mais sinestésica nesse nosso caleidoscópio cultural do que explicável pela nossa literatura, o que talvez justifique o noviciado de instituições tão caras para nossa modernidade.

O histórico êxito das nossas armas em tempos e geografias distintos é causa e consequência da grandeza do Brasil. Causa por não ter sido essa vasta unidade obra do acaso. Consequência pela impossibilidade de nosso espírito marcial ser maior do que um patrimônio tão auto-suficiente. Plu-

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Sócio titular do IGHMB.



ricontinental na sua formação cultural, coincidência histórica de unidades superpostas, continentalidade explicada por um talento marítimo e único império dentro de suas fronteiras, o Brasil pode, e deve, ser explicado também pelos seus feitos militares personificados em figuras emblemáticas de uma época, acontecimento ou instituição. Afinal, não é difícil reconhecer que a falta ou o fracasso de alguns deles poderia ter-nos trazido a um patamar histórico bastante diferente daquele em que hoje nos colocamos face ao passado e ao futuro.

As fortificações coloniais constituem um importante capítulo da História Militar do Brasil. Muitas vezes silenciosa e, por que não dizer, desconhecida, essa página da nossa história foi decisiva para a formação de nossa nacionalidade e representa, por outro lado, uma tradição distinta de outras nações e instituições militares. Nossos fortões, que começaram medievais, tiveram papel diverso do representado pelos castelos da Idade Média na Europa. Confundem-se com o processo geopolítico da formação de nossas

fronteiras, enfrentaram inimigos externos, ocasionalmente com a ajuda do indígena, antecipando-se muitas vezes à colonização, e legaram à memória nacional a imagem da defesa vitoriosa, diferentemente do ocorrido nos Estados Unidos. A participação militar efetiva das fortificações no Brasil acontece durante o período colonial, chegando ao clímax no século XVIII. Portanto, a história das fortificações coloniais no Brasil é singular, pelo seu contexto e conteúdo.

O instrumento de ação mais evidente das fortificações coloniais foi o seu armamento, através do qual repeliam os assaltos ou cumpriam sua missão de defesa ou controle de passagens. No entanto, não se pode deixar de incluir como elementos de ação das fortificações, além do armamento propriamente dito, os homens que as guarneciam e as diretrizes políticas ou estratégicas que orientaram suas construção e manutenção. Estende-se assim o conceito de armamento como instrumento de ação, levando-se em conta o que pode ser chamado de *armamento humano* e *armamento político*. Sem competência

profissional e vontade política de construir e manter, as fortificações coloniais jamais teriam se sustentado.

O primeiro tópico do roteiro desta exposição, *As Fortificações na História Militar do Brasil*, destina-se a caracterizar a importância da sua atuação, como verdadeiras armas da nacionalidade em sua fase embrionária.

O segundo tópico aborda os armamentos típicos das fortificações, considerando outros, além do canhão.

O terceiro tópico, mais amplo e tema central desta exposição, *O Canhão e o Artilheiro no Brasil do Século XVIII*, completa nosso tríplice enfoque - armas, homens e política - que permeia a trilogia que anima todas as ações de uma defesa nacional, em quaisquer tempos - Dever, Poder e Querer.

AS FORTIFICAÇÕES COLONIAIS NA HISTÓRIA DO BRASIL

As fortificações estão presentes na paisagem brasileira, muitas vezes em plena cidade, como monumentos testemunhais da formação da nacionalidade. No Brasil, elas se confundem com o canhão, que se

tornou instrumento do poder do Estado no século XV, e esteve presente, desde os primeiros momentos no processo de colonização brasileiro.

Antes de estudarmos as fortificações coloniais, com o foco no século XVIII, devemos considerar alguns antecedentes em Portugal e no Brasil. Portugal já possuía, no século XVI, um considerável poder de fogo com as frotas das Índias. Uma das primeiras consequências da perda de autonomia portuguesa em 1580 foi o enfraquecimento da sua artilharia, com o fechamento de casas de pólvora, controle das fundições pelos espanhóis e emprego de considerável parcela do material de artilharia português na Invencível Armada.

No Brasil, no auge da Guerra Holandesa, os patriotas empregaram, de forma audaciosa, a artilharia do Forte do Asseca, construído sigilosamente, para bater alvos terrestres e navais na entrada do porto do Recife, provocando efeito estratégico, com a retirada dos holandeses de Itaparica para acorrer à nova ameaça. Às vésperas da Restauração, é organizada, em Portugal, a

Aula de Fortificação e Artilharia de Ribeira das Naus, em 1679.

Mais de 840 fortificações foram construídas na América portuguesa, das quais subsistem 119, algumas delas em bom estado de conservação. Sua localização no atual mapa brasileiro caracteriza a função geopolítica que desempenharam. Observa-se o seu adensamento nos pontos críticos do território e o seu lançamento estratégico nos anecúmenos.

O ritmo de sua construção variou ao longo de nossa história. Inicialmente, observa-se uma crescente fortificação, centrada no litoral, que atingiu seu ápice no final da Guerra Holandesa. No início do século XVIII, ocorre novo surto de fortificação, que vai ter sua máxima expressão na expansão e consolidação das fronteiras. Esse último processo foi particularmente importante do ponto de vista territorial, uma vez que, além de incorporar vastas regiões ao patrimônio nacional, manteve íntegro o Estado do Brasil, face a perigosas tentativas de amputação territorial no sul pelos espanhóis e no centro-sul pelos franceses.

OS ARMAMENTOS DAS FORTIFICAÇÕES COLONIAIS

Outros armamentos, além do material de artilharia, guarneciam as fortificações coloniais. Com a adoção do sistema de pederneira, esses mosquetes e bacamartes de muralha se tornaram mais eficazes. Anteriormente, o sistema de mechas denunciava o número e a presença das armas nas muralhas, aspecto explorado como ardil, em algumas ocasiões da Guerra Holandesa, pelos defensores.

O fogo do armamento leve era muito importante para hostilizar as trincheiras de aproximação nos sítios e deter os golpes de mão. Obstáculos combinavam-se como o fogo para tornar as fortalezas no século XVIII num importante elemento da arte militar.

O CANHÃO E O ARTILHEIRO NO BRASIL DO SÉCULO XVIII

Produto de uma educação, instrumento de poder e senhor dos espaços geográficos, o artilheiro no Brasil do século XVIII teve uma atuação que ultrapassou lar-

gamente o limitado alcance de suas bocas-de-fogo.

Para a compreensão desse papel do artilheiro, é importante considerar alguns aspectos que caracterizaram aquele período em terras brasileiras.

Em primeiro lugar, o eixo econômico do Brasil deslocou-se para o sudeste e centro-oeste, devido à descoberta das riquezas minerais - ouro e diamante. Novas necessidades de segurança, nas minas, estradas e portos, surgiram desse deslocamento. Por outro lado, a descoberta deu nova dimensão à metrópole, particularmente do ponto de vista econômico, o que se refletiu no incremento das medidas de defesa da Colônia pelo Governo português, que agora, além de dever, podia e queria, ainda mais, fazê-lo.

Como ocorreu no século XVII durante a Guerra dos Trinta Anos, que escreveu a sangue o endereço do Brasil, nas palavras de Gilberto Freyre, o século XVIII trouxe novas inflexões no poder mundial, que se refletiram no Brasil. O foco do conflito dessa vez foi a Região Sul. Logo no início do século ocorreu a Guerra de Sucessão

Espanhola, que trouxe as agressões francesas, seguindo-se mais tarde, entre 1756 e 1763, a tremenda confrontação da Guerra dos Sete Anos, conflito que prefigurou o equilíbrio de poder mundial por quase duzentos anos e definiu o mapa das Américas. Não haveria, como não há até hoje, maneira de ficar o Brasil fora do alcance de um conflito desdobrado no Atlântico Sul. O Rio de Janeiro foi atacado em 1710 e 1711, estando a ponto de ser invadido e ocupado em 1762. No sul, a fronteira do vaivém oscilou, de fato ou de direito, ao sabor da sorte das armas. A Ilha de Santa Catarina foi pivô e alvo de diversas operações militares, luso-brasileiras e espanholas.

A administração do Marquês de Pombal, homem forte do Governo português, entre 1750 e 1777, é outro ponto essencial para a compreensão deste longo século XVIII no Brasil, merecendo um desdobramento adequado.

O primeiro aspecto que marcou a administração de Pombal, Primeiro-Ministro de D. José I, foi a organização das Companhias de Comércio no norte e nordeste

do Brasil, que receberam o monopólio comercial naqueles regiões segundo os objetivos da política econômica de Pombal que visava ao fortalecimento do comércio e, consequentemente, da eco-

Como ocorreu no século XVII durante a Guerra dos Trinta Anos, que escreveu a sangue o endereço do Brasil, nas palavras de Gilberto Freyre, o século XVIII trouxe novas inflexões no poder mundial, que se refletiram no Brasil.

nomia de Portugal, pela passagem do seu controle às mãos de portugueses e brasileiros. A efetivação desse projeto passava necessariamente por um fortalecimento do aparato militar.

A reforma educacional em Portugal foi em grande parte testada no Brasil, com a substituição de processos e agentes educacionais religiosos por laicos, o que haveria de repercutir na produção de livros e tratados.

Para secularizar a Inquisição, Pombal estimulou a Real Mesa Censória, destinada a controlar o que poderia ser lido pelo público português, mas também para estimular o Iluminismo e, de uma certa forma,

estimular a entrada de outras idéias no País, conforme nos mostra o instigante trabalho Kenneth Maxwell - *Marquês de Pombal, Paradoxo do Iluminismo*.

Mas o aspecto mais importante para o Brasil durante essa administração pombalina foi o estabelecimento de diretrizes geopolíticas que, combinadas às outras medidas de Pombal, configuraram o território brasileiro. O executor dessas diretrizes no norte e centro-oeste do Brasil foi ninguém menos do que Mendonça Furtado, irmão do próprio Pombal, Governador do Grão-Pará até 1759. Incentivos às manufaturas e às plantações de algodão e arroz foram acompanhadas por um vigoroso processo de fortalecimento militar, mediante a construção de fortalezas e organização de milícias regionais. No mapa correspondente, pode-se verificar como a fronteira oeste e norte brasileira foi delineada pela ação de Pombal.

No centro-sul do País os franceses atacaram, em 1710 e 1711, o Rio de Janeiro, tendo sucesso na segunda oportunidade, o que causou enorme prejuízo à cidade e à Coroa. Algum

tempo depois, os espanhóis, inconformados com a criação da Colônia do Sacramento, fundaram Montevidéu e com esse ato selam, a médio prazo, o destino do posto avançado português, que auferia consideráveis rendimentos a Portugal com o contrabando. Em 1736, o espanhóis atacam a Colônia do Sacramento e o Brigadeiro Silva Pais, incumbido do socorro à praça sitiada, toma a inteligente iniciativa que se mostraria vital para definição do limite sul do Brasil - a fortificação de Rio Grande - seguida, a partir de 1739, pela fortificação da Ilha de Santa Catarina, o trampolim brasileiro no Atlântico Sul.

Os êxitos militares no Rio Grande e Santa Catarina favoreceram a ocupação que levou ao Tratado de Madri. Por sua vez, a efetivação do Tratado de Madri exigiu ingentes esforços e uma nova guerra, a Guaranítica, travada contra as lideranças indígenas que se recusavam a aceitar a nova soberania.

Rio Grande fortificada proporcionava a base segura para o avanço ao limite natural próximo, o que foi feito em 1762, com a cons-

trução do Forte de Santa Tereza, no Chuí.

O ataque bem-sucedido de Duguay-Troin ao Rio de Janeiro, em 1711, produziu uma boa iconografia e aguçou a velha ambição francesa por uma colônia sul-americana. Os amargos revéses da Guerra dos Sete Anos e a percepção francesa de Portugal como uma mera dependência britânica, levaram a planos de um ataque geral ao Rio de Janeiro em 1762, que acabou não se concretizando. Os esmero da espionagem francesa pode ser aquilatado na minúcia da elaboração de uma planta da cidade e suas fortificações, de acordo com o pensamento militar da época. O Rio de Janeiro, em 1762, era, sem dúvida, uma presa tentadora, e sua conquista, além de perfeitamente razoável, segundo os relatórios de serviços de inteligência, alteraria profundamente o curso da história do Brasil.

As fortificações no Rio de Janeiro, reforçadas com a criação do Terço de Artilharia e reformadas por diversas obras, cumpriram o seu papel dissuasório. A reforma militar promovida por Pombal, com a atuação do Conde de Lippe, estendeu-se ao

Brasil, aonde chegaram militares profissionais europeus, como o Tenente-General Böhm e o engenheiro militar Jacques Funk, este último responsável pelo levantamento e reforma de inúmeras fortificações.

As fortificações no Rio Grande e Santa Catarina, encetadas por Silva Pais, foram decisivas para o estabelecimento da fronteira sul do Brasil. A Fortaleza de Jesus, Maria e José, construída em Rio Grande, foi originalmente concebida como um conjunto de quatro baluartes, cobrindo a passagem no canal do Rio Grande, ou sangradouro da Lagoa dos Patos.

As fortificações de Santa Cruz e São José da Ponta Grossa, juntamente com a de São José de Ratones, configuravam um conjunto poderoso que defendia a entrada da baía norte da Ilha de Santa Catarina, que obrigou a mobilização de mais cem navios espanhóis para sua conquista, em 1777.

Em 1762, inicia-se a reação espanhola no sul. Rio Grande é conquistada, bem como a margem norte do canal. Segue-se a reconquista, pelos luso-brasileiros, da margem norte, quatro anos depois, e a tentativa espa-

nhola de conquista de Rio Pardo, só não efetivada graças às façanhas de Rafael Pinto Bandeira. Os espanhóis retiveram Rio Grande e fortificaram Santa Tecla, próximo à atual Bagé. O Tratado de Madri passou a ser, na prática, em decorrência das ações militares, letra morta. A militarização da fronteira sul produzira, a essa altura, personalidades, figurinos e tradições militares, como as unidades de artilharia, infantaria e os dragões do Rio Grande, célula-máter da nossa cavalaria nas campanhas sulinas.

O canal do Rio Grande permanecia como o grande divisor das forças espanholas e luso-brasileiras, situação inaceitável para os últimos. A transferência para o Rio de Janeiro e, daí, para o sul dos regimentos de linha Moura, Bragança e Extremoz, por determinação de Pombal, permitiu que os luso-brasileiros acumulassem suficiente poder de combate para reconquistar Rio Grande, o grande objetivo da guerra no sul. Isso aconteceu entre 31 de março e 2 de abril de 1776, mediante uma brilhante operação anfibia ordenada pelo Tenente-General Böhm. O suces-

so luso-brasileiro produziu imediata reação castelhana, partindo do Vice-Reinado do Prata a portentosa expedição à Santa Catarina que, conquistada, seria, no entanto, devolvida por força do Tratado de Santo Ildefonso, que, mais uma vez amparado nas armas, delimitava os domínios ibéricos na América do Sul. Ficava, no entanto, a fronteira da linha geral do Rio Grande assegurada. Estava finda a era do canhão e do forte no Brasil meridional.

Antes de findar-se o longo século XVIII português, em 1807, com a emigração da família real para o Brasil, caudilhos rio-grandenses, em meio às tropelias de mais uma guerra européia, conquistaram, em 1801, as Missões, restabelecendo, pelas armas, o Tratado de Madri.

No centro-oeste e no norte desenvolvia-se, entretanto, um processo distinto, onde a edificação diligente e silenciosa se antecipava aos combates. Com uma percepção digna de povo navegador, os portugueses ocuparam em força pontos geográficos que consolidaram uma nova fronteira, estimulados pela política pombalina dirigida e executada

por homens do quilate de Mendonça Furtado, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e Ricardo de Almeida Franco. O

Com uma percepção digna de povo navegador; os portugueses ocuparam em força pontos geográficos que consolidaram uma nova fronteira, estimulados pela política pombalina dirigida e executada por homens do quilate de Mendonça Furtado, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e Ricardo de Almeida Franco.

Forte Coimbra, atacado em 1801, e o Forte Príncipe da Beira, jamais atacado devido ao seu porte, são os exemplos maiores dessa dissuasão pela antecipação geográfica-militar.

Salvador, que fora capital do Brasil até 1763, não teve sua defesa descurada depois de tantos sofrimentos e em meio a renovadas ameaças. O panorama social da cidade incorporara as fortificações, como se vê em conhecida iconografia da cidade de 1779. Essas fortificações, algumas construídas no século XVI, compunham um conjunto formidável de defesas, que dissuadiu poten-

ciais agressores. Miralles, em sua notável *História Militar do Brasil*, narra os sucessivos esforços de governadores para aperfeiçoar as defesas da cidade, bem como nos dá conta dos não poucos sofrimentos por que passava a tropa numa extenuante rotina de guardas, vigílias e trabalhos de melhoria nas fortificações.

A Aula do Terço de Artilharia do Rio de Janeiro, reorganizada em 1740, sistematizou o ensino de artilharia e fortificações que se iniciara em 1699. Nessa instituição, temos o início do ensino superior no Brasil, tomado como raiz da Escola de Engenharia, do Instituto Militar de Engenharia e da Academia Militar das Agulhas Negras.

Antes mesmo de Pombal, o expoente paradoxal do Iluminismo em Portugal, ascender ao poder, já podia ser percebido, naquele país, um crescente espírito especulativo e analítico que explica algumas iniciativas e presenças na vida cultural e científica da metrópole e da Colônia. Uma delas foi, sem dúvida, o *Exame do Artilheiro*, escrito em

1742, por José Fernandes Pinto Alpoim, por ordem do Governador Gomes Freire de Andrade, que fazia questão de cercar-se de oficiais cultos e competentes. Dividido em três partes e quatro apêndices, o *Exame do Artilheiro*, procurava sistematizar os procedimentos do artilheiro, podendo ser considerado uma obra precursora nas Américas.

Seu autor, o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, destacara-se nas campanhas peninsulares e foi designado para exercer a função de Sargento-Mor do Terço de Artilharia do Rio de Janeiro, cumulativamente com o cargo de lente da Aula de Fortificação e Artilharia. Sua atuação se fez sentir em outras áreas, como nos projetos e fiscalização de diversas obras no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Alpoim também combateu na Guerra Guaranítica, provavelmente tomando parte no combate de Caiboté, em 1756, no qual houve expressiva participação das artilharias portuguesa e espanhola.

O *Exame do Artilheiro* é um tratado que descreve detalhadamente o

canhão, os instrumentos do artilheiro, a munição, a palamenta e as características principais do material de artilharia, procurando padronizar os procedimentos táticos e técnicos da Arma. Essa era uma grande preocupação da metrópole, formar quadros militares na Colônia capazes por si só de defendê-la, uma situação que sempre distinguiu o Brasil, particularmente sob a ótica de Pombal, que disse ao Governo inglês que

os rebeldes norte-americanos estavam fazendo com as tropas inglesas o que os fiéis vassalos de Vossa Majestade fizeram contra os holandeses.

CONCLUSÃO

No delineamento da extensa fronteira brasileira, o forte, o artilheiro e o canhão tiveram honroso e destacado papel. É impossível separá-los, a não ser do ponto de vista didático, para fins de estudo. A

compreensão do seu papel deve ser integradora, unindo as percepções *educacional*, do *Exame do Artilheiro*, como produto de um racionalismo sistematizador; *política*, nas ações de Gomes Freire e Pombal; *militar*, na determinação e competência dos que construíram e defenderam ao extremo, e *cultural*, que, também através das armas, engendrou uma sociedade colonial que deixava aos poucos de sê-lo sem saber. ☺

“Coragem é resistência ao medo, domínio do medo, e não ausência do medo.”

Mark Twain

“A guerra é sempre uma falência da diplomacia.”

Alberto da Costa e Silva

“Que é a bandeira? É um pano e é uma nação, como a cruz é um madeiro e é toda uma fé.”

Coelho Neto

“Tenhamos a coragem de nossos atos.”

Monteiro Lobato

O IHGB e a Sociedade do Conhecimento

Arno Webling*

Matéria extraída da alocução proferida na cerimônia de posse da nova diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual o autor é Presidente.

Aconjuntura de fim de século e de milênio, sem que nos move uma superstição gregoriana, é *locus simbólico* para que, considerando as tendências conhecidas de nossa conjuntura histórica projetemos algumas perspectivas e nelas procuremos enquadrar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB.

Os puristas da periodização histórica podem objetar que a virada secular não ocorre necessariamente no fim aritmético de um século. Afinal, costuma-se datar o século XVII, num enfoque que privilegia a história econômica entre 1590, o fim de um ciclo de expansão, e 1720 ou 1730,

o início da Revolução Agrária na Inglaterra. Muito antes, Voltaire já o chamara de *século de Luís XIV*, que viveu entre 1638 e 1715. Nossos séculos XX já foi considerado pelo historiador Hobsbawm *curto*, por que teria transcorrido entre dois momentos da história russa de significado mundial: o início e o fim da União Soviética.

Porém, e se mudarmos nossas lentes e nossa perspectiva? Olhado do ponto de vista das relações internacionais, o século XX talvez comece em 1919, momento em que os Estados Unidos ocuparam a grande cena internacional. Ou terá sido em 1898, quando tomaram Cuba e as Filipinas? Ou será mais significativo optar pela teoria da

relatividade, em 1905, ou pelo dadaísmo do primeiro pós-guerra?

Não havendo senão respostas contingentes aos critérios escolhidos e existindo uma multiplicidade de perspectivas igualmente dignas de contemplação, optemos pelo simbolismo cronológico das datas redondas, amparados pela neutralidade da aritmética.

No ano 2000 é um consenso nos meios intelectuais e naqueles de poder decisório apontar que os anos vindouros serão dominados pelo conhecimento, sobretudo nas suas vertentes científica e tecnológica.

Isso significa dizer que os campos teóricos aos quais nos dedicamos no Instituto - a história, a geografia e as demais ciências

* Professor.

sociais - estarão sendo profundamente influenciadas por essas transformações no quadro geral do conhecimento. Este modificou, por sua vez, estruturalmente, sua própria concepção. No início do século XX, em pleno reinado da epistemologia newtoniana, havia uma ciência-matriz, a física, constituída em paradigma de construtos lógicos, procedimentos metodológicos e resultados empíricos.

Quando essa física, em seus pressupostos deterministas e indutivistas, deixou de constituir um modelo confiável para as demais ciências e o conhecimento como um todo, houve margem para a reestruturação do saber que vivenciamos ao longo do século. Ninguém mais diria, como Thomas Huxley no século XIX, que a ciência nada mais é do que o senso comum treinado e organizado. Ao contrário, houve filósofos, como Bachelard, que o consideraram justamente um *obstáculo epistemológico*.

A história e as demais ciências sociais, em função desses *turning points* teóricos, alteraram-se profundamente no século XX. Nada mais das antigas ilusões científicas de positivistas, marxistas ou

evolucionistas, com suas leis objetivas de história: o manual de Langlois e Seignobos e as *leis históricas* de Kurt Breysig entraram para o rol das referências datadas e superadas.

Surgiram, em lugar das leis, conceitos e interpretações suscetíveis de reformulação pelo embate com o mundo empírico, quer na visão analítica, quer na visão hermenêutica da fenomenologia histórica. Pensasse teoricamente no *respeito às regras do jogo*, como Aron, inspirado em Weber, nas *regras da comunidade científica* de Kuhn ou na *refutabilidade das teorias*, em Popper.

Combinaram-se, também, diferentes abordagens, por motivo da criação de novos campos. Se há uma engenharia genética ou uma bioética, existe também uma história antropológica (ou será uma antropologia histórica?), além de discussões como o de saber se a história econômica ou a história social possuem densidade histórica própria ou se são uma economia e uma sociologia retrospectivas, como indagou, nos anos 70, Pierre Chaunu.

Essas tendências permitem-nos dizer com razoável

probabilidade de acerto que, no quadro de mutação geral do conhecimento, as ciências sociais continuarão se modificando, talvez fundindo-se algumas e criando-se novas. E que terão papel significativo no desenho futuro desse conhecimento, porque são um segmento relevante dele, na medida que seu objeto é o homem - homem psicológico, social, econômico, político; numa palavra, a cultura que envolve o homem e através da qual ele comprehende, ortegueanamente, sua circunstância, isto é, a natureza e os outros homens.

A história e, por extensão, todas as ciências sociais, têm um papel relevante na sociedade do conhecimento não somente por serem elas próprias campos teórico-metodológicos refinados e que produzem saberes logicamente cognoscíveis, mas também porque o homem é um animal simbólico, como queria Cassirer. Como animal simbólico, construtor de cultura o homem necessita desses campos que chamamos de ciências sociais para chegar, nesta nova sociedade, à compreensão do que seja o conjunto e a lógica interna desse conhecimento. Não

propriamente o enciclopedismo iluminista, nem mesmo a versatilidade do *polytéchnicien* pós-napoleônico, mas, como diz Peter Drucker, uma nova atitude que nos levará a compreender os vários conhecimentos.

O mesmo autor nos diz que essa nova sociedade, fruto maduro de três revoluções industriais e mais de duzentos anos de crença no progresso e na modernidade, e na qual começamos a viver, *necessita da pessoa instruída mais do que qualquer sociedade anterior e o acesso à grande herança do passado terá que ser um elemento essencial*. Essa herança, entretanto, diz ainda Drucker, não pode limitar-se à visão judaico-cristã do humanismo, devendo abrir-se a outras tradições culturais, nem deverá ser tão *livresca* como a educação liberal, pois precisará de *percepção tanto quanto de análise*.

O Brasil entra no mundo da sociedade do conhecimento sem ter completado sua Revolução Industrial, vale dizer, sem ter resolvido problemas sociais, econômicos e culturais graves, historicamente sedimentados. As comemorações

dos 500 anos do descobrimento, como anteriormente as comemorações dos centenários da abolição da escravatura e da república, vêm suscitando discussões como as da efetiva extensão da cidadania e da igualdade de oportunidades, que passam por outras como a distribuição de renda e o exercício do poder.

A consciência das dificuldades freqüentemente orienta a correta identificação dos problemas e as opções para o seu enfrentamento. Nesse ponto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pode dar sua contribuição, contribuindo para o esclarecimento de questões e a formação cultural do *Gebildete Mensch* de que a nova sociedade do conhecimento tanto precisará. Não estará, aliás, fazendo nada diferente do proposto pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, no discurso inaugural, que consta do primeiro número de nossa Revisa, em 1839. Nele, dizia o 1º Secretário Perpétuo, referindo-se aos homens públicos beneficiados pelo trabalho do Instituto:

Eles, de certo, farão o melhor uso dos seus estudos sobre a história da pátria, expurgada de tantos

erros, enriquecendo o seu espírito de conhecimentos interessantíssimos, que lhes sirvam nos empregos a que forem chamados pelos votos dos seus concidadãos.

As comemorações dos 500 anos do descobrimento, como anteriormente as comemorações dos centenários da abolição da escravatura e da república, vêm suscitando discussões como as da efetiva extensão da cidadania e da igualdade de oportunidades, que passam por outras como a distribuição de renda e o exercício do poder.

Da combinação dessas idéias, assim adquiridas, nascerão princípios de que deduzam novos conhecimentos, que ilustrem a carreira de sua vida, tornando-se mais profícios os seus serviços em benefício da pátria.

Se o *take off* de Rostow, atualmente, baseia-se mais do que em nenhum processo anterior, no conhecimento, é preciso, mais do que em nenhum momento anterior, produzir conhecimento, difundir conhecimento, formar quadros detentores de conhecimento. As instituições educacionais, científicas e culturais não podem perder a oportu-

tunidade única de dar essa contribuição ao Brasil e à sua sociedade.

E o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que trabalha com a base física brasileira - a geografia - e a rede de relações sociais que nela se estabeleceu - a história, pode e deve dar sua contribuição à inserção do País na sociedade do conhecimento, como sujeito ativo do processo produtor de saberes e interlocutor de diálogos frutíferos que estimulem o conhecimento especializado e o cultivo de valores como o respeito à alteridade e à tolerância. E não como sujeito passivo de uma globalização da qual recebe apenas os produtos midiáticos que, quase sempre, transmitem contravalores ao sabor dos interesses de um ente histórico, o mercado, ao qual alguns atribuem as virtudes do Criador, radicalizando uma perspectiva que sequer se encontrava em Adam Smith.

No momento em que se consolida - por décadas, por séculos? - a sociedade do conhecimento; em que, no Brasil, começa a preocupar seriamente a defasagem entre necessidades científicas e tecnológicas e os recursos efetivamente disponíveis nessas áreas; e em que, coincidentemente, se reflete, por ocasião das comemorações dos 500 anos, de modo mais extensivo sobre a formação brasileira, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro deve alçar sua voz para reiterar o que é um verdadeiro truismo, embora em setores tidos como avançados e pragmáticos freqüentemente não tenha encontrado ressonância:

- que a pesquisa em história e nas demais ciências sociais é indispensável ao desenvolvimento harmônico da pesquisa científica em geral, não devendo esta restringir-se exclusivamente às ciênci-

as ditas exatas e aplicadas ou à tecnologia;

- que a formação cultural geral, menos como enciclopédia de conhecimentos e mais como compreensão do processo de sua formulação, é elemento indispensável do patrimônio intelectual de um povo;

- que a investigação humanista, aqui incluída a filosofia e a pesquisa em história e nas demais ciências sociais, é elemento indispensável na formação cultural geral, de uma sociedade.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encerrará o século e o milênio com a convicção de que saberá responder aos desafios contidos nessas tendências, projetando para o novo século e para o novo milênio a esperança de que essas respostas irão contribuir para a construção de uma ciência mais rica, uma cultura mais densa e uma sociedade mais aberta. ☩

*“À Pátria tudo se deve dar. À Pátria
nada se deve pedir – nem mesmo compreensão.”*

Siqueira Campos



O Exército Português em Pernambuco e a Integração da Sociedade Colonial, Séculos XVII e XVIII¹

Kalina Vanderley Paiva da Silva*

O artigo aborda os militares coloniais luso-brasileiros dentro do contexto de sua sociedade, ou seja, inserindo-os dentro de seu cenário histórico, e não estudando a organização militar em separado de seu contexto social.

As lutas dos colonos portugueses nas capitâncias do Norte contra a dominação política e comercial da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, no século XVII, têm sido objeto do interesse privilegiado dos olhares historiográficos no Brasil. As diferentes organizações militares, as estratégias de batalha, a política, e mesmo as relações sociais no período em questão têm produzido diversos tra-

lhos histórico.² No entanto, esse é apenas um momento da sociedade colonial açucareira, que por mais relevante que seja, não pode corresponder a toda a organização estrutural da sociedade colonial luso-americana, uma vez que é um momento de crise, onde a conjuntura política tende a abalar a estrutura social.

A sociedade colonial açucareira começa a se estruturar, no século XVI, com a implantação do projeto das

Capitanias Hereditárias. No entanto, apenas com a expulsão dos holandeses a Capitania de Pernambuco será controlada pelo Estado português. E é nesse momento, a partir da segunda metade do século XVII, que vemos a organização militar estatal se consolidar nessa região.

É esse período, o do retorno e apogeu político do poder da Coroa portuguesa em Pernambuco, que escolhemos para ob-

* Professora da Universidade Federal de Pernambuco.

¹ Selecionado pelo PADECUME.

² Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada - Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Editora Topbooks, Rio de Janeiro, 1998. Cf. *Revista do Exército Brasileiro - Especial*, 1998. Guararapes 1648-1998: 350 anos. Ministério do Exército. Rio de Janeiro. Nesta revista diversos autores abordam as organizações militares coloniais no período das lutas contra os holandeses.

servar a relação de suas tropas com a sociedade colonial açucareira.

Mas antes de discutir alguns aspectos dessa relação, militares coloniais e sociedade colonial, faz-se necessário lançarmos um olhar sobre a própria organização militar institucional luso-colonial.

São famosas as associações entre brancos, índios e negros nas guerras de restauração de Pernambuco. Temos, no entanto, que observar essas associações não como uma aliança entre três partes interessadas, mas principalmente como uma estratégia dos colonos luso-brasileiros que utilizam a força de índios e negros submetidos e dominados em proveito próprio. É perigoso, assim, abordar essas organizações militares considerando-as racialmente democráticas, pois a prevalência política dos brancos não trata os soldados de cor - sejam eles índios, negros ou pardos - como iguais. Por outro lado, há outro aspecto a considerar: a longa duração do conflito com a WIC, a Companhia das Índias Ocidentais, considerando os períodos de resistência e depois

da restauração propriamente dita, intensifica o grau de militarização, já existente desde as primeiras fases da ocupação da sociedade colonial da área açucareira. E, como já era prática social comum na própria metrópole, o serviço militar era um meio para a ascensão social e o respeito público. O que significa que, apesar de terem servido como instrumentos e armas na guerra entre interesses coloniais que pouco lhes beneficiavam ou diziam respeito, os homens de cor - livres ou escravos - perceberam nessas guerras oportunidades de ascenderem socialmente, servindo militarmente aos senhores colonos.

Esse ponto de vista pretende ser o menos extremista: nem cair no mais otimista de considerar que as raças envolvidas no conflito com os mercenários da WIC lutavam com iguais direitos e iguais interesses, nem tampouco cair no extremo mais pessimista que tende a considerar os homens de cor apenas como instrumentos banalizados dos brancos, não possuindo nem imaginação nem força de vontade para aprovei-

tar as oportunidades que se lhes surgem.

Essa é uma pequena reflexão que devemos fazer ao observar a formação das tropas luso-brasileiras a partir dos conflitos com a companhia de comércio holandesa. Mas nosso objetivo neste ensaio são as tropas que se formaram após esses conflitos, pois essas são as organizações coloniais mais estáveis e completas da Colônia. Assim sendo, devemos observar que existem duas influências nessa formação das organizações militares coloniais da segunda metade do século XVII. A primeira é a influência da política portuguesa de povoamento para o Brasil. A segunda é a da necessidade de utilização da força bélica de negros e pardos pelo advento das guerras holandesas. Vamos observar esses dois momentos mais detalhadamente.

É de Nelson Werneck Sodré, a afirmação de que todo colono era um militar³, uma afirmação que ele provavelmente baseia no estudo de fontes como Henry Koster, cronista e observador da sociedade colonial que escreve que o

³ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Ed. Civilização Brasileira.

*conjunto da administração no Brasil é militar. Todos os homens, entre a idade de sessenta e dezesseis anos devem ser arrolados entre os soldados de Linha, na Milícia ou pertencer às Ordenanças.*⁴

Essa afirmação fundamenta nossa pesquisa e nos leva para a política de povoamento da Coroa portuguesa para sua colônia americana. No século XVI, o Estado português não possuía ainda um exército profissional e permanentemente organizado em bases burocráticas, apesar de já possuir uma força militar regular, sendo que a inexistência de uma organização militar em moldes burocráticos⁵ acarreta a necessidade de uma construção diferente que não se baseie no professionalismo para a defesa da colônia americana. Assim é que, no século XVI, a organização de defesa da colônia produtora de açúcar estava baseada tão-somente nos próprios colonos armados e sob o comando do donatário da Capitania.

Essa política militariza a sociedade livre açucareira, e deixará seqüelas, pois, mesmo depois de formado e estabelecido na Colônia um exército profissional, o que só vai acontecer na segunda metade do século XVII, a organização defensiva prática para essa região ainda estará fundamentada nos colonos armados. É o que explica, em parte, o fato de as tropas que lutaram nas guerras holandesas serem prioritariamente compostas por civis, inexistindo praticamente as tropas regulares e profissionais.

Voltando para o século XVI, com os primeiros passos da conquista e povoamento, vemos as linhas-mestras do plano de colonização luso para o Brasil começarem a se esboçar. As Capitanias Hereditárias, estabelecidas em 1534, foram uma primeira tentativa de povoar e explorar, a custos baixos. Com o poder civil e militar nas mãos dos capitães donatários, a linha entre civis e militares era muito tênue. Somente a partir de 1548, com o ad-

vento do Governo Geral e a chegada do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, é que a Coroa, através de uma lenta retomada de poderes das mãos dos donatários, vai implantar o primeiro esboço de uma administração colonial unificada. Isso significa que também vai retomar, ao menos, parcelas dos poderes militares.

O Regimento passado para Tomé de Souza, que determina as linhas administrativas iniciais do Governo Geral, vai definir também as primeiras normas para uma organização militar oficial na Colônia. Essas normas ainda vão girar em torno dos moradores como força militar, determinando a posse obrigatória de armas, previamente estabelecidas, por toda a população masculina livre, estabelecendo um prazo de um ano para aquisição das mesmas e penas e sanções para os infratores.⁶ Assim, podemos observar que nas fases iniciais da colonização açucareira não há uma organização militar estatal, sendo que as únicas

⁴ KOSTER- Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. p. 204.

⁵ Essa questão da tipologia das organizações militares da colônia, inclusive a definição de soldados burocráticos e soldados institucionais, foi abordada por nós no trabalho *O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial - Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. No prelo.

⁶ SALGADO, Graça (org.) *Fiscais e Meirinhos - A Administração no Brasil Colônia*. p. 99.

existentes são milícias particulares compostas pelos colonos a serviço do donatário, e mesmo com o estabelecimento do Governo Geral, que traz uma primeira unidade de tropa regular e paga portuguesa, a organização básica continua a ser a dos colonos.

Apenas o século XVII presenciará o estabelecimento e consolidação do organismo militar regular no Brasil-Colônia, principalmente nas duas mais importantes capitaniais de então: Pernambuco e Bahia.

A legislação portuguesa vai imprimir caráter permanente e profissional a seu exército apenas após a dissolução da União Ibérica, em 1640, com a independência portuguesa e a reconstrução de sua administração.⁷ Mas, é somente a partir da vitória luso-brasileira contra a Companhia das Índias Ocidentais e do estabelecimento de um governo português na Capitania de Pernambuco e anexas,

que podemos observar a estruturação regular da organização militar colonial. Assim, vemos essa força militar se estabelecer na segunda metade do século XVII, em três divisões:

Tropa de Linha - É o Exército português, profissional e permanente, nunca suficiente na Colônia. Seus efetivos são completados por soldados brasileiros, brancos ou mulatos, cujo recrutamento foi sempre um problema.⁸ É a única força paga. Todo seu efetivo é considerado membro do Exército português.⁹ Já no século XVII a insuficiência do efetivo luso obriga a Tropa de Linha a recrutar também os oficiais inferiores entre os colonos. Com o tempo e a proximidade da ruína do Sistema Colonial português, quando os interesses entre reinóis e colonos vão se distanciando, a coexistência de brasileiros e lusos na mesma tropa será o estopim de diversos levantes e insubordinações. Também chamada

de Tropa Regular, é a força que definimos como burocrática, a única das instituições coloniais organizada em moldes padrões europeus.

Milícias - São as tropas auxiliares, de serviço não remunerado e obrigatório para os civis, com oficiais também sendo escolhidos entre os civis. Sua organização é feita por categorias da população: brancos, pretos, pardos, em corpos separados. Como as Milícias são compostas por civis que não se afastavam de suas respectivas ocupações, seus exercícios são executados apenas aos domingos. E além de não receberem soldo devem também patrocinar seus próprio fardamento.¹⁰

Ordenanças - Na verdade, apenas a listagem de toda a população masculina livre não recrutada pela Tropa de Linha, nem pertencente às Milícias, entre 16 e 60 anos, segundo uns autores¹¹, e 18 e 60 anos, segundo outros.¹² Esse efetivo é apenas alistado. São

⁷ SALGADO. Op. cit. p. 97.

⁸ PRADO JR. *Formação do Brasil Contemporâneo*. p. 310. A problemática do recrutamento para a Tropa de Linha surge em diversos cronistas coloniais, como Henry Koster e Luis dos Santos Vilhena, e em várias outras testemunhas por todo o território da América portuguesa, como os próprios governadores, por exemplo. Será também uma herança danosa para o Império brasileiro, cujas consequências sociais ainda podemos observar na Guerra do Paraguai.

⁹ LEITE Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: Estrutura e Comportamento Sociais*. Ed. Massangana. Recife.1988. p.147.

¹⁰ LEITE. Op. cit. p. 148.

¹¹ Idem.

¹² PRADO JR. Op. cit. p. 312.

as organizações de colonos armados da fase inicial de colonização, mas após as guerras holandesas, apesar de continuarem existindo, não chegam a oferecer realmente um serviço militar. Vão se tornar, então, organizações de importância administrativa grande, já que representam, muitas vezes, a única instituição oficial da Coroa em alguns dos mais distantes Termos.¹³ Seu valor militar, no entanto, já não é dos melhores na segunda metade do século XVII, uma vez que são forças, não deslocáveis, e que, além disso, qualquer chamado de emergência deveria causar grande desordem *uma vez que além de a população livre ser retirada de seus afazeres, também os escravos poderiam ser requisitados.*¹⁴

Ainda sobre o parco valor militar das Ordenanças, Evaldo Cabral de Mello diz, sobre a atuação destas nas guerras holandesas em Pernambuco, que foram dissolvidas por deserção ou indisciplina; nelas, quem chegava de

tarde não aparecia de manhã¹⁵ – o que já demonstra a falência dessas instituições como organismos militares no século XVII.

Milícias e Ordenanças, ambas tropas auxiliares, confundiam-se com freqüência na Colônia. Mesmo sua terminologia ficou mal definida até 1677, quando se dá a definição legal entre Milícias, como tropas auxiliares de 2^a linha, e Ordenanças, como tropas de 3^a linha.¹⁶ São forças institucionais, pois não sendo burocráticas, também se contrastam com as inúmeras outras formações militares coloniais, chamadas irregulares¹⁷, que correspondem às tropas particulares de senhores de engenho, bandeirantes, curraleiros - tropas sem vínculos com o Estado.

Milícias e Ordenanças, por sua vez, apesar de não profissionais, são instituições organizadas e legalizadas pela Coroa. O que ilustra a política régia para a defesa da Colônia, ainda prioritariamente baseada em colonos. A diferença é que, agora, eles recebem uma organização institucional.

Essas três organizações militares institucionais (tro-

pas de linha, milícias e ordenanças), confundidas não em poucas ocasiões, compõem as forças militares oficiais da Coroa portuguesa na zona do açúcar.

Recrutando, teoricamente, todos os homens li-

Essas três organizações militares institucionais (tropas de linha, milícias e ordenanças), confundidas não em poucas ocasiões, compõem as forças militares oficiais da Coroa portuguesa na zona do açúcar. Recrutando, teoricamente, todos os homens livres para seus quadros, ela vai organizar e controlar a sociedade livre através de uma militarização benéfica para a Coroa portuguesa.

vres para seus quadros, ela vai organizar e controlar a sociedade livre através de uma militarização benéfica para a Coroa portuguesa.

As instituições militares coloniais ainda são secundarizadas pelos estudos historiográficos no Brasil. E, no entanto, seu valor para a compreensão da própria vida social nessa sociedade continua ignorado por muitos. Essa organização estabelecida pela Coroa portuguesa deixa de ter importância meramente defensiva na região açuca-

¹³ Idem. p. 323-324.

¹⁴ LEITE. Op. cit. p. 149.

¹⁵ Cf. MEILLO. Op. cit.

¹⁶ LEITE. Op. cit. p. 147.

¹⁷ Cf. SODRÉ. OP. cit.

reia para ter uma importância social mais ampla de instrumento de administração da sociedade. Uma vez que a sociedade açucareira se desenvolveu inicialmente sem o apoio de uma estrutura estatal, como é visto na primeira fase das Capitanias Hereditárias, o enquadramento dos homens livres independentes nas tropas da Coroa vai permitir que essa possa ter finalmente alguma ingerência sobre eles.

Lançado o olhar sobre a organização das tropas coloniais, resta agora observarmos uma questão social importante para o entendimento da inserção desses homens na sociedade colonial: a composição racial dessas tropas.

A política inicial defensiva da Coroa para a América portuguesa, na fase das Capitanias Hereditárias, se restringia a utilizar apenas os colonos como instrumentos de defesa. Ou seja, descartava tanto negros, quanto pardos. Os índios são uma questão à parte, pois sabemos que muitas tribos eram utilizadas a serviço da Coroa na defesa contra correntes europeus, como franceses e holandeses. Mas essas tribos nunca chegaram

a se enquadrar na hierarquia militar da Coroa. Conhecemos, todavia, tropas negras que chegaram a ser institucionalizadas pelo Estado. Como se dá essa mudança política?

A tropa negra mais famosa do período colonial é, sem dúvida, a milícia de Henrique Dias, uma das forças-chave nas guerras holandesas. Até o momento dessas guerras, a política defensiva da Coroa portuguesa não reconhecia tropas compostas de homens de cor. Esse será o momento da virada. Na organização militar que se segue a restauração do poder português nas capitanias do norte, serão oficializadas duas milícias de homens de cor: a dos pretos, chamados de *henriques*, e a dos pardos. É significativa a ausência de milícias indígenas, o que pode ter diversas explicações, entre as quais está o fato da própria ausência de população indígena numerosa nos centros urbanos. É uma das mais marcantes características das tropas da Coroa na zona açucareira é o fato que são majoritariamente, se não totalmente, urbanas. No interior do continente ainda prepondera a ordem dos senhores

privados, possuidores de exércitos particulares e independentes do Estado.

São as Milícias que abrem o espaço da ascensão social dos homens de cor na sociedade urbana colonial. As tropas de linha - apesar de no século XVII já serem compostas principalmente por brasileiros, e muitos deles de cor, os chamados *pardos* - não possuem um grande prestígio social. Seu desprestígio perante essa sociedade vem dos freqüentes atrasos de seu pagamento, de suas péssimas condições de trabalho, o que inclui alimentação precária, falta de pagamento, falta de treinamento, além da forte ameaça social que são os recrutamentos violentos e forçados, feitos pela Coroa para essa tropa. Todas essas características conjugadas fazem das tropas de linha uma tropa tida como ineficiente e temida pela sociedade.

As Milícias, pelo contrário, são a representação da boa ordem da Colônia. Apesar de não remuneradas, o voluntariado para elas é sempre grande, pois o prestígio de seus membros também o é. Por quê? As Milícias, separadas não apenas por cor, mas tam-

bém por camadas econômicas, representam a hierarquização social da Colônia: milícias brancas, milícias negras e milícias pardas. Existem também milícias de comerciantes, de senho-

São as Milícias que abrem o espaço da ascensão social dos homens de côr na sociedade urbana colonial.

res de engenho e de artesãos. Mas apesar da separação, são essas tropas que vão criar a oportunidade para homens de cor livres, porém discriminados pela sociedade de se elevarem socialmente. Pois mesmo os mais altos postos de oficiais das milícias pretas e pardas devem ser ocupados por oficiais pretos e pardos.

Além disso, todos os comandantes, todos revestidos da patente de coronel, deviam ser, por lei, proprietários.¹⁸ Devemos ressaltar que os negros e pardos que compunham seus respectivos regimentos não eram totalmente desprovidos de quaisquer posses, visto que

deveriam arcar com as despesas de fardamento e armamento e não recebiam soldo para tal. Sobre isso já observava Henry Koster que eram eles os mais *garbosos e bem vestidos*, em comparação com as Milícias brancas, *miseráveis*.¹⁹ Ele diz sobre os *henriques*: *Era o mais belo corpo militar de quantos tive oportunidade de ver nesse país (...)* *Esses homens não recebem fardamento e sua boa aparência nessas ocasiões denuncia um certo grau de prosperidade entre eles.*²⁰

Nem todos os homens livres brancos são grandes proprietários ou grandes comerciantes, enquanto nem todos os negros e mulatos livres são miseráveis. Devemos observar que esses postos e cargos para negros e mulatos significam um *status social* que eles não teriam sem os postos milicianos. Isso pode ter pesado mais no momento de cuidar melhor das vestimentas, do que para os brancos livres e pobres que ocupavam cargos similares.

No retrato que Koster nos dá das milícias pernambucanas no início do século XIX, os oficiais pardos dos mesmos regimentos milicianos são também pro-

prietários e só devem obediência ao *Governador*.²¹

Diz ele que, apesar de a Milícia da cidade do Recife ter *triste aspecto*, os regimentos de negros e mulatos são *bem superiores em garbo*.²² Percebemos assim que havia negros e mulatos de posses entre esses regimentos já que o serviço nas Milícias é gratuito, não fornecendo possibilidades de manutenção desse tão bom aspecto com rendimentos saídos apenas desse serviço.

Não podemos, entretanto, nos prender a estruturas demasiadamente rígidas de divisão racial na Colônia. É o mesmo Koster quem nos aponta a pouca rigidez na seleção de elementos para regimentos brancos. Ele diz: *Nos Regimentos de Milícias brancos, os oficiais só podem ser brancos, por força da lei; mas, na prática, bem pequeninas provas são feitas para que se elucide não haver mistura no sangue, e todos depressa são proclamados homens brancos.*²³ E isso quanto aos oficiais que deveriam, ao menos aparentemente, ser brancos. Quanto aos soldados dos regimentos milicianos brancos, que também deveriam ser brancos por lei, muitos eram mulatos e outras pessoas de

¹⁸ LEITE. Op. cit. p.155.

¹⁹ KOSTER. Op. cit. p.58.

²⁰ Idem, p. 381.

²¹ KOSTER. Op. cit. p.378.

²² Idem. p.58-59.

²³ Idem. p.378.

cor²⁴ (entenda-se aqui cafuzos, mamelucos), pardos de todos os gêneros.

Vemos assim que apesar de uma divisão mais estreita de raças nas Milícias, elas não fugiam da impossibilidade de se estabelecer quem era realmente branco, e eram obrigadas a admitir brancos de origem *duvidosa* em suas fileiras. Ainda assim, a divisão existente – agregando brancos da mesma camada econômica - fazia das Milícias forças mais conservadoras do *status social* dos senhores de terras. Essas tropas de civis, arregimentados por *casta*, estabeleciam melhor as próprias linhas divisorias da sociedade: brancos, pretos, pardos, pobres, ricos. Esse talvez tenha sido um dos motivos do prestígio que as Milícias mantinham perante a sociedade: estavam perfeitamente afi-

nadas com ela. O que era o contrário da Tropa de Linha, turbulenta e controversa, considerada ineficiente pela própria Coroa e temida e desprezada pela sociedade.

Essas rápidas reflexões acerca da composição das tropas luso-brasileiras não tem a pretensão de esgotar o tema. Nossa propósito é trazer para discussão alguns aspectos dessa importante questão: *Como a organização militar colonial influenciou a formação da sociedade do Nordeste do Brasil?* Pretendemos ainda lembrar que as guerras holandesas são apenas parte de um processo de definição e constituição dessa organização militar colonial. Parte importante, sim, mas que não encerra o processo. O século XVII é vital para a constituição social colonial e para a posterior composi-

ção da sociedade brasileira. E sua segunda metade não é menos importante que a primeira, que comporta o período holandês e as lutas para restauração do poder português. A segunda metade do século XVII vê a consolidação do poder estatal português em Pernambuco, assim como o desenvolvimento da sociedade urbana do Recife e o início da conquista e colonização do sertão.

Nosso principal objetivo com esse ensaio foi o de despertar a atenção para a interligação de aspectos militares com o desenvolvimento do todo social. O processo histórico deve ser entendido através da relação de seus diversos aspectos, o que pode nos fornecer uma visão melhor da formação de nossa própria sociedade. ☺

²⁴ Idem.

BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Série Brasiliiana Vol. 49. Biblioteca Pedagógica Brasileira. 2^a edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1938.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir - História da Violência nas Prisões*. Ed. Vozes. 4^a edição. Petrópolis 1975.
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.
- LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: Estrutura e Comportamento Sociais*. Ed. Massangana. Recife. 1988.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada - Guerra e Açúcar no Nordeste 1630-1654*. Ed. Topbooks. São Paulo. 1998.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Ed. Brasiliense. 23^a edição. Recife. 1994.

O EXÉRCITO PORTUGUÊS EM PERNAMBUCO E A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE COLONIAL

- REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. *Guararapes 1648-1998: 350 ANOS*. Ministério do Exército. Rio de Janeiro. Especial, 1998.
- SALGADO, Graça (coor.). *Fiscais e Meirinhos - A Administração no Brasil Colônia*. 2^a edição. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. 3^a edição. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1979.

Fontes Impressas

- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Col. Pernambucana XVII, Secretaria de Educação e Cultura. Governo do Estado de Pernambuco. Recife. 1978.
- PEREIRA DA COSTA. *Anais Pernambucanos*. Vol. I-II. Col. Pernambucana. 2^a fase. Recife. 1983.
- TOLLENARE, L. F. de. Notas Dominicais. Col. Pernambucana XVI. Secretaria da Educação e Cultura. Governo do Estado de Pernambuco. Recife. 1975.

Fontes Documentais

- AHU - Arquivo Histórico Ultramarino; Lisboa-Portugal. Cópias Fotografadas. Divisão de Pesquisa Histórica. Departamento de História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

*“Não faz da tua vida um rascunho,
poderás não ter tempo para passar a limpo.”*

Mário Quintana

*“Aprenda a gravar na pedra os
favores que receberes, os benefícios que te fizerem,
as palavras de carinho que te dirigirem.
E aprenda a escrever na areia as injúrias,
as ingratidões, as perfídias e as ironias que te
ferirem pela estrada agreste da vida.”*

Malba Tahan

Os Reflexos da Aplicação da Lei nº 9.299, de 07.08.96, em Confronto com o Ordenamento Jurídico Brasileiro

Angelo Fernando Farciolli*

O artigo aprecia as inovações introduzidas no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar, de 21 de outubro de 1969, em função do disposto na Lei nº 9.299, de 07 de agosto de 1996, que *inaugura uma nova sistemática no enfoque dos crimes militares e sua respectiva condução procedural às cortes castrenses*, objetivando realçar as diversas forças (internas e externas) que atuam sobre a questão.

As inovações introduzidas, pela Lei nº 9.299, de 07.08.96, no Código de Processo Penal Militar (CPM), e no Código de Processo Penal Militar (CPPM), com as redações do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.101, de 21.10.69 e do *caput* do art. 82 do Decreto-Lei nº 1.102, da mesma data, inauguraram, *data venia*, uma nova sistemática no enfoque dos crimes militares e sua respectiva construção procedural às cortes castrenses.

A nova estrutura da alínea a do inciso II do art. 9º

do CPM passou a ser a seguinte: ...*por militares em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura ainda que fora do Lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou civil...* A alínea f do supracitado inciso foi revogada, não sendo mais considerado crime militar aquele em que o militar emprega armamento ou outro material bélico para a prática do ilícito penal. A mais polêmica das alterações, que cristalizou a vontade ferrea do le-

gislador em imprimir rito diferenciado ao trâmite dos crimes cometidos por militares contra civis, ocorreu nas disposições do art. 82 do CPPM.

As mudanças nesse artigo decorreram, inusitadamente, do escopo de estabelecer condições mínimas de aplicabilidade da legislação material, também inovada. Assim, o novo contorno do preceptivo em questão está assim delineado: *O foro militar é especial, e exceto nos crimes dolosos contra a vida praticado contra civil, a ele es-*

* Capitão de Infantaria. Bacharel em Direito.

tão sujeitos, em tempo de paz (caput do art. 82). Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil a justiça militar encaminhará os autos do inquérito militar à justiça comum (Parágrafo 2º, art. 82).

O elenco do conjunto das alterações, tecnicamente, não se traduzem em aperfeiçoamentos ou avanços no conteúdo jurídico das legislações militares. Seguindo a linha-mestra do pensamento da boa doutrina e, *a priori*, o direito militar evolue-se segundo seus próprios caracteres - mormente aqueles erigidos sob os usos e costumes castrenses -, fruto de um processo consuetudinário, especializado de incorporação de valores, normas e *modus vivendi* das instituições militares.

A presente abordagem, antes de considerá-la como uma manifestação de censura, que venha imiscuir-se na seara do legislador, objetiva enfocar as diversas forças e influências (de ordem interna e

externa) que atuam sobre tão delicada questão.

Como é normal, dentro da perspectiva jurídica, que privilegia o entendimento, a interpretação e a discussão, serão aqui invocados pontos controvertidos, observações, e fundamentos acometidos em decorrência da atuação da nova ordem legal. Somente o tempo poderá encarregar-se de retificar ou ratificar as impressões aqui registradas. De qualquer forma, as idéias gravitarão em torno do controvertido tema, servindo como subsídio para estudo e análise, por parte de todos os *cientistas jurídicos*.

Quando modificamos leis, alterando sua fisiologia conceitual, desconsiderando seus fundamentos, a necessidade de promover um estudo aprofundado, no campo histórico-social, sem uma visão multidirecional, dispensando o rigorismo técnico-jurídico, é provável que o reflexo imediato seja provocar uma cisão dentro de um conjunto-sistema

em equilíbrio. No caso das legislações especializadas, como é a militar, os resultados são imediatos e deveras perniciosos.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 124, confere competência à justiça militar para processar e julgar os crimes militares definidos em lei. À primeira vista, identifica-se nítida incongruência legal que delegou, à lei ordinária (decreto-lei), competência para alterar um dispositivo constitucional.¹

Como lei fundamental e suprema de um país, a Constituição esculpiu, de forma sistematizada e integrada, princípios e fundamentos de ordem política do Estado, que sabiamente confere tratamento diferenciado aos seus desiguais, numa sociedade que soberanamente estabeleceu seus paradigmas de democracia.

Tal fundamento assume uma contornação própria implícita, quando analisamos o parágrafo 4º do artigo 144 CF/88². Acurada-

¹ Tais dispositivos têm sido considerados inconstitucionais, inclusive, por reiterados julgados do Egrégio Tribunal Militar, haja vista que a lei ordinária atribui competência à justiça comum para julgar crimes militares, contrariando a Constituição Federal, que atribui à justiça militar o julgamento de crimes militares. (Resumo da palestra proferida pelo Exmº Sr. Dr. José Carlos C. Carvalho - Subprocurador Geral da Justiça Militar - no dia 21.10.98, no auditório do Comando Militar do Planalto, Brasília/DF);

² As polícias militares, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. (Parágrafo 4º Art. 144 CF/88);

mente e seguindo a tendência da ciência jurídica, compartilhada ao melhor dos critérios de ordem técnica, o constituinte abriu exceção à apuração de infrações penais tipicamente militares.

O MILITAR E A LIGAÇÃO AXIOLÓGICA COM SUA PROFISSÃO

Se fôssemos estabelecer o esboço geométrico da tridimensionalidade do Direito, aplicada ao fenômeno jurídico militar, teríamos que desenhar a figura de um triângulo isósceles, com uma base maior representando o(s) Valor(es) Militar(es) e os dois lados, de menor envergadura, simbolizando, respectivamente, o Fato e a Norma.

O aparato axiológico, cercado por regras e minúcias, que envolve o exercício da profissão militar, constitui fator obrigatório de análise para perfeita compreensão do *status quo* dessa ca-

tegoria especial de servidores do Estado.

Os ensinamentos transmitidos de geração em geração, quer sejam eles nas escolas de formação ou nas organizações militares, são direcionados ao desenvolvimento e consolidação de valores éticos, do amor à Pátria, do sentimento do dever e da moral militar.³

A profissão militar, sujeita ao perigo, esforço e privação, tende a manifestar, no indivíduo, respostas de adaptação ao meio, a aceitação de valores e atitudes e uma forte influência social dos pares no grupo, voltadas à uma orientação comum, e a um considerável sentimento de acatamento à ordem.

Nesse mister, a formação moral e o sentimento do dever são atributos afetivos lapidados diuturna e incansavelmente, não só através de ensinamentos mas, sobretudo, pelo exemplo.

Os reflexos dessa filosofia de vida⁴ estabelece, no

ego de cada soldado, um verdadeiro estamento: do homem com sua essência valorativa. Como exemplo, citemos a concepção do dever, dentro de uma conjuntura de ideais voltado à obtenção da perfeição:

Os deveres militares emanam de um conjunto de vínculos nacionais, bem como morais, que ligam o militar à Pátria e ao serviço, e compreendem, essencialmente: I - a dedicação e a fidelidade à Pátria, cuja honra, integridade e instituições devem ser defendidas, com o sacrifício da própria vida; II - o culto aos símbolos nacionais, III - a probidade e a lealdade em todas as circunstâncias; IV - a disciplina e o respeito à hierarquia; V - o rigoroso cumprimento das obrigações e das ordens; VI - a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.⁵

A compreensão perfeita dos preceitos que regem a

³ *Atitude confiante, resoluta, voluntária, freqüentemente com conotação de auto-sacrifício e coragem de um indivíduo com relação a funções ou missões solicitadas ou esperadas dele por um grupo do qual é parte; baseia-se em fatores como o orgulho nas realizações e objetivos do grupo, fé em seu comando e no sucesso final; é um sentimento de participação produtiva no trabalho e de devação e lealdade aos outros membros do grupo.* (MORALE, J. Baynes, in *A Study of Men and Courage*. Ed. 1967, Nova York, EUA);

⁴ Nenhuma instituição - oficial ou privada - exerce como escola de civismo e de formação moral, maior e mais direta influência sobre o homem, para manter-lhe o sentimento do dever, para desenvolver-lhe o espírito de iniciativa, para educá-lo na vida em comunidade, no respeito à autoridade e, sobretudo, à disciplina, que é, aliás, o princípio essencial da vida de uma coletividade militar (LYRA TAVARES, Aurélio, in *Nosso Exército, essa grande Escola*, Ed. BIBLIEC, 1985, Rio de Janeiro-RJ);

⁵ Art. 31 da Lei nº 6.880, de 09.10.80 (E 1- Estatuto dos Militares);

vida militar permitem-nos entender a postura ética adotada perante o espectro de atividades que desenvolve. Suas ações fundem-se nos seguintes objetivos: no fortalecimento da soberania do Estado; na garantia da estabilidade social, da ordem e do progresso econômico; no fortalecimento cívico-moral das instituições nacionais; na participação ativa em inúmeros projetos, em todos os rincões do País, nos campos sócio-humanitários - alguns dos bons exemplos que podem aqui ser lembrados.

Fazem, todo esse conjunto, parte dos indicativos que personificam e diagnosticam o meio castrense, perante a sociedade.

Não há como ignorar a virtualidade de valores que cercam a vida militar, *lato sensu*. Verifica-se a coexistência de um *mundo paralelo* edificado dentro de uma concepção perfectonística de atos e condutas, com o mundo secular, perdido, imprevisível e sem rumos.

Portanto, há imperiosidade de se estabelecer um tratamento diferenciado, suficientemente forte, independente, maduro e responsável, que norteie o Estado-juiz a definir os reais instrumentos, e por intermédio de quem opor-se-á aos ilícitos penais, praticados por essa classe diferenciada de cidadãos brasileiros.

As instituições militares, organizadas sob as vigas mestras da *hierarquia e a disciplina*⁶ são as guardiãs da estabilidade política de qualquer nação, quer seja na defesa dos seus legítimos interesses internos, por intermédio das Polícias Militares e dos Bombeiros Militares, nas atividades de Segurança Pública como nos de natureza externa, onde sobressaem-se as Forças Armadas como defensores da Pátria.

O aparato militar é o prolongamento da atuação jurídica pelo uso da *manu militari*, com vistas à manutenção da ordem, preservação dos valores e das instituições democráticas. Co-

mo *ultimatum regis*, não está ele isento de responsabilidade jurídica, perante o ordenamento vigente.⁷

Instituir um sistema de tábula rasa, depreciando e

Instituir um sistema de tábula rasa, depreciando e enfraquecendo o aparato jurídico castrense vigente, desperta no meio militar a desconfiança, prolifera a insegurança e aumenta as incertezas sobre o poder político constituído.

enfraquecendo o aparato jurídico castrense vigente, desperta no meio militar a desconfiança, prolifera a insegurança e aumenta as incertezas sobre o poder político constituído.

Em situação de normalidade, a supremacia da autoridade recai, em última instância, sobre o Judiciário.

Em situação de crise dos poderes constituídos, da desobediência civil e da desordem, o Estado recorre às instituições militares, pois sobre elas recai a res-

⁶ Hierarquia é a perfeita ordenação da autoridade em níveis diferentes, por postos e graduações (art. 5º do Decreto-lei nº 90.608, de 04.12.84 - Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Disciplina é a rigorosa observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar (art. 6º do RDE).

⁷ Já não se pode, aliás, aceitar hoje a subordinação absoluta e a apoliticidade das Forças Armadas, pois, depois da última guerra, em Nuremberg, o Tribunal Internacional, que julgou os responsáveis pelo conflito e puniu inclusive chefes militares, puniu-os por terem sido obedientes a um poder espúrio, indigno da própria humanidade. PAUPÉRIO, A. Machado, in Teoria Geral do Estado, 8^a Ed., Editora Forense, Rio de Janeiro-RJ, 1983, p. 323).

ponsabilidade maior, *jure e facto*, de defender os legítimos interesses nacionais.⁸

OS CONFLITOS CRIADOS NA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL

Já na fase de elaboração do novo Código Penal Militar, sabiamente expôs o então Ministro da Justiça, em sua argumentação dirigida aos Srs. Ministros das Forças Armadas, da necessidade de unificar as leis substantivas penais do Brasil, evitando-se a adoção de duas doutrinas para o tratamento do mesmo tema, facilitando-se a perfeita aplicação das leis penais no vasto território nacional. Naturalmente, reconhecia aquela autoridade, a importância da construção da legislação penal militar, *sui genesis* em consonância com as tradições da cultura jurídica militar, do acervo doutrinário e dos usos

e costumes castrenses.

A retificação do art. 9º do CPM e do art. 82 do CPPM contrariam, *in fine*, os princípios que regem o trâmite dos procedimentos processuais. Agravar-se-ão, por certo, os conflitos entre a justiça militar e a comum, em razão da conotação híbrida^{9,10}, da qual reveste a ação penal nesses casos.

Tal evidência já se faz sentir, por exemplo, no crescimento de julgados decorrentes dos conflitos de competência levados à apreciação dos Tribunais, das ações de constitucionalidade levadas à apreciação do STF sobre o teor da Lei nº 9.299/96, dentre outros.

A matéria objeto de reforma, segundo entendeu o legislador através da sanção do respectivo decreto, contraria o critério *ratione legis* adotado pela Lei Penal Militar brasileira onde, havendo previsibilidade em lei de conduta criminosa, enseja o

reconhecimento de um ilícito militar. É curial observar que, quando consultado o Código do Processo Penal Brasileiro (CPPB), deparamo-nos com outra interessante *surpresa processual*.

A alteração de competência para julgamento dos crimes elucidados no Parágrafo Único do art. 9º do CPM foge completamente dos parâmetros admitidos pelo Código de Processo Penal Brasileiro, como nos casos de cooperação judicial, no de delegação externa (art. 353), colheita de material para exames periciais (art. 177), da acareação (art. 230), dentre outros.

Sob a ação penal, ora conduzida pela nova matiz jurisdicional, recaem as maiores expectativas. O Inquérito Policial Militar (IPM), instrução provisória encarregada de colher elementos necessários ao Ministério Público Militar, à

⁸ Em situação de ordem e normalidade não se discute a supremacia do poder civil. Diante da corrupção e da desordem, é às Forças Armadas que cabe salvaguardar a ordem. Por isso, no momento da crise da autoridade, manifesta-se a crise da lealdade. A debilidade do vínculo de obediência do militar é proporcional à perda da autoridade pelo poder civil. (PAUPÉRIO A. Machado - idem anterior).

⁹ O parágrafo 2º do art. 82 do CPPM criou uma nova modalidade do processo, diferente do que preconizam o CPPM e o CCPB: processo *cível-militar*.

¹⁰ Igualmente, vê-se ofendido o princípio *Do Juiz Natural*, também denominado de *Juiz Constitucional*. Segundo MIRABETTE aquele que o autor do ilícito só pode ser processado e julgado perante o órgão a que a Constituição Federal, implícita ou explicitamente, atribui competência para o julgamento. De acordo com a nova Constituição Federal, ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente (art. 5º, LIII) e não haverá juízo ou tribunal de exceção (art. 5º, XXXVII). MIRABETTE, Júlio Fabrini, in *Processo Penal*, 4ª Ed., p. 171, 1994, Atlas, São Paulo-SP).

ação penal, continuará sendo processado dentro do formalismo previsto pelo CPPM e enviado à Auditoria Militar. A esta, após ouvido o Ministério Público Militar, caberá remetê-lo à justiça comum, seguindo, a partir desse momento, o rito do CPB.

DA CARACTERIZAÇÃO DA CULPA E DO DOLO NO CPM E NO CPB.

Na legislação castrense *não se faz distinção entre as modalidades dolosas e culposas de um crime, para sua conceituação de crime militar ou crime comum. Nunca o elemento subjetivo importará, pelo reconhecimento da culpa em lugar do dolo, na descaracterização do crime militar.¹¹*

Quando analisados individualmente os conceitos, em relação ao CPM e ao Código Penal Brasileiro, (CPB) assumem postura singular um perante o outro.

A culpa, nos crimes comuns, relaciona-se ao fato de o agente dar *a causa ao resultado, por imperícia, imprudência ou negligên-*

cia (inciso II, art. 18 CPB). Nessa modalidade culposa está definido – tão-somente – a falta de observância ao dever, imposto ao agente. A presente relação de previsibilidade é indireta, quase sempre de ordem geral. O risco, elemento subjetivo que acompanha a ação do agente, é, na maioria das vezes, presumível.

Nos casos da individualização dos delitos culposos, sob os auspícios da justiça militar, a inobservância do dever, imposto ao agente, decorre do exercício da própria atividade profissional. Exige, *como não poderia ser de outra forma*, e por conseguinte, *cautela, atenção e diligência ordinária e especial em face das circunstâncias* (inciso II, art. 33). A rigor, torna-se mais complexo o estabelecimento dos *limites da previsibilidade* a que estão *obrigados* os militares, pois o risco está visceralmente ligado ao exercício legal do ofício.

São elementos do dolo, *lato sensu*, a consciência e a vontade.¹²

O dolo é fruto de um trabalho conexo: a fase men-

tal, voltada à preparação/ planejamento das ações e a execução - consumação do ato desejado, propriamente dito.

O exercício dos misteres castrenses, sempre obediente aos princípios da hierarquia e da disciplina, muitas vezes defronta-se com situações em que não se pode esperar do agente conduta diversa daquela que exerceu. Se tormentosa questão já era de difícil apreciação por parte da justiça especializada, o que diríamos agora, com o advento dos novos parâmetros sugeridos pela Lei 9.299/96?

Quais serão as ferramentas de que se utilizará o intérprete, na justa e precisa individualização do crime doloso praticado contra civil? Como ficarão os critérios, de exclusão do ilícito, profetizados pelo CPM, em relação ao estrito cumprimento do dever legal e do exercício regular do direito, quando apreciados sob ótica da justiça comum? Encontra-se a justiça comum convenientemente preparada para assumir mais esse encargo, di-

¹¹ Conforme prelecionou o então Ministro da Justiça Dr. Luiz Antônio da Gama e Silva, em seu pronunciamento sobre exposição de motivos do novo CPPM – Lei nº 1.001, de 21.10.69.

¹² A Consciência traduz-se pelo conhecimento do fato, que constitui a ação típica; a vontade, – o elemento volitivo, realiza-o.

ante da complexidade dos problemas que assolam o judiciário brasileiro?

Essas são apenas algumas das inúmeras questões que podem ser suscitadas perante o legislador e a própria estrutura judiciária, acerca das consequências advindas na reforma das legislações militares.

EFICÁCIA DA JUSTIÇA MILITAR EM COMPARAÇÃO COM A JUSTIÇA COMUM, PERANTE OS CRIMES “CÍVEL-MILITARES”

O Código Penal Militar data de 21 de outubro de 1969, quando comparado com a legislação penal comum – Código Penal Brasileiro, de 07 de dezembro de 1990 –, é possível identificarmos um lapso considerável de tempo (29 anos), entre o surgimento de cada um deles.

Com relação aos Códigos de Processo, o resultado não é diferente: o CPPM data de 21 de outubro de 1969 e o CPPB de 03 de outubro de 1941 – 28 anos de diferença.

Tal evidência traz consigo duas consequências imediatas: a primeira reconhecendo a natural afinidade jurídica dos códigos militares perante os códigos comuns - a legislação especializada *nasceu da costela* da legislação comum; a segunda liga-se à idéia de que os códigos militares são, *a priori*, legislações mais atualizadas, concebidas dentro de modernas concepções científicas da ciência jurídica.¹³

A legislação penal militar encontra-se situada dentro de um minudente sistema convergente, que confere à justiça eficácia plena de aplicar o *jus puniendi*. Da mesma forma que preconiza o foro especial, para os crimes típicos; não distribui imunidades ou privilégios ao militar, quando encontra-se ele respondendo por crime comum.¹⁴ Muito pelo contrário, a sanção é, pelo menos, bidirecional.

Os crimes dolosos contra a vida, no CPB, são tratados no Cap. I, do Título I de sua Parte Especial - art. 121 usque 128. O CPM não

faz referência aos crimes dolosos contra a vida. Optou o legislador por individualizá-los no Capítulo I, do Título IV – *Dos crimes contra a pessoa*, na sua Parte Especial, do art. 205 usque 207.

O tratamento conferido ao agente condenado, de acordo com os incisos I a VI do parágrafo 2º, art. 205 do CPM, nos homicídios qualificados, é semelhante ao previsto nos incisos I a V, do parágrafo do art. 121 do CPB. Na individualização das penas, o *quantum* estabelecido pelo juiz está dimensionado, em ambos os códigos, numa escala que varia de 10 a 30 anos de reclusão.

Na análise da aplicação da pena, o CPM prevê todo o rol de situações enunciados pelo CPB, acrescendo o mais três, respectivamente, nas alíneas: *m*, *n* e *o* do inciso II, art. 70. De todas elas desperta mais atenção, no momento, a alínea *m*: ... *com emprego de arma, material ou instrumento de serviço, para esse fim procurado*.

¹³ Como ilustração, cabe destacar a imputabilidade criminal conferida nos agentes menores de 18 e acima de 16 anos (art. 50 CPM); a previsibilidade de penas principais e das penas acessórias (arts. 55 usque 68 e 98 usque 120 do CPM) etc.

¹⁴ O oficial ou praça perderá o respectivo posto/graduação se for condenado, em tempo de paz por tribunal comum, em sentença transitada em julgado, a pena restritiva de liberdade superior a 02 (dois) anos, de acordo com o que preconizam os arts. nº 118 e I, 125 da Lei nº 6.880, de 09.12.80 (Estatuto dos Militares - E 1).

Clara foi a preocupação do legislador em conferir, a elaboração da matéria que tratou do uso de armamento militar na consumação de ilícito, uma dupla incidência substancial: a primeira individualizando o delito militar como sendo aquele praticado pelo agente que se utiliza do armamento militar; a segunda, na análise das circunstâncias agravantes, onde o agente se enquadra de acordo com o inciso II, art. 70 CPM, para efeito de cálculo de aplicação da pena. Coincidência ou não, a alínea f do art. 9º CPM foi revogada.

Como última asserção, dentro do direito material, destaca-se a amplitude conferida a imputação das penas no CPM, diante do CPB. Está sujeito o militar, além das penas principais, previstas no art. 55, às penas acessórias que são, em sua maioria, conseqüentes das primeiras. Destarte, automaticamente após a condenação, estará o militar sujeito a: perda do posto ou patente; exclusão das Forças Armadas, perda da função pública; suspensão dos seus direitos políticos, dentre outras (conforme preleciona o legislador no art. 98 CPM).

Por fim, resta-nos discorrer sobre as vantagens da opção instrumental, elencadas no CPPM diante do CPPB.

O direito processual moderno está ligado umbilicalmente a uma justificação processual social, que busca a paz, a harmonia e o equilíbrio dentro do processo. A evolução do processo, ao longo de suas fases históricas, lança bases para tendências que se realçam pelos escopos político-sociais dominantes. Com esses novos fundamentos, essencialmente dinâmicos e voltados para a obtenção de resultados, abrem-se perspectivas à efetiva *instrumentalidade processual*.

O direito processual penal militar foi organizado dentro de uma concepção procedural objetiva, funcional e abreviada. A par dessa vantagem, no que tange a obtenção da prestação jurisdicional mais célere e eficiente, encontra nos Tribunais Militares outro importante fator que agiliza a marcha processual: não há acúmulo de julgados (congestionamento de processos), como ocorre na justiça comum.

Enquanto um juiz de uma vara criminal comum,

em média, recebe cerca de 400 processos/ano, o juiz/auditor recebe pouco mais de 200 processos/ano.

CONCLUSÃO

As contradições legislativas e suas surpreendentes metáforas de forma alguma devem abalar as vigas mestras que sustentam a ciência jurídica. Por mais indesejáveis que sejam, continuam sendo fonte de enriquecimento do Direito, do debate jurídico, onde coexistam, de forma harmoniosa, o legislar e o decidir mais justamente.

A Lei nº 9.299, de 07.08.99, de autoria do Executivo, inaugurou uma nova fase procedural na legislação brasileira: a dos crimes *cível-militares*, ou *militarcíveis*, como queiram. Tormentoso questionamento desenvolveu-se em torno da discussão dos vários preceitos do novo corpo legal contrários à Magna Carta, aos Códigos Militares - CPM e CPPM - e às legislações penais e processuais do País (CPB e CPPB).

Não menos importante que a decomposição do conteúdo normativo em questão e seus pontos de estrangulamento, conflitan-

tes com as legislações pátrias, estão as ingerências de ordem axiológica, aditadas ao exercício do ofício.

O fenômeno jurídico militar está envolto em uma aceitação de valores

A postura ética da justiça militar, fala por si só, na conduta irrepreendível de seus atos, na seriedade, competência e profissionalismo com que tem tratado os julgados, ao longo dos sucessivos anos de relevantes serviços prestados à nação.

e atitudes que o diferenciam de uma ocorrência comum. O tratamento diferenciado perante os delitos na esfera penal, concedido pelo Estado-juiz decorre de uma prerrogativa originária que conferiu à classe militar, conjugar, em sua plenitude, os limites fixados pelo ordenamento jurídico.

A caracterização dos crimes dolosos, cometidos por militar contra civil, sem os rigores que a técnica jurídica impõe, constitui-se no grande percalço criado pela Lei 9.299. Os reflexos são nítidos na *postura* coletiva adotada pelas instituições militares, após o seu advento. O uso da força policial/militar está condicionada a situações extremas. Mesmo nesses casos, o sentimento reinante é que a tropa deve permanecer à mercê da evolução dos fatos - acuada, estará evitando o desgaste, a exposição e a desonra.

A legislação penal militar mostra-se superior à comum, em quaisquer situações. A sanção nunca é unidirecional, estando o agente sujeito às penas acessórias, à condenação na esfera comum, além da militar.

Tendo como cerne os CPB e CPPB, convergiu pre-

ceitos positivos à tradição, usos e costumes militares, sem ferir os fundamentos da hierarquia e disciplina. A sua eficácia é decorrência da manutenção de *princípios meticulosamente preceituados*, do IPM até a instrução criminal.

A postura ética da justiça militar fala por si só, na conduta irrepreendível de seus atos, na seriedade, competência e profissionalismo com que tem tratado os julgados, ao longo dos sucessivos anos de relevantes serviços prestados à nação.

Não nos parece, portanto, adequada a inserção da Lei nº 9.299/96, no Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, que transferiu a competência da justiça militar para julgar e processar os crimes dolosos contra a vida, cometidos por militar contra civil para a justiça comum. ☩

“As pessoas que vencem neste mundo são as que procuram as circunstâncias de que precisam e, quando não as encontram, as criam.”

Bernard Shaw

Comentários

CAXIAS E A DOUTRINA
MILITAR TERRESTRE
BRASILEIRA

Cláudio Moreira Bento*

O Coronel Amerino Raposo Filho, em *Caxias e os problemas militares brasileiros* (Rio, SGeEx, 1969, v. 1- série subsídios doutrinários) intitulou de *Caxias inspirador de nossa doutrina militar* o capítulo VI. Nele o coronel destacou e demonstrou a notável visão estratégica de Caxias e sua capacidade de adaptação, ao realizar, durante a sua vida, operações militares completamente diversas e em teatros de operações distintos: inicialmente, foram os *raids* audaciosos para conter as revoluções em São Paulo e Minas Gerais; depois o apelo à guerrilha legal, para combater as guerrilhas balaia, no Maranhão, e farrapa, no Rio

Grande do Sul; e finalmente, no Paraguai, as manobras de flanco de Humaitá e Piquiciri, essa última culminando em cerco.

Vale lembrar que, na Guerra de 1851-52, empreendimento militar que liderou, Caxias adotou uma estrutura operacional e logística que deu excelentes resultados. Como Ministro da Guerra (1856), ele transplantou no Exército, o que veio a constituir profunda reforma administrativa caracterizada pela criação das figuras do Ajudante General¹ do comando das Armas da Corte e da figura do Quartel-Mestre-General, encarregado da logística, diretamente a ele subordinados.

Na segunda vez que assumiu o Ministério da Guerra (1861), apoiado na imensa experiência operacional que colhera, adotou, com adaptações às realidades operacionais sul-ameri-

canas vivenciadas, as *Ordenanças de Portugal* para as armas, até que se dispusesse, como declarou, de uma doutrina específica genuinamente nossa.

Para o autor atrás citado, a manobra de flanco do Piquiciri seria ímpar na História Militar Universal. Foi de concepção audaciosa, aliada à rapidez e à surpresa da sua execução que culminou com o cerco de todo o Exército adversário na frente secundária de fixação. O adversário foi batido quando intentava a fuga, e não a uma retirada. Caxias teria sido, assim, pioneiro em *manobra de cerco*.²

Para o Coronel Amerino as atuações operacionais de Caxias estariam a sugerir uma doutrina militar fundamentada na *segurança*, tática e estratégica em todas as direções. Sua não observância pelo adversário, resultou para este em derrota, na Dezembrada.

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior, Presidente da AHMTB.

¹ Na realidade, o comandante do Exército, que passou a comandar, indiretamente, os comandos de Armas.

² Vale lembrar que foi ela um exemplo de *risco calculado*, em que Caxias sacrificou o princípio de guerra *segurança*, em benefício da *surpresa*, que ele obteve, em nível estratégico.

Para Amerino, Caxias não foi um teórico mas essencialmente prático em relação à Arte e Ciência Militar. Segundo o Marechal Castello Branco, ele possuía, em alto grau, *o senso do praticável e a convicção de que a Arte Militar é toda execução.*

Desse modo, Caxias teria escrito as bases da nossa doutrina militar terrestre com a ponta da sua espada e no campo de batalha, tal como o fizeram Frederico, o Grande, Napoleão, Suvorow e Sherman.

Amerino Raposo sugeriu, aos profissionais com responsabilidade na formulação da doutrina militar terrestre brasileira, que mergulhassem no estudo crítico de nossas guerras internas e externas, para delas emergir aquilo que orientaria o novo comportamento, no sentido do que deveria animar a nossa Força Terrestre e, em consequência, ajudar a caracterizar a guerra a ser conduzida nos diversos teatros de operações do País e da América do Sul. Quando alguém pediu, à Missão Militar Francesa, logo que aqui chegou, que nos ensinasse tática e estratégia, os franceses informaram que ambas estavam embutidas na Histó-

ria Militar Terrestre Brasileira, de onde deveriam ser resgatadas com o estudo crítico à luz dos fundamentos da Arte Militar, a arte do Soldado. A partir daí, vários oficiais mergulharam nos estudos assim aconselhados, e deles saiu, como exemplo eloquente, o General Augusto Tasso Fragoso, com suas obras a *Batalha do Passo do Rosário* e *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, que o fizeram o *Pai da História Militar Crítica em nosso Exército*.

O Coronel Amerino sugeriu doutrinas táticas terrestres com apoio nas atuações de Caxias. E explicou: *Doutrina com intensa solicitação à surpresa, à audácia, à rapidez de movimentos; às manobras flexíveis, com estruturas leves e aptas a viver em grandes espaços, isoladas e, até à própria sorte. Doutrina que responda às peculiaridades de nossos teatros de operações, de nosso potencial humano e de nossas possibilidades econômico-industriais.*

O que sugeriu pode ser facilmente identificado na expulsão de feitorias europeias no Baixo Amazonas e afluentes, na luta de trinta

anos contra os holandeses na Bahia e em Pernambuco e na luta contra invasões espanholas no sul (1763-77). Nas desenrolou-se uma doutrina militar terrestre genuína denominada, na Europa, de *guerra brasílica* e, no Rio Grande do Sul, de *guerra à gaúcha*.

Com apoio na guerrilha, a estratégia do fraco contra o forte, esse tipo de guerra teria sido apropriado por Caxias, na Revolução Farroupilha, ao entregar a condução das operações, no campo tático, a dois experts nessa maneira de guerrear. Vale lembrar que, na pacificação do Maranhão (1838), Caxias usou a guerrilha para combater a guerrilha balaia, ação que mais tarde inspirou comandos paraguaios para a solução de problemas semelhantes.

Mais tarde, na luta pela independência do Acre, o gaúcho Plácido de Castro desenvolveu também uma doutrina militar genuína para enfrentar os bolivianos, apropriando-se de muito da *guerra à gaúcha* que praticara na Guerra Civil 1893-95 no sul, como major federalista.

Doutrinas com essas características e inspiração, citadas por Amerino Raposo

e com os precedentes históricos que apontamos, seguramente podem e devem ser implementadas para a defesa preventiva da Amazônia Brasileira. Aumentaria, em muito, a capacidade dissuasória das forças terrestres encarregadas de sua defesa, contra tentativas várias que possam pôr em risco a integridade, a unidade e a soberania do Brasil na área, no insondável Terceiro Milênio.

Sobre a defesa da Amazônia leia-se o valioso artigo do Tenente-Coronel Luiz Alberto Bringel, *A Estratégia da Lassidão*, que responde às nossas reflexões e considerações aqui feitas e do qual tomamos conhecimento depois de havermos escrito esta parte. Ensina-nos o Tenente-Coronel Bringel:

Lassidão é a estratégia do fraco que valendo-se de alguns fatores a seu favor, reage no campo militar, evitando um engajamento decisivo contra uma esmagadora superioridade militar, impondo-lhe o máximo desgaste e enfraquecendo-lhe assim, a vontade de combater, visando obter na opinião pública do adversário forte pressão sobre o seu Congresso no sentido de suspender as ações armadas.

E a guerra brasílica e a guerra à gaúcha tiveram características de *lassidão* que encontram suas raízes no pensamento militar português, com base na política de *dilatar a fé católica e o Império de Portugal* pelo mundo. Embora um país minúsculo territorialmente, conseguiu se impor e manter importantes territórios nos quatro cantos do mundo, inclusive o Brasil, por 322. Eis o seu pensamento, na feliz interpretação do General Paula Cidade: *Julgada a causa justa, buscar a proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios.*

Dessa forma, eles conquistaram e mantiveram a Amazônia inviolável de 1640 a 1822.

O Coronel J.B. Magalhães, assinalado pensador militar e biográfico do General Osório, ao prefaciar o trabalho focalizado do Coronel Amerino, assim viu o valor, para o presente e o futuro do Exército, do aproveitamento crítico da história das Forças Terrestres Brasileiras, como força operacional com experiências guerreiras expressivamente vitoriosas:

Tudo o que existe deriva do que existiu antes. E

é isto que dá valor positivo aos registros da História, permitindo fazer-se uma filosofia capaz de orientar com acerto as atividades humanas. E, analisando como atuaram em bem do progresso as elites de ontem, é que as elites de hoje e do amanhã poderão produzir eficazmente, consideradas as modificações ambientais.

Sobre Caxias, ele assim interpretou-lhe a projeção como chefe militar:

Caxias foi chefe militar de escol. Atuou em época de acentuadas transformações nos mecanismos da guerra. Soube utilizar os meios de que dispunha, dando-lhes uma orientação apropriada ao seu maior rendimento.

Caxias teve à sua disposição, e empregou, os meios que a descoberta da máquina a vapor, que gerou a Revolução Industrial, produziram: navios de guerra a vapor; telégrafo; balões cativos, importados do Exército do Norte do EUA e empregada nos reconhecimentos para flanquear Humaitá; linha férrea, construída e operada por nossa Marinha, para apoiar unidades navais que operaram no Rio Paraguai entre duas

fortalezas inimigas e munição e armamentos abundantes, produzidos industrialmente e não mais artesanalmente.

Caxias, como Ministro da Guerra, lançou também as bases da Doutrina Militar Terrestre Brasileira, no tocante à regulamentação da disciplina, da justiça militar e dos serviços gerais. Desde então, novidades têm, como base de partida, os regulamentos específicos que baixou em 1856, 1862 e 1875.

AMAZÔNIA, MÍDIA E DESINFORMAÇÃO

Osmar José
de Barros Ribeiro*

Segundo Raymond Aron, a Guerra é improvável, mas a Paz é impossível. Para Morgenthau, todo poder, militar ou não, serve ao propósito único de modificar a vontade de outra nação. Sir F. Howard, quando Deão da Universidade de Londres, por seu turno, pontificava que o desejo, a aquisição e o exercício do poder são a matéria-prima da política, tanto naci-

onal quanto internacional. As relações internacionais serão, sempre, um delicado ajustamento de poder a poder, um mútuo explorar de intenções e de capacidades, buscando e preservando um senso de ordem que, embora não satisfaça a ninguém, seja tolerável para todos.

À luz do anteriormente afirmado, é lícito que nos preocupemos com a situação da Amazônia brasileira, principalmente após o surgimento de uma Nova Ordem Internacional capitaneada pelos 7G, que atuam como uma polícia internacional, com ou sem a anuência da ONU. Daí, não poucos concluírem, à luz dos exemplos do Iraque e da Iugoslávia, da nossa incapacidade em fazer face a eventual agressão partida de uma grande potência e da convivência de desarmarmo-nos e de nos colocarmos sob a proteção do guarda-chuva de uma organização internacional, seja ela a ONU ou a OEA, tal como proposto pelo norte-americano MacNamara. Se, hipoteticamente, nos faltam aquelas condições para resistir a um ataque em força das grandes potências (e isso ninguém tem condições de provar), devemos estar lembrados de que não habitamos um con-

tinente distante de conflitos. Estão aí, recentes, as disputas fronteiriças entre o Equador e o Peru bem como entre a Colômbia e a Venezuela, a inquietação política no Equador, na Bolívia e no Paraguai, sem contar o problema das drogas na fronteira com a Colômbia o qual, em mais de uma ocasião, levou-nos a atuar em força para manter nossas fronteiras livres da atuação dos narco-guerrilheiros. A isto, somem-se as pressões internacionais que buscam limitar a nossa soberania sobre áreas de baixa ocupação demográfica, mas ricas em minérios e em biodiversidade, buscando, hipocritamente e com o auxílio de maus brasileiros, a criação, manutenção e eventual independência de vastos espaços reservados aos índios na faixa de fronteira norte.

A bem da verdade, as preocupações com as nossas fronteiras norte sempre existiram e, com o passar dos anos acentuaram-se, não só entre os militares mas também um sem-número de pessoas, incluindo historiadores, geógrafos e vultos políticos dos estados amazônicos. A mais recente mostra dos cuidados governamentais em relação à Amazônia brasileira teve lugar no governo

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

Sarney, com o lançamento do Projeto Calha Norte. Não obstante, o governo Collor marcou a capitulação às pressões político-econômicas do presidente norte-americano George Bush, resultando no desvirtuamento e abandono do referido Projeto, além de outras concessões às quais seria fastidioso enumerar. Os governantes que se seguiram pouco ou nada fizeram para corrigir os erros praticados, enquanto cresciam, e crescem, as pressões diretas e indiretas de países estrangeiros e de Organizações Não-Governamentais, no que respeita às áreas indígenas e a problemas outros que somente a nós, brasileiros, dizem respeito.

De toda sorte, não pode ser esquecido que o preparo da opinião pública é de fundamental importância para que possamos conservar e desenvolver a Amazônia. Enquanto no exterior interesses escusos promovem a orquestração de inverdades científicas e acusações as mais absurdas, predispondo contra nós a opinião pública internacional, nossos próprios meios de comunicação procedem, com raríssimas e honrosas exceções, de igual forma para com o público nacional. E o apoio da opinião pública, há que ser reconhe-

cido, é fundamental, indispensável mesmo, para que o Estado anime-se a buscar corrigir nossas notórias fragilidades estratégicas na área.

Torna-se necessário e urgente atentarmos para o fato de estarmos em guerra, uma guerra não declarada mas que é travada nos gabinetes das autoridades e na *mídia*, entendida esta como o somatório dos meios de comunicação, da imprensa à Internet. Seu objetivo, de resto não declarado, é influir nas nossas políticas e estratégias e envolve o mundo político, a burocracia governamental, a imprensa, os empresários, os sindicatos, os representantes das diferentes confissões religiosas etc., tudo conformando um vasto e confuso universo de interesses. Trata-se de uma guerra na qual é feito largo emprego da *propaganda* em suas diferentes formas, abrangendo um vasto conjunto de atividades da mais vital importância para a condução da política externa, muito particularmente aquela de interesse das grandes potências.

Devemos entender que existem dois tipos básicos de *inteligência*: o primeiro e mais comum, é a busca de dados quanto aos mais diversos aspectos da realidade de

um adversário real ou potencial, buscando determinar seus pontos fortes e fracos, seus planejamentos e, se possível, suas reais intenções nas diferentes expressões do poder. O segundo, conduzido de forma solerte, faz *largo uso dos diferentes meios de comunicação social*.

É de todos conhecido que os centros de pesquisa das principais nações do mundo, em especial nos EUA, de há muito desenvolvem um sem-número de trabalhos que dizem respeito ao caráter e ao papel exercido pela *propaganda* no mundo moderno. Sua importância resulta do fato de os meios de comunicação social desempenharem um papel de singular relevo por representarem a possibilidade de, devida e convenientemente explorados, constituírem-se em ativa força política. Nem por outra razão a *mídia* vem sendo o alvo preferido de campanhas internacionais que, através dela, usando os mais diversos artifícios de *desinformação*. Esta, pode ser definida como propaganda mentirosa, mensagem falsa cuidadosamente construída e deixada vazar para o sistema de comunicações do adversário a fim de iludir sua elite decisória e/ou o públ-

co. Ela pode ter caráter político, econômico, militar, psicosocial ou mesmo técnico-científico e deve, ao menos parcialmente, corresponder à realidade ou a opiniões comumente aceitas pois, sem um razoável grau de plausibilidade, dificilmente terá credibilidade junto ao alvo. Afinal, cumpre salientar, o engano, a fraude, o embuste são características marcantes da *desinformação* e de fácil execução quando dirigidas contra alguém que esteja preparado para ser enganado.

Entre nações com interesses diversos, notadamente quando movidas por sonhos de dominação mundial, é normal a utilização de técnicas que intensifiquem o amor-próprio dos seus respectivos povos, enquanto minam a força e o moral dos oponentes em potencial. E seu sucesso será tanto maior quanto maiores forem as divergências dentro dos escalões governamentais e entre estes e a opinião pública dos países tomados como alvo. Busca-se, ao fim e ao cabo, desmoralizar todo um povo, tornando-o descrente dos seus líderes e, paralelamente, enfraquecer as estruturas legais do país, muito particularmente através da corrup-

ção desenfreada. Acredita-se e a História tem provado ser isto verdade, que ao longo do tempo uma ponderável massa de *propaganda* e de *desinformação*, poderá ser de grande valia para fazê-lo.

A mídia internacional é dominada pelos interesses do poder Econômico Mundial e este está firmemente decidido a conformar e formar a opinião pública mundial na direção dos seus interesses. Convém, por pertinente, assinalar que nos EUA apenas três grupos empresariais dominam 90% das comunicações e a nossa mídia, deles dependente para a obtenção de notícias, aceita servilmente as imposições que lhe são feitas.

Apenas um exemplo: passa-se aos usuários a idéia (difundida pelos grandes grupos internacionais) de que o Brasil está desmatando e queimando a floresta amazônica além de massacrando sem piedade a população indígena. Em consequência, os brasileiros não possuímos o mínimo de condições para integrar e desenvolver a Amazônia, tarefa a ser tomada pelas nações desenvolvidas (as mesmas que destruíram povos e nações nas Améri-

cas do Norte e Central, além da África e sujeitaram, com guante de ferro, não poucas nações asiáticas).

E a nossa mídia, servilmente, não provoca nem dá guarida a discussões quanto ao perigo de internacionalização da Amazônia, enquanto difunde as inverdades e as meias-verdades que nos chegam do exterior. Por outro lado a quinta-coluna, infiltrada na mídia, procura mostrar-nos como um povo sem história e sem heróis. Em data recente, o jornal *O Globo*, sabe-se lá baseado em que dados históricos afirmou, em seu Caderno *Dever de Casa*, que desde *Tiradentes* até a *Guerra dos Farrapos* as revoltas populares foram reprimidas. Por haver massacrado rebeldes de norte a sul do Brasil, o herói Luiz Alves de Lima e Silva foi premiado com o título de barão e depois duque. Ele é patrono do Exército Brasileiro. Com tais idéias, mina-se o sentimento de auto-estima, o nacionalismo, a identidade nacional, nossas perspectivas históricas, a identidade e a própria coesão nacional.

O General Lessa, ex-comandante militar da Amazônia, na sua cruzada em prol da Amazônia, vem

enfatizando que a *globalização trouxe, por parte das grandes potências, a desconsideração dos princípios de soberania e autodeterminação dos povos sempre que em jogo, no entender delas, a proteção dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente e o combate ao crime organizado.* Dessa forma, com o apoio da mídia internacional e a cumplicidade da nossa, a opinião pública vem sendo convencida da validade de interferências indevidas nas nações mais fracas. E a prova maior da hipocrisia dessa tese absurda está em que nem mesmo os EUA, com todo o seu potencial bélico, aventurou-se a intervir na Chechênia (malgrado a grita da imprensa) e muito menos na China, onde os celeberrimos *direitos humanos* são constantemente pisoteados.

Nosso Governo parte do princípio de que a *defesa da soberania na Amazônia repousa no seu desenvolvimento sustentável* e, segundo Samuel Benchimol, tal desenvolvimento assenta-se sobre quatro pilares, quais sejam: ser *economicamente viável, ecologicamente adequado, politicamente equilibrado e socialmente justo.*

Este o nosso desafio maior e, para vencê-lo, é imperativa a coordenação dos esforços dos diferentes órgãos governamentais os quais, até hoje, mais por interesses políticos que quaisquer outras causas, vêm-se mostrando descontínuos, discordantes e, não poucas vezes, conflitantes. Já existem brasileiros, muitos deles em altos cargos e funções, que acreditam ser a *Amazônia patrimônio da humanidade*, afirmação que ofende nosso brio e nosso patriotismo pois ela é e será sempre brasileira.

O ESTADO-NAÇÃO

*Manuel Cambeses Júnior**

O Estado-nação não está desaparecendo em nenhuma parte e nem existem sinais evidentes de que isto possa ocorrer. O Estado-nação não é uma ilusão cartográfica e nem tampouco um ponto localizado no mapa-mundi. É algo mais do que isso. É uma entidade histórica que encarna princípios de unificação coletiva e cultural, de iden-

tidade e de direitos de povos diversificados pela raça, pela cultura ou pela geografia e que integram a grande diversidade do mundo.

O Estado-nação tem que representar os interesses coletivos dos povos e de atuar como um sujeito ativo da interlocução internacional. Quanto mais ativa seja a *globalização* e quanto mais dinâmicas sejam as comunicações e as relações econômicas e financeiras, maior papel terá que representar o Estado, porque a debilidade deste acarretaria muito dano ao desenvolvimento que se anuncia com as perspectivas do mundo globalizado.

Para que exista um mercado global é preciso que, concomitantemente, atuem e sejam muito vigorosas as atuações dos Estados nacionais. Na ordem interna dos países não é viável que possa haver mercados fortes sem Estados eficientes e politicamente idôneos.

A confusão se apoia, fundamentalmente, em algumas experiências contemporâneas que mostram que as empresas ou serviços manejados pelos Estados nacionais geralmente são ineficientes. E ainda que isto não se constitua em

* Coronel Aviador. Do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

uma regra absoluta - porque constata-se notáveis exceções - é, entretanto, uma realidade inegável em grande parte do mundo.

Portanto, o que se deve pretender não é o aniquilamento do Estado e sim a correção de suas imperfeições e uma maior precisão na seleção de seus objetivos. Não se pode sobrecregar a atividade do Estado com empresas que seriam mais eficientes se operadas pelo setor privado. A um Estado capaz corresponde um setor privado produtivo e moralmente respeitável. Nos países onde se verifica insuficiência do Estado, geralmente também é possível comprovar a inépcia do setor privado. Todo o complexo fenômeno da corrupção, hoje tão debatido, forma parte de uma inter-relação muito ativa entre estes dois atores. Onde existe corrupção nos Estados ou nos governos, geralmente constata-se, em contrapartida, ocorrências delituosas no setor privado.

Também é possível assinalar casos em que a ineficácia do Estado corre paralelamente à incompetência do setor privado.

O Estado deve livrar-se daquilo que não lhe corres-

ponde, não por uma razão ideológica mas sim por uma necessidade prática. Isto é importante enfatizar porque existem aqueles que tomam o tema da privatização com ímpeto dogmático.

Uma outra consideração se refere à relação do Estado com o mercado. A primeira meta é o crescimento social e econômico. Que as pessoas possam ganhar e obter êxito, que se emprendam atividades produtivas e que não se encontre obstáculos desnecessários a cada passo no caminho. Para isso é indispensável a liberdade econômica, o livre movimento dos mercados e um manto de proteção jurídica para que as operações possam ser realizadas com segurança e solidez. Não é um pecado que as pessoas acalentem um sonho de riqueza e prosperidade. O que seria imperdoável é que se obstaculizem as possibilidades do êxito individual e organizacional e com isso se gere maior pobreza e atraso.

Um Estado eficiente e um amplo mercado, vigoroso e livre. Porém, aqui surge outra consideração. E tudo isto a quem deve favorecer? Alguns tecnocratas vêm pre-

gando que o desenvolvimento econômico traz, automaticamente, o benefício social e a liberdade política. Isto não é verdade. E mais: geralmente é falso. Substituir o Estado por oligopólios não é precisamente uma vantagem social. Permutar o Estado pelo benefício de setores privilegiados não é um atrativo nem para o desenvolvimento nem para a atividade política. As reformas econômicas que favoreçam o mercado, para que beneficiem as pessoas, têm que estar acompanhadas de reformas políticas que permitem à sociedade vigiar a conduta de seus governos, pedir contas da ação dos governantes e estabelecer responsabilidades. Sem uma responsabilidade política e sem uma opinião pública ativa, com todos os instrumentos de influência da democracia, nem o Estado será eficiente, nem o mercado será livre e produtivo, nem tampouco a sociedade obterá os rendimentos que deverá receber dos progressos que se anunciam.

O poder negociador de um Estado vigoroso e forte é imprescindível para defender o interesse nacional nas negociações que requer o processo de globalização. ☐

Informações

CIENTISTAS AMERICANOS E EUROPEUS DESMITIFICAM TESES FALSAS SOBRE A AMAZÔNIA

Impressionante e muito grato a nós, brasileiros, o artigo publicado no *New York Post* de 9 de junho do corrente ano, de autoria de Barry Wigmore, reproduzindo a opinião de respeitados ecocientistas internacionais sobre o que consideram falsas teses que têm sido divulgadas nos Estados Unidos e nos países europeus sobre os perigos ambientais, para a humanidade, provenientes da devastação da floresta amazônica.

Os ecocientistas Patrick Moore (um dos membros fundadores do Greenpeace) Philip Stott (professor de biogeografia da Universidade de Londres e editor da revista *Biogeography*) divulgaram suas conclusões científicas desmitificando a propaganda que se difunde na Europa e nos Estados Unidos sobre a destruição da floresta amazônica e suas

consequências apocalípticas para a humanidade.

Vamos reproduzir alguns trechos da opinião destes cientistas divulgados no citado artigo do *New York Post*. Dizem os dois, em declaração conjunta:

O movimento para salvar a floresta tropical amazônica é incorreto - na melhor hipótese desencaminhou-se; na pior hipótese é uma fraude. Todos os argumentos dos salvadores da floresta estão baseados numa falsa ciência, estão simplesmente errados. Nós encontramos a floresta tropical amazônica mais de 90% intacta. Nós voamos sobre toda a sua extensão e tivemos contato com todas as atuais autoridades. Nós estudamos as fotos de satélites de toda a área.

Como sabemos, os argumentos dos salvadores da floresta amazônica se apoiam em dois suportes. Primeiro, que a floresta está sendo criminosamente destruída. Os ecocientistas citados desmentem essa afirmação, universal-

mente espalhada pelos salvadores. O segundo, é a já cediça afirmação de que a floresta amazônica é o pulmão do mundo e que a sua destruição criará uma catástrofe ambiental de proporções planetárias.

Nossos cientistas já vêm desmentindo esta estória de pulmão de mundo, há décadas. Mas agora recebemos reforço da opinião científica de fora. Opinam os já citados cientistas:

A idéia de que a floresta absorve gás carbônico e devolve oxigênio é um mito. Somente as árvores novas em fase de crescimento absorvem gás carbono, e adiante, em termos de sistema mundial, as florestas tropicais são irrelevantes; o clima mundial é governado pelos oceanos; pelo grande sistema das atmosferas oceânicas.

Denunciam os cientistas citados que a campanha terrorista dos salvadores da floresta amazônica visa a intimidar as pessoas ingênuas, apresentando perigos ambientais exagerados, devastadores, a

fim de extorquir dinheiro de gente de boa fé.

As organizações que se criarem, como a Fundação do roqueiro Sting e outras, vêm realizando inúmeras promoções (concertos, banquetes, coquetéis com o apoio de celebridades do meio artístico) o que lhes tem proporcionado rendosas doações, vindas dos milhões de pessoas enganadas pela falsa tese de que precisamos salvar a floresta amazônica. O roqueiro Sting é também acusado de conduzir a propaganda internacional visando a angariação de fundos para sua Fundação; carregando índios inocentes e os exibindo nos palácios e cortes europeias como se fossem animais premiados. Até parece que voltamos aos primeiros anos dos Descobrimentos, quando os navegantes, de regresso, traziam gentios para exibirem às cortes europeias. Nesse tempo não se falava em dignidade da pessoa humana.

Depois da revelação das opiniões de cientistas do primeiro mundo, tão respeitados, e da denúncia da *picaretagem* dos salvadores da floresta amazônica, parece-nos que fica esvaziada a outra tese, utópica e per-

versa, da Amazônia patrimônio da humanidade.

*Carlos de Meira Mattos,
General-de-Divisão
Conselheiro da Escola
Superior de Guerra*

GILBERTO FREYRE – UM SÉCULO

Em 15 de março de 1900, ao findar o chamado século das luzes, nasceu em Santo Antônio de Apipucos, Pernambuco, aquele que seria, segundo o consenso universal, o mais genial dos brasileiros, o homem que iluminaria o caráter, a formação, a cultura, a morfologia física e moral do *homo brasiliensis*.

O Brasil deve muito a Gilberto Freyre (a Portugal também), e esperamos que no ano do seu centenário os nossos compatriotas de Portugal queiram prestar à sua memória as homenagens que merece. Quanto a nós, portugueses do Brasil, temos mais do que obrigação, temos interesse em proclamar a nossa administração pelo que é muito justamente considerado como a mais possante inteligência nascida ao sul do Equador.

Na verdade, o prodigioso intelectual pernambucano foi um ardoroso defensor da colonização portuguesa, e a politiquice que tende a minimizá-lo como sociólogo apenas consegue desconsiderar-se a si própria.

A sua obra maior, *Casa Grande & Senzala*, que defende com sabedoria imensa e não menor calor a misericórdia (além de constituir o melhor retrato do Brasil que já foi concebido), foi publicado em 1933, ano em que Hitler ascendeu ao poder na Alemanha e, com ele, as idéias e práticas racistas que acabariam por levar ao Holocausto. Naquele tempo, o ideário fascista tinha ampla audiência no Brasil de Getúlio Vargas (ele mesmo um ditador de direita, na altura), e faltou pouco (ou não faltou nada) para que Sir Gilberto Freyre (o título foi-lhe atribuído pela Rainha da Inglaterra) fosse considerado um perigoso radical de esquerda. Hoje a sua defesa da colonização lusa faz com que setores da mesma esquerda do Brasil e de Portugal façam por esquecer e tornar esquecida a sua obra monumental, o que, se é impossível nos países de língua inglesa e nos restantes países

cultos (excetuando o Japão, onde só agora vai ser traduzido), vai sendo infelizmente um fato nos ingratos países de língua portuguesa. Esperamos que, pelo menos no Brasil, o centenário do nascimento do mestre anule o atual panorama, que pode ser definido pela seguinte circunstância: no momento em que espetáculos comerciais de massa como o cinema, a música ligeira e até festival de *rock* abicham larga proteção (e verbas) do Ministério e das Secretarias Estaduais de Cultura, a obra póstuma do fundador da Sociologia Brasileira apodrece em baús lacrados em Pernambuco.

Mais: um trabalho minucioso de compilação, de revisão das traduções e de levantamento da origem de cada texto, feito por Edson Nery da Fonseca, professor emérito aposentado da Universidade de Brasília e intitulado segundo o próprio Freyre, *Palavras Repartidas e Antecipações*, ainda não conseguiu patrocínio para poder ser editado, o que representa uma dupla perda para o Brasil, para os chamados PALOP e até para a literatura universal. Porque Gilberto Freyre, além de um cultíssimo e

inovador sociólogo e historiador, é também um escritor de primeira água.

Só um grande escritor, por exemplo, seria capaz da concisão irônica e ao mesmo tempo exata deste parágrafo, com que abre um capítulo sobre a nossa Mafra no livro *Aventura e Rotina*:

"Revejo Mafra". Grandioso mas banal o velho convento. Uma espanhola de português sem o gênio do espanhol para as espanholas.

E depois desta só aparente redundância, acrescenta ainda com singular espírito de síntese:

(...) este monumento português, expressão menos de grandeza autêntica do que de expressão menos de grandeza autêntica do que de grandiosidade um tanto simulada...

Quem sente por Mafra uma indefinível sensação de obra de falsários da religião, da arte, da arquitetura e até da grandeza – e são muitos os portugueses que o sentem, – não pode deixar tão longe, teve fato de acertar em cheio no (talvez) único momento português que transmite esta estranha sensação.

De resto, toda a visão de Portugal que Gilberto Freyre perfilha e a que dá expressão verbal, é fruto de

um amor e admiração quase sem limites.

A representação de Gilberto Freyre é enorme, como já disse, a ponto de ter sido agraciado com o título de doutor *honoris causa* em pelo menos seis Universidades, entre elas a *Sorbonne* (Paris), a americana *Columbus* e a inglesa *Oxford*.

A sua vasta obra mereceu tantos comentários e elogios que seria preciso um alentado volume para os compilar. Por isso mesmo selecionamos uma meia dúzia assaz significativa, apenas como exemplo:

É um dos gênios de palheta mais rica e iluminante que estas terras antárticas ainda produziram. (Monteiro Lobato)

Nunca se escreveu no Brasil obra de tão alto valor didático. (Anísio Teixeira) O antropólogo suíço Professor A. Metraux, por sua vez, escreveria sem rebuço que os trabalhos de Gilberto Freyre são uma obra única nas ciências sociais, obra-prima da sociologia americana.

Também o professor da Universidade americana de Yale, Malcon Batchelor escreveria: *obra-prima de interpretação de uma civilização, a brasileira.*

E, por fim, uma curiosidade: apesar dos sociólogos marxistas não concordarem com as suas lições, que não aceitavam a luta de classes como motor da civilização, é de um crítico marxista cubano, Jone Antônio Pontuondo, uma das frases mais elogiosas que se podem ler sobre a importância da obra no contexto da América Latina: *Por mil e uma razões, Gilberto Freyre serve de estímulo e exemplo para todos os pesquisadores da Ibero-América.*

Um gênio, portanto, que dedicou a sua vida e a obra à civilização brasileira e, por extensão, a tantas vezes ignorada Civilização Portuguesa.

*Antônio Loulé, Professor.
(Transcrito do periódico
Letras em Marcha)*

EVERARDO ADOLFO BACKEUSER

Esboço biográfico e pensamento científico

Everardo Adolfo Backeuser, engenheiro, cientista, educador e professor universitário, foi também um dos maiores geógrafos brasilei-

ros, notabilizando-se em um dos mais importantes ramos do saber: a Geopolítica.

Backeuser nasceu em 23 de maio de 1879, em Niterói-RJ, vindo a falecer em 1951, na cidade do Rio de Janeiro.

Ele era formado em Engenharia e Ciências e lecionou em vários e renomados estabelecimentos de ensino País, tais como a Escola Politécnica, a Pontifícia Universidade Católica, a Escola Nacional de Engenharia, a Faculdade Católica de Filosofia e o Instituto de Pesquisas Pedagógicas, todos no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Cultura poliedrica, Backeuser distinguiu-se como emérito lente e educador, tendo sido presidente da Comissão Nacional de Ensino Primário do então Ministério da Educação e Saúde e da Confederação Católica Brasileira de Educação; outrossim, foi diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais e idealizou a *Cruzada Pedagógica pela Escola Nova*, dirigida pela professora Alcina Moreira de Souza, que viria a ser sua esposa e permanente colaboradora.

Everardo Backeuser era membro de várias entida-

des histórico-geográfico-culturais do Brasil, entre as quais sobrelevam-se, pela superlativa importância, a Academia Brasileira de Letras e a Sociedade Brasileira de Geografia.

A obra desse eminente cientista brasileiro é das mais alentadas, abrangendo os campos da literatura, das artes e das ciências. Escreveu inúmeros trabalhos, em especial sobre Geografia, Geologia e Geopolítica, ramos aos quais devotava especial carinho.

Num incompleto epíto-me referente à vasta obra *gutenberiana* de Backeuser, podemos citar: *Habitações literárias* (1906); *A Figura Imponente do Kaiser* (1916); *Os Cristais - Fatos e Hipóteses* (1916); *Os Sambaquis do Distrito Federal* (1916); *Téoria dos Magmas Telúricos* (1916); *A Faixa Litorânea do Brasil Meridional* (1918); *Reconhecimento das Rochas e Glossário de Termos Geográficos* (1924); *Contribuição para a Geologia do Distrito Federal* (1926); *Problemas do Brasil - Estrutura Geopolítica* (1933); *Aritmética na Escola Nova* (1933); *A Sedução do Comunismo* (1934); *Téoria e Prática da Escola Nova* (1934); *Técnica da Pe-*

dagogia Moderna (1936); *O Trabalho nas Escolas Experimentais do Distrito Federal* (1937); *Um Mestre Insigne - Nerval de Gouveia* (1938); *O Livro do Gênesis e as Cosmogonias Modernas* (1940); *Ensaios de Biotipologia Educacional* (1941); *Minha Terra e Minha Vida* (1942); *Geopolítica e Geografia Política* (1942); *A Geopolítica Geral e do Brasil* (1948).

Da fecunda obra de Backeuser, dois livros se tornaram referenciais: o primeiro, intitulado *Técnica da Pedagogia Moderna*, em que o autor evidencia as estreitas ligações entre a pedagogia e as ciências afins, como a Biologia, a Psicologia, a Sociologia e a Filosofia - que foi transformado no *Manual de Pedagogia Moderna*, compêndio didático para as Escolas Normais e Institutos de Educação, e que orientou, por muitos e muitos anos, pedagogos, professores, alunos e cientistas sociais; o segundo é o clássico *A Geopolítica Geral e do Brasil*, acerca do qual traçaremos algumas considerações, linhas à frente.

Diga-se mais, que Everardo Backeuser prefaciou incontáveis obras de geó-

grafos, escritores e educadores de nomeada, tendo ainda escrito alguns ensaios, como *Caxias, Verdadeiro Duque* (1941) e composto uma comédia - *Não me Fale Nisso* (1915).

A respeito de seu notável livro *A Geopolítica Geral e do Brasil*, convém lembrar que Backeuser é considerado, em nosso País, como um dos principais precursores da nova ciência, ombreando-se a outros ilustres exegetas da matéria, tais como Pombal, Cairu, os brasileiros Alexandre de Gusmão, José Bonifácio, Mauá, os dois Rio Branco, Alberto Torres, Rondon, Mário Travassos, Lysias Rodrigues, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Delgado de Carvalho, Therezinha de Castro e outros.

Backeuser foi o primeiro divulgador no Brasil - isso em 1925 - dos conhecimentos de um dos pais da geopolítica, o sueco Rudolf Kjellen e procurou nos já referidos livros *Geopolítica e Geografia Política* e *A Geopolítica Geral e do Brasil*, dirimir dúvidas a respeito de vários aspectos da Geopolítica, entre os quais a definição da novel disciplina e o ramo da ciência à qual ela pertence. Assim, em

1948, na PUC do Rio de Janeiro, ao criar o Instituto de Direito Comparado, Mestre Backeuser introduziu a cadeira de Geopolítica, prelecionando que *geopolítica é a política feita em decorrência de condições geográficas, aduzindo a este conceito, que ela - a geopolítica - não é parte ou capítulo ou parágrafo da ciência geografia, mas da ciência política*.

Para que se possa melhor compreender as vanguardistas idéias de Everardo Backeuser, sucinta e anteriormente expostas, mister se faz a apresentação de uma brevíssima recorrência histórica ao pensamento dos corifeus da Geopolítica, consoante o douto e lúcido ensinamento do então Tenente-Coronel Germano Seidl Vidal, *in verbis*:

Ratzel - explicou a evolução geográfica dos espaços políticos, asseverando que os Estados, como os seres vivos, nascem, vivem, entram em apogeu e morrem, dentro da Lei do Expansionismo.

Kjellen - formulou a célebre divisão da política, em: Geopolítica (território), Demopolítica (povo), Ecopolítica (economia), Sociopolítica (sociedade) e Cratopolítica (governo);

deu a primeira ênfase para, através dela, asseverar que um Estado só pode ser reconhecido como detentor de um grande poder real, quando possuir grande espaço, liberdade de movimento e coesão interna.

Mackinder - definiu o heartland para afirmar, como profecia: "Quem dominar a Europa Oriental controlará o Coração da Terra, quem dominar o Coração da Terra, controlará a Ilha Mundial, e quem dominar a Ilha Mundial controlará o Mundo".

Mahan - é o conceituador do Poder Marítimo, segundo a tese de quem possui potencial militar só obterá hegemonia e vitória se dominar os mares.

Haushofer - viu a Geopolítica como um meio de educar as massas no conceito de espaço, onde a luta pelo espaço vital (lebensraum) deu a tônica às futuras aventuras hitleristas.

Spykman - adotou a visão global de Mackinder para lhe dar significado diferen-

te com a introdução do seu conceito de rimland (região das fímbrias, ou seja, das orlas marítimas do Velho Mundo) e afirmou: "Quem controlar o rimland dominará a Eurásia e quem dominar a Eurásia controlará os destinos do Mundo", o que tem baseado a geoestratégia da política de segurança dos EUA.

Seversky - definidor do Poder Aéreo, como sendo a capacidade que tem uma nação de defender seus interesses por meios aéreos. A sua visão tem sido ampliada com o raio de ação das aeronaves modernas, os mísseis intercontinentais e os satélites, mas, ainda assim, serve para as cogitações bélicas dos estrategistas dos dois mundos.

Everardo Backeuser difundiu e ampliou esses pensamentos, realçando, constantemente, a importância da aplicação da geopolítica às fronteiras de qualquer Estado, como também o fizeram, de outras maneiras e em outras épocas, o

Barão do Rio Branco, Hélio Vianna, Delgado de Carvalho, Euclides da Cunha, Lysias Rodrigues, Omar Emir Chaves, Therezinha de Castro e Teixeira Soares.

Backeuser era um eterno preocupado com a soberania nacional e, por isso, sempre deu ênfase à ocupação e vivificação das áreas limítrofes do Brasil - país de dimensões continentais - evidenciando uma larga visão prospectiva, haja vista a hodierna e indifarçável cobiça internacional sobre a nossa Amazônia, máxime da parte das nações hegemônicas e globalizantes da atualidade.

Eis, em grande síntese, o que foram o pensamento e a obra desse grande e incansável patriota, Everardo Adolfo Backeuser, cientista, educador, geógrafo e geopolítico, orgulho do Brasil.

*Manoel Soriano Neto,
Coronel de Infantaria e
Estado-Maior, Chefe do
Centro de Documentação
do Exército.*

Destaques da Imprensa

VIVA O 7 DE SETEMBRO

O que foi feito das promessas patrióticas das marchas e hinos?

Primero, peguemos um taxi através do túnel do tempo e chegaremos a uma praça empoeirada. Nossa destino é um povoado perdido nos confins dos sertões - mas que não se esqueceu de que também faz parte da Federação. Está engalanado de verde e amarelo. É um Dia 7 de Setembro, o Dia da Pátria.

Crianças vestidas de azul e branco desfilam, impávidas, cantando hinos patrióticos. Seus passos lesto levantam a poeira. E as suas vozes entoam o mais esganizado brado retumbante à *mãe gentil, pátria amada, Brasil!* E assim, debaixo de um céu tão deslumbrante quanto a Bandeira Nacional que o menino mais alto de todos carrega, as crianças marcham (*Avante, camaradas, ao tremular do nosso pendão...*), com fulgor cívico (*Avante, sem re-*

celo, que em todos nós a Pátria confia...) e as moleiras ardendo sob um sol abrasador. (*Aqui não há quem nos detenha...*).

Param em frente da escola, uma casinha modesta, como as suas vidas. Neste 7 de Setembro, porém, há uma novidade à porta da escola: um tosco palanque festivamente embandeirado, obra de um mestre carpinteiro, um orgulhoso pai de um ou vários desses meninos. Com certeza, um de seus filhos vai subir ao palanque e vai fazer bonito aos olhos e ouvidos da multidão, que já se aglomera à espera do melhor da festa. E eis que chega o grande momento. Uma criança atrás da outra sobe ao palanque, com seus papéis decorados, linha por linha, palavra a palavra, em dias e dias de ensaio, como a professora, cheia de moral e civismo, ensinou.

Primeira criança: *Auri-verde pendão da minha terra/Que a brisa do Brasil beija e balança/Estandarte que a luz do sol encerra/*

As divinas promessas da esperança...

A segunda: *Criança, não verás país nenhum como este...*

Terceira criança: *Eia, pois, flores da Pátria/Esp'rançosa mocidade!/Que os Andrades e os Machados/Do alto da Eternidade/Contentes vos abençoam/No dia da Liberdade.*

Nossos olhos passeiam pela pracinha quieta. Silêncio. Ninguém tuge nem muge.

Os olhos da multidão chegam às lágrimas. Homens e mulheres rudes daquele ignoto sertão bradam em uníssono: *Viva o Brasil!* Nesse 7 de Setembro, todos dormirão o sono dos anjos e terão bons sonhos.

Não há por que preocuparem-se com o destino dos seus filhos. A Pátria é mãe gentil.

Regressemos da viagem às baladas da infância perdida, na era Vargas. Podia até haver uma certa inspiração fascista na parada, o que pouco importava, até porque desconhecíamos o que isso significava. Sim-

plemente marchávamos. Com galhardia. Não para o *pays de cocagne*, de Charles Baudelaire, mas para o de Castro Alves, o que bradava pela voz daqueles meninos:

Livrar a terra natal/D'aviltante servidão. O que foi feito dessas promessas, professor?

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 02.09.00, e assinado pelo romancista Antônio Torres)

QUE FORÇAS ARMADAS?

Em artigo no JB de 28.05.00, o jornalista Fritz Utzeri levantou a questão das Forças Armadas adequadas ao Brasil e propôs a discussão do assunto. Esse artigo é uma contribuição para a discussão que, infelizmente, pouco interessa à sociedade, anestesiada por 140 anos de ausência de ameaça externa sensível, e ao mundo político, porque a defesa nacional não tem *apelo* eleitoral.

É fundamental ao tema responder à pergunta: o que o Brasil precisa em termos de dissuasão/atuação militar, onde, em que grau e com quais propósitos? Da resposta *política* decorrerão

orientações racionais para o preparo militar. Conjeturemos a respeito.

Os sistemas militares são, em tese, parametrados pelos conflitos entre Estados por contenciosos territoriais, econômicos ou ideológicos, que inspiraram tanto as concepções estratégicas clássicas e suas adaptações, ajustadas, operacionalmente à evolução da tecnologia como as Forças Armadas protagonistas das longas campanhas e violentas batalhas dos últimos séculos. Esse ideário tem sido o fundamento, mais teórico do que prático, do preparo militar brasileiro, mas qual seria sua validade na ordem que se esboça para o século XXI, em particular, para a inserção do Brasil nela?

Sem entrar no mérito das razões, o fato é que serão improvávelssimas as grandes guerras entre blocos nucleados pelas maiores potências e, de qualquer forma, tais guerras não deveriam mesmo influenciar nosso preparo militar, irrelevante nelas. Quanto aos conflitos regionais, eles não justificam grandes preocupações na América do Sul, onde são também improváveis e, se ocorrerem,

serão limitados em intensidade e área de operações, por inexistência de razões de vida ou morte e por falta de fôlego que é, aliás, assimétrica em benefício do Brasil.

Apesar disso, convém-nos ter a capacidade adequada para ajudar a dissuadir ou para abortar rapidamente a insana hipótese e útil para, sem ilusões ufanistas, indicar que pressões sobre o Brasil no quadro dos motivos da nova ordem (meio ambiente etc.) terão custo acima de zero.

Nosso preparo militar precisa estar atento também a problemas como a criminalidade transnacional e os conflitos em países vizinhos, que possam extravasar fronteiras ou pôr em risco interesses brasileiros vitais. E, é claro, precisa estar atento à participação em forças internacionais, em regiões distantes, simbólica, em apoio à legitimidade da ação.

Nenhuma dessas preocupações justifica sistemas de armas que não se enquadram em concepções operacionais de defesa ou proteção de interesses vitais. Tais sistemas, além de induzirem suspeições e absurdas corridas armamentistas,

onerariam desnecessariamente o nosso povo.

Portanto, reportando-me ao artigo referenciado, nem as *milícias* desejadas pelos Estados Unidos nem o *Exército nas ruas*, no serviço rotineiro da segurança pública, nem as Forças Armadas para longas e intensas guerras clássicas. Precisamos, sim, de núcleos convencionais ajustados à inserção do Brasil no mundo e regional, tecnologicamente modernos mas dimensionalmente modestos (a tecnologia torna prescindíveis os grandes números mas requer competência profissionalizada), para atender a defesa nacional conforme delineada acima. E precisamos de unidades para o controle de fronteiras permeáveis, do mar sob jurisdição brasileira e do espaço aéreo. Finalmente, seria absurdo preferir a ocorrência de tragédias, ao emprego das Forças Armadas na ordem interna, mas esse emprego, em situações graves e sujeito ao prescrito na Constituição e na lei, pode ser atendido pela estrutura esboçada.

Em última análise, o que interessa ao Brasil hoje é proteger-se num contexto de bom relacionamento

com seus vizinhos, enquanto se desenvolve e resolve seus problemas internos. Feito isso, a projeção estratégica adequada ocorrerá, como ocorreu com os Estados Unidos na virada do século XIX para o XX. Atropelar a evolução com veleidades prematuras de potência ou almejar prematuramente presença estratégica ponderável na ordem global são pretensões inócuas e prejudiciais e (ou) fruto de influências doutrinárias corporativas. E fazer do poder militar polícia é desmilitarizá-lo e inutilizá-lo como instrumento de defesa numa eventual necessidade futura. Encontrar o equilíbrio sensato é o desafio que se impõem hoje.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 26.06.00, e assinado pelo Almirante-de-Esquadra Mário César Flores).

REFLEXÕES SOBRE OS MILITARES

Há um paradoxo na revolução de 64 que ainda permanece inexplicado. A revolução tinha duas vertentes. Os militaristas, aqueles que agregaram

poder político ao poder militar, e os profissionais, aqueles que, ficaram na tropa, entregues aos seus deveres. Os primeiros comandavam a política; os segundos carregavam pedras, sustentáculos do regime.

Todos julgávamos que os militares tinham dado às suas corporações condições boas de apoio logístico, aparelhamento, modernização, adestramento, instalações e equipamentos. Qual não foi a minha surpresa, quando assumi o Governo, ao encontrar uma situação de grandes dificuldades nas Forças Armadas. O regime militar não se ocupara da sua própria área. Os militares profissionais foram abandonados pelos militares políticos.

Os verdadeiros profissionais, patriotas com alto senso do dever, apanharam dos dois lados, dos seus colegas e da hostilidade do meio civil, ressentido pelos anos de poder castrense.

A partir de 85, desapareceu a agregação de poder político ao poder militar, que voltou a formar uma só classe, dos profissionais, voltando aos quartéis. A transição democrática foi feita com os militares, e não contra os militares, que não

podem pagar, como instituição, pelo erro de alguns dos seus setores.

Na Constituinte, definimos o papel dos militares, subordinados ao poder civil, síntese de todos os poderes.

Nenhuma nação moderna pode prescindir de Forças Armadas, adestradas e preparadas para sua defesa e existência. Há um velho provérbio latino, muito gasto, que diz: *Si vis pacem, para belum, ou se queres a paz, prepara-te para a guerra.* Hoje, o mundo mudou, as guerras são globais, mas os conflitos regionais estão latentes e fazem parte da visão estratégica das grandes potências. As Forças Armadas são encarregadas, também, da manutenção da ordem e das instituições. Elas têm de estar preparadas para participar de missões internacionais de paz, o que assegura prestígio internacional ao País e condições de opinar nas decisões mundiais.

E natural que, com as mudanças permanentes que ocorreram no mundo, podem ser repensadas adaptações e correções de rumo. Assim, o debate sobre o tema, hoje, é boa oportunidade para examinarmos o assunto.

Uma preocupação que o Brasil tem de ter é a de preparar suas Forças Armadas, hoje sucateadas, desprestigiadas e sujeitas a tantas incompreensões, para cumprir sua missão. Estar presente nas fronteiras secas da Amazônia, adestradas para enfrentar conflitos que possam comprometer a segurança, a soberania e a ordem interna. Sepultar ressentimentos contra a instituição que, como todas, não pode pagar por erros históricos.

Isso não impede que, no conjunto da segurança coletiva, elas colaborem, treinem pessoal, participem de operações de inteligência e ações especiais, mas sem jamais comprometer sua função de defender a soberania do País, o respeito à integridade nacional. O urgente, agora, é uma FAB que voe, uma Marinha que zele pelo litoral e um Exército apto a defender a soberania e as instituições.

Sem Forças Armadas eficientes, o Brasil será um gigante inerte e vulnerável. Quem tem a Amazônia não pode descuidar de sua defesa.

(Reprodução de artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, edição de 02.06.00, e assinado pelo Senador José Sarney).

TIBIEZA NÃO RESOLVE

Certa vez, em artigo publicado em o GLOBO, eu disse que as críticas deveriam ser justas para não induzir à revolta. A revolta dos homens de bem, dos justos, dos profissionais responsáveis pela segurança pública, pode criar situações difíceis na atual conjuntura.

A atuação dos criminosos, dos traficantes de drogas, dos contraventores, dos sem-teto, dos sem-terra e dos sem-rumo, já causa sérios prejuízos à sociedade, mas é plenamente justificada, compreendida e defendida por diversos segmentos e organizações dessa mesma sofrida sociedade.

Eles podem pôr a culpa no Governo, na injustiça social, na falta de escolas, na precária estrutura de apoio à saúde no retardado da reforma agrária, na estrutura de segurança pública e na polícia, por sua truculência, despreparo e erros que comete.

Esses bandidos, narcotraficantes ou baderneiros, estimulados pela mídia, não perdem a oportunidade de procurar obter vantagens, incitando à revolta, ao quebra-quebra, à ocupação de

patrimônio público e privado, em visível desrespeito às leis e às autoridades. Prosseguem incendiando ônibus, fechando o comércio, as ruas, os túneis, saqueando e impedindo o ir-e-vir, com muita naturalidade, sempre criticando a polícia como a principal responsável pelos atos de vandalismo por eles praticados.

Os governantes fazem parte da elite política que se supõe responsável e respeitada, pois foram escolhidos através do voto do nosso eleitorado, supostamente consciente, e, por isso, têm responsabilidades e deveres perante a sociedade, na busca do bem comum. Razão por que não podem agir como egoístas ou demagogos, aproveitando-se de seus próprios erros para tirar proveito político ou eleitoral. Eles devem refletir antes de falar, lembrando que as atitudes de um líder devem se basear em princípios éticos e patrióticos, com sacrifícios voluntários em benefício da pátria, para atingir o tão almejado bem-estar social ou bem comum.

Quando uma autoridade procura desacreditar uma instituição permanente que é responsável pela

ordem pública, ela está perdendo a credibilidade como governante e o respeito como autoridade.

A atual crise de segurança pública e o aumento de criminalidade, no Brasil, devem-se mais à crise de autoridade, por falta de vontade política dos governantes, do que à incapacidade ou incompetência do atual aparelho policial.

No bojo desta questão está a controvérsia quanto ao emprego das Forças Armadas no combate à violência urbana. As Forças Armadas têm destinação constitucional específica, e seu emprego é justificável apenas quando a situação se agrava pondo em risco a segurança da Nação. As autoridades já expuseram, com propriedade, seus argumentos, e um deles é: *Para atuar no combate à violência urbana, temos os Batalhões de Operações Especiais e existentes nas polícias que são muito bem preparados, bem instruídos e competentes.*

É injusto o rótulo que se coloca de total incompetência das polícias. O policial civil ou militar é um ser humano, com virtudes e defeitos, que precisa ser respeitado como representante da autoridade pública.

Quando falta vontade política de exercer a autoridade, no escalão superior, o policial sente-se inseguro e desamparado. Esta é uma das grandes causas de inseurança pública.

Existe um velho adágio no meio militar: *Depois da batalha, todos são generais.* No recente episódio do seqüestro do ônibus 174, após o desfecho, todas as vozes (repórteres, autoridades, transeuntes, telespectadores) eram de *generais* conhecedores do assunto e críticos severos, mas todos em seus gabinetes e fora do perigo. Na ação estavam policiais preparados e competentes. Comandante e subordinados, todos a *priori* condenados. Isso é possível?

O comandante assumiu riscos, o soldado agiu com determinação e coragem. Puxou o gatilho para cumprir o seu dever, para evitar o mal maior, colocou o bandido enfurecido fora de ação, mas houve uma vítima que sofreu, foi torturada durante o seqüestro e perdeu a vida. Lamentar a perda e minimizar os seus efeitos são gestos humanos, religiosos e obrigação das autoridades.

Condenar um policial, que cumpriu com o seu dever, é um gesto diabólico.

Qual é a polícia que a sociedade acuada deseja?

Tibiaza não resolve a violência urbana. É preciso coragem e vontade política para enfrentar a questão. Por que não começar com uma campanha de obediência civil, substituindo tantas de protesto?

É necessário tomar medidas para restabelecer a dignidade das instituições policiais e enfrentar a criminalidade e o crime organizado.

É conveniente restituir o respeito ao policial como símbolo da autoridade pública, antes que os homens de bem, profissionais competentes, engrossem as hordas dos descontentes.

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 18.07.00, e assinado pelo Coronel Noaldo Alves da Silva).

APRENENDENDO A COMPETIR

O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) promoveu, nos dois últimos dias, em Brasília, o Congresso Brasileiro de Siderurgia. Ao longo dos trabalhos, discutimos as tendências da siderurgia mun-

dial, que passa hoje por um processo de reestruturação, e as perspectivas das empresas que atuam no Brasil.

Somos hoje o oitavo maior exportador bruto e o quarto maior exportador líquido de produtos siderúrgicos do mundo (U\$ 3 bilhões/ano), nossa indústria está entre as mais competitivas e rentáveis, mas enfrentarmos um grande desafio: aumentar a produção anual das atuais 24-25 milhões de toneladas, no caso do aço bruto, e 16-17 milhões de toneladas, no caso de laminados.

Por que a produção se mantém estabilizada há cinco anos? Eis aí a grande questão. De nossa parte, entendemos que a indústria siderúrgica nacional é um dos setores mais saudáveis da economia. Nossas empresas são rentáveis (basta verificar seus resultados), competitivas (a abertura do mercado não as afetou), produzem a um baixo custo e têm capacidade instalada para atender aos mercados interno e externo. Os baixos custos de produção são atribuídos, superficialmente, à existência de mão-de-obra barata e de recursos naturais em abundância. Na realidade, a nossa maior

vantagem competitiva está na excelente qualidade da matéria-prima utilizada, o minério de ferro. Os outros fatores que determinam custos - combustíveis, energia elétrica, carvão, refratários, eletrodos - têm aqui preços internacionais.

Por causa dos encargos trabalhistas, o custo da mão-de-obra também se assemelha ao de outros países.

Chegamos, assim, a outra constatação. A de que o aumento da produção nacional de aço e laminados depende mais de fatores externos. Internamente, temos um parque industrial que está entre os melhores e mais sofisticados do mundo: adotamos métodos gerenciais modernos, utilizamos mão-de-obra qualificada e dispomos de infra-estrutura e logística excepcionais para a produção de aço. Externamente, somos impedidos de crescer em função de fatores mercadológicos, tributários e financeiros.

Vamos às explicações: o consumo interno de aço e laminados vem se mantendo relativamente estável, há cinco anos, em 14 milhões de toneladas. O que pode ser explicado pelo baixo desempenho da economia no período, quando o governo

teve de fazer um enorme esforço para controlar os gastos públicos e promover o ajuste fiscal. Como resultado da política econômica restritiva, para não dizer recessiva, houve uma queda considerável na produção das indústrias automobilística e de construção civil, setores responsáveis em maior parte pelo consumo interno de aço e laminados. Como se não bastasse, enfrentamos também restrições no mercado externo, onde os países desenvolvidos criam barreiras protecionistas à entrada de produtos nacionais.

Outro fator limitativo do crescimento é o sistema tributário em vigor. Precisamos, como propõe a Ação Empresarial, de um sistema de impostos mais simples e transparente, que promova a isonomia competitiva entre produtos nacionais e estrangeiros. O novo modelo, já em debate e votação no Congresso Nacional, terá necessariamente de eliminar os impostos cumulativos, ou *em cascata*, seguindo o conceito básico de que *o imposto pago que incidir em qualquer fase anterior não integrará a base de cálculo da fase seguinte*.

Finalmente, a questão dos encargos financeiros. A indústria siderúrgica nacional expandirá mais facilmente sua produção se puder contar com taxas de juros internas mais baixas, semelhantes às praticadas no mercado internacional. Trabalhamos hoje com juros de 15% a 20%, competindo com indústrias que financiam seus investimentos a 6% lá fora.

Nós, representantes da indústria siderúrgica, chegamos à conclusão de que é muito difícil competir em um mercado globalizado, mesmo com boa estratégia, quando a conjuntura interna é desfavorável. Conscientes disso, defendemos uma participação cada vez maior dos empresários, por meio de instituições como o IBS, no debate dos grandes temas nacionais. Queremos e devemos influir, de forma positiva, na definição de políticas públicas que afetam nosso desempenho e emperram o desenvolvimento do País.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 01.06.00, e assinado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Antônio José Polancayk).

EXPLORAÇÃO MINERAL E PIB

Canadá e Austrália desenvolveram-se com base no aproveitamento intensivo dos seus recursos minerais. Geograficamente, Brasil, Canadá e Austrália são similares, além de possuírem dimensões continentais. Como geologia e extensão territorial condicionam as possibilidades minerais de um país, infere-se a elevada potencialidade do Brasil para a indústria de mineração.

Entretanto, enquanto no Canadá e na Austrália esse setor responde por cerca de 10% a 15% dos respectivos PIBs, no Brasil ele patina em torno de 2%. Ao contrário do Canadá e da Austrália, não há uma cultura mineral no Brasil, apesar do ufanismo envolvendo as nossas riquezas, até mesmo as desconhecidas. Chegou-se a criar um monopólio estatal sobre o petróleo antes de que existissem reservas desse bem no País, ou a fechar o setor a investimentos estrangeiros, de 1988 a 1995, ainda que apenas a CVRD fosse o único grupo brasileiro investidor em exploração, ou seja, na busca de jazidas.

Tal atividade, etapa inicial de longo prazo, alto risco e fluxo de caixa negativo, mas indispensável e impulsora da mineração como, segmento produtivo, está na infância no Brasil. Embora representando 36% do território da América Latina o País tem recebido somente 5% dos investimentos em exploração da região. Apesar dessa fragilidade, a exploração mineral no Brasil ainda passou a ser onerada com taxas lineares pela ocupação de áreas, objetivando *penalizar o especulador*, um ser execrado pelo provincianismo do capitalismo vigente no País. Os seus criadores confundiram especular, que também inclui assumir riscos, com imobilizar. Descobriram que o especulador, assim como o poupar e o investidor, é agente das economias de livre mercado e que não é ele o responsável pela estagnação do setor. Esta decorre, entre outras razões, do total descaso do poder público para com a área mineral e da extrema permissividade na administração do Código de Mineração. O que acontece agora é uma situação de forte repressão arrecadadora, igualmente geradora de imobilismo.

Essas taxas penalizam particularmente os pequenos investidores, importantes geradores de oportunidades, mas não impedem que áreas de dimensões gigantescas e de boa qualidade sejam imobilizadas ou subexploradas por grandes corporações. É inimaginável, por exemplo, que no Canadá ou na Austrália uma única empresa consiga deter o controle e subexplore, por mais de 30 anos, praticamente sozinha, uma província mineral inteira do porte de Carajás. Lá, provavelmente essa província há muito já estaria fatiada entre dezenas de investidores, explorando-a adequadamente e alavancando negócios.

A questão, portanto, é mobilizar sem onerar ou onerar menos e com racionalidade. Não se trata de propor a extinção das atuais taxas de ocupação, inclusive porque elas já fazem parte das fontes de receita previstas para financiar o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), órgão cartorial, fiscalizador e normatizador da atividade de mineração no Brasil. Mas, ao invés de serem lineares, as taxas teriam graduações, partindo da isenção e sendo progressiva-

mente maiores quanto maior fosse a área de ocupação. Além disso, detentores de direitos para exploração mineral no Brasil deveriam apresentar descartes das áreas ocupadas, sem possibilidade de artifícios legais, obrigatoriamente e em prazos preestabelecidos.

Os recursos internacionais para exploração encolheram drasticamente e o Brasil é considerado menos prioritário do que alguns dos seus vizinhos dos Andes - região tradicional e comprovadamente fértil do ponto de vista mineral -, mais especificamente em relação ao Chile, Peru e Argentina. Quando os capitais disponíveis para exploração mineral eram fartos, esses países foram competentes para atraí-los, enquanto o Brasil rechaçou-os. As consequências foram o descrédito e a consolidação das atividades naqueles países. As condições institucionais, legais e tributárias brasileiras precisam, portanto, ser significativamente mais atraentes do que a dos nossos competidores latinos. Hoje elas continuam precárias, sendo necessário desonerar, desburocratizar, melhorar os fundamentos e garantias legais e elevar sig-

nificativamente os investimentos públicos em levantamentos geológicos básicos com mapeamentos, geoquímica e aerogeofísica.

A recente proposta baseada no modelo canadense de incentivar a atividade através de renúncia fiscal parece ter sido abatida no nascedouro. Bolorenta e inconsistente, pretendia-se com ela, apesar da desordem macroeconômica e das demandas sociais emergenciais do País, que a sociedade também financiasse pretensos investidores refatários ao risco da exploração mineral.

Mas alguma luz começa a ser percebida no fim do túnel. O DNPM reforma-se e empenha-se em ser mais ágil, enquanto aguarda a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), que o sucederá. Também digna de registro é a contratação de recobrimentos aerogeofísicos na Amazônia, o que não acontecia desde o projeto Radam, no final da década de 1960. Da mesma forma, estão sendo contratados levantamentos aerogeofísicos pelo Estado de Minas Gerais. É um recomeço após duas décadas de retrocesso. Todavia, o setor necessita de muito

mais dever de casa do poder público para tornar-se competitivo e elevar maciçamente os investimentos privados de risco na busca de jazidas minerais. Não há outra maneira de aproveitar o potencial brasileiro fazer da indústria de mineração uma importante alavanca de expansão do PIB e de desenvolvimento para o País.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 23.06.00, e assinado pelo Geólogo Fernando F. Cruz).

A EXCLUSÃO DA CLASSE MÉDIA

A igualdade é pressuposto básico da democracia, que, sem ela, não tem condições de sobreviver. Parece primário, mas a tese é ampla e, com oportunidade, pode ser colocada na atualidade do Brasil. Segundo estudo recente do BIRD (Banco Mundial), existe entre nós uma espécie de desesperança crônica que prejudica o desenvolvimento sustentável e, de certa forma, enfraquece a democracia.

Na última edição da revista *Veja*, o colunista Sérgio Abranches, em artigo

intitulado *Pessimismo econômico*, traz números que deveriam contradizer essa desesperança. Mas ele mesmo reconhece que existe um sentimento de mal-estar econômico tão real quanto a queda da inflação. Que esse desconforto vem do medo do desemprego, das dificuldades para saldar compromissos, da frustração de planos de consumo. Seu artigo finaliza com algum otimismo, dizendo que aos poucos os brasileiros voltarão a ter melhores perspectivas. Uma conclusão com a qual não posso concordar integralmente, sobretudo diante de um governo atual tão distante e indiferente à opinião pública. A longo prazo, números podem resolver e apenas parte da questão. Para a reversão de expectativas para um futuro melhor são necessárias algumas mudanças fundamentais na condução da política econômica. A desesperança não é gratuita e remonta a várias turbulências em que se jogou nação.

A verdade é que não se pode simplesmente esquecer o passado. Desde 64, o País vem sofrendo alternâncias de crises, de confiscos e desilusões. Depois de toda a opressão imposta pelo

regime militar, os brasileiros sofreram uma série de golpes frustrantes na economia, desde a crise do México, a moratória, os planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor, fechando o ciclo com a desvalorização cambial do ano passado. E tudo isso dentro de duas décadas de atraso, onde o PIB cresceu apenas pouco mais de 0,2% ao ano. Nossa distribuição de renda agravou-se ainda mais, a ponto de ser considerada uma das piores do mundo. Serão explicações razoáveis?

A meu ver, como já escrevi em artigo do mês passado, ocorreu uma espécie de deterioração do sentimento de nacionalidade. Admito também agravada por uma ruptura nas regras do jogo cooperativo entre os três parceiros da economia: os trabalhadores, os empresários e o Governo. E nesse sentido o artigo do Deputado Delfim Netto, publicado no jornal *Valor* (11.07.00), que afirma: *É preciso construir instituições que sem prejudicar a eficiência, garantam aos trabalhadores uma realidade paliativa, uma faceta fundamental da aspiração por 'igualdade' que persegue o homem. A sobrevivência da*

democracia exige que eles se percebam parte integrante e respeitada do processo de crescimento da sociedade e não seres alienados para os quais o desenvolvimento material e a liberdade são irrelevantes. A seguir afirma ser preciso dar ao cidadão perspectivas de cooperação como parceiros, de liberdade criativa e de relativa igualdade. Essas funções seriam das empresas, mas cabe ao Governo criar o ambiente estimulador para esse novo conjunto de regras, o que permitiria a competição sem a perda da perspectiva. E termina seu artigo com um alerta: *Crescimento pela competição num regime democrático é o nome do jogo. Mas é preciso cuidado e sensibilidade, porque o fundamentalismo mercadista pode fazer muita coisa, mas não pode garantir a relativa igualdade entre os indivíduos, um valor que eles jamais deixarão de perseguir.*

Vou além e acrescento que para essa tarefa de administração do jogo não se pode contar com o atual Governo, não só pela sua falta de sensibilidade, como também pelo fato de ser ele, o Governo, o principal foco de desestabilização eco-

nômico-social. O que corre para tanta desilusão não são só os espetáculo a que estamos assistindo de corrupção, impunidade e irresponsabilidade generalizada. A perda do sentimento de nacionalidade tem muito a ver com a desnacionalização da nossa economia, com a invasão de empresas estrangeiras, numa espécie de demonstração prática de que o brasileiro é incapaz de gerenciar e produzir, devendo se restringir apenas à função de rentista, como se dizia no século XIX.

Todo esse processo promoveu a exclusão da classe média do debate e do cenário econômico. Mandaram-na deixar suas empresas para mãos mais eficientes e que fosse viver de aluguel. O Governo atual, com essa política, sinalizou com clareza que o Brasil não terá grandes empresas de expressão internacional, não terá suas multinacionais. Não estará aí, justamente nessa política de alienação patrimonial, uma das principais razões da desesperança e do pessimismo atual do brasileiro?

Por tudo isso, quando leio ou ouço esses apanágios antigos do liberalismo como o do Estado fraco, da

globalização, da mão invisível, fico imaginando qual será a reação da opinião pública quando afinal acordar e perceber que lhe tiraram tudo e sequer restou o aluguel. Será que teremos de esperar e pagar para ver chegar esse momento trágico? Não será melhor que, sobre tudo como obrigação da maior parte dos formadores de opinião, se comece logo a reagir e a defender os legítimos interesses nacionais?

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 16.07.00, e assinado pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho).

EM BUSCA DO PRÍNCIPE ENCANTADO

Na outra sexta-feira, dia 7, pouco depois das 7 horas da noite, minha mulher lembrou-se de que devíamos apagar as luzes, acender uma vela e expô-la no peitoril da janela. Era o dia do *Basta! Eu quero paz*. Feito o que se devia, fui eu mesmo à janela ver como se comportava a vizinhança e pude constatar que as velas, na minha rua, não eram muitas, mas também não era nenhuma. Moramos num canto isolado do Le-

blon, no Rio, onde a efervescência da participação e do civismo não é das mais altas, mas, ainda assim, não fazíamos vergonha.

Lembrei-me então da última vez em que havia visto as janelas do Rio iluminadas por velas votivas: no anoitecer do dia 13 de março de 1964. Eu mesmo, naquele dia já tão distante, estava hospedado num hotel em Copacabana e, desde cedo, tinha visto passarem pela avenida caminhões e caminhões de manifestantes, armados de faixas e gritando *slogans*, a caminho do grande comício que ia haver mais tarde, diante da Central do Brasil.

À hora combinada, passei pelo hotel meu amigo Flávio Rangel e fomos os dois, no seu Fusca, ver de perto o comício. Estivemos por lá talvez uma ou duas horas, vendo tudo e ouvindo os primeiros oradores, no grande palanque montado lá longe e cercado pelos partidários mais fiéis. Era, na verdade, uma grande demonstração de força do Governo central, que jogava na mesa todos os seus trunfos. Mas Flávio e eu logo concluímos que o melhor era voltar para casa e ver na televisão os principais

discursos, até o solene encerramento que seria feito por Jango Goulart, em pessoa.

Na viagem de volta, da Central até a Lagoa, passando pelo Flamengo, por Botafogo e Humaitá, já noite caída, surpreendemos vendendo, nas janelas dos prédios, centenas e centenas de pequeninas velas acesas. Era a cidade que protestava em silêncio; era a maioria de mulheres e homens (mais mulheres que homens) que iria marchar pelas ruas do Rio e de São Paulo, nas célebres passeatas dos cem mil, contra os propósitos governistas. Menos de três semanas mais tarde, o Governo havia caído. Jango e Brizola fugiram para o Uruguai e lá se homiziaram; mas o suspiro de alívio logo morreu na garganta; iniciava-se a longa marcha dos regimes militares, que ia durar 20 anos, até 1984, o ano da campanha das *diretas* que acabaria elegendo Tancredo Neves e forjando a ampla aliança política que até hoje, bem ou mal, nos governa.

Estaremos voltando, hoje, ao ponto de partida? Velas nas janelas, gente vestida de branco nas ruas, e em muitos corações, ainda mal formulado e inseguro, um anseio de mudança e de afir-

mação que, nos afoitos e mais impacientes mal esconde a preferência por um governo realmente forte, capaz de impor *lei e ordem* e de acabar com essa espécie de desordenada bagunça que hoje tão fortemente se reflete no espelho (torto?) da televisão e da imprensa.

A inflação cai, mas os preços sobem, decretados pelo próprio Governo. Proclama-se um Plano Nacional de Segurança Pública, mas ninguém se sente mais seguro nas cidades ou nas estradas, a não ser talvez os próprios assaltantes. Um regime severo corta ao mínimo o salário-mínimo e frustra as expectativas de aposentados e funcionários públicos, enquanto o Governo despeja BILHÕES em programas a fundo perdido, como esse da picaretagem agrária do MST, suposta reforma que na verdade não é reforma nenhuma, mas apenas uma mistura de demagogia e *fisiologia*, debaixo do véu espesso da *nostalgia ideológica* do presidente e dos que dela se servem para desmoralizar o próprio Governo e estimular no País a violência e o desrespeito à lei e às instituições.

A culpa é do presidente, a culpa é da mídia, mas a

culpa é também de nós todos; da classe média e, até, do povão. Confundimos, vacilamos e hesitamos diante de uma realidade que é a nossa, mas não parece tão simples assim.

Talvez o que melhor exprima e reflita essa nossa peculiar confusão seja a frase de uma das sobreviventes do célebre ônibus 174: *Eu não queria que o Sandro (o bandido) morresse; queria que ele não existisse ou tivesse existido.* Em outras palavras: bom seria viver numa sociedade onde não houvesse bandidos (existe isso?) ou, então, dispor de uma varinha mágica que fizesse seqüestrador sumir; não propriamente morrer, mas transformar-se, quem sabe, num sapo ou numa perereca ecológica. (Ou num príncipe encantado.)

Apesar das velas na janela e de toda essa tremenda confusão de sentimentos e idéias que nos paralisa e nos impede de agir com a necessária eficiência e unidade de propósitos, a verdade é que, entre 1964 e 2000, não são poucas as diferenças; e ninguém, nem mesmo o pior dos pessimistas (nem mesmo o Brizola, de volta do Uruguai) ousaria dizer que estamos à beira

do desastre. Ao contrário. Basta ler com atenção o que escrevem Míriam Leitão, Carlos Sardemberg, Rolf Kuntz ou Suely Caldas, para perceber que estamos a ponto de embarcar no que os economistas chamam de "círculo virtuoso". Uma dessas correntes ascendentes que permitem aos atobás e aos urubus subirem acima das nuvens, até o céu azul, lá no alto.

Os círculos virtuosos não duram para sempre, porém, e há mesmo os que temem que este de agora, que deveria levar-nos pelo menos até o fim do governo do Fernando Henrique, possa estar correndo o risco de frustrar-se por força da crise política e das vacilações do Governo, não atinjam a decisiva esfera econômica e da estabilidade monetária.

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 16.07.00, e assinado pelo jornalista Fernando Pedreira).

QUE É FASCISMO?

Benito Mussolini resumiu a doutrina fascista numa regra concisa: *Tudo para o Estado, nada*

contra o Estado, nada fora do Estado. No Brasil, se você é contra essa idéia, se você é a favor da iniciativa particular e das liberdades individuais, logo aparece um chimpanzé acadêmico que tira daí a esplêndida conclusão de que você é Benito Mussolini em pessoa. E não caia na imprudência de imaginar que essa conversa é demasiado pueril para enganar o resto da macacada. Quando você menos espera, guinchados de ódio cívico se erguem da platéia, uma frota de micos, lêmures, babuínos, orangotangos e macacos-pregos se precipita sobre, você, às dentadas, piamente convicta de estar destruindo, para o bem da humanaidade símia, um perigoso fascista. Cuidado, portanto, com o que diz por aí. Você não faz idéia da autoridade intelectual dos chimpanzés na terra do mico-leão.

Na verdade, a idéia, oficial de *fascismo* que se transmite nas nossas escolas não tem nada a ver com o fenômeno que em ciência histórica leva esse nome. É uma repetição fiel, devota e literal das fórmulas de propaganda concebidas por Stálin no fim da década de 1930 para apagar às pressas

a raiz comum dos dois grandes movimentos revolucionários do século e atirar ao esquecimento a universal má impressão deixada pelo pacto germano-soviético. Nessa versão, o fascismo e o nazismo surgiam como movimentos de *extrema direita*, criados pelo *grande capital* para salvar *in extremis* o capitalismo agonizante. É lindo imaginar aqueles banqueiros judeus de Berlim, reunidos em comissão médica em torno do regime moribundo, até que a um deles ocorre a solução genial: *É moleza, turma. A gente inventa a extrema-direita, ela nos manda para o campo de concentração, e pronto: está salvo o capitalismo.*

No entanto, as origens e a natureza do fascismo não são mistério nenhum, para quem se disponha a rastreá-las em autênticos livros de História.

Todas as ideologias e movimentos de massa dos dois últimos séculos nasceram da Revolução Francesa. Nasceram dela e nenhum contra ela. As correntes revolucionárias foram substancialmente três: a liberal, interessada em consolidar novos direitos civis e políticos, a socialista, ambi-

cionando estender a revolução ao campo econômico-social, a nacionalista, sonhando com um novo tipo de elo social que se substituisse a antiga lealdade dos súditos ao rei e acabando por encontrá-lo na *identidade nacional*, no sentimento quase animista de união solidária fundada na unidade de raça, de língua, de cultura, de território. A síntese das três foi resumida no lema: Liberdade-Igualdade-Fraternidade.

A conjuração igualitária de Babeuf e seu esmagamento marcaram a ruptura entre os dois primeiros ideais, anunciando duzentos anos de competição entre revolução capitalista e revolução comunista. Que cada uma acuse a outra de reacionária, nada mais natural: na disputa de poder entre os revolucionários, ganha aquele que melhor conseguir limpar sua imagem de toda contaminação com a lembrança do *Ancien Régime*. Mas para limpar-se do passado é preciso sujá-lo, e nisto concorrem, com criatividade transbordante, os propagandistas dos dois lados: as terras da Igreja, garantia de subsistência dos pobres, tornam-se retroativamente he-

dionda exploração feudal; a prosperidade geral francesa, causa imediata da ascensão social dos burgueses, torna-se o mito da miséria crescente que teria produzido a insurreição dos pobres; a espoliação dos pequenos proprietários pela nova classe de burocratas que se substituía às administrações locais (e que aderiu em massa à Revolução) se torna um crime dos senhores feudais. A imagem popular da Revolução ainda é amplamente baseada nessas mentiras grossas, para cuja credibilidade contribuiu o fato de que fossem apregoadas simultaneamente por dois partidos inimigos.

A terceira facção, nacionalista, passa a encarnar quase monopolisticamente o espírito revolucionário na fase da luta pelas independências nacionais e coloniais (o Brasil nasceu disso). A parceria com as outras duas transforma-se, aos poucos, em concorrência e hostilidade abertas, incentivadas, aqui e ali, pelas alianças ocasionais entre os revolucionários nacionalistas e os monarcas locais dethronados pelo império napoleônico.

Pelo fim do século XIX, as revoluções liberais ti-

nham acabado, os regimes liberais entravam na fase de modernização pacífica. O liberalismo triunfante podia agora reabsorver valores religiosos e morais sobreviventes do antigo regime; tornados inofensivos pela supressão de suas bases sociais e econômicas. Ele já não se incomodava de personificar a *direita* aos olhos das duas concorrentes revolucionárias rebatizadas *comunismo soviético* e *nazifascismo*. Assim começou a luta de morte entre a revolução socialista e a revolução nacionalista, cada uma acusando a outra de cumplicidade com a reação liberal.

Essa é a história. O leitor está livre para tentar orientar-se entre os dados, sempre complexos e ambíguos, da realidade histórica, ou para optar pelas simplificações mutiladoras. A primeira opção fará dela um chato, um perverso, um autoritário, sempre a exigir que as opiniões, essas esvoaçantes criaturas da liberdade humana, sejam atadas com correntes de chumbo ao chão cinzento dos fatos.

A segunda opção terá vantagem de torná-lo uma pessoa simpática e comunicativa, bem aceita como igual na comunidade taga-

rela é saltitante dos símios acadêmicos.

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 08.07.00, e assinado pelo escritor e filósofo Olavo de Carvalho).

SIDERURGIA E DESAFIOS

Com a reorientação estratégica da economia brasileira na década de 1990, o setor siderúrgico foi alcançado por um conjunto sem precedentes de mudanças estruturais - do controle acionário à estrutura competitiva, da relação capacidade instalada versus consumo ao direcionamento dos investimentos, dos modelos de gestão à configuração dos resultados. Em todos esses campos ocorreram avanços substantivos. Em nenhum as novas condições estabelecidas ficaram na superfície. Elas resultaram de transformações que atingiram os próprios fundamentos estratégicos e operacionais.

No início da década de 1990, das dez maiores empresas do setor siderúrgico no País, oito eram estatais, apenas duas de controle privado. Não obstante a primeira iniciativa de por-

te no País tenha sido de origem estrangeira e de controle privado, o Estado chamou para si, ainda na primeira metade do século, a expansão desse setor de base, entendendo-o como de interesse estratégico. Essa concepção fortaleceu-se durante as quatro décadas seguintes, quando os investimentos estatais elevaram para níveis próximos de 90% a produção siderúrgica de controle público no País.

Na década de 1990, recuaram tanto o apetite empresarial do Estado quanto seu fôlego para novos investimentos em siderurgia, não obstante se prenunciassem movimentos de alta na utilização de insumos siderúrgicos no País, bem como a maior inserção desse setor nos fluxos de comércio da economia, mais aberta e globalizada.

A privatização radical apresentou-se então como resposta estratégica à incompatibilidade que se estabelecia entre as limitações orçamentárias do Estado e as iniciativas de expansão exigidas. O desengajamento do Estado deu-se a uma alta velocidade e as oito siderúrgicas estatais implantadas durante cinco décadas foram privatizadas

em cinco anos. Deslocava-se das altas esferas do Governo para os conselhos de administração de empresas privatizadas a responsabilidade de corresponder aos novos desafios.

Em paralelo a essa transferência de responsabilidade, a privatização do setor siderúrgico implicou quatro mudanças de alta significação: 1. Término de um longo ciclo histórico de reservas de mercado, em que cada uma das empresas estatais do setor operava em segmentos não concorrentes entre si; de agora em diante, cada uma das empresas é entrante potencial em todos os segmentos, sem quaisquer formas de restrições de mercado, quebrando-se em consequência as barreiras institucionais de entrada. 2. Ingresso de novos *players*, originários de setores que sempre enfrentaram outra dinâmica competitiva, com o que introduziram no setor siderúrgico nacional novos modelos e novas ferramentas de gestão.

3. Ampliação dos graus de competição dentro do setor, estendendo-se ao segmento de produtos planos a vitalização originária da competição até então praticada no seg-

mento privado de produtos longos. 4. Subordinação das decisões de investimento não mais à lógica estratégica da construção de uma economia auto-suficiente em suprimentos básicos, mas à lógica das oportunidades estratégicas de mercado, definidas primordialmente pela atratividade do negócio.

Esse conjunto de mudanças levou a muitas outras. As principais foram: 1. Reestruturação interna das empresas privatizadas. Com a adoção de programas de desligamento voluntário, de não reposição de quadros que alcançavam a aposentadoria, o efetivo reduziu-se de 65.896 para 37.292, no período 1992-98, com diminuição de 43,5%. A produção evoluiu de 17.367 para 19.239 milhões de toneladas/ano, expandindo-se 10,8%. A produtividade expandiu-se 95% no período, mais do que a da indústria de transformação, que se aproximou de 70%. 2. Rápida definição de expressivos programas de investimentos em modernização, atualização tecnológica e expansão, totalizando, para o período 1994-2002, US\$ 12,8 bilhões. 3. Estruturas de novo modelo de distri-

buição, mais ágil e mais bem preparado para atender à dinâmica de uma economia com maior inserção global e mais competitiva. As bases do modelo foram a utilização da figura do operador logístico e a implantação de bases mais próximas dos mercados. Com a chegada do *e-business* esse modelo sairá ainda mais fortalecido.

4. "Ampliação" dos produtos gerados, tanto no segmento de planos como no de longos.

Esse expressivo conjunto de mudanças corresponde ao que se poderia chamar de primeiro grande ciclo de reconfiguração do setor siderúrgico. Embora algumas mudanças ainda estejam em consolidação, ele encerrou-se com a década de 1990.

Inicia-se agora um segundo ciclo, ainda mais alinhado às tendências do setor no âmbito mundial.

Das tendências globais mais impactantes destacamos três:

1. Maior abertura comercial, ampliando-se os fluxos mundiais de exportação/importação de produtos siderúrgicos básicos. Em 1989, apenas 14% do aço produzido no mundo encaminhavam-se para as vias do comércio exterior. Dez anos depois,

- em 1999, os fluxos totais representam 24% da produção global. Estimativas conservadoras para daqui a 10 anos apontam para um coeficiente de 31%. Da produção mundial de 2010, estimada em 966,9 milhões de toneladas/ano, 299,7 milhões deverão passar pelas vias do comércio interfronteiras.
2. O crescimento projetado do consumo aparente do aço na próxima década será muito maior nos países em desenvolvimento e emergentes do que nos desenvolvidos. As taxas de crescimento do consumo do aço nos Estados Unidos, Japão, União Européia e outros países avançados ficarão próximas de 1,1% ao ano, com variação acumulada de 11,6% de 2000 a 2010. Já na China, na Nova Ásia Industrial, no Oriente Médio, na África, na América Latina e na Europa do Leste as taxas projetadas de crescimento são, sem exceção, superiores a 3% ao ano, com média ponderada de 3,51%. Isso corresponde a uma expansão acumulada na próxima década de 41,2% nesse grupo de países.
3. A produção mundial do aço deve deslocar-se na direção dos países

emergentes e em desenvolvimento. Em 1970, apenas 15% da produção global eram realizados fora dos países desenvolvidos. Em 1998, essa taxa ampliou-se para 36%. As projeções apontam para 44% em 2010. Em relação à produção mundial projetada para 2000, de 778 milhões de toneladas, a participação da América Latina é de 6,7%, e a do Brasil de 3,2%. Para 2010, essas participações devem ampliar-se minimamente para 8,3% e 4,2%. A maior expressão que o Brasil poderá ter deverá atrair investidores externos, como tem ocorrido nos últimos cinco anos.

A atividade que o País já apresenta deve ampliar-se em função da disponibilidade mineral, mas, mais do que isso, da alta elasticidade da demanda por produtos siderúrgicos em relação ao aumento da renda, das dimensões do mercado, do peso do País na América Latina e das expectativas de crescimento econômico a taxas médias anuais superiores às da economia mundial.

Apresentam-se como tendências de alta probabilidade:

- A) maior presença do País no mercado mundial

do aço, embora ainda prevalecendo exportações de produtos *commodities*, dadas as barreiras protecionistas crescentes impostas aos segmentos de maior valor adicionado; B) a ampliação do consumo *per capita* de aço no País, ainda baixo em relação aos padrões mundiais (94k/ano, contra 129 médios mundiais 460 dos países desenvolvidos); C) mudança no composto setorial da demanda interna de insumos siderúrgicos, expandindo-se sua presença em setores como a construção civil; D) continuidade dos investimentos, com expansão da capacidade instalada e atualização tecnológica; E) maior especialização da produção por parte das empresas, em paralelo à expansão de linhas de produtos tecnologicamente correlatos; e F) otimização das estruturas corporativas de controle do setor, via novos arranjos societários, aquisições e fusões.

O que está em jogo agora é a busca de eficácia *world class*, em múltiplos campos: vínculos global-localizados, dimensão das plantas, tecnologias de processo, linhas especializadas de produtos, modelos internos de gestão, modelos

logísticos de distribuição e de serviços. Em uma única expressão: governança corporativa competente.

Em paralelo aos esforços das empresas, crescentemente livres para a busca de novos posicionamentos estratégicos, inclusive no plano societário, um novo padrão de atuação do Governo no setor passa a ser também de alta relevância. Com o desengajamento do Governo, como empreendedor no setor, sua atuação em defesa dos interesses da siderurgia do País nos megamercados mundiais é um dos pré-requisitos para a expansão da presença do Brasil na siderurgia global. A tendência histórica reforça a projeção da maior participação dos países emergentes nos fluxos globais de comércio de produtos siderúrgicos. Mas os espaços serão ocupados pelos países em que a alta qualidade da estratégia e da governança das empresas for complementada pela capacidade de negociação da chancelaria no destavamento dos contenciosos.

Torna-se assim evidente a diferença essencial de conteúdo entre as mudanças ocorridas no ciclo da década de 1990 e as que se

esperam para a primeira década de 2000.

No primeiro ciclo, as mudanças centraram-se no desengajamento do Estado, na reestruturação do controle e nos ganhos internos de eficiência e de produtividade das empresas. No segundo, que agora se inicia, os lances deverão centrar-se em ganhos de eficácia estratégica das empresas no País e do setor no mundo: aos padrões *world class* de operação das empresas em todos os campos, deverá somar-se a salvaguarda dos interesses do País em temas globais. Consequentemente, tanto nas empresas como no Governo torna-se imperativa a presença de jogadores que atuem nos limites possíveis da eficácia estratégia. Como registra Warren Bennis, os desafios destes novos tempos não são para jogadores finitos que joguem apenas dentro dos limites, mas para os que sejam capazes de ir além. Os novos padrões de eficácia requeridos são para jogadores infinitos que joguem com os limites.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 20.06.00, e assinado pelo Presidente da Usiminas, Rinaldo Campos Soares).

REVER O PROCESSO NUCLEAR

O setor nuclear brasileiro é certamente o segmento industrial do País mais auditado, fiscalizado e monitorado. Já ouve duas CPIs nucleares, caso inédito em se tratando de um setor produtivo nacional. Tivemos recentemente uma Câmara Técnica Especial sobre Angra 2, no âmbito do Conama, com a participação de ONGs, empresas e agências oficiais de regulamentação e fiscalização. As ONGs, Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, meios de comunicação, prefeitos, governadores, secretários e atualmente o Ministério Público exercem uma vigilância permanente sobre as atividades nucleares no País. A pergunta que se faz é: isso está trazendo resultados para a sociedade?

Do ponto de vista de satisfação política para a sociedade, certamente que sim. O setor nuclear deve, em princípio, até agradecer esse sistema de auditoria, pois tem permitido a demonstração dos baixos riscos e impactos que a energia nuclear oferece. Vale ressaltar que o Brasil não está

isolado no uso da energia nuclear. Na realidade, nesses últimos dez anos foi realizado um grande esforço internacional no desenvolvimento de usinas nucleares mais seguras e eficientes, tanto que os índices de eficiência pularam da faixa dos 65% para 85% de aproveitamento.

Mais: desautorizando as previsões alarmistas, as usinas não estão sendo desligadas. Pelo contrário, só nos Estados Unidos 104 usinas continuam operando e três delas obtiveram licença para períodos adicionais de operação – e, claro, competindo de igual para igual no mercado cada vez mais desregulado. Na União Européia, a discussão atual é sobre o dilema de como atingir os compromissos de redução das emissões de CO₂, assumidos no Protocolo de Quioto, sem o uso intensivo da nucleoeletricidade, comprovadamente não-emissora dos gases do Efeito Estufa. Na Alemanha, depois de extensos debates, foi definido o destino definitivo para os rejeitos radioativos.

Voltando ao ponto central, é preciso tomar cuidado para que algumas ações ditas fiscalizatórias não ve-

nham a servir a interesses políticos ou ideológicos, ou mesmo externos, no sentido de atrapalhar e até mesmo impedir o exercício das atividades do setor nuclear. Essas ações certamente em nada contribuiriam para a devida satisfação da sociedade, pelo simples fato de serem facciosas.

Outro lado da moeda seria o resultado prático em termos do aperfeiçoamento do processo de licenciamento e fiscalização e seus impactos econômicos. Nesse campo, o setor nuclear se junta a outros segmentos produtivos, que encontram dificuldades de harmonizar as necessidades de gerar negócios e implantar novos projetos, com capacidade de competição, principalmente no mercado externo, tendo que enfrentar indefinições e conflitos no campo da legislação e da processualística de licenciamento e fiscalização ambiental.

Pela carência histórica das entidades oficiais encarregadas das atividades de licenciamento e fiscalização, a aplicação da legislação adquire um caráter fortemente verificativo e formal, onde vale muito mais o preenchimento dos requisitos documentais e muito

menos a consideração dos riscos e impactos efetivos. Seria muito bem-vindo um esforço maior na capacitação, aperfeiçoamento e valorização dos quadros profissionais que atuam nas agências oficiais e em todo o sistema ambiental.

Diante das imperfeições na legislação, relativamente recente, carência de regulamentação e uniformização de procedimentos, esse processo ritualístico enseja interpretações e posturas que trazem insegurança para todos os agentes envolvidos, paralisando empreendimentos, dificultando operações comerciais, gerando passivos, multas e - o que é pior - não evitando aquilo que deveria ser evitado: os grandes impactos ambientais. É um jogo onde todos estão perdendo, onde proliferam os *não é comigo, vou multar, aguarde decisão futura, faça mais audiências públicas* e assim por diante.

Estamos de fato num rio de águas turvas, propício aos que ali buscam proveito. Está na hora de rever todo o processo, de forma a criar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico verdadeiramente sustentável, no qual os

negócios sejam competitivos e o meio ambiente preservado de fato, e não só no papel. Cabe um esforço do segmento empresarial, dos governos e suas agências e das ONGs sérias, para mudar radicalmente o andamento desse processo, estabelecer um novo paradigma. E qual seria esse novo paradigma?

A idéia é estabelecer um sistema calcado na mútua responsabilidade, mútua confiança e baseado em riscos e impactos reais. Há que se criar um clima de cooperação entre indústria e agências reguladoras, licenciadoras e fiscalizadoras, ampliando, padronizando e harmonizando os procedimentos com as esferas estaduais e municipais, numa parceria em que a multa, os processos judiciais e a formalidade burocrática passariam a ser a exceção, e não a regra.

O setor nuclear brasileiro tem sido pioneiro em diversas frentes. Foi assim em termos de acordos internacionais, tanto de cooperação tecnológica como nos de segurança e salvaguardas, foi pioneiro em termos de conceitos de garantia e controle de qualidade e está sendo em ter-

mos de legislação e processos na área ambiental. Queremos compartilhar essas experiências tornando-as úteis a todos os demais setores, de modo a remover barreiras que dificultam o aumento de nossa competitividade. Cabe um grande esforço comum para entrarmos no século XXI com a casa arrumada, prontos para enfrentar os crescentes desafios da globalização. E sem espaço para os pescadores de águas turvas.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 09.06.00, e assinado pelo Presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear, Engenheiro Everton Carvalho.

NÃO BASTA INVESTIR

Até o fim da Segunda Guerra pouco se falava em desenvolvimento econômico. A questão mais quente era como controlar as flutuações da economia, os ciclos de prosperidade e depressão. Depois da guerra, no entanto, tudo mudou, e depressa.

Tinha havido uma enorme transformação do ambiente. Depois de dez anos de Depressão e mais seis de

guerra, todos os povos queriam recuperar o tempo perdido. A palavra chave era *reconstrução*. Isso queria dizer políticas, programas e projetos que só pareciam factíveis com recursos e liderança do setor público. Em 1936, Keynes havia feito a cabeça dos economistas - deixando sem graça, por um quarto de século, os neoclássicos tradicionais - com uma idéia surpreendentemente simples: a de que, numa conjuntura recessiva, em que há ociosidade de mão-de-obra e de máquinas e equipamentos, pode-se aumentar a demanda real simplesmente pela injeção de recursos para aumentar a demanda monetária. Criando dinheiro, o Governo conseguiria provocar um aumento efetivo da renda e graças a isso, reduzir o desemprego da força de trabalho. No pensamento de Keynes, isso só ocorreria em situações recessivas, mas a tentação de esquecer esse *detalhe* seria grande demais para os políticos.

Outra novidade teórica de um brilhante economista soviético da década de 1920, N. Kovalesky, que passaria despercebida durante muito tempo, foi o uso

da relação capital/produto para projetar o crescimento do País. Essa idéia manipulada décadas mais tarde por dois economistas occidentais - R. Harrod e E. Domar - se transformou num famoso modelo, que se popularizou de modo fulminante entre os planejadores desenvolvimentistas.

Depois da guerra, todas as regiões coloniais queriam ficar independentes. Algumas partiram para a luta armada contra as metrópoles mais renitentes, como Bélgica, Holanda, França e Portugal. Outros colonizadores, como Inglaterra e Estados Unidos, tiveram mais bom senso. No final de três décadas, perto de uma centena de novos Estados havia surgido, todos sequiosos por rápido desenvolvimento.

Receitas simples têm grandes vantagens. E foi o que aconteceu com o modelo Harrod-Domar.

Naquele momento, era razoável supor que: 1) havia grande redundância de mão-de-obra na agricultura; 2) o capital (máquinas, equipamentos) era o fator mais escasso; e que 3) seus rendimentos eram lineares, isto é, diretamente proporcionais à quantidade disponí-

vel. Tornou-se irresistível a tentação de um modelo fácil: com um coeficiente capital/produto de três, para o País crescer a 7% ao ano, digamos, bastaria ao Governo promover um investimento líquido de 21% do PIB - dele próprio, dos investidores privados e de fontes estrangeiras.

Inutilmente Domar, algum tempo depois, reenegou sua fórmula por ser simplista demais. Era exatamente esse simplismo que a popularizava. Os teóricos sérios sempre souberam que a realidade era muito mais complexa, incluindo complicadores tais como a distribuição dos recursos naturais, a posição geográfica, a tecnologia, a cultura, os valores sociais, as instituições, a segurança e a estabilidade das leis, a liberdade de iniciativa e o direito aos frutos da atividade econômica. Max Weber chegou mesmo a ampliar o êxito histórico do desenvolvimento capitalista do centro-norte europeu pelos valores individualistas do protestantismo.

O simplismo de Harrod-Domar fez esquecer um princípio econômico elemental, que o professor W. Easterly formulou da se-

guinte maneira: *as pessoas respondem a incentivos.*

Em 1960, W.W. Rostow publicou um *best seller*, *Os estágios do crescimento econômico*, em que classificava cinco estágios econômicos até se chegar à "decolagem" para o desenvolvimento auto-sustentado. Este dependeria do aumento da formação de capital. E se tornaria mais ou menos automático quando atingida uma relação adequada entre investimentos e PIB. No contexto da Guerra Fria, quando os Estados Unidos pareciam estar perdendo a corrida tecnológica e econômica contra a falecida União Soviética, surgiram os grandes planos de ajuda externa para subsidiar o crescimento econômico. Era preciso fazer alguma coisa para ganhar a guerra e a fórmula de crescimento automático pela intensificação de investimentos era uma arma disponível para os países ricos exportadores de capital.

Solow, cujo modelo foi o sucessor do de Domar, chamou atenção para o princípio que ficou conhecido como *produtividade total dos fatores*. Ou seja, a produção não é função apenas do capital e do tra-

lho, mas também da tecnologia. Disso tirou o resultado surpreendente de que o crescimento a longo prazo é função apenas das mudanças tecnológicas e não da taxa de investimento, a qual determina só o nível do produto. Ultimamente, houve uma inovação teórica importante. A lei dos rendimentos decrescentes só se aplicaria aos setores convencionais. Nos setores de alta tecnologia como a Internet, os rendimentos seriam crescentes, pois a ampliação indefinida dos usuários reduziria os custos de transação, aumentando a produtividade global.

Dois exemplos ilustram a importância da qualidade e da eficiência do investimento. Um deles é o da União Soviética, que experimentou estagnação econômica na década de 1980, apesar de taxas de investimento da ordem de 30% do PIB. O outro é o do Brasil em seus investimentos sociais. Como proporção do PIB, nossos gastos sociais são bastante elevados, mas os resultados são pífios, colocando-nos em posição desonrosa em matéria de índice de desenvolvimento humano.

Na ânsia de descobrir o milagre do desenvolvimen-

to, os economistas vêm sempre acrescentando novas variáveis explicativas. No final, talvez aprendam que não podem prever trajetórias tão exatas como a física permite em relação aos foguetes. Voltamos sempre aos velhos fundamentos conhecidos desde Adam Smith: governo pequeno e honesto, tributação moderada, respeito ao direito de propriedade e melhoria do agente econômico pela competição e pela educação. Não basta investir. É preciso investir bem.

(Reprodução de artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, edição de 30.01.00, e assinado pelo Economista e Diplomata Roberto Campos)

QUEM ATRASA A AMÉRICA LATINA?

Sem citar a política americana na América Latina e as barreiras às exportações do MERCOSUL, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a consultoria Arthur Andersen e dezenas de empresários divulgaram há dias uma série de estudos sobre a região. Diagnóstico: a América Latina está distan-

te do resto do mundo nos indicadores sociais, seu Produto Interno Bruto per capita perde para os da Europa Oriental, Oriente Médio e Leste Asiático, a distribuição de renda consolida-se como a terceira pior do planeta e a corrupção e o desemprego campeiam na maioria dos países.

Cientistas políticos, como o mexicano Jorge Castañeda não têm dúvida de que a região pode estar se dividindo em futuras zonas de influência política e comercial, disputadas por Brasil e México, tendo em vista a formação de nova área de livre comércio sul-americano. A América Latina será um fracasso crônico, uma realidade fictícia, uma economia incapaz de reagir, uma dolorosa dependência dos ricos ou um patético exemplo de incapacidade de dirigir o seu próprio destino?

Em cinco décadas, segundo o estudo *Além da economia*, do BID, um quarto da renda da região foi para somente 5% da sua população, com destaque negativo para o Brasil, que detém a maior concentração entre os países latino-americanos. Apesar dos investimentos em educação e

saúde e do apreço à democracia, em 1999 os latino-americanos ganhavam US\$ 3.100 per capita - menos de um terço do que ganham os cidadãos dos 23 países ricos - e tiveram um crescimento volátil nos últimos 40 anos, o que comprometeu os investimentos.

Os dados divulgados evocam uma velha frase do ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. Após visitar o Brasil, na década de 1960, ele afirmou, frustrado: *Os parâmetros da História não passam pela América Latina*. O BID afirma que um cidadão latino-americano recebe, em média, atualmente, US\$ 10.600 menos de renda per capita que um cidadão de um país desenvolvido - em termos de PIB na América Latina, isso significa US\$ 6,6 mil de renda per capita.

Mas será que todos esses dados são suficientes para se explicar o enigma do atraso e da pobreza ou seriam reflexo das vacilações políticas, do protecionismo econômico e da ignorância dos países ricos sobre essa região?

Como muitas partes do mundo, a América Latina tem ficado à margem do processo de globalização e

crescimento, mas isso não é resultado apenas de políticas públicas ineficazes, mudanças nas regras do jogo, que dificultam investimentos, e indolência dos governos. Ou de uma fatalidade geográfica - como chegou a reconhecer o BID em seu relatório - que transforma algumas das sub-regiões situadas ao norte e ao sul do hemisfério nos lugares mais inóspitos e abandonados da terra. A questão é outra: antes de ser um retorno à velha ordem e à dependência exclusiva dos Estados Unidos, a estagnação, o desemprego e a instabilidade dos 32 países da América Latina e do Caribe (exceto Cuba), pesquisados pelo BID, resultariam das sanções contra as exportações da região.

O estudo do BID reconhece, por exemplo, que a América Latina, sobretudo o Brasil, fez grandes avanços na saúde, com redução da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida, além de entrar no novo século com a democracia mais consolidada, a economia mais saudável e a população mais instruída que em décadas anteriores. No Brasil, os gastos de US\$ 240 per capita em saúde são

maiores do que os do Chile, México, Colômbia, Paraguai, Bolívia e outros, enquanto o crescimento de 2,8% do PIB per capita brasileiro, no período 1950-98, ficou só um ponto percentual abaixo dos países desenvolvidos.

Os números comprovam, no entanto, que a distância entre a América Latina e as economias avançadas tende a se manter. O que muitos afirmam é que o abismo poderia ser menor se a região pudesse conviver com o livre comércio, sem os protecionismos que causam pobreza, como declarou, recentemente o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Jório Dauster, na Cúpula Econômica do MERCOSUL, no Rio.

A declaração é oportunna na ocasião em que o Canadá, por exemplo, pede à Organização Mundial do Comércio licença para retaliar por sete anos, em US\$ 3,28 bilhões, como única saída não negociada, as exportações de aviões brasileiros produzidos pela Embraer. Conforme o embaixador, o MERCOSUL poderia exportar cerca de US\$ 6 milhões a mais por ano, se as barreiras protecionistas impostas a seus produtos pelos países europeus e pelos EUA fossem eliminadas, com o fim das subvenções nos setores agrícola e siderúrgico. Mais oportuno ainda é destacar sete novas frentes de disputa comercial que os EUA decidiram abrir na

OMC contra o Brasil, a Argentina e outros países (Índia, Filipinas, Romênia e Dinamarca), acusando-os de práticas que afetam os negócios americanos.

Em grande parte, é enfrentando essas pressões que as nações latino-americanas mais pobres encontrão o caminho para se desenvolverem, se definirem como sociedades e descobrirem seu futuro num mundo que, de algum modo, equilibre justiça social e independência econômica.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 06.06.00, e assinado por Miguel Jorge, Vice-presidente de Assuntos Corporativos da Volkswagen do Brasil).

*“Creio na grandeza do Brasil.
Creio que a grandeza do Brasil depende
muito mais da família do que do Estado,
pois a consciência nacional é feita da alma
do educador que existe em cada lar.”*

Presidente Médici



*Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!*

PEDIDO DE ASSINATURA

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO — ANO 2001

Composta de 12 (doze) obras selecionadas, de renomados autores, nacionais e internacionais, sobre temas de grande interesse na atualidade.

REVISTA DO **Exército Brasileiro**

Periódico quadrimestral com informações variadas sobre a vida na caserna, temas históricos e técnico-profissionais desde 1882.



REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Periódico quadrimestral sobre pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico do Exército Brasileiro.



Periódico quadrimestral de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Circula nos meios civil e militar desde 1913.

Faça seu pedido!

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- à vista – R\$ 210,00
- 02 vezes – R\$ 105,00 (válido até 20 Set)
- 03 vezes – R\$ 70,00 (válido até 20 Ago)
- 05 vezes – R\$ 45,00 (válido até 20 Jun)

Envie cheque correio ou vale postal, nominal à "Biblioteca do Exército" para efetuar sua assinatura.

Dados cadastrais

Nome:		Profissão	
Militar <input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Reserva	OM	Posto/Grad	
Endereço Rua		Nº	Complemento
Cidade	UF	CEP	Tel.
E-mail			

REVISTAS

- Exército Brasileiro – R\$ 40,00 (à vista)
- A Defesa Nacional – R\$ 40,00 (à vista)
- Ciência & Tecnologia – R\$ 40,00 (à vista)



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 Ala Marcílio Dias – 3º andar – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ.
Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (21) 519-5715 – Fax (21) 519-5569 – E-mail: bibliex@ism.com.br

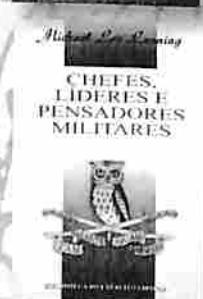
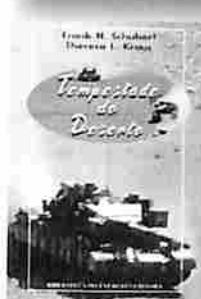
Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, junte o(s) cheque(s) e use o envelope anexo para envio à Biblioteca do Exército.

Livraria

Leonardo da Vinci

e Biblioteca do Exército
Editora

Agora as obras editadas pela BIBLIEX,
estão também a sua disposição para
aquisição, na livraria Leonardo da Vinci



Avenida Rio Branco, 185 – subsolo

Centro – Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 533-2237

Fax: (21) 533-1277

www.leonardodavinci.com.br

info@leonardodavinci.com.br

Algumas das obras
a sua disposição
na livraria
Leonardo da Vinci

POSTO DE VENDAS
NA BIBLIEX

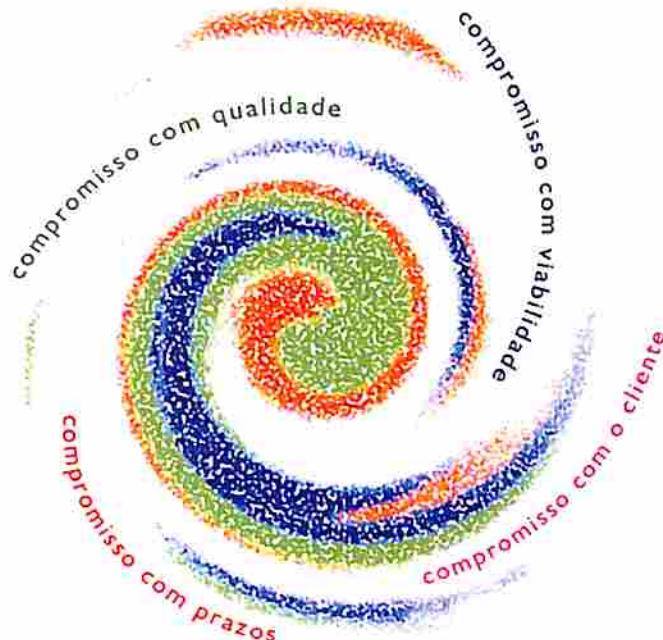
Palácio Duque de Caxias – térreo

Pça. Duque de Caxias, 25 – Centro

www.bibliex.eb.br

E-mail: bibliex@ism.com.br

BIBLIEX
Sempre bons livros!



SERMOGRAF

artes gráficas e editora ltda.

**Busca constante pela qualidade, pontualidade,
absoluto respeito por nossos clientes e o compromisso
de viabilizar os seus projetos.**

Este é o nosso trabalho

(24) 237 3769

Rua São Sebastião, 199
Petrópolis - RJ. 25 645-040
sermograf@sermograf.com.br



Quando falta investimento, falta cultura.

A riqueza cultural do povo brasileiro é enorme. Assim como são enormes as dificuldades que a cultura enfrenta para se manter viva. É por isso que o Centro Cultural Banco do Brasil investe em música, literatura, teatro, dança, artes visuais e plásticas. Porque cultura se faz com talento, paixão e investimento. **Banco do Brasil. Investir em cultura é investir em você.**



 **BANCO DO BRASIL** 